

ARIANA DA ROSA SILVA

**DOIS PRESENTES
DOIS PASSADOS
DOIS FUTUROS**

**O DISCURSO POLÍTICO NA VOTAÇÃO
DO GOLPE/IMPEACHMENT
DE DILMA ROUSSEFF**

**DOIS PRESENTES, DOIS PASSADOS,
DOIS FUTUROS:**
**O Discurso Político na Votação do *Golpe/Impeachment*
de Dilma Rousseff**

A autora deste livro foi contemplada no edital Egressos do Posling, do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem da UFF, na categoria tese de doutorado defendida. A avaliação se deu segundo o sistema de duplo-cego de revisão.

Obra editada e produzida com recursos oriundos da Capes / Proex, auxílio nº 1352/2023, processo nº 88881.844682/2023-01.

Ariana da Rosa Silva

**DOIS PRESENTES, DOIS PASSADOS,
DOIS FUTUROS:**

**O Discurso Político na Votação do *Golpe/Impeachment*
de Dilma Rousseff**




Pedro & João
editores

Copyright © Ariana da Rosa Silva

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos da autora.

Ariana da Rosa Silva

Dois presentes, dois passados, dois futuros: o discurso político na votação do *golpe/impeachment* de Dilma Rousseff. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. 339p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-0982-1 [Impresso]

978-65-265-0983-8 [Digital]

1. Análise do discurso. 2. Discurso político. 3. História brasileira. I. Título.

CDD – 410

Capa: Luidi Belga Ignacio

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2024

*Brasil, meu nego
Deixa eu te contar
A história que a história não conta
O avesso do mesmo lugar
Na luta é que a gente se encontra
Brasil, meu denço
A Mangueira chegou
Com versos que o livro apagou
Desde 1500
Tem mais invasão do que descobrimento
Tem sangue retinto pisado
Atrás do herói emoldurado
Mulheres, tamoios, mulatos
Eu quero um país que não está no retrato
Brasil, o teu nome é Dandara
Tua cara é de cariri
Não veio do céu
Nem das mãos de Isabel
A liberdade é um dragão no mar de Aracati
Salve os caboclos de julho
Quem foi de aço nos anos de chumbo
Brasil, chegou a vez
De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês
Mangueira, tira a poeira dos porões
Ô, abre alas pros teus heróis de barracões
Dos Brasís que se faz um país de Lecis, jamelões
São verde- e- rosa as multidões.*

*(Histórias Para Ninar Gente Grande:
Danilo Firmino / Deivid Domênico / Mamá / Márcio Bola / Ronie
Oliveira / Tomaz Miranda)*

No terreno da linguagem, a luta de classes ideológica é uma luta pelo sentido das palavras, expressões e enunciados, uma luta vital por cada uma das duas classes sociais opostas que têm se confrontado ao longo da história. Essa luta continua hoje como uma luta revolucionária incessante contra o estágio final do capitalismo (Pêcheux, 1978).

SUMÁRIO

PREFÁCIO: UM TRABALHO DE FÔLEGO	13
Bethania Mariani	
UMA GUERRA DOS SENTIDOS	15
I. SOBRE O PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO	25
1.1 “Eu sou brasileiro, com muito orgulho, com muito amor”	26
1.2 A construção de um caminho	34
II. ENUNCIÇÃO POLÍTICA	49
2.1 A política, o político do/no discurso e o discurso político	49
2.2 Enunção no discurso político: entre memória e atualidade	65
2.3 Os partidos, as bancadas temáticas e os interesses do jogo político brasileiro	74
III. O RITUAL INSTITUCIONAL: A SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	83
3.1 A Câmara dos Deputados: o lugar institucional	83
3.2 Condições de produção: a exterioridade do discurso	91
3.2.1 Um cenário político-econômico do Brasil em 2016	92
3.2.2 Um acontecimento histórico, político e discursivo	102
3.3 Espetacularização do político: “arma temível” ou “comédia ridícula”?	108
3.4 O real... da língua e da história: a (des)ordem da língua (oficial) na história (oficial)	112

IV. O VOTO NA FLUIDEZ DA TENSÃO ENTRE A PARÁFRASE E A POLISSEMIA	125
4.1 “Repetir repetir- até ficar diferente”: paráfrase, polissemia, metáfora	125
4.2 A constituição de sentidos de ‘voto’	132
4.2.1 Na etimologia: a promessa religiosa	139
4.2.2 No jurídico: um direito	142
4.2.3 No político: a heterogeneidade	148
4.3 No movimento dos sentidos: da promessa religiosa à promessa política	151
4.4 O funcionamento discursivo do voto na Câmara dos Deputados	157
4.5 <i>Público e Privado</i> na discursividade dos votos dos deputados	174
4.6 Um campo ideológico paradoxal e as relações de força existentes	179
4.7 Dois presentes, dois passados, dois futuros: abusos de (da) memória	186
4.7.1 Duas memórias de um Presente	191
4.7.1.1 “Eu voto sim ao <i>impeachment</i> ”	192
4.7.1.2 “Eu voto não ao golpe”	224
4.7.2 Duas memórias de um Passado	247
4.7.2.1 Um inimigo em comum: o anticomunismo e o antipetismo	249
4.7.2.2 Uma luta em comum: resistência e democracia	261
4.7.3 Duas memórias de um Futuro	267
4.7.3.1 Um futuro de mudança e esperança	271
4.7.3.2 Um futuro de <i>continuidade da luta</i>	281
V. NOS EFEITOS DA LUTA DO GOLPE CONTRA O IMPEACHMENT	291
REFERÊNCIAS	303

ANEXOS	315
Anexo I: Sequências Discursivas Dos Votos Favoráveis Ao <i>Golpe/Impeachment</i>	315
Anexo II: Sequências Discursivas Dos Votos Contrários Ao <i>Golpe/Impeachment</i>	329
SOBRE A AUTORA	339

PREFÁCIO: UM TRABALHO DE FÔLEGO

Bethania Mariani
(UFF- CNPq-Faperj)

Raro. Com esta palavra dou início ao prefácio do livro de Ariana da Rosa Silva. É mesmo singular e raro um livro que tem como título *Dois presentes, dois passados, dois futuros: o discurso político na votação do golpe/impeachment de Dilma Rousseff*. Explico melhor.

É raro em função da coragem na escolha temática que visitou um momento bastante traumático na historicidade da formação social brasileira. Raro pelo rigor teórico e pela agudeza analítica, o que permitiu engendrar com seriedade e responsabilidade uma discussão sobre os (des)caminhos da política nos modos como o político desdobra a língua. E raro porque vai ficar como obra de base a ser sempre consultada quando o assunto envolver o período que se inicia em 2015 e segue até 2022. Como nos lembra Michel Pêcheux, teórico da Análise do Discurso materialista, base fundamental do gesto de compreensão realizado no livro, a produção de sentidos está sempre em movimento, produzindo efeitos no imaginário. Cabe ao pesquisador analisar o processo ideológico, em sua base material histórico-linguageira, que engendra os processos de repetição, deslocamento, transformação e/ou mudança dos sentidos. Trazendo novamente Pêcheux, retomo sua provocação em *Papel da memória* (1983): “Quando lhe mostramos a lua, o imbecil olha o dedo”, e por que não?”. Este é o trabalho do analista do discurso, se perguntar sobre os gestos de interpretação que forjam direções para os processos de produção de sentidos.

Com este livro, o leitor poderá acompanhar passo a passo os processos discursivos que direcionaram, na política brasileira, os votos dos Deputados durante o processo da sessão extraordinária

do dia 17 de abril de 2016, que foi o instrumento jurídico de deposição da presidenta Dilma Rousseff. A leitura proposta por Ariana desconstrói os efeitos de evidência dos votos favoráveis e desfavoráveis, analisando a memória e a historicidade dos sentidos em jogo. Indo além, o gesto de análise proposto permite compreender o funcionamento do discurso político brasileiro em sua inserção na forma de produção atual do capitalismo. Conforme podemos ler, seguindo as análises minuciosas dos enunciados de voto dos parlamentares, duas eram as matrizes de sentidos em jogo durante a sessão, matrizes estas que reapareceram durante as eleições de 2018.

Pela análise da linguagem, dos processos de produção de sentidos em jogo nos modos de enunciar o voto, podemos ler uma dicotomização política empobrecida, mas com muita força midiática (que depois foi se amplificando nas mídias sociais), imposta por certos grupos de políticos à sociedade brasileira. Como bem nos diz a autora, com o gesto simbólico do voto, os deputados preenchem o “sim” ou “não”, visando saturar os sentidos, ou seja, votos políticos com efeitos religiosos, familiares, comerciais, jurídicos.

O título do livro de Ariana da Rosa Silva nos mostra exatamente o percurso da análise: como que, com seus votos, os parlamentares que foram vitoriosos recortaram sentidos, ressignificando um passado para o país e projetando um futuro autoritário.

Que a leitura deste livro possa ficar como alerta para que as futuras gerações não se deixem enganar pela desinformação nem repitam o desastre político autoritário que vivenciamos entre 2018 e 2022.

UMA GUERRA DOS SENTIDOS

Câmara dos Deputados, *Sessão Deliberativa Extraordinária nº 091.2.55.O*, em torno das 14 horas de 17 de abril de 2016, o Presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB), anunciava o início da sessão que aprovaria a instauração do processo de deposição da presidenta Dilma Rousseff (PT). Este acontecimento histórico¹ e discursivo levaria, após aprovação no Senado Federal em 31 de agosto do mesmo ano, ao fim antecipado do quarto mandato consecutivo do Partido dos Trabalhadores e, como consequência, a um período de intensas transformações e crises políticas, sociais e econômicas no Brasil.

É em torno deste acontecimento histórico e político, enquanto prática discursiva, que dedicamos estas páginas. As discussões empreendidas neste livro observaram a guerra discursiva travada neste campo de batalha político, na divisão constitutiva do discurso, que se marca na língua, no político, no simbólico e no ideológico.

Balizada pelos conceitos teórico-metodológicos da Análise do Discurso materialista (Pêcheux, 2014a [1969], 2014c [1975]; Orlandi, 2011 [1984]), esta obra traz, como campo de observação, os estudos do discurso político e propõe discutir a constituição e a formulação de enunciados dos votos a favor e contra o *golpe/impeachment* de Dilma Rousseff, na sua determinação histórica e na contradição ideológica, que se manifestam na tribuna da Câmara dos Deputados.

Vale aqui sinalizar que tratamos do processo que destituiu Dilma Rousseff do poder, em geral, como *golpe/impeachment*. Essa dupla denominação, que comparece ao longo de nosso *corpus*, deixa ver a guerra discursiva travada neste campo de batalha

¹ Acontecimento histórico é tomado aqui conforme define Le Goff (1996), isto é, um fato que passa a ser lembrado por sua importância na sociedade.

político na busca pela fixação e estabilização de sentidos para o acontecimento. Por isso, entendemos a necessidade de marcar em nossa escrita esta divisão de sentidos, que se dá na relação entre a materialidade da língua e a materialidade da história.

Nessa perspectiva, buscamos analisar os processos de produção de sentidos dos enunciados dos votos que se produzem na fluidez da tensão entre os processos de repetição de sentidos sedimentados na memória e os deslocamentos que irrompem, movimentando os sentidos e produzindo desestabilização e novas cristalizações no acontecimento discursivo.

Propomos, portanto, um gesto de análise dos enunciados formulados pelos deputados na sessão da Câmara dos Deputados destinada à votação do processo que, em 2016, destituiu Dilma Rousseff do cargo da presidenta eleita do Brasil. O *corpus* é constituído pelos enunciados dos votos formulados pelos sujeitos que enunciam, do lugar político-institucional de deputados federais, na Câmara dos Deputados, na ocasião da *Sessão Deliberativa Extraordinária nº 091.2.55.O*, de 17 de abril de 2016 já mencionada, destinada à votação do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Recorremos, para a montagem de nosso *corpus* discursivo, à ata oficial publicada no site da Câmara dos Deputados como documento de registro da sessão supracitada. Nesta ata², constam os enunciados dos votos, bem como os pronunciamentos dos líderes dos partidos e ainda o pronunciamento do deputado Jovair Arantes (PTB), relator do processo.

É necessário ainda dizer que, por entendermos que os processos de produção de sentidos se constituem sempre em relação e caminham por distintas materialidades, a organização do

² Este documento será descrito de modo mais aprofundado no capítulo III e pode ser acessado na íntegra em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/notas.html>. Por se tratar de um documento extenso, optamos por disponibilizar nos anexos I e II, apenas um recorte desta ata, que corresponde às sequências discursivas em análise no capítulo IV.

arquivo desta obra conta ainda com o vídeo³ da sessão disponível no canal do *youtube*⁴ da Câmara dos Deputados, que corresponde à transmissão institucional da *TV Câmara*. Recorremos a este vídeo para observar o acontecimento da sessão que, juntamente à materialidade linguageira, compõe um ato de performatividade, produzindo uma espécie de espetáculo político em torno do gesto de votar. Conforme entende Debord (2003 [1967]), espetáculo e sociedade se retroalimentam e se confundem, a partir do momento em que há uma relação recíproca de representatividade.

Buscamos nesta análise, sobretudo, depreender e analisar os processos de produção de sentidos nos enunciados dos votos favoráveis e contrários à abertura do processo, que significam o tempo presente das condições sócio-históricas, políticas e econômicas do país ao mesmo tempo em que retomam um passado e tentam construir sentidos para o futuro. Além disso, fez-se importante compreender de que modo esses processos de produção de sentidos são atravessados pelo interdiscurso que os constitui e os determina.

Em outras palavras, analisamos os enunciados formulados pelos deputados, de modo a depreender como se produzem os processos discursivos determinados pelas relações de forças contraditórias e desiguais, no campo político no qual se inserem e que estão sempre em relação a outros processos discursivos que os delimitam, ou seja, em relação a uma rede de memória que os constitui.

Tomamos como ponto de partida a proposição de Pêcheux (2014a [1969]), na qual afirma que um deputado é um representante de determinados interesses de um grupo político a que pertence, isto é, seja de um partido político que participa do governo ou que a ele faz oposição; ou ainda, acrescentamos, representa interesses de outros grupos, como as bancadas temáticas que, embora sejam

³ Ressaltamos que o vídeo da sessão que compõe o arquivo de pesquisa não é, em si, objeto de análise. Os recortes das sequências discursivas analisadas correspondem aos enunciados registrados na ata da Câmara dos Deputados.

⁴ Canal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V-u2jD7W3yU>

informais, afetam e direcionam sentidos na enunciação. Desse modo, “o que diz, o que anuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa” (Pêcheux, 2014a [1969], p. 76).

Portanto, é preciso considerar que, no campo político no qual se insere a *prática discursiva* em torno da votação do processo de impedimento da presidenta, o sujeito, no lugar político-institucional de deputado, significa em seu voto “sim” ou “não” os interesses do grupo político que ele representa, por um lado, seguindo uma “orientação partidária” que é enunciada pelos líderes dos partidos durante a sessão antes do início da votação; além de interesses de grupos aos quais se filiam, como os grupos dos evangélicos, dos ruralistas, dos armamentistas, dos Diretos Humanos, dos empresários, etc. E, ainda, representando interesses no âmbito individual, pessoal.

Entendemos, conforme Pêcheux (2014c [1975], p. 198), que a *prática discursiva* deve ser entendida não como uma prática de sujeitos “no sentido dos atos, ações, atividades de um sujeito”, uma vez que isso seria cair no idealismo. Ao contrário disso, a prática discursiva leva necessariamente a considerar que “todo sujeito é constitutivamente colocado como autor de e responsável por seus atos (por suas ‘condutas’ e por suas ‘palavras’) em cada prática em que se inscreve, e isso, pela determinação do complexo das formações ideológicas (e, em particular, das formações discursivas) no qual ele é interpelado em ‘sujeito-responsável’”.

Devemos, pois, apontar que este ritual da sessão do golpe/*impeachment*, assim como todos os outros, é passível de falhas e movimentos de sentidos, visto que esses sujeitos se encontram no interior das relações de forças estabelecidas entre os elementos antagonistas de um determinado campo político, ou seja, na luta de classes.

No interior dessas relações de forças, o modo como cada deputado formula seu enunciado, isto é, o fio do discurso, não

ocorre da mesma maneira, uma vez que se deve considerar que é o processo de interpelação/identificação do sujeito com os saberes da formação discursiva dominante que vai regular o que se pode e deve dizer de determinadas posições em dadas condições de produção. Ou seja, é necessário considerar determinadas identificações do sujeito a essas regiões de processos de produção dos sentidos que o afetam, levando-o a formular seu enunciado de uma maneira ou de outra.

De acordo com Pêcheux (2014c [1975], p. 191, grifos do autor), o processo de identificação do sujeito a uma determinada formação discursiva, e à forma-sujeito “(e através da representação do possível e do apagamento do lugar do sujeito, que a ambos está conjugado)”, produz uma espécie de “simetrização-dicotomização do campo do político que confere, a esse campo, todas as aparências de uma construção *lógica* na qual se pode progredir passo-a-passo respondendo *com sim ou não* a cada questão colocada”. Dizemos, portanto, que é porque o indivíduo não tem acesso ao modo como é interpelado em sujeito pela ideologia, que se produz uma aparente lógica de que se enuncia uma coisa *ou* outra e, conseqüentemente, a ilusão de que o que diz só produz um sentido.

Esse funcionamento dicotômico, “sim” ou “não”, aparentemente estável, unívoco e lógico é característico de rituais enunciativos das práticas político/institucionais no interior de instituições como a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, por exemplo, em momentos de votação de aprovações de leis ou, mais especificamente, como na votação de abertura do processo de impedimento de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados e sua conseqüente aprovação no Senado.

Todavia, essa aparente lógica do ritual desliza em múltiplos sentidos no momento em que cada deputado toma a palavra e formula o enunciado de seu voto e que apontam, em um movimento de retorno, para uma memória e também numa projeção de um futuro. Isso porque, ao formularem os enunciados do voto “sim” ou “não”, os deputados o fazem a partir de distintas posições, muitas vezes, indiscerníveis, inscritos em formações

discursivas que determinam os sentidos de suas palavras, de seus enunciados, mas também representando interesses dos grupos aos quais se filiam, como já nos referimos.

É preciso ainda considerar que os enunciados significam diferentemente a cada tomada de palavra porque há determinações históricas e ideológicas que funcionam na constituição dos sentidos e dos sujeitos. De acordo com Orlandi (2008, p. 9), é na formulação que a “linguagem ganha vida, que a memória se atualiza, que os sentidos se decidem, que o sujeito se mostra (e se esconde)”.

Podemos dizer, então, que os enunciados formulados pelos deputados, ao enunciarem os votos favoráveis ou contrários, produzem sentidos que são historicamente determinados e ideologicamente constituídos. Isto porque compreendemos que os sentidos resultam de relações; o que é dito, formulado, está sempre em relação a outros enunciados (já-ditos, não-ditos e possíveis de se dizer), que o sustentam. Desse modo, há um trabalho do interdiscurso, ou seja, uma rede de memória que comporta outros processos discursivos, que intervêm no processo intradiscursivo de modo a constituí-lo e orientá-lo (Pêcheux, 2014a [1969]). Isso significa que é o funcionamento do interdiscurso, enquanto sentidos pré-construídos que atravessam o fio do discurso, que orienta e delimita o que pode e deve ser dito, ou seja, há saberes específicos permitidos dentro de cada formação discursiva. Mas, embora haja possibilidade de haver relações entre saberes de diferentes formações discursivas, há formulações que não são permitidas. Ou seja, discursivamente, o que pode e deve ser dito, princípio que regula as formações discursivas, é um processo que obstaculiza que qualquer enunciado seja produzido.

Como efeito do funcionamento ideológico, um sentido se naturaliza, torna-se evidência e passa a ser comum à sociedade, e são esses dizeres já-ditos que significam em novas formulações. O nosso trabalho, enquanto analistas do discurso, é desnaturalizar as evidências dos sentidos, desestabilizando-as, pois consideramos que os sentidos sempre podem ser outros, conforme afirma Orlandi (2004), mas nem sempre o são, visto que é a sua inscrição na história

que os determina. No entanto, não buscamos encontrar uma origem do discurso, mas observar os seus processos de produção de sentidos, que não são homogêneos e estáveis, porém estão em constante movimento e confrontos, travando uma guerra dos sentidos.

Deste modo, devemos levar em conta a historicidade que atravessa o que é construído no enunciado, uma vez que existe uma relação entre língua e história, que se coloca como lugar material em que os processos de produção de sentidos se realizam.

Para que seja possível compreender o funcionamento discursivo, é necessário analisá-lo sempre em relação a outros dizeres já-ditos, dizeres possíveis e também ao que não é dito, observando sua regularidade e os seus efeitos de deslocamentos. Isto porque, de acordo com o que nos apresenta Pêcheux (1990 [1983]), entendemos que todo enunciado se constitui por pontos de derivas possíveis. “Repetir repetir - até ficar diferente”, disse o poeta Manoel de Barros. Há, pois, nesse processo, efeitos metafóricos que produzem múltiplos movimentos de sentidos e que, na repetição, deslizam para outras redes de significação.

Enquanto analistas do discurso, consideramos que todo funcionamento da linguagem decorre da relação tensa entre processos parafrásticos e polissêmicos. “Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória”. Enquanto “na polissemia, o que temos é o deslocamento, a ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco” (Orlandi, 2010, p. 36).

Portanto, analisamos os processos de produção de sentidos nos enunciados formulados pelos deputados nessas condições de produção de modo a apontar suas regularidades e os deslizamentos, que se constituem na fluidez da tensão entre a paráfrase e a polissemia. Isso porque consideramos que é a relação entre língua e ideologia que possibilita os múltiplos movimentos de deslocamentos no interior dos processos discursivos pelo funcionamento do efeito metafórico.

Conforme defende Pêcheux (2014c [1975], p. 146-147), “as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo

as posições sustentadas por aqueles que as empregam”. Ou seja, as palavras não possuem um sentido em si mesmas. Os seus sentidos derivam das formações discursivas nas quais se inscrevem e das posições assumidas pelos sujeitos na enunciação. Além disso, como já afirmamos, é o funcionamento do interdiscurso que determina e orienta os saberes das formações discursivas. Esses saberes correspondem a tudo o que já foi dito, formulado em outro lugar por outros sujeitos, isto é, são sentidos já produzidos e que sustentam novas formulações em um movimento de repetição e de deslocamento na produção de sentidos.

Essas problematizações nos permitem formular duas perguntas principais que orientam nossas análises:

1- *De que modo os mecanismos de produção de sentidos mobilizados nos processos discursivos dos enunciados dos votos favoráveis e contrários ao golpe/impeachment da presidenta Dilma, produzem/sustentam efeitos de evidências de sentidos em torno do gesto de votar “sim” ou “não”?*

2- *De que modo os enunciados dos deputados na votação do golpe/impeachment nos permitem compreender o funcionamento do discurso político brasileiro na forma de produção capitalista atual?*

São estes questionamentos que nos movem na escrita destas páginas e, que ainda se desdobram em outras questões, de modo a compreender o funcionamento discursivo dos votos dos sujeitos que enunciam, nessas condições específicas de produção do lugar institucional de deputados federais. Essas questões são apresentadas a seguir em dois eixos que se intrincam, se completam e direcionam nosso gesto de análise.

Primeiro eixo: o intradiscurso

O funcionamento da linguagem nos processos de produção de sentidos se realiza em um movimento parafrástico-polissêmico. O movimento parafrástico é aquele que produz sinonímias, em um movimento de contenção dos sentidos (Pêcheux, 2014c [1975]). Tal funcionamento pode ser apreendido com gestos de análise que nos

permitem depreender as suas regularidades enunciativas. Assim sendo, que regularidades se produzem nos enunciados dos votos favoráveis ou contrários ao processo de *golpe/impeachment*? Essas regularidades apontam para uma homogeneidade dos discursos dos parlamentares em torno do voto “sim” e “não”, ou seja, o voto favorável e o voto contrário são homogêneos na produção de sentidos? Há diferenças de funcionamento entre os votos favoráveis e contrários? Caso existam, de que modo essas diferenças direcionam os sentidos no fio do discurso? Por que, nessas condições de produção específicas, os deputados votam fazendo uso de determinados elementos lexicais?

Segundo eixo: o interdiscurso

Os dizeres estão em relação a outros ditos em circulação, já-ditos e aos não-ditos, o que nos permite afirmar que toda a produção de sentidos se encontra sempre em relação. Nesta perspectiva, de que maneira o funcionamento do interdiscurso (Pêcheux, 2014c [1975]) se inscreve nos processos de produção de sentidos nessas condições de produção? Que saberes do interdiscurso são atualizados nessas formulações quando inscritas em uma formação discursiva favorável ou contrária ao processo e o que é silenciado? De que modo o que é retomado da memória e o que é apagado produz sentidos no funcionamento do voto?

O *corpus* com o qual trabalhamos foi escolhido devido ao fato dos deputados serem peças fundamentais nas decisões e discussões políticas que envolvem e produzem movimentos diretamente ligados à formação social brasileira e, nesse caso, em especial, que mudou o rumo do contexto sócio-político-econômico do Brasil. Seus votos proferidos na tribuna, ao longo de todo o processo de deposição da presidenta reeleita em 2014, pelo Partido dos Trabalhadores e, principalmente, na sessão que aprovou a sua instauração, produziram constantes práticas discursivas e não discursivas no país. Por isso, entendemos ser necessário um estudo neste âmbito.

Ademais, consideramos importante tratar do tema, uma vez que entendemos ser necessário questionar as evidências e movimentar os sentidos que podem ou não se estabilizar na história hegemônica deste acontecimento. Pensar naquele momento histórico-político do país implica a retomada de uma memória. Retomam-se, através de uma rede de memória, dizeres que são carregados historicamente de significância que, não sem embate, se fixam e retornam, enquanto outros são silenciados.

Analisamos, portanto, as práticas discursivas institucionais sobre os acontecimentos de um tempo presente, para o qual se produz sentidos sempre na relação com uma memória discursiva de um passado e ainda numa projeção imaginária de um futuro.

Concordamos com Bebiano (2003, p. 231) quando diz que “sem história do presente não existirá história do futuro”. Segundo o autor, o presente não é simplesmente um lugar de passagem entre um tempo anterior e um posterior, mas sim como “o concebia Hannah Arendt, uma ‘lacuna’ entre passado e futuro; não é um intervalo, mas sim um campo de forças gerado pela iniciativa do pensamento humano” (Bebiano, 2003, p. 229).

Trazendo esta reflexão para o ponto de vista discursivo, de onde falamos, é possível dizer que o discurso produzido na sessão da Câmara dos Deputados que votou e aprovou, por um processo jurídico e político, a deposição da presidenta Dilma Rousseff vai significar na história de um modo ou de outro conforme as instâncias de poder vigentes. Isto porque os sujeitos estão a todo tempo escrevendo “uma história” a partir de novos acontecimentos que surgem e que carecem de interpretação (Henry, 2014 [1984]), produzindo efeitos que se estabilizam na memória oficial ou que são apagados na escrita da história. Eis o lugar em que esta obra se encontra: uma guerra política e institucional dos sentidos.

I. SOBRE O PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Enquanto analistas do discurso, entendemos que é necessário não tomar os sentidos como evidentes. O estudo empreendido nesta obra está filiado à Análise do Discurso materialista, com base em estudos de seu fundador Michel Pêcheux, na França, e Eni Orlandi, no Brasil. A Análise do Discurso filia-se, conforme afirma Orlandi (2012a, p. 37) “aos movimentos de ideias sobre o sujeito, a ideologia e a língua”, marcando “sua singularidade por pensar a relação da ideologia com a língua, afastando a metafísica, trazendo para a reflexão o materialismo e não sucumbindo ao positivismo da ciência da linguagem”. Ou seja, considerando que a língua é a base material onde se realizam os efeitos de sentidos por meio do funcionamento ideológico.

Pêcheux (2016 [1984]) afirma que as pesquisas desenvolvidas no campo do discurso tomam por objeto:

o trabalho da heterogeneidade discursiva no jogo das contradições sócio-históricas: analisa-se uma sequência na sua relação com seu exterior discursivo específico (em particular seus pré-construídos, seus discursos relatados, etc) e em relação à alteridade discursiva com que ela se defronta, ou seja, o campo sócio-histórico do qual ela se separa (Pêcheux, 2016 [1984], p. 229).

É este trabalho que coloca em relação a materialidade da língua e a materialidade da história que constitui, portanto, o trabalho de análise do discurso. Consoante Orlandi (1994), analisa-se a materialidade da língua não a atravessando, como se houvesse algo a ser descoberto do outro lado, através de uma transparência, uma vez que se considera, na teoria, sua opacidade, sua historicidade. “A historicidade do texto, na perspectiva da análise do discurso, não está no contexto fora da linguagem, mas na maneira como o discurso se textualiza, no modo como essa exterioridade está simbolizada. Ela é interna ao próprio texto”

(Orlandi, 1997, p. 11). Portanto, a história de que trata a Análise do Discurso não tem a ver com a evolução cronológica dos acontecimentos, mas com uma filiação, em que a prioridade é compreender a produção e circulação de sentidos ao longo do tempo. A historicidade do discurso, conforme afirma Fonseca (2020), “é a relação que uma determinada textualização de sentidos estabelece com outras textualizações presentes numa conjuntura e numa memória”.

Foi, então, por meio da mobilização dos conceitos da Análise do Discurso materialista, que montamos o dispositivo analítico para percorrermos o caminho que nos levou a responder às nossas questões já apresentadas. Não era nosso interesse buscar uma resposta unívoca, mas, a partir de um gesto de interpretação, depreender o funcionamento da prática discursiva de nosso *corpus*.

A prática das análises discursivas deve ser feita sempre em um movimento entre os gestos de interpretação e de descrição, que são regulados pelo analista, de acordo com o dispositivo de análise constituído a partir de seu *corpus*. Deste modo, a Análise do Discurso vai trabalhar no lugar possível da interpretação. Nas palavras de Pêcheux (2016 [1984], p. 291), não se pretende, com essa teoria, dominar “‘o’ sentido dos textos, mas somente construir procedimentos expondo o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito”. Sendo assim, para se fazer “ciência do discurso” é necessário “estabelecer uma relação de consistência entre a teoria, o método, os procedimentos, e o objeto” (Orlandi, 2012, p. 38). Foi o que buscamos fazer nas análises que se apresentam neste livro.

1.1 “Eu sou brasileiro, com muito orgulho, com muito amor”

O *discurso*, enquanto objeto teórico, é que permite à Análise do Discurso se consolidar como uma nova teoria no campo dos estudos da linguagem. Pêcheux (2014a [1969]) define *discurso* como não sendo necessariamente “uma transmissão de informações entre A e B mas, de modo mais geral, de ‘um efeito de sentidos’ entre os pontos

A e B” (Pêcheux, 2014a [1969], p. 81), ou seja, discurso é efeito de sentidos entre locutores, é o lugar de contato entre língua e ideologia. Os locutores, de que fala o autor, não são os indivíduos bio-psico-fisiológicos, mas posições-sujeito discursivas constituídas por linguagem, resultantes da interpelação ideológica e do atravessamento pelo inconsciente (Silva Sobrinho, 2016).

De acordo com Silva Sobrinho (2016), é a definição desse novo objeto de investigação que distingue a Análise do Discurso de outras áreas da Linguística ou de outras áreas das Ciências Humanas e Sociais, que também utilizam o termo ‘discurso’ para se referir a coisas distintas, o que nos permite dizer que o sentido de discurso não deve ser tratado de modo evidente.

Ainda segundo o autor, o discurso é sentido e se produz nas relações que constituem o sujeito em suas práticas de linguagem, isto é, das posições-sujeito inscritas nas formações discursivas e ideológicas e também como efeito do funcionamento do inconsciente. É, portanto, nas relações de linguagem que o discurso se produz considerando que o sujeito não é sua origem. Este objeto teórico é entendido como sentido que se constitui historicamente pela atualização da memória. Discurso é a linguagem em funcionamento.

Maldidier (2003, p. 15) considera que, para Pêcheux, o discurso é “um verdadeiro nó”. Não é um objeto primeiro ou empírico, mas “o lugar teórico em que se intrinca literalmente todas as suas grandes questões sobre a língua, a história, o sujeito”. A autora acrescenta que “a originalidade da aventura teórica do discurso prende-se ao fato de que ela se desenvolve no duplo plano do pensamento e do dispositivo de análise, que é seu instrumento” (Maldidier, 2003, p. 15). Ou seja, é na construção desse novo objeto de estudo que Pêcheux deixa ver as suas inquietações que atravessavam a relação entre língua, história e sujeito e que vão permear toda sua teorização dos processos discursivos.

Pêcheux (1990 [1983]), em *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*, propõe uma discussão teórica sobre o discurso como uma imbricação entre a estrutura e o acontecimento. Pêcheux (1990

[1983]) define *acontecimento* como o ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória. Como exemplo de acontecimento, o autor apresenta o resultado das eleições presidenciais em 10 de maio de 1981 que elegeu François Mitterand como Presidente da França e que foi exibido nas telas televisivas do país. Naquele momento, um enunciado foi proferido coletivamente: “On a gagné”. De acordo com o autor, esse acontecimento aparece na televisão como o “resultado de uma super-copa de futebol político ou de um jogo de repercussão mundial (F. Mitterand ganha o campeonato de Presidenciáveis da França)”, que corresponde, segundo o autor, a um “acontecimento jornalístico e da mass-media que remete a um comentário sócio-político ao mesmo tempo perfeitamente transparente (o veredito das cifras, a evidência das tabelas, etc) e profundamente opaco” (Pêcheux, 1990 [1983], p. 19). Dessa forma, faz-se trabalhar o acontecimento na relação entre a atualidade e a memória.

A partir dessa proposta empreendida por Pêcheux (1990 [1983]), propomos que a sessão de votação do processo de deposição da Presidenta Dilma Rousseff em 17 de abril de 2016, se configura também como um acontecimento discursivo. Nesta data, era possível acompanhar a sessão ao vivo por vários canais televisivos em todo país (e no exterior), inclusive pela *TV Câmara*, e também na *internet*. Assistindo ao vídeo, que compõe nosso arquivo, disponibilizado no canal do *youtube* da *TV Câmara*, pudemos observar que, durante a sessão de votação, havia muitas bandeiras, faixas; e gritos de guerra eram entoados. E um deles se destacou em meio à circulação de sentidos: “Eu sou brasileiro, com muito orgulho, com muito amor”. Este enunciado foi formulado em várias ocasiões ao longo da sessão, sendo proferido por aqueles que se posicionaram favoráveis e contrários ao processo. Um destes momentos chamou a nossa atenção: o enunciado foi cantado em alta voz e em coro por apoiadores do processo que levantavam suas bandeiras verde-amarelas com o enunciado “Tchau querida!”, enquanto erguiam o braço em um gesto de vitória, ao mesmo tempo em que confetes eram jogados para o alto no momento em

que o deputado Bruno Araújo (PSDB) chega à tribuna para anunciar o seu voto. Isto porque, este seria o voto que somaria o total de 342 necessários para aprovação do processo do *golpe/impeachment*.

O enunciado corresponde ao refrão da canção *Grito de Guerra* de autoria do compositor Nelson Biasoli, criada durante uma competição estudantil em 1949, enquanto era professor no interior de São Paulo, mas sendo registrada apenas em 1979, após passar pela censura do período ditatorial. O *Grito de Guerra* foi, então, puxado na década de 40, em um jogo de futebol escolar cuja equipe adversária era composta por alunos descendentes de alemães.

O enunciado “Eu sou brasileiro, com muito orgulho, com muito amor”, entoado neste momento de aprovação do processo de *golpe/impeachment*, que tomamos como acontecimento histórico, político e discursivo, é comumente cantado como grito de guerra em jogos da Seleção Brasileira de futebol, ou em outros jogos esportivos, especialmente em campeonatos mundiais em que o país é representado, gesto que entendemos como uma manifestação de patriotismo/nacionalismo. Conforme Pêcheux (1990 [1983]) demonstrou com a eleição de Mitterand, a aprovação de instauração do processo de impedimento de Dilma Rousseff no Brasil pode ser vista também como um “resultado de uma super-copa de futebol político ou de um jogo de repercussão mundial”⁵. Há, portanto, uma retomada de um dizer geralmente proferido em condições de disputas esportivas, que se desloca para o campo político, produzindo, assim, outros sentidos, uma vez que os enunciados significam diferentemente em cada tomada de palavra, de acordo com as condições de produção que o determinam.

É possível observar que a ‘vitória’, então comemorada com o enunciado, era do time “brasileiro”, colocando os que são

⁵ Destacamos que, na França, era a esquerda que assumia o poder, enquanto no Brasil, foi o processo de deposição de Dilma que abriu caminho para a eleição de um presidente da extrema-direita em 2018.

contrários ao processo do lado adversário, dos que ‘perderam’, que, sejam quem forem, não são vistos como brasileiros.

Outro ponto destacado por Pêcheux, e que consideramos ser mais um ponto de convergência com a nossa proposta, é que há um confronto discursivo que busca denominar este acontecimento, que diz ser “improvável”, antes mesmo que ele acontecesse. Isto é, havia um trabalho de “formulações (retomadas, deslocadas, invertidas, de um lado a outro do campo político) tendendo a prefigurar discursivamente o acontecimento, a dar-lhe forma e figura, na esperança de apressar sua vinda [...] ou de impedi-la” (Pêcheux, 1990 [1983], p. 20).

Todo esse processo de formulações tem sequência quando ocorre o novo fato: a eleição de Mitterand. No entanto, essa novidade não faz com que o acontecimento perca sua opacidade “inscrita no jogo oblíquo de suas denominações” (Pêcheux, 1990 [1983], p. 20). Pêcheux apresenta três enunciados: “F. Mitterand é eleito presidente da República Francesa”; “A esquerda francesa leva a vitória eleitoral dos presidencialistas”; ou “A coalizão socialista-comunista se apodera da França”. Para ele, esses enunciados não estão em relação interparafrástica. Eles remetem ao mesmo fato: a eleição de Mitterand à Presidência da França. Contudo, não constroem as mesmas significações.

Assim, Pêcheux (1990 [1983]) afirma que o confronto discursivo continua através do acontecimento e também depois, “no meio dessa circulação-confronto de formulações” que continuam a se produzir na tela da TV destacando a vitória e os que gritam pela vitória (não deixando ver o lado oposto). Dentre tantos gritos coletivos de vitória, um, em especial, vai se apegar ao acontecimento: “On a gagné” (“Ganhamos!"). Pêcheux (1990 [1983]) afirma que a materialidade discursiva desse enunciado se difere de outras, uma vez que nem seu conteúdo, nem a estrutura enunciativa se assemelham ao que se propõe como discurso proferido em uma situação política.

Sendo assim, este enunciado, que se coloca na esfera do acontecimento político, retoma, como uma metáfora, um grito

normalmente utilizado em jogos esportivos para comemorar a vitória de um time. Para Pêcheux, esse jogo metafórico sobredeterminou o acontecimento, destacando o seu equívoco. O resultado de um jogo deriva de um universo estabilizado logicamente (por meio de argumentos simples, de predicados e relações), podendo ser descrito exhaustivamente através de uma univocidade lógica dos fatos. Isto porque, de acordo com o autor, “a questão do jogo é logicamente definida como estando contida em seu resultado”. Assim, se uma equipe venceu um jogo, significa (e apenas significa) que venceu a outra equipe, não sendo possível, portanto, se produzirem questões como: “quem ganhou de verdade?” ou “o que realmente a equipe vencedora ganhou?” (Pêcheux, 1990 [1983], p. 22).

No momento em que aparecem na mídia, esses resultados eleitorais são apresentados a partir da mesma “univocidade lógica”. “O universo das porcentagens de resultados, munidos de regras para determinar o vencedor é ele próprio um espaço de predicados, de argumentos e relações logicamente estabilizado”. Sendo assim, o autor afirma que “no dia 10 de maio, depois das 20 horas, a proposição ‘F. Mitterand foi eleito presidente da República’ tornou-se verdadeira” (Pêcheux, 1990 [1983], p. 23).

Pêcheux destaca que, ainda que a mídia trate do acontecimento como sendo evidente, o enunciado “On a gagné” (“Ganhamos!”) é profundamente opaco em sua formulação, considerando sua materialidade linguística, e ao ser utilizado em um contexto político, que não é, digamos, o seu contexto “original” de produção. Desloca-se, portanto, do campo esportivo para o político, significando diferentemente. Assim, Pêcheux afirma que a questão teórica que propõe é, portanto, a do “estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento entrecruzando proposições de aparência logicamente estável, suscetíveis de resposta unívoca (é sim ou não, é x ou y, etc) e formulações irremediavelmente equívocas” (Pêcheux, 1990 [1983], p. 28). Ou seja, pensar que o discurso é tanto estrutura como acontecimento. Isso nos permite observar enunciados como “é golpe”, “é

impeachment”, “não é golpe, é *impeachment*”, “não é impeachment, é golpe” que se entrecruzam no discurso a favor e contra o processo. Não se trata de *um ou outro, é golpe e é impeachment*, se considerarmos que ambos significam um mesmo acontecimento nas diferentes formulações inscritas em formações discursivas distintas.

A partir desta proposta de Pêcheux, ainda é possível pensar na aparente lógica imposta pelas práticas institucionais de votação, que pressupõem formulações unívocas com um “sim” ou “não” a uma questão colocada, o que implicaria uma tomada de posição pura e simplesmente a favor ou contra algo, neste caso, à deposição de Rouseff. No entanto, ao dizer “sim” ou “não”, os deputados não manifestam apenas uma posição dicotômica e logicamente estabilizada, uma vez que estes advérbios de afirmação e de negação comportam sentidos de identificação desses sujeitos a determinadas formações ideológicas e discursivas. Queremos dizer que, ser a favor ou contra o processo já indica uma adesão a determinados sentidos e não outros. No entanto, os sujeitos, do lugar institucional de deputados, ao tomarem a palavra, formulam seus enunciados para além do “sim” e “não” esperados nessas condições, numa tentativa de preencher de sentidos o seu voto, chegando a uma saturação pela repetibilidade e produzindo deslizamentos que apontam para uma memória de um passado e uma projeção de um futuro a partir da temporalidade do acontecimento presente.

Mais adiante, Pêcheux (1990 [1983]) apresenta a posição de trabalho que se desenvolve na França em que há uma convergência de interesses em uma “aproximação, teórica e de procedimentos, entre as práticas da ‘análise da linguagem ordinária’”, seguindo a visão anti-positivista de Wittgenstein e “as práticas de leitura’ de arranjos discursivo-textuais”, que tinham origem nas abordagens estruturalistas (Pêcheux, 1990 [1983], p. 49). Nessa perspectiva, concebe-se uma maneira de trabalhar as materialidades discursivas que evoca algumas exigências.

O primeiro ponto, apresenta Pêcheux, “consiste em dar o primado aos gestos de descrição das materialidades discursivas”. Para ele, a descrição supõe “o reconhecimento de um real específico sobre a língua”. Isso faz com que a pesquisa linguística busque novas abordagens para o “fato linguístico do equívoco como fato estrutural implicado pela ordem do simbólico” (Pêcheux, 1990 [1983], p. 50-51).

A segunda exigência apontada por Pêcheux é a de que toda descrição é passível ao equívoco e todo enunciado “é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro”, isto é, todo dizer pode tornar-se outro, deslocando seu sentido. Assim, todo enunciado, ou sequência de enunciados, pode ser descrito linguisticamente “como uma série de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação” (Pêcheux, 1990 [1983], p. 53). Este é, portanto, o ponto em que trabalha a Análise do Discurso. O autor afirma que a descrição e a interpretação devem trabalhar em alternância, em um batimento, em que o analista determina o lugar e o momento em que ambas devem acontecer. Dessa forma, a posição do analista deve ser sempre assumida na análise.

No entanto, é preciso destacar, consoante Pêcheux, que o “fantasma da ciência régia” é exatamente a negação do equívoco, fazendo surgir a ilusão de que se sabe do que se fala, negando a interpretação. Para Pêcheux, é isso que, conseqüentemente, leva ao questionamento final da discursividade sendo uma estrutura *ou* um acontecimento, sendo o terceiro e último ponto de exigência que permite um trabalho com a materialidade discursiva.

Para o autor, todo discurso permite uma “desestruturação-reestruturação” das redes de memória e dos trajetos sociais em que ele irrompe. Assim, “todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho [...] de deslocamento no espaço” (Pêcheux, 1990 [1983], p. 56), como podemos verificar nos processos de produção de sentidos dos enunciados no acontecimento da sessão de votação do *golpe/impeachment*.

Podemos dizer, então, que Pêcheux aborda em *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*, o fato de que há, na materialidade discursiva, o funcionamento do real, definido pelo autor como pontos de impossível, fazendo com que não haja, no discurso, uma homogeneidade lógica, a partir do momento em que existem pontos de deriva, de equívoco. São esses pontos de deriva que permitem ao analista do discurso um lugar possível para a interpretação. Assim, para se fazer análise do discurso, é preciso haver sempre a alternância entre a descrição de sua estrutura e a interpretação do acontecimento, conforme propomos neste livro.

A seguir, apresentamos a construção/descrição de um caminho de leitura percorrido para a compreensão do funcionamento discursivo dos enunciados dos votos na sessão de deposição de Dilma.

1.2 A construção de um caminho

Destacamos, em primeiro lugar, que o gesto de análise aqui empreendido não se inicia no recorte das sequências discursivas. Ao contrário disso, nosso gesto analítico tem seu início na própria construção/organização do *arquivo* que compõe esta obra na constituição do *corpus* discursivo.

Após um trabalho exaustivo de leituras e releituras do *corpus*, o gesto que aqui empreendemos nos possibilitou a compreensão do funcionamento discursivo dos enunciados dos votos na sessão do *golpe/impeachment* que produzem sentidos para os acontecimentos políticos, sociais, econômicos que circunscrevem o acontecimento da deposição de Dilma Rousseff. Isto porque, os vários procedimentos que fazem parte de nosso gesto de análise e de construção do dispositivo de análise que permitiu a organização do *corpus* discursivo nos possibilitaram chegar às regularidades nos enunciados dos votos, em termos do funcionamento da organização da língua, que produzem efeitos quando tomados na ordem da língua. É para o funcionamento dessa ordem da língua

que olhamos, com mais afinco, buscando compreender de que modo esse funcionamento produz sentidos no discurso.

Para traçar um caminho possível de leitura, tomamos como ponto de apoio a noção de historicidade, uma vez que, como afirma Fonseca (2020) “além de se reconhecer que os sentidos têm história, é fundamental na Análise do Discurso, compreender que os sentidos se constituem historicamente”. Essa compreensão demanda “considerar que os processos semânticos se desenvolvem em diferentes níveis e ordens, com pistas que são desenvolvidas na língua, na interlocução e sobre a interlocução”. Além disso, sobretudo, esses processos se desenvolvem “frente a uma história de textualizações, de realizações e materializações dos sentidos em discursos” (Fonseca, 2020). Conforme compreende Horta Nunes (2005), a noção de historicidade permite que o trabalho de leitura de arquivos⁶ faça percursos outros, isto é, seguindo as marcas linguísticas, percorre-se um caminho que permite desfazer “cronologias estabelecidas, que explicitem a repetição de mecanismos ideológicos em diferentes momentos históricos que localizam deslocamentos e rupturas” (Horta Nunes, 2005, p. 02).

Nessa perspectiva, compreendemos que é característico das instituições, como a Câmara dos Deputados, organizar seus próprios arquivos nos quais estão reunidos documentos de determinados acontecimentos históricos, políticos e das falas públicas decorrentes desses acontecimentos, como as atas de registros das sessões plenárias da Câmara e do Senado, buscando sedimentar um *lugar de memória* (Nora, 1993 [1984]). De acordo com Nora (1993 [1984], p. 27), o *lugar de memória* se constitui duplamente,

⁶ Para Pêcheux (2014 [1982]), há inúmeras e contraditórias maneiras de se empreender a leitura de um arquivo que mobiliza um gesto de interpretação que o inscreve na memória histórica, ou seja, sempre como um espaço de confronto no gesto de ler. Em contrapartida, o autor aponta que a leitura de arquivo corresponde a um trabalho “anônimo” necessário por meio do qual a memória coletiva é gerida pelos aparelhos do poder das sociedades, em que apenas alguns são autorizados a produzir os gestos de leitura, enquanto todos os outros estão fadados a repetição dos gestos, que também se configuram como gestos de leitura.

enquanto “um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações”. Assim, a ata da sessão do golpe/*impeachment* de Dilma Rousseff constitui um dos documentos que compreende uma ínfima parte de um grande arquivo institucional.

Esse documento da ata faz parte de um primeiro recorte que empreendemos em nosso gesto de análise para a organização de nosso arquivo, juntamente ao conjunto de textos que compreende as leituras aqui empreendidas. É, portanto, a partir da leitura desse recorte do arquivo institucional e de nossas indagações que, após outro movimento de recorte, construímos o *corpus discursivo*. Há um movimento, que não deve ser considerado como automático ou simples, de passagem do arquivo para o *corpus* discursivo de análise, uma vez que, em ambos os processos de construção, estão em jogo gestos de interpretação. A interpretação é compreendida discursivamente como gestos, que Pêcheux (2014a [1969]) define como atos no nível do simbólico e, conforme aponta Henry (2014 [1984]), os acontecimentos clamam por sentidos, carecem de interpretação.

Na passagem do arquivo para o *corpus* discursivo, lembramos o que propõe Courtine (2014 [1981], p. 54): um *corpus discursivo* consiste em um conjunto de sequências discursivas que se estrutura de acordo com um planejamento definido em relação a um determinado estado das condições de produção do discurso. A constituição de um *corpus discursivo* corresponde a uma operação que realiza hipóteses que são formuladas quando se definem os objetivos de pesquisa, através de um dispositivo de análise, de mobilizações teóricas específicas. Contudo, é preciso considerar que existem critérios de constituição de um *corpus* que se diferenciam, considerando as questões da pesquisa. Courtine (2006) explica que, para que se possa extrair um *corpus* de discurso político, é preciso, antes de tudo, delimitar o *campo discursivo de referência*, isto é, um tipo de discurso: “discurso político; seja o discurso que nasce a partir de uma fonte particular no interior do

campo do discurso político: discurso produzido pelo falante que pertence àquela formação política, seja o discurso que nasce de uma fonte em um momento histórico definido”, impondo uma sucessão de “coerções sobre os materiais que os tornam homogêneos” (Courtine, 2006, p. 66), ou seja, são as condições de produção do discurso, que, ao funcionarem como um filtro, vão permitir a construção de um *corpus* discursivo homogêneo.

Neste caso, nosso *corpus* discursivo é composto por enunciados formulados por deputados no interior de uma instituição em votação de um processo de deposição de uma presidenta eleita pelo voto popular, filiada a um partido de esquerda, ou seja, em torno de práticas discursivas de condições sócio-históricas e políticas específicas.

O analista do discurso deve mobilizar um dispositivo de análise, que é único para cada pesquisa, de acordo com o seu *corpus* e com suas questões, e que o permita compreender o confronto polêmico de gestos de interpretação no interior de um arquivo. Deste modo, para a construção do dispositivo analítico, realizamos uma prática de análise por meio de uma “leitura-trituração”, produzindo “cortes, extrações, deslocamentos e aproximações” (Pêcheux, 2016 [1981], p. 16) para que fosse possível depreender os processos de produção de sentidos.

Para realizar essa “leitura-trituração”, trabalhamos, em nosso dispositivo de análise, conceitos como ideologia, sujeito, língua que funcionam como um tripé de sustentação teórica e aparecem ao longo do estudo. E ainda, para a prática analítica que propomos, mobilizamos as noções de enunciação, paráfrase, polissemia, metáfora, interdiscurso, entre outras que, ao longo do percurso, se fizeram necessárias, para que pudéssemos compreender o funcionamento discursivo de nosso objeto de estudo. Esses conceitos são apresentados e discutidos ao longo dos capítulos deste livro.

Dos 513 deputados que compõem a Câmara no Congresso Nacional, 511 votaram nesta sessão, além dos pronunciamentos realizados pelos líderes das bancadas partidárias em função da

orientação do voto aos parlamentares. Sendo assim, considerando o extenso *corpus* empírico com o qual trabalhamos e as questões de pesquisa, foi preciso definir alguns métodos de trabalho anteriores aos recortes das sequências discursivas, o que já faz parte de um gesto analítico e, por isso, descrevemo-los a seguir.

Antes de continuarmos, é importante dizer que não era nosso objetivo realizar uma análise quantitativa ou lexicográfica. Entretanto, esses gestos, que demonstramos a seguir representados por alguns gráficos que produzimos, já fazem parte dos procedimentos de trabalho com o *corpus*.

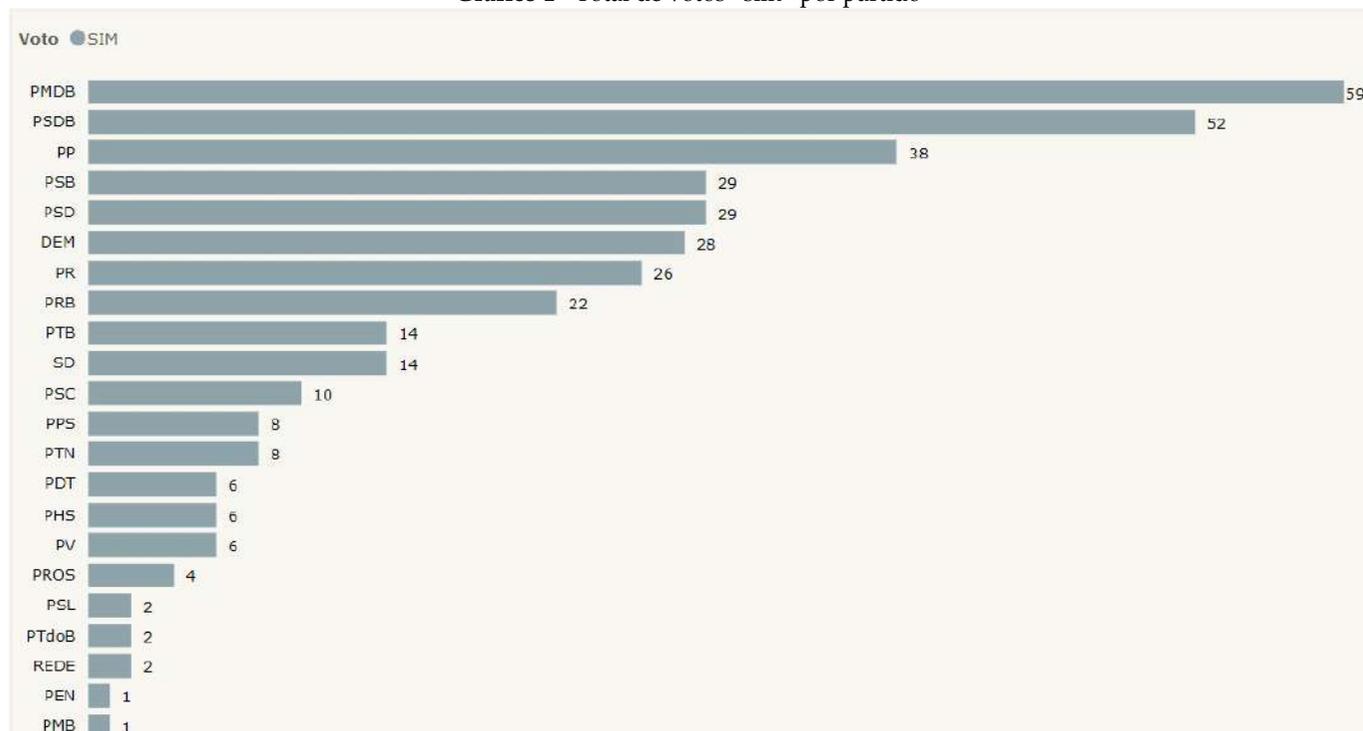
O dispositivo de análise construído é composto por vários gestos de análise, que passamos a descrever. O primeiro gesto que realizamos com o *corpus* foi dividi-lo em grupos: o grupo do voto “sim”, o grupo do voto “não”, separando também os votos “abstenção”. Depois dessa divisão, seguiu-se uma outra divisão de acordo com cada partido e, observando ainda, as bancadas temáticas a que cada deputado pertence.

Apresentamos a seguir esses grupos institucionais (partidos) e não institucionais (bancadas) sobre os quais tecemos algumas palavras no capítulo seguinte.

São vinte e cinco partidos que correspondem aos de filiação dos deputados que votaram na sessão do golpe/*impeachment*: DEM; PCdoB; PDT; PEN; PHS; PMB; PMDB; PP; PPS; PR; PRB; Pros; PSB; PSC; PSD; PSDB; PSL; PSOL; PT; PTB; PTdoB; PTN; PV; Rede; SD.

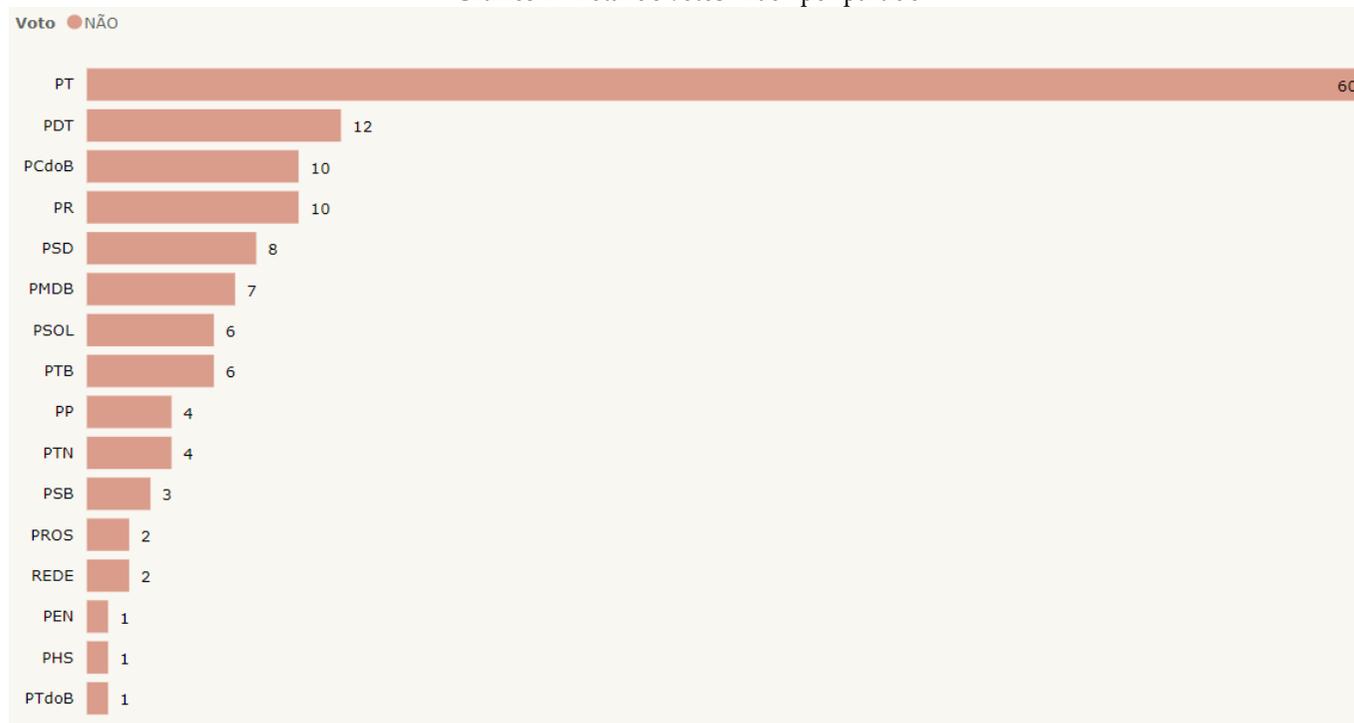
Apontamos, nos gráficos que seguem, o número total de votos de acordo com a divisão por partidos, isto é, quantos deputados de cada partido votaram “sim” e “não” no processo de deposição de Dilma Rousseff, representando, portanto, o número de deputados que compõe as bancadas partidárias na Câmara dos Deputados.

Gráfico 1 - Total de votos “sim” por partido



Fonte: Arquivo da pesquisa. Elaboração da autora

Gráfico 2 - Total de votos “não” por partido



Fonte: Arquivo da pesquisa. Elaboração da autora

Destacamos ainda os partidos que manifestaram abstenção de seus votos e as duas ausências, na tabela abaixo:

Tabela 1 - Total de votos “abstenção” e ausências por partido

Partido	Abstenção	Partido	Ausência
PP	3	PMDB	1
PR	3	PR	1
PDT	1		

Fonte: Arquivo da pesquisa. Elaboração da autora

Para a observação das bancadas temáticas, seguimos uma pesquisa realizada pela *Agência Pública*⁷, uma vez que essas bancadas são grupos informais e, portanto, não há registros em documentos oficiais. Esta pesquisa aponta onze bancadas das quais participavam os deputados em atuação em fevereiro de 2016, aproximadamente dois meses antes da votação que ocorreu em 17 de abril de 2016.

Alguns deputados que estavam em atuação no Congresso naquele momento eram suplentes de parlamentares que estavam afastados de seus mandatos por motivos diversos, por exemplo, terem assumido cargos como assessores, secretários ou ministros, seja no governo Federal ou Estadual. A maior parte desses parlamentares ausentes do Congresso retornou aos seus mandatos dias antes da votação para participarem do processo e, em seguida, afastaram-se novamente⁸.

Uma vez que esses deputados não atuavam na Câmara desde o início do mandato, entendemos ser inviável identificar as bancadas às quais se filiam. Sendo assim, consideramos para nosso gesto de análise que esses deputados não participam de nenhuma

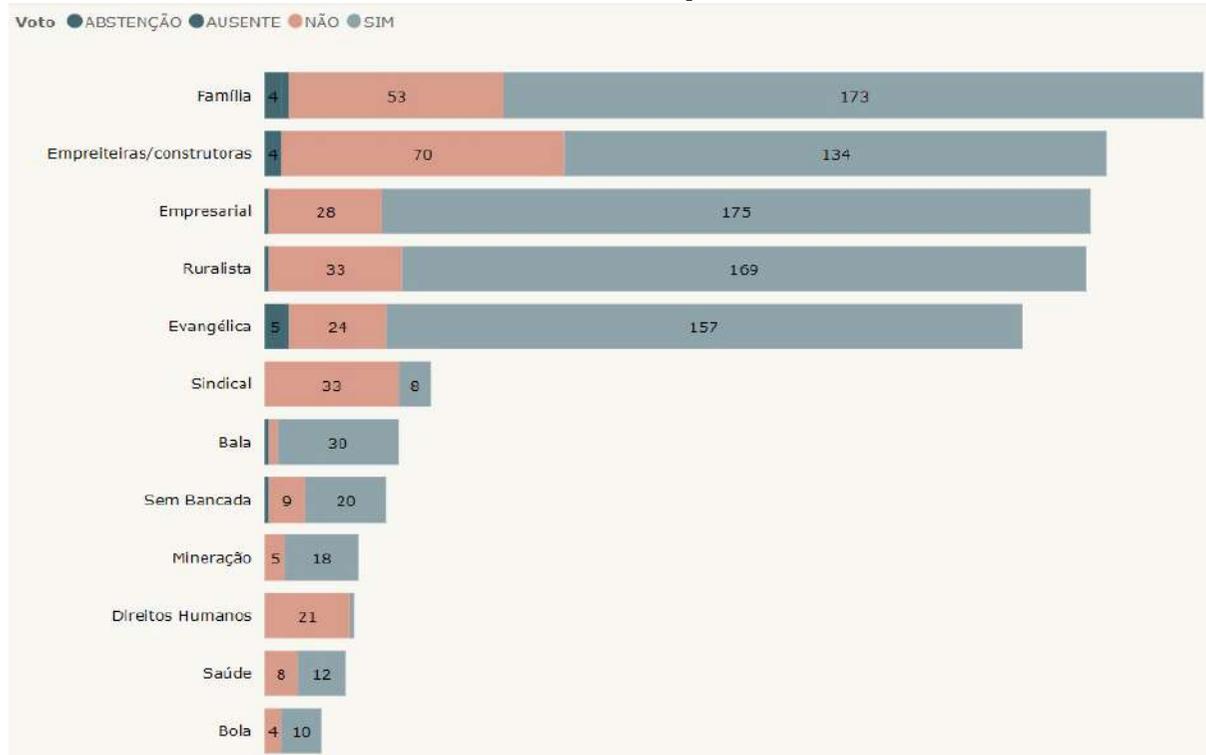
⁷ Disponível em: <https://apublica.org/2016/02/truco-as-bancadas-da-camara/>.

⁸ Essas informações constam no Histórico de movimentação Parlamentar no site da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/resultado-historico-parlamentar?dataInicial=01%2F01%2F2015&dataFinal=23%2F04%2F2016&parlamentar=&histMandato=1&filiaoPartidaria=1&mudancaNomePart=1&ordenarPor=2&Pesquisar=Pesquisar>

bancada, o que não significa que não representem interesses desses grupos, apenas que não os podemos definir, *a priori*, por não terem participado de discussões/votações na Câmara ao longo do mandato.

As bancadas com as quais trabalhamos, definidas de acordo com a *Agência Pública*, são: agropecuária (denominamos ruralista), bala, bola, direitos humanos, empreiteiras e construtoras, empresarial, evangélica, mineração, parentes (denominamos família), saúde, sindical. O gráfico a seguir nos mostra o total de votos “sim” e “não” divididos por essas onze bancadas, considerando ainda aqueles que mencionamos “sem bancada”:

Gráfico 3 - Total de votos por bancada

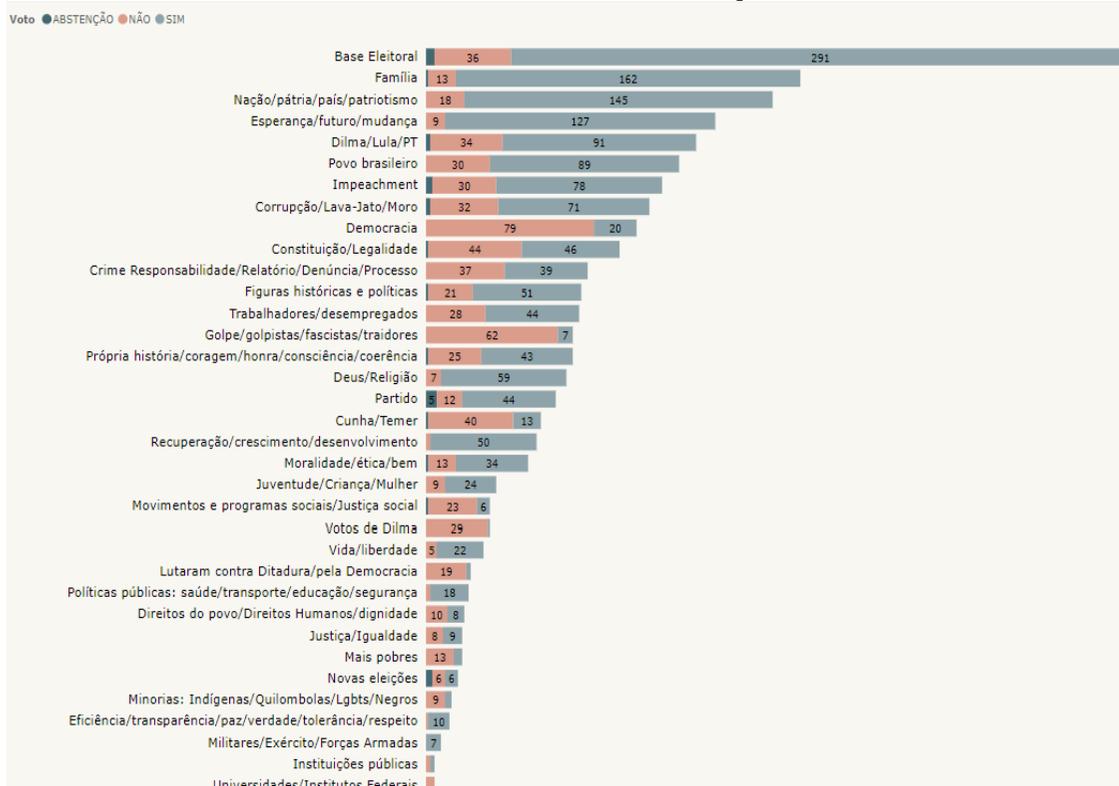


Fonte: Arquivo da pesquisa. Elaboração da autora

Em seguida, ao nos debruçarmos sobre nosso *corpus*, por uma questão metodológica de análise, percebemos a necessidade de observar os *elementos lexicais* que compareciam nos votos de modo mais amplo, numa observação do funcionamento dos votos como um todo, na sua heterogeneidade própria do discurso político no interior de uma instituição, afetado pelas relações de força e de sentidos.

Assim, realizamos um outro gesto com o *corpus* em que identificamos os *elementos lexicais* que compareciam em cada enunciado dos votos, seja em um sentido de defesa ou de combate, produzindo um efeito de justificativa/argumento para o gesto de votar “sim” ou “não” ao processo de golpe/*impeachment*. Esse procedimento nos permitiu verificar que os *elementos lexicais* presentes nos enunciados, resumidos no gráfico a seguir, percorriam dois caminhos que se imbricavam nos processos de produção de sentidos: o público e o privado.

Gráfico 4 - Total de votos “sim”, “não”, “abstenção” por elementos lexicais



Fonte: Arquivo da pesquisa. Elaboração da autora

Como podemos observar no gráfico 4, são variados os *elementos lexicais* presentes nos enunciados e também há variações na regularidade da recorrência desses elementos. Contudo, destacamos que a regularidade com que cada elemento comparece não é a mesma nos votos favoráveis e contrários separadamente, ou seja, de um lado e de outro, há regularidades lexicais distintas, sobre as quais falaremos nas análises.

A partir desses gestos que acabamos de descrever, foi possível chegar às regularidades em termos de organização da língua, que corresponde ao funcionamento parafrástico de adjuntos adverbiais na linearidade do discurso (e de suas determinações). É este aspecto discursivo que se marca na língua que possibilitou a introdução dos variados elementos na linearidade do discurso. E foi por este funcionamento que pudemos realizar a entrada de leitura e produzir os recortes de sequências discursivas que constituíram a montagem de nosso *corpus* discursivo.

É preciso dizer que esses *elementos lexicais* se relacionam no fio do discurso e se relacionam a outros enunciados no interior das formações discursivas, num processo heterogêneo, articulando-se de diferentes maneiras. Assim, para que fosse possível um gesto de análise, produzimos em nossos recortes, uma deslinearização da superfície linguística e uma aproximação intersequencial, em que pudemos depreender os processos parafrásticos e polissêmicos entre sequências e ainda observar o atravessamento interdiscursivo que determina os sentidos, permitindo-nos compreender nossas questões.

Assim, a partir do escopo teórico-metodológico da Análise do Discurso, observamos o funcionamento discursivo dos enunciados de votos dos deputados que se manifestaram favoráveis ou contrários ao fim antecipado do mandato da Presidenta petista Dilma Rousseff que produzem sentidos para um presente, na relação entre um passado e um futuro, sempre da ordem do imaginário.

Interessou-nos, sobretudo, depreender os processos de produção de sentidos que decorreram na relação tensa e fluida

entre os processos de paráfrase que atualizam saberes já-ditos e esquecidos e a polissemia, que possibilita deslizamentos e movimentos de sentidos. É, portanto, no funcionamento da língua, enquanto base material, que podemos compreender os processos discursivos, na relação entre a materialidade linguística e a materialidade histórica.

Concluímos, portanto, este primeiro capítulo em que buscamos situar o lugar teórico e os procedimentos de análise nos quais se sustentam esta obra, que nos ofereceu subsídios para seguir a investigação em torno do campo do discurso político nas condições específicas de produção da sessão de votação do *golpe/impeachment* de Dilma Rousseff.

II. ENUNCIÇÃO POLÍTICA

Considerando que este estudo se desenvolve no âmbito das pesquisas discursivas, mais especificamente, do discurso político, entendemos a relevância de pensar nosso *corpus* inserido nesse campo heterogêneo de produção e circulação de sentidos, com suas relações de força, de sentidos e de luta de classes no interior de uma instituição, de um Aparelho Ideológico de Estado. Para isso, abordamos aqui a enunciação do discurso político, pensado teoricamente a partir da Análise do Discurso materialista, de modo a compreender o funcionamento político do *corpus* em condições específicas de produção.

2.1 A política, o político do/no discurso e o discurso político

A política

É preciso considerar que, ao longo do tempo, a palavra ‘política’ produziu sentidos em distintas condições sócio-histórico-ideológicas em diversos campos do conhecimento. Por isso, tentamos aqui esboçar algumas palavras sobre o que consideramos como *política*. Entretanto, não buscamos um sentido homogêneo e, muito menos, tentaremos esgotar os sentidos, nosso objetivo é apenas situar a forma como compreendemos a política teoricamente.

Começamos por dizer que os estudos sobre política não são recentes. A noção de política se desenvolve na Grécia Antiga a partir dos estudos realizados por Aristóteles. Conforme afirmam Bobbio *et al.* (1998 [1983], p. 954) no *Dicionário de Política*, a obra *Política* de Aristóteles é considerada como o “primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisão do Estado, e sobre as várias formas de Governo”. Ainda de acordo com a obra, o termo ‘política’ deriva do adjetivo “politikós” que se origina de “pólis”.

Politikós significa “tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social” (Bobbio *et al.*, 1998 [1983], p. 954).

Conforme podemos ler na obra de Aristóteles (2010), o filósofo compreende que o homem é, em sua natureza, um animal político que tem como destino viver em sociedade. Isto porque, para o autor, o homem detém o dom da palavra, que o diferencia dos demais animais. É por meio da palavra que o homem pode “discernir o bem do mal, o justo do injusto, e assim todos os sentimentos da mesma ordem cuja comunicação constitui precisamente a família do Estado” (Aristóteles, Livro I, 2010, p. 2). Aristóteles entende que o Estado é o todo e que cada família e cada indivíduo são partes desse todo e, por isso, o Estado deve ser sempre colocado antes, em primeiro lugar. O filósofo defende que os indivíduos, uma vez que são seres sociais, necessitam de um Estado que os represente, sendo, portanto, convocados a viver em sociedade, buscando sempre um consenso. Logo, no momento em que se formam as sociedades, estabelecem-se relações de poder entre os indivíduos: havendo, portanto, os que governam e os que são governados (ou... se deixam governar).

Os estudos desenvolvidos por Aristóteles (2010), em sua obra, trouxeram uma concepção filosófica ao termo, a partir da qual, muitos outros sentidos foram se produzindo, seja com aproximações ou distanciamentos. Deslocando esses pensamentos para a contemporaneidade, tentamos aqui retomar algumas reflexões desenvolvidas por Rancière (1996, 2014 [1998]), que apresenta uma outra forma de compreender a política que, ao nosso olhar, aproxima-se da perspectiva discursiva.

Rancière (1996) compreende a política como um *desentendimento*, ou seja, a partir da ideia de que as palavras são equívocas e produzem sentidos sem que possamos controlá-los. O autor afirma que “o que torna a política um objeto escandaloso é que a política é a atividade que tem por racionalidade própria a racionalidade do desentendimento” (Rancière, 1996, p. 14). Para o autor, o desentendimento é um tipo de situação da palavra, em que

um dos interlocutores, ao mesmo tempo, compreende e não compreende o que o outro diz. Nas palavras de Rancière (1996, p. 11), “o desentendimento não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco mas não entende a mesma coisa, ou não entende de modo nenhum que o outro diz a mesma coisa com o nome de brancura”. Assim, podemos dizer que o desentendimento é o conflito de sentidos próprio da política. Rancière esclarece que o desentendimento não se trata de desconhecimento, nem de mal-entendido. Ele ocorre porque as palavras são equívocas. Isto porque, acrescentamos, a linguagem é opaca, não transparente e, para que as palavras signifiquem, precisam ser consideradas as suas condições de produção, isto é, na relação com sua historicidade, conforme aponta Orlandi (1994).

Podemos afirmar, consoante Rancière (1996), que a prática política é a própria prática do conflito e é nesse conflito que se torna possível a manifestação das diferenças e, podemos dizer, a manifestação da resistência. Para o autor, é a política que permite que as diferenças não sejam eliminadas e dominadas. Quando se anulam as diferenças, não há política e sim dominação. Nessa perspectiva, Rancière (1996, p. 25) destaca que:

As pessoas de bem divertem-se ou afligem-se com todas as manifestações daquilo que para elas é fraude e usurpação: o *demos* é a maioria no lugar da assembléia, a assembléia no lugar da comunidade, os pobres em nome da pólis, aplausos à guisa de acordo, pedras contadas no lugar de uma decisão tomada. Mas todas essas manifestações de desigualdade do povo para com ele mesmo são apenas a moeda de troca de um erro de cálculo fundamental: essa impossível igualdade do múltiplo e do todo, produzida pela apropriação da liberdade como o que é próprio do povo. Essa impossível igualdade arruína, em cadeia, toda a dedução das partes e títulos que constituem a pólis (Rancière, 1996, p. 25, sublinhados nossos).

A partir dessa afirmação, Rancière (1996, p. 26) propõe um questionamento em torno do que entende como um equívoco: a questão da virtude que se é atribuída a determinadas pessoas enquanto *pessoas de bem*, na obra de Aristóteles, como podemos

observar no trecho anteriormente apresentado. “Quem são exatamente essas pessoas de bem ou de excelência que trazem a virtude para o bolo comum, assim como o povo traz uma liberdade que não é a sua?”, indaga o autor apontando, em seguida, que:

Se não são o sonho do filósofo, a conta de seu sonho de proporção transformada em parte do todo, poderiam muito bem não passar de outro nome para os *oligoi*, ou seja, simplesmente, os ricos. O mesmo Aristóteles que se esforça, na *Ética a Nicômaco* ou no livro III da *Política*, por dar consistência às três partes e aos três títulos, no-lo confessa sem mistério no livro IV, ou então na *Constituição de Atenas*: a pólis tem, na verdade, apenas duas partes: os ricos e os pobres. ‘Quase em toda a parte, são os abastados que parecem ocupar o lugar das pessoas de bem’⁹ (Rancièrre, 1996, p. 26, sublinhados nossos).

Rancièrre (1996) retoma Aristóteles quando afirma que, quase sempre são os ricos, “os abastados”, que ocupam o lugar de “pessoas de bem”, em uma pólis composta de apenas duas partes: ricos e pobres¹⁰. É preciso marcar aqui que os *ricos* e os *pobres* dos quais nos fala Aristóteles produz sentidos em outras condições sócio-históricas e, por isso, há consideráveis nuances de compreensão no que tange a essas conceituações. Contudo, o que queremos enfatizar, é que o lugar dos ricos, “abastados”, aqueles detentores de lugares privilegiados da sociedade daquele momento histórico, em detrimento dos menos favorecidos, podem ser, com as devidas ressalvas, comparados aos lugares privilegiados da formação social brasileira e, de modo geral, do mundo ocidental. Importa-nos, sobretudo, observar esse funcionamento de divisão social de classes que ainda hoje existe e fundamenta a produção de sentidos no interior da forma de produção capitalista e da sua formação ideológica correspondente, produzindo, em novas condições de produção, outros sentidos.

⁹ O trecho entre aspas na citação é retomado de Aristóteles, em *Política*, IV, 1294 a 17-19.

¹⁰ Isto porque, para Aristóteles, haveria ainda uma terceira classe na composição da pólis; a classe média (Aristóteles, *Política*, IV, 2010).

Dito isso, chamamos atenção para o fato de aparecerem reiteradamente, nos enunciados dos deputados favoráveis ao impedimento, na sessão de votação do processo de deposição de Dilma Rousseff, expressões como as que podemos observar nas sequências abaixo:

SD1: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o nosso partido, o Partido Progressista, construiu a sua posição de forma democrática, debatendo e discutindo, com a participação de todos aqueles que quiseram. Construímos uma posição única, unívoca, com homens e mulheres de bem, de forma livre, porém determinada a partir da posição tomada por sua maioria absoluta (Aguinaldo Ribeiro, PP- Como Líder, sublinhados nossos).

SD2: [...] Nenhum de nós, homens e mulheres de bem, gostaria de estar passando por este momento, mas é uma realidade que se impõe e, dentro dessa realidade, o Partido Verde, como sempre, tomou sua decisão. Não foi uma decisão de última hora; foi uma decisão tomada há mais de 15 dias, por unanimidade, a favor do impeachment (Sarney Filho (PV- Como Líder, sublinhados nossos)

SD3: Em nome de Joinville, de Santa Catarina, pelo meu neto Pedro, que nasceu há 10 dias, pelo futuro dele e por todas as famílias de bem do Brasil, meu voto é 'sim' (Marco Tebaldi, PSDB, sublinhados nossos).

SD4: Pela liberdade, pela democracia, por um futuro melhor, em honra do povo do Paraná e das pessoas de bem que querem tirar uma oligarquia instalada neste poder, eu voto 'sim' pelo impeachment (Alfredo Kaefer, PSL, sublinhados nossos).

SD5: Sr. Presidente, meus caros colegas, meu voto é contra o Governo, que institucionalizou a corrupção neste País. Quero fazer homenagem aqui aos brasileiros de bem, àqueles milhões que foram às ruas para reivindicar mudanças, e mudança é o impeachment (Vanderlei Macris, PSDB, sublinhados nossos).

Nas sequências, vemos a utilização das expressões: “homens e mulheres de bem”, “famílias de bem”, “pessoas de bem” e “brasileiros de bem”, que podemos parafrasear em uma expressão: “cidadãos de bem”. Isso nos faz questionar se, de acordo com o pensamento apresentado por Rancière (1996), retomando

Aristóteles, esses “cidadãos de bem”, retomados pelo discurso dos deputados, podem ser referidos também a uma parcela privilegiada da sociedade: “cidadãos de *bem*”, “cidadãos de *bens*”?

Discursivamente, como podemos pensar na construção discursiva da referência para “cidadãos de bem”? Isso é possível tendo em vista as condições de produção, as formações imaginárias e o lugar de onde cada deputado enuncia seu voto favorável ao impedimento. É uma expressão que terá sentidos, mais de um, conforme for analisada tendo em vista os aspectos acima. Por exemplo, em SD1 e SD2, os deputados membros do PP e do PV se incluem “nós, cidadãos de bem”. A expressão se insere no dizer de deputados como uma partilha da imagem de um mesmo valor. Se o deputado vota pelo cidadão de bem, ele também se apresenta como um cidadão de bem. Constrói, deste modo, uma imagem de si espelhada à imagem que constrói para o outro, seu eleitor, “cidadão de bem”. Já na SD3, votar pelo impedimento é votar pelos cidadãos de bem e por seu futuro, cuja projeção imaginária ganha em eficácia simbólica ao ser associada “ao futuro” do “meu neto Pedro”, um futuro em meio aos demais cidadãos de bem de Joinville. Em SD4, o sujeito enuncia seu voto “sim” na defesa da democracia, da liberdade, do povo do Paraná, e das “pessoas de bem que querem tirar uma oligarquia instalada neste poder”, projetando, portanto, uma imagem em que as pessoas de bem são aquelas contrárias a uma “oligarquia” que estaria no poder, ou seja, o Partido dos Trabalhadores. Em SD5, a imagem projetada para a expressão “cidadão de bem” se constrói na relação com dizeres que apontam para questões políticas, assim como a anterior: o “cidadão de bem” é homenageado com o voto “sim” *contra o governo que institucionalizou a corrupção neste País e*, colocados em relação, àqueles que pedem por mudança.

Retomando e reterritorializando discursivamente o que Badiou propõe em seu livro *Ética: um ensaio sobre a consciência do mal* (1995), Mariani (1998) afirma a possibilidade de existir um consenso construído sócio-historicamente sobre o que se compreende como o *Mal*.

Creio ser possível dizer, em termos discursivos, que se trata - o Bem/ campo do Mesmo e o Mal/ campo do Outro - de dois sentidos estabilizados e em circulação, ambos capazes de promover a identificação *a priori*, em função do efeito de reconhecimento, das situações em que os homens de bem estão sendo respeitados ou aquelas em que eles podem vir a ser atingidos em seus direitos de posse (Mariani, 1998, p. 91).

Prosseguindo com Mariani, aqui, e pensando em nosso *corpus*, podemos dizer que, de acordo com as sequências apresentadas, os cidadãos de bem são projetados discursivamente como aqueles que são dignos de homenagem em um discurso na Câmara dos Deputados, que estão presentes na tomada de posição a favor do *golpe/impeachment*. Além disso, esses enunciados constroem discursivamente imagens para a expressão “cidadãos de bem” enquanto aqueles que estão do mesmo lado dos deputados que votam (SD1 e SD2); numa projeção de um futuro sem o governo atual (SD3); que defendem a democracia e a liberdade, que possuem interesse em *tirar uma oligarquia instalada neste poder* (SD4), que é homenageado com o voto *contrário ao governo*, contra a corrupção, e que pede mudança. Em vista disso, podemos afirmar que esses *cidadãos de bem* parecem pertencer a um grupo que, pelo menos, está de um mesmo lado, com os mesmos interesses. Isto, somado ao que nos apresentam Rancière (1996) e Mariani (1998), nos leva a um outro questionamento: se estão de um lado os cidadãos de bem, os que estão de outro não os são?

Rancière (1996) enfatiza que os antigos, até mesmo mais do que em tempos modernos, reconheceram que a luta de classes está na base da política:

A luta dos ricos e dos pobres não é a realidade social com que a política deveria contar. Ela se confunde com sua instituição. Há política quando existe uma parcela dos sem-parcela, uma parte ou um partido dos pobres. Não há política simplesmente porque os pobres se opõem aos ricos. Melhor dizendo, é a política — ou seja, a interrupção dos simples efeitos da dominação dos ricos — que faz os pobres existirem enquanto entidade. [...] A política existe quando a ordem natural da dominação é interrompida pela instituição de uma parcela dos sem-parcela. [...]. Fora dessa instituição, não

há política. Há apenas ordem da dominação ou desordem da revolta (Rancière, 1996, p. 26-27, sublinhados nossos).

Segundo o autor, a política não ocorre pelo fato de haver oposição entre ricos e pobres, mas pelo fato de poder haver uma quebra no ritual de dominação e, com isso, permitir o movimento da resistência. Assim, é no confronto, na alteridade que há a possibilidade da manifestação dos “sem-parcela”.

Nessa perspectiva, a política se realiza quando há o dissenso, não o consenso. No consenso, há o apagamento das diferenças e não há a prática política. É o desentendimento, a partir de uma ação paradoxal, que permite a convivência entre as diferenças. É isso que o autor chama de *Democracia*. Para Rancière (2014 [1998]), Democracia é a própria prática política, que ocorre no conflito por meio da harmonia entre as contradições dos sujeitos.

Entendemos, de acordo com o que apresentamos até aqui, que a política está na base das relações humanas, tanto quanto, e de forma indissociável, a sua relação com a linguagem. Política é, pois, prática de linguagem que deixa ver a luta ideológica entre sujeitos e nos sujeitos numa formação social.

Consideramos, assim, que a política é a própria prática (discursiva e não discursiva) que decorre entre protagonistas antagonísticos de um campo político em condições de produção específicas. E, é no interior dessa prática que podemos observar as falhas nos rituais de interpelação ideológica, conforme nos diz Pêcheux (2014d [1978] [1988]). Isso porque, há dois pontos que Pêcheux defende como “incontornáveis”: o primeiro é de que “não há dominação sem resistência: primado prático da luta de classes, que significa que é preciso ‘ousar se revoltar’”. E o segundo ponto seria o fato de que “ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: o primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso ‘ousar pensar por si mesmo’” (Pêcheux (2014d [1978], p. 281).

Sendo assim, essa prática política pode ser apreendida em suas textualizações em que se materializa uma divisão própria do

discurso político, compreendido por Orlandi (2003, p. 2) como aquele discurso que é “afetado pelo poder” e, por isso, “diz das relações de forças e de sentidos que relacionam sujeitos sociais na história em função do seu poder fazer nas condições de suas existências em sua estabilidade e movimento”. Tudo isso nos abre um caminho para pensar o que se compreende como o político do/no discurso.

O político do/no discurso

Conforme apontamos anteriormente, a prática política ocorre (e só ocorre) a partir da equivocidade, do desentendimento no campo da linguagem, permitindo haver uma fissura no ritual de dominação, dando lugar à resistência. Ademais, podemos dizer que a questão central da teoria da Análise do Discurso é a relação entre o político e o simbólico. A partir dessa prática, é possível compreender de que maneira as relações de poder são significadas, simbolizadas.

Retomando Courtine (1986), Orlandi (1998) afirma que a Análise do Discurso trabalha a *textualização do político* e, para que se realize a apreensão dessa textualização, é necessário haver uma produção de gestos de interpretação que se inscrevem na materialidade do texto. Para Orlandi (2005), essa análise da textualização do político é um importante passo para a “compreensão da relação entre o simbólico e as relações de poder (e não mais a maquinaria linguística e os textos políticos)” (Orlandi, 2005, p. 10). Isto porque, de acordo com a autora, havia uma preocupação de Pêcheux com o fato de a Análise do Discurso ser entendida, por alguns, como uma mera prática de leitura de textos políticos. Assim, para que seja possível ir além disso, a Análise do Discurso deve ser entendida e praticada como um dispositivo que permite a análise da textualização do político.

Para a teoria, é ponto crucial pensar na linguagem em sua opacidade, não-transparência. E é em meio a essa fumaça das práticas languageiras que o discurso se constitui, produzindo

sentidos. No momento em que a opacidade do texto é considerada, como uma crítica à análise de conteúdo, aceita-se, por conseguinte, que os sentidos se produzem a partir da inscrição da língua na história. “É aceitar ao mesmo tempo que há real tanto da língua quanto da história, sendo o sentido já um gesto de interpretação e o sujeito a própria interpretação” (Orlandi, 1998, p. 75).

Portanto, a função do político se dá pela opacidade da linguagem, no momento em que se restitui “a espessura semântica aos objetos simbólicos” (Orlandi, 1998, p. 75). Isto porque há sempre um confronto discursivo que, de acordo com as suas condições de produção, permite que o sentido possa ser outro. Este é o ponto em que toca o político, como divisão de sentidos, como possibilidade de sentidos outros que se constituem historicamente sempre em uma relação a outro discurso já-lá na produção de sentidos e na relação com o que não é dito. Em palavras de Orlandi (1998), “o político compreendido discursivamente significa que o sentido é sempre dividido, sendo que esta divisão tem uma direção que não é indiferente às injunções das relações de força que derivam da forma da sociedade na história” (Orlandi, 1998, p. 74).

O discurso político

É preciso dizer que o discurso político possui um vasto campo de estudos, como no âmbito da Ciência Política, da História, da Comunicação, do Direito, da Filosofia, entre tantos outros, sendo investigado sob diversos enfoques e perspectivas. Também é possível dizer que o trabalho com o discurso político está presente em estudos da Análise do Discurso desde o início de sua formulação na França e também no Brasil.

Por isso, tentamos, neste espaço, a partir de algumas leituras, esboçar algumas palavras sobre o modo como compreendemos o discurso político, objeto da reflexão teórica que desenvolvemos em consonância a um conjunto de trabalhos já realizados, filiados à Análise do Discurso. Assim, apresentaremos um gesto de leitura daqueles que, ao nosso olhar, possam trazer caminhos possíveis

para nosso gesto de análise da textualização do político na materialidade discursiva de nosso *corpus*.

Na França

O trabalho desenvolvido por Guilhaumou (1979) nos apresenta um panorama de pesquisas com o discurso político produzidas na França entre o final da década de 1960 e os últimos anos da década de 1970. O autor afirma que, naquele momento, há duas formas de trabalho dos estudos linguísticos sobre o discurso político. A primeira que estuda as técnicas da chamada ‘mensagem política’; e a segunda que desenvolve pesquisas em torno do discurso relacionado ao seu lado social. Neste artigo, Guilhaumou (1979) apresenta as distintas posições de trabalhos em relação à forma de compreender o discurso político. Enquanto alguns investem no papel unificador dos processos linguísticos, como faz Marcellesi, outros acreditam nesta unificação por outro caminho, em um campo ideológico nacional, como Faye. Além disso, outros trabalhos, como os de Pêcheux e Robin, ainda investigam a questão da luta de classes, da relação entre classe dominante e dominada nos discursos políticos (Guilhaumou, 1979).

A partir dessas considerações, podemos afirmar que as pesquisas com o discurso político na França, entre as décadas de sessenta e setenta, se enquadram em perspectivas teóricas diversas que foram se reconfigurando e permitindo novas formas de investigação de acordo com as condições sócio-históricas de cada época.

De acordo com Courtine (2006), a análise do discurso político se tornou possível a partir do momento em que a teoria ultrapassa as margens da Ciência Linguística no início da década de 1970 na França, ou seja, quando se passa a considerar a noção de sujeito até então excluída das análises linguísticas. É necessário ressaltar que o discurso político se tornou, naquele momento, conforme aponta Courtine (2006), o único objeto da análise do discurso, o que pode ser visto como um aspecto particular das condições política e teórica daquela época. Nessa perspectiva, o autor aponta que “o

aparecimento da problematização do discurso no centro da linguística francesa é simultâneo à conjuntura dos eventos de *Maio de 68*. Eles produziram um agravamento do fluxo dos discursos políticos tanto nas paredes quanto nas ruas” (Courtine, 2006, p. 61).

Com essa grande circulação do discurso político, esperava-se que o trabalho linguístico pudesse auxiliar na compreensão desses discursos, isto é, que a Linguística pudesse fornecer “instrumentos objetivos e formais que permitissem distinguir entre um discurso reformista e um revolucionário, entre um discurso ideológico e um discurso científico, separando, então, o joio do trigo” (Courtine, 2006, p. 61). Além disso, esperava-se também que os linguistas pudessem, de algum modo, legitimar uma política de leitura para esses textos. Desde então, houve o destaque do discurso político como objeto de investigação da Análise do Discurso. Para Courtine (2006), essa tendência não deve ser vista como algo negativo, já que todo esse movimento fez com que a pesquisa linguística se voltasse para a teoria política e, por conta disso, pôde confrontar-se com suas próprias questões. Contudo, conforme destaca o autor, não apenas as questões políticas explicam a ascensão da análise do discurso político no âmbito dos estudos linguísticos na França. Houve, na verdade, uma coincidência entre as determinações de ordem política e o desenvolvimento da própria teoria linguística nos anos 1970. Além disso, com os eventos de Maio de 68, o contexto interdisciplinar foi restaurado na universidade, favorecendo o avanço da teoria da Análise do Discurso¹¹.

Nesse contexto, Pêcheux (2014b [1981]) afirma que os discursos políticos atuam como uma forma de vestígio, um conjunto de indícios que permitem uma melhor compreensão de

¹¹ Pêcheux (2014b [1981]) aponta para este mesmo paradoxo em que a Análise do Discurso se coloca, entre língua e história. O autor afirma que ele ocorre “na prática indissociável da reflexão crítica que ela exerce sobre si mesma sob pressão de duas determinações maiores”. Em primeiro lugar, “a evolução problemática das teorias linguísticas” e, em segundo, “as transformações no campo político-histórico” (Pêcheux, 2014b [1981] p. 21). É nesse encontro de dois pontos críticos que a teoria se estabelece, assumindo um lugar de confronto.

como se chegou até o tempo presente e, além disso, permitem um modo de reconstrução da memória histórica, especialmente, a memória do movimento operário. Para Pêcheux, o trabalho de análise dos discursos políticos surge como um modo de “trabalho político e científico especializado, visando a tomar posição em um campo ideologicamente estruturado (demonstrando/criticando/ justificando este ou aquele discurso, inscrito nesta ou naquela posição)” (Pêcheux, 2014b [1981], p. 22).

Visto isso, podemos afirmar que a eleição do discurso político como objeto de investigação não ocorre de modo aleatório no contexto francês, mas considerando as condições sócio-históricas que produzem um direcionamento.

No Brasil

Se de um lado, as condições políticas, sócio-históricas e intelectuais da década de 1960 favoreceram o surgimento da Análise do Discurso e a eleição do discurso político como objeto privilegiado de investigação na França; por outro lado, também no Brasil, houve condições de produção propícias para que a análise do discurso político tivesse seu espaço um pouco mais tarde.

Esse tipo de investigação inscreve-se em território brasileiro, especialmente, como um movimento de resistência teórica à censura estabelecida durante o período de ditadura civil-militar que teve início em 1964 (Dela Silva; Mariani, 2019). Assim como em *Maió de 68* na França, houve grande fluxo de discurso político no Brasil, durante os 21 anos de ditadura. Embora houvesse a interdição de dizeres e o abafamento dos protestos de rua, circulavam, naquele momento, mesmo que de modo clandestino, discursos políticos principalmente de resistência como dos grupos estudantis, sindicais, dos movimentos de greves, das manifestações artísticas e dos panfletos. Logo, a tendência de discursos políticos como objeto de investigação torna-se uma realidade como podemos ver, em especial, nos trabalhos de Orlandi (2011 [1984], 2015 [1990]), e depois, Indursky (2013 [1997]) e Mariani (1998), e de

tantos outros pesquisadores no Brasil. E, como se faz visível, o discurso político ainda tem apreço especial nos estudos da Análise do Discurso e vem, ao longo dos anos, reconfigurando-se de acordo com as condições sócio-históricas em que se inscrevem.

Em primeiro lugar, é preciso dizer que Eni Orlandi, enquanto precursora da Análise do Discurso no Brasil, vem, desde a década de 80, desenvolvendo trabalhos sobre discurso político e sobre política de sentidos na língua. Esta discussão está no cerne do trabalho da Orlandi e comparece de várias maneiras ao longo de seu percurso¹².

Sabendo da impossibilidade de tratar de todos os trabalhos desenvolvidos no Brasil no âmbito do discurso político, apresentamos brevemente algumas dessas pesquisas que são retomadas ao longo desta obra e que nos trouxeram importantes contribuições.

O primeiro desses trabalhos foi desenvolvido por Indursky (2013[1997]), em *A fala dos quartéis e outras vozes*, resultado de sua pesquisa de doutorado (1992) desenvolvida, assim como a de Mariani (1998), em *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*, sob orientação de Orlandi na Unicamp, permitindo um avanço nas pesquisas que se desenvolviam no Brasil em Análise do Discurso.

Indursky analisa o funcionamento discursivo de enunciados de presidentes militares que estiveram no poder durante a ditadura civil-militar instaurada no Brasil (1964-1984), ou seja, analisando, especificamente, o funcionamento do discurso autoritário vigente

¹² Em entrevista a Grigoletto e Mariani (2020), Orlandi nos apresenta parte deste caminho e sua relação teórica com a política. Consoante Orlandi, foi a leitura e a prática política que permitiram o encontro com o histórico e o ideológico em sua vida intelectual. “O meu trabalho sempre foi minha voz política”, afirma ainda Orlandi (Grigoletto; Mariani, 2020, p. 254), explicando que, no entanto, a teoria não deve ser entendida simplesmente como militância, mas sobretudo, enquanto “uma ciência da interpretação, que trabalha com processos de significação. Não só do discurso político. O que ela produz como análise pode, por outro lado, nos tornar melhores em nossa capacidade de praticarmos o político” (Grigoletto; Mariani, 2020, p. 254).

no período. Além disso, a autora observa o modo como os discursos presidenciais da “República Militar Brasileira” relacionam-se com outros discursos.

De acordo com Orlandi (2013 [1996], p. 9), o trabalho de Indursky (2013 [1997]) mostra “ a textualização do político em um período em que a interdição do dizer - ou seja, a censura - se acompanhava, do outro lado (o dos que tinham o poder), de um dizer rarefeito, mas altissonante no sentido tradicional (republicano?) da retórica política”. Em outras palavras, podemos dizer que o trabalho desenvolvido por Indursky (2013 [1997]) toca num ponto singular dos processos discursivos de um período em que o dito e não dito estavam em uma relação tênue e conflituosa, entre o querer dizer e o poder/não poder dizer, uma vez que havia uma forte política de silenciamento (Orlandi, 2015 [1990]), de censura. Afirmamos a importância deste estudo para a nossa obra, uma vez que se trata de uma análise do discurso político de sujeitos que, embora enunciam de posições distintas, de presidentes, no caso de Indursky, e de deputados, em nosso caso, ambos ocupam o lugar institucional, o que implica considerar o que se pode ou não dizer deste lugar, produzindo movimentos de sentidos.

Nesta mesma direção, apontamos uma pesquisa mais recente desenvolvida por Leal (2006), que também analisou discurso político institucional de parlamentares, intitulada *Os sentidos de ‘povo roraimense’ em textos de parlamentares (1999-2005)*. Em seu estudo, a autora se propôs a analisar os sentidos de “povo roraimense” em enunciados de deputados estaduais de Roraima ao tratarem da demarcação/homologação da área indígena denominada *Serra Raposa do Sol*, na Assembleia Legislativa do mesmo estado, nos anos de 1999 (após a demarcação) e, em 2005 (após a homologação).

Já a obra de Mariani (1998) considera o discurso político em sua incessante retomada pela mídia. Em sua pesquisa, a autora desenvolve uma análise do funcionamento do discurso jornalístico sobre o Partido Comunista Brasileiro, o PCB, no Rio de Janeiro, entre março de 1922, período de fundação do Partido, até 1989, ano

em que houve a primeira eleição presidencial direta no Brasil, após o fim do regime ditatorial. Para o desenvolvimento da análise, Mariani selecionou notícias sobre o PCB publicadas nos jornais: *O País*, *Correio da Manhã*, *Diário Carioca*, *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *O Dia*. Ou seja, não se trata do discurso político em si, mas do *discurso sobre* o político no funcionamento do discurso jornalístico, em especial, sobre um partido comunista e suas implicações nas condições sócio-históricas no Brasil naquele período, na relação com a sua historicidade.

Nessa perspectiva, a autora observa em suas análises a “produção e manutenção de certos sentidos sobre os comunistas: trata-se de um dizível marcado sócio-historicamente e textualizado de modo recorrente no discurso jornalístico” (Mariani, 1998, p. 15). De acordo com a analista do discurso, as “proibições e censuras dos inúmeros quadros de poder legalmente (ou não) constituídos sempre impuseram o silenciamento ao PCB, mantendo predominantemente os fios discursivos que traçam o predomínio de certo sentido: ‘O comunista é um inimigo’” (Mariani, 1998, p. 15). Ou seja, constrói-se discursivamente um sentido sempre negativizado de que um comunista é um “inimigo” nos enunciados da imprensa analisados pela autora.

Mais recentemente, Mariani (2019) analisa este retorno do discurso político sobre a “ameaça comunista” ao analisar mensagens de *zap* que circularam durante a campanha presidencial para a eleições de 2018. Em sua análise, a autora mostra o quanto o funcionamento do discurso político de campanha via mídias sociais foi totalmente dicotomizado e, nessa direção, constituía sentidos simplificados e empobrecidos. Nesta perspectiva, importa-nos, sobretudo, observar os dizeres sedimentados na memória e que atravessam e se atualizam nos discursos dos parlamentares na sessão aqui analisada.

Assim, compreendemos, por meio das reflexões apresentadas, que o discurso político é um efeito de sentido que se produz no dizer de sujeitos inscritos em condições de produção específicas das práticas políticas, isto é, no confronto dos sentidos, no

desentendimento, sempre na luta de... classes, sentidos, sujeitos. O discurso político pode se manifestar nas ruas, nas paredes da cidade, na praça pública, na tribuna da Câmara dos Deputados ou no Senado Federal, nas campanhas eleitorais, nos partidos políticos, nas universidades, nos textos teóricos, filosóficos ou artísticos, nos diversos espaços midiáticos (rádio, televisão, jornais impressos e digitais,) e até nas redes sociais; ou seja, circula em diversos espaços sociais. Importa-nos, pois, enquanto analistas dos discursos, observar os efeitos dessas práticas discursivas, considerando os seus modos de circulação e a sua inscrição nas condições sócio-históricas em que se produzem enquanto prática da luta pela fixação dos sentidos, ainda considerando a posição-sujeito assumida no momento da enunciação.

O discurso político de que tratamos nesta obra se produz em enunciados de sujeitos inscritos no lugar institucional de deputados federais na tribuna da Câmara dos Deputados em uma decisão histórica para o país: a deposição de uma Presidenta eleita democraticamente pelo voto popular. Logo, é a partir dessas condições que os dizeres se produzem de uma forma e não de outra. E dentro dessas condições de produção e a partir da posição que ocupam no momento da enunciação, o voto de cada deputado nesse acontecimento histórico, político e discursivo pode significar diferentemente, fugindo à estabilidade lógica do ritual político/institucional, entre a memória e a atualidade, e ainda uma projeção imaginária do futuro.

2.2 Enunciação no discurso político: entre memória e atualidade

Para pensar na enunciação do discurso político, fez-se imperativo trazer ainda à discussão as noções de enunciação, memória e interdiscurso. Isto porque, nos processos de produção de sentidos desses enunciados político-institucionais, há um jogo de forças que se dá na tensão entre a paráfrase e a polissemia, que atualizam uma memória no acontecimento do discurso, produzindo

sentidos sobre o momento atual do impedimento e dos acontecimentos políticos, sociais e econômicos que o circunscrevem.

Além disso, precisamos também considerar que, no momento em que se produz uma formulação, há pré-construídos, dizeres já-ditos que são retomados e outros que são esquecidos nas novas formulações. Assim, desenvolvemos aqui, um breve apresentação das noções supracitadas, buscando compreender o modo como alguns dizeres retornam em outras condições de produção produzindo efeitos de sentidos e tentativas de apagamento de sentidos outros, que ficariam esquecidos na memória histórica oficial. Porém, dificilmente há apagamentos absolutos, como nos mostra Courtine (1999) em *O Chapéu de Clémentis*: as marcas do esquecimento se fazem presentes e os sentidos, hoje silenciados, podem retornar.

Deste modo, podemos afirmar que a enunciação no discurso político de nosso objeto se dá nesse batimento entre a atualização de uma memória e o esquecimento de sentidos outros que não são desejáveis nessas condições de produção. Em outras palavras, não é sem os esquecimentos número 1 e número 2 (Pêcheux; Fuchs, 2014 [1975],) que a enunciação do político se mostra. Sendo assim, há uma memória que se presentifica nos enunciados dos votos, produzindo sentidos para o acontecimento do *golpe/impeachment* e ainda para os acontecimentos políticos, sociais e econômicos a ele relacionados direta ou indiretamente. Assim, há uma luta política e simbólica que visa sedimentar sentidos para a memória do presente, sempre na relação com os dizeres já ditos anteriormente e com uma projeção imaginária de um futuro.

Em primeiro lugar, é preciso dizer que a enunciação de que trata a Análise do Discurso se difere de outros modos de estudar os processos enunciativos, considerando que há “teorias da enunciação” que compreendem um vasto campo de abordagens teóricas, sobre as quais não nos deteremos aqui. Importa-nos, pois, abordar o modo como a enunciação é compreendida na formulação teórica à qual nos filiamos. Para isso, destacamos a proposta que

Pêcheux (2014a [1969]) apresenta e que, mais tarde, Pêcheux e Fuchs (2014 [1975]) desenvolvem.

É a partir da noção de formações imaginárias que Pêcheux propõe suas reflexões acerca da problemática da enunciação, num primeiro momento da teoria, em *Análise Automática do Discurso* (2014a [1969]); e depois percorrendo toda a formulação/reformulação teórica da AD.

Pêcheux e Fuchs (2014 [1975], p. 173-174) apontam que é na língua que se pode apreender as marcas da enunciação e não no sujeito, ou seja, não é no sujeito que os sentidos se produzem, mas na relação da língua com a história. Os autores estabelecem, assim, críticas ao modo como as “teorias da enunciação” trabalhavam, especialmente em relação ao modo de compreender o sujeito como fonte do dizer, logo, a partir de uma concepção ainda idealista. Apontam ainda que, para esses estudos, há uma “ilusão empirista subjetiva que se reproduz na teoria linguística e, ao mesmo tempo, da ilusão formalista que faz da enunciação um simples sistema de operações” (Pêcheux; Fuchs, 2014 [1975], p. 174).

Desse modo, os processos de enunciação devem ser compreendidos como “uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco, e que tem como característica colocar o ‘dito’ e em consequência rejeitar o ‘não dito’”. Desta forma, a enunciação equivale a “colocar fronteiras entre o que é selecionado” “e o que é rejeitado” (Pêcheux; Fuchs, 2014 [1975], p. 175), isto é, o que comparece no fio do discurso e o que, necessariamente, fica de fora, no campo de “tudo que teria sido possível ao sujeito dizer (mas que não diz)” ou “tudo a que se opõe o que o sujeito disse”.

Vimos, anteriormente, que, no momento em que o sujeito toma a palavra e assume uma posição-sujeito no discurso, está identificado com determinada formação discursiva que o afeta e que, no entanto, esta identificação não se dá plenamente, podendo até haver o deslocamento para outra formação discursiva. Como podemos observar na afirmação de Pêcheux e Fuchs (2014 [1975]), essa formação discursiva à qual o sujeito se filia no momento da

enunciação, é delimitada pelo que lhe é exterior, e conseqüentemente, pelo que em seu interior não é permitido formular.

Além disso, os processos de enunciação se produzem no espaço imaginário que ilusoriamente assegura ao sujeito enunciador os possíveis deslocamentos a partir do que é formulável em determinada FD, ou seja, o que enuncia e como enuncia, é resultado do puro efeito do imaginário funcionando no sujeito, uma vez que suas “escolhas” aparentemente livres e conscientes, só são possíveis no interior do funcionamento ideológico.

Desse modo, os processos de produção de sentidos devem sempre ser observados na relação entre língua e história, considerando que o sujeito não é fonte primeira do dizer, mas que este é atravessado pela memória e pelo esquecimento.

Assim como a enunciação, a noção de memória sempre esteve presente na reflexão teórica da Análise do Discurso. No entanto, nos textos fundadores ainda não aparece assim nomeada, mas por meio de outros nomes: interdiscurso, discurso transversal, repetição, pré-construído. Estas noções que Pêcheux (2014c [1975]) desenvolve em *Semântica e Discurso* se referem de algum modo à noção de memória. De acordo com Indursky (2011), elas correspondem a diferentes funcionamentos discursivos que possibilitam a materialização da memória no discurso.

Para a autora, a noção de *repetibilidade* é que nos permite a observação de que os saberes são pré-existentes ao sujeito e que, conforme afirmam Pêcheux e Fuchs (2014 [1975]), quando o sujeito toma a palavra, ele o faz sob o efeito do esquecimento da pré-existência dos discursos formulados por outro sujeito em outro momento sócio-histórico, que são retomados sem que haja total consciência disso. De acordo com Indursky (2011), esta é uma característica essencial para a noção de memória. Sendo assim, a memória de que trata a teoria não é cognitiva, nem psicologizante, trata-se de uma memória social.

Courtine (2014 [1981]), retomando Foucault (1969), introduz na problemática da análise do discurso político a noção de *memória*

discursiva, que corresponde à “existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos” (Courtine, 2014 [1981], p. 105-106). Consoante o autor, toda produção discursiva, que ocorre em determinadas condições de produção, movimenta, faz circular formulações já enunciadas anteriormente. Nos discursos políticos, por exemplo, há uma memória discursiva que se refere a questões ligadas à prática política.

A memória discursiva, enquanto práticas discursivas que são reguladas pelos aparelhos ideológicos, corresponde aos dizeres inscritos nas formações discursivas. Desse modo, podemos perceber o que a difere do interdiscurso. O interdiscurso, segundo Indursky (2011) é saturado de sentidos, sendo sua natureza reunir todos os sentidos já produzidos e esquecidos e é essa reunião que o difere da memória discursiva. Retomando o que foi anteriormente apresentado por Courtine (2014 [1981]), Indursky (2011) afirma que a memória discursiva se refere aos sentidos que a forma-sujeito permite existirem em determinada formação discursiva, mas também aos sentidos que carecem de refutação.

Outro funcionamento apontado por Courtine (2014 [1981]), para o qual Indursky (2011) chama atenção, é o fato de que é em função da memória discursiva que alguns sentidos são “esquecidos” na história, isto é, “certos sentidos que, em um determinado momento podiam ser produzidos no seio de uma FD, em função de mudanças conjunturais, não podem mais aí ser atualizados, lembrados”. Do mesmo modo, o contrário também ocorre: “determinados sentidos que não podem ser ditos em uma FD, em função das mudanças conjunturais, a partir de um determinado momento passam a ser autorizados” (Indursky, 2011).

É preciso considerar, neste ponto, o que propõe Orlandi (2015 [1990]): as palavras transpiram silêncio, ou seja, há silêncio nas palavras. A autora aponta que “há uma dimensão do silêncio que remete ao caráter da incompletude da linguagem: todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer” (Orlandi, 2015 [1990]), p. 12), ou seja, todo dizer está sempre na relação com tudo que já foi dito, mas também com o que não se diz, na relação com o silêncio.

Silêncio é, portanto, o real da linguagem, o real do discurso, é “um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. Reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é ‘um’, para o que permite o movimento do sujeito” (Orlandi, 2015 [1990]), p. 13). A autora defende que é o funcionamento do silêncio que atesta a movimentação do discurso que ocorre na contradição entre o ‘um’ e o ‘múltiplo’, entre o mesmo e o diferente, entre os processos parafrásticos e polissêmicos. Assim, o silêncio, conforme compreende Orlandi (2015 [1990]), é fundante, é, por excelência, matéria significante.

É nessa relação entre o dizer e o não dizer, que se produzem lacunas na memória discursiva: é um efeito da ordem do ideológico. Constata-se, diz Indursky (2011), que o que regula uma formação discursiva é a memória discursiva, fazendo “ressoar ecos de uma memória coletiva, social”. Por tudo isso, a autora explicita que “a *memória discursiva* é regionalizada, circunscrita a uma FD e, por essa razão, é *esburacada, lacunar*”. Enquanto “o *interdiscurso* abarca a *memória discursiva referente ao complexo de todas as FD*. Ou seja, a memória que o interdiscurso compreende é uma memória ampla, totalizante e, por conseguinte, *saturada*” (Indursky, 2011, grifos da autora).

Propomos, assim, que é a memória discursiva, com sua não completude, que possibilita a movimentação dos sentidos entre as formações discursivas, em um processo de regularização e desregularização de sentidos, permitindo que novos dizeres sejam possíveis em novas formulações em dadas conjunturas sócio-históricas. É preciso ressaltar, consoante Indursky (2011), que o processo de regularização ocorre com maior frequência em relação ao seu oposto, uma vez que, se assim não fosse, os sentidos estariam à deriva, sem um ponto de cristalização.

Pêcheux (2015 [1983]) define memória discursiva como algo que, “face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem reestabelecer os ‘implícitos’ ([...] os pré-construídos, os elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.)” de que sua leitura necessita: “a condição do legível em relação ao próprio legível”

(Pêcheux, 2015 [1983], p. 46). Pêcheux aponta que a questão é identificar esses ‘implícitos’, que estão “ausentes por sua presença”, na leitura de uma sequência.

Retomando Achard (2015 [1983]), Pêcheux (2015 [1983]) afirma que os implícitos residiriam sob uma espécie de “regularização” que se daria por uma série de repetições, ou seja, através de retomadas, remissões e de efeitos do processo de paráfrase. Contudo, Pêcheux (2015 [1983]) destaca que essa regularização discursiva está sujeita a “ruir” no momento em que um acontecimento novo se inscreve, havendo, portanto, uma perturbação na memória. Há uma tendência de absorção do novo acontecimento pela memória, que, ao provocar a irrupção, pode desfazer essa regularização, produzindo “uma outra série sob a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento”. Sendo assim, o acontecimento “desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior” (Pêcheux, 2015 [1983], p. 46).

Isso significa que sempre há um jogo de forças na memória, no encontro com o novo acontecimento que desestabiliza a regularização e permite a inscrição de novos dizeres. Para Pêcheux (2015 [1983]), esse jogo de força tem, por um lado, o objetivo de “manter uma regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula, confortá-la como ‘boa forma’, estabilização parafrástica negociando a integração do acontecimento, até absorvê-lo e eventualmente dissolvê-lo”. Contudo, por outro lado, há também um jogo de força que busca uma ‘desregulação’ que abala a rede dos implícitos (Pêcheux, 2015 [1983], p. 47).

O autor defende ainda que a repetição é um efeito material que permite transformações e variações e, além disso, assegura o lugar de estabilidade de uma “vulgata parafrástica” que se dá por meio da reprodução, “da repetição literal dessa identidade material” (Pêcheux, 2015 [1983], p. 47). Todavia, a repetição recorrente de um item ou enunciado pode, do mesmo modo, “caracterizar uma divisão da identidade material do item: sob o ‘mesmo’ da material

identidade da palavra abre-se então o jogo da metáfora, uma outra possibilidade de articulação discursiva[...]”, que é, conforme o autor, “uma espécie de repetição vertical, em que a própria memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase” (Pêcheux, 2015 [1983], p. 47). Há, portanto, uma tensão e uma fusão entre o processo de paráfrase e o de metáfora, o que permite haver a inscrição de novos sentidos na rede da memória a partir de novos acontecimentos e da luta constante pela estabilização/desestabilização dos sentidos.

A memória é, então, compreendida não como “uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentes históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo”, mas é concebida como um espaço flexível “de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização [...]. Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (Pêcheux, 2015 [1983], p. 47).

Indursky (2011) defende que se há repetição, é devido ao fato de haver uma retomada/regularização dos sentidos que constituem a memória social, ainda que isto não seja visível ao sujeito. Para a autora, “são os discursos em circulação, urdidos em linguagem e tramados pelo tecido sócio-histórico, que são retomados, repetidos, regularizados” (Indursky, 2011).

É preciso considerar ainda que a repetibilidade de que trata a Análise do Discurso pode se dar de diferentes maneiras: tanto com a repetição de palavra por palavra, como por meio de repetições que levam a deslocamentos, ressignificações, quebrando a regularização dos sentidos. Orlandi (1998 [1996]) propõe a distinção de três tipos de repetição: a *repetição empírica*, um exercício mnemônico em que não há historicização; a *repetição formal*, que é técnica e, na qual também não há historicização; e uma terceira que consiste na *repetição histórica*, que, neste caso, “inscreve o dizer no repetível enquanto memória constitutiva, saber discursivo, em uma palavra: interdiscurso”, “que faz a língua significar” (Orlandi, 1998 [1996], p. 70).

Indursky (2011) afirma que pode haver uma contra-identificação do sujeito com determinado sentido já regularizado, ou ainda uma desidentificação de determinado saber e identificação com outro. Como diz Pêcheux (1990 [1983], p. 53), todo enunciado está sujeito a “tomar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro [...]”. Assim, importa dizer que os sentidos podem “atravessar as fronteiras da FD onde se encontram e deslizarem para outra FD, inscrevendo-se, por conseguinte, em outra matriz de sentido. Ao migrarem, esses sentidos passam a ser determinados por outras relações com a ideologia” (Indursky, 2011), possibilitando, então, uma ressignificação dos sentidos.

Há, portanto, uma certa “porosidade” nos limites das formações discursivas, que possibilitam que os sentidos se movimentem, que não estejam presos a determinada formação discursiva. Conforme Indursky (2011), é a repetibilidade que garante a constituição de uma memória social que dá sustentação ao que se diz, já que o sentido só é possível porque antes já havia sentido. Todavia, mesmo havendo repetibilidade, esta não é capaz, por si só, de estabilizar totalmente os sentidos, uma vez que, ao se repetirem, em processos de paráfrase, há deslocamentos, efeitos de polissemia que permitem que os sentidos deslizem e se transformem. É, pois, a repetibilidade que autoriza tanto a regularização dos sentidos que circulam socialmente, quanto sua desregularização e, como já mencionamos, o processo de regularização ocorre mais frequentemente, pois sem isso, não haveria discurso possível.

No entanto, conforme destaca Indursky (2011), faz-se necessário observar que, o oposto também não seria possível, ou seja, se não houvesse deriva dos sentidos, o discurso se tornaria desnecessário, uma vez que os sentidos estariam para sempre estabilizados, não permitindo novos dizeres.

2.3 Os partidos, as bancadas temáticas e os interesses do jogo político brasileiro

Para propormos uma discussão sobre os interesses do jogo político brasileiro no interior da formação ideológica capitalista, que funciona pela lógica do capital e do lucro, começamos por apresentar o que nos fala Bobbio *et al.* ([1983] 1998), em seu dicionário de política sobre o comportamento eleitoral numa eleição. Isto porque entendemos que, embora não estejamos tratando de uma eleição, os interesses que circunscrevem o impedimento de Dilma Rousseff, passam pela identificação/filiação dos sujeitos a determinados interesses, em especial, dos seus partidos e das bancadas temáticas das quais participam.

Destacamos, de acordo com Bobbio *et al.* ([1983] 1998), que existe uma tese que “vincula o comportamento eleitoral à condição de classe do ator político”, articulando-se em dois eixos principais: a primeira de que “o eleitor vota baseado na sua situação de classe” e a segunda que indica que “ele vota nos partidos ‘de classe’”, o que resultaria, portanto, no fato de que “os que pertencem à classe operária votam na esquerda e isso constitui uma resposta à necessidade de classe” (Bobbio *et al.* [1983] 1998, p. 190). Entretanto, sobre essa afirmação, Bobbio afirma haver dois tipos de críticas que levarão a um outro entendimento da expressão do voto.

A primeira se fundamenta no entendimento de que classe não deve ser tomada de modo homogêneo e não deve ser confundida com *status* sócio-econômico (que também não é homogêneo), mas que, para que se possa falar de voto de classe, é preciso considerar que classe está também relacionada às “condições psicoculturais de integração na mesma: desde a percepção à identificação e consciência de classe” (Bobbio *et al.* [1983] 1998, p. 190).

Uma segunda crítica apresentada divide-se em dois aspectos. O primeiro aponta para o fato de que, nos sistemas políticos ocidentais, muitos dos trabalhadores industriais dependentes votam em partidos burgueses, conservadores ou interclassistas, em

vez de votarem na esquerda, o que indicaria, portanto, uma contradição da tese inicialmente apresentada.

Em um contraponto à concepção de motivação classista de expressão do voto, o autor apresenta uma segunda tese de maior complexidade em torno do comportamento eleitoral. Nesse caso, compreende-se que existe uma pluralidade de fatores que operam na “escolha” eleitoral: classe, religião, diferenças étnicas e raciais, *status* sócio-econômico, lugar de residência. Todavia, essas pré-condições só operam na existência de uma outra condição anterior e mais ampla denominada “tradução política”, o que indica, portanto, que os vários fatores não seriam por si só determinantes do processo eleitoral, mas sim quando há “outros fatores que canalizam e utilizam seus imperativos dentro do processo político. Instrumentos desta tradução política são sobretudo os partidos e as organizações sindicais” (Bobbio *et al.* [1983] 1998, p. 190).

Nesta perspectiva, não há uma completa prioridade entre um ou outro fator pré-político ou político. O dicionário de Bobbio *et al.* ([1983] 1998, p. 190) explica que “O problema consiste em distinguir em cada caso a intensidade das divisões presentes num determinado contexto sócio-político. É, com efeito, provável que o voto seja o resultado da ruptura percebida como a mais intensa num dado momento histórico” (Bobbio *et al.* [1983] 1998, p. 190-191).

Entendemos, do ponto de vista discursivo, que, quando Bobbio fala da “intensidade das divisões presentes num determinado contexto sócio-político”, trata-se das relações tensas de força que são próprias do político. Ou seja, é no interior dessas tensões que o voto se configura como um gesto derivado de um processo de ruptura que predomina em determinadas condições sócio-históricas e políticas. Mas essa predominância, diz o autor, não é perceptível ao sujeito eleitor, que pode estar, concomitantemente, suscetível a uma heterogeneidade de fatores igualmente intensos que vão o afetar numa espécie de “pressões cruzadas”. O autor exemplifica: “caso clássico é do eleitor que sente tão vivamente a sua condição de membro da classe operária como a sua fé religiosa. Diante de dois partidos, um que apela para a

classe, o outro que apela para a religião, é bastante provável que tal eleitor, sentindo-se incapaz de uma escolha, acabe por abster-se” (Bobbio *et al.* [1983] 1998, p. 191).

Em 2014, no Brasil, foram eleitos 513 deputados federais. Dos 35 partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral, 28 tiveram representação na Câmara. As maiores bancadas eleitas foram as do PT (70 deputados), PMDB (66 deputados) e PSDB (54 deputados). Além desses partidos, também tiveram representação as legendas: PSD (37), PP (36), PR (34), PSB (34), PTB (25), DEM (22), PRB (21), PDT (19), SD (15), PSC (12), PROS (11), PCdoB (10), PPS (10), PV (8), PHS (5), PSOL (5), PTN (4), PMN (3), PRP (3), PEN (2), PSDC (2), PTC (2), PRTB (1), PSL (1), PTdoB (1).

Em nosso *corpus* discursivo é possível observar que, os sujeitos assumem, em determinados enunciados, uma posição discursiva em que se colocam como porta-vozes de seus partidos, como podemos ver na sequência discursiva a seguir, em que o sujeito enuncia assumindo a própria voz do partido, em *o PCdoB vota*, apagando o sujeito individual, em detrimento do coletivo partidário.

SD6: Há uma canção em Pernambuco que diz: “[...] *a injustiça dói. Nós somos madeira de lei que cupim não róí*”. Aqui, o PCdoB vota por aqueles que tombaram pela democracia no nosso País. O PCdoB vota pelos brasileiros e brasileiras que estão nas ruas indignados, no dia de hoje e nos dias que se passaram, porque, além de todas as injustiças desse processo, há um réu aqui comandando o procedimento de impedimento da Presidenta Dilma, uma mulher séria. É por isso que o PCdoB diz em alto e bom som: vai ter luta! Não ao golpe! (Luciana Santos, Pcdob, sublinhados nossos).

Ou ainda, em menor recorrência, podemos também verificar, como na sequência discursiva SD7 que segue, uma não identificação do sujeito com o posicionamento do partido, colocando-se, portanto, em oposição à orientação partidária em relação ao posicionamento que deveria ser adotado para a votação:

SD7: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos nós estamos emocionados. Todos nós estamos atentos, julgando a nós próprios, respeitando consciências. Eu quero dizer que o Partido Progressista firmou questão. Mas, em desacordo com a posição do meu partido, eu quero dizer, meu Presidente querido, que continuarei sendo leal à sua pessoa, como Presidente desta Casa. [...] Em defesa da Constituição, em defesa da democracia, voto “não” ao golpe, contra o *impeachment* (Waldir Maranhão, PP, sublinhados nossos).

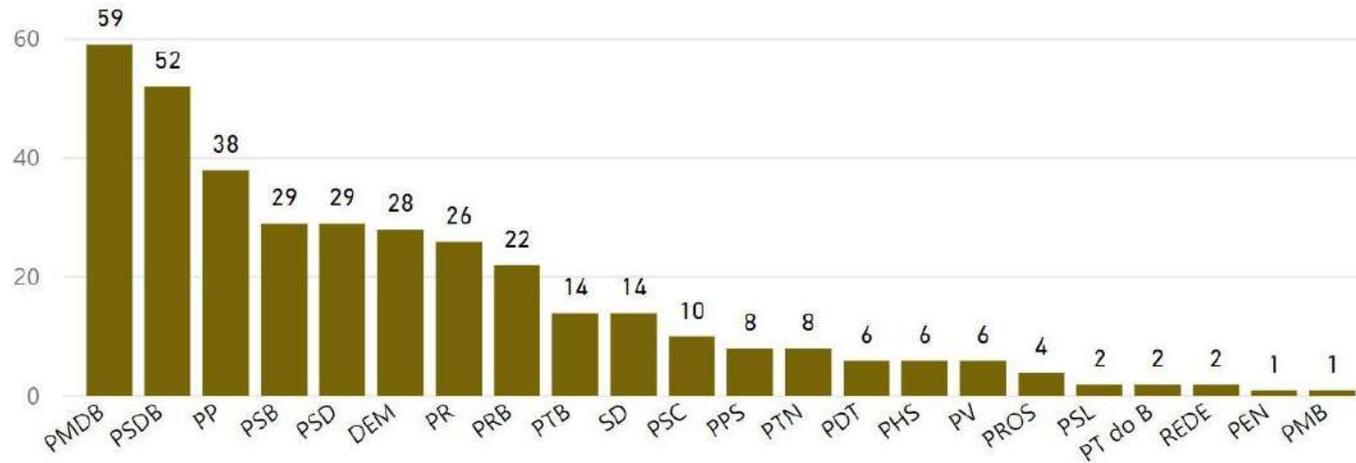
Entendemos que isso ocorre, porque há muitos outros interesses em jogo, os quais não podemos mensurar e delimitar aqui, mas que estão em funcionamento e em luta na cena política.

É preciso dizer ainda que, antes do início da votação, os líderes de cada partido enunciaram como os deputados deveriam votar, ou seja, apresentando o posicionamento do partido em relação ao processo, direcionando o voto “sim”, “não”, ou ainda liberando a bancada partidária para votar como quisesse.

Desse modo, afirmamos que, ao assumir a posição discursiva como porta-voz do partido, o sujeito manifesta em seu voto os interesses desse determinado grupo. Vale enfatizar que não nos cabe aqui definir quais são os interesses de cada partido individualmente, mas compreender que esses interesses estão sempre em relação e em confronto no campo político. No entanto, em grande medida, os partidos políticos seguem interesses diversos que deixam ver uma luta por poder, luta por ganhos financeiros, luta de classes, luta ideológica, política, enfim, são diversos os fatores que influenciam no jogo político de um partido político no interior de uma formação ideológica capitalista. Conforme nos diz Silva Sobrinho (2019, p. 63): “o poder político é o poder do capital” em que funciona “o jogo dos interesses capitalistas”.

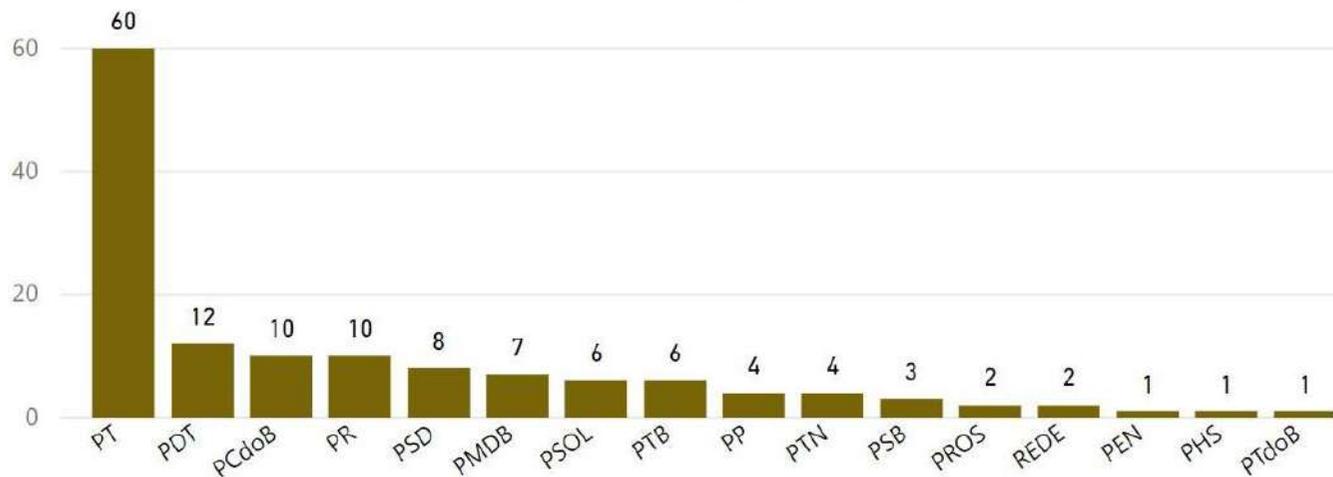
Vemos nos gráficos a seguir como votou cada partido, isto é, quantos deputados de cada partido (e quais partidos) votaram “sim” ou “não”.

Gráfico 5 - Votos "Sim" por partido



Fonte: Arquivo da pesquisa. Elaboração da autora

Gráfico 6 - Votos "Não" por partido



Fonte: Arquivo da pesquisa. Elaboração da autora

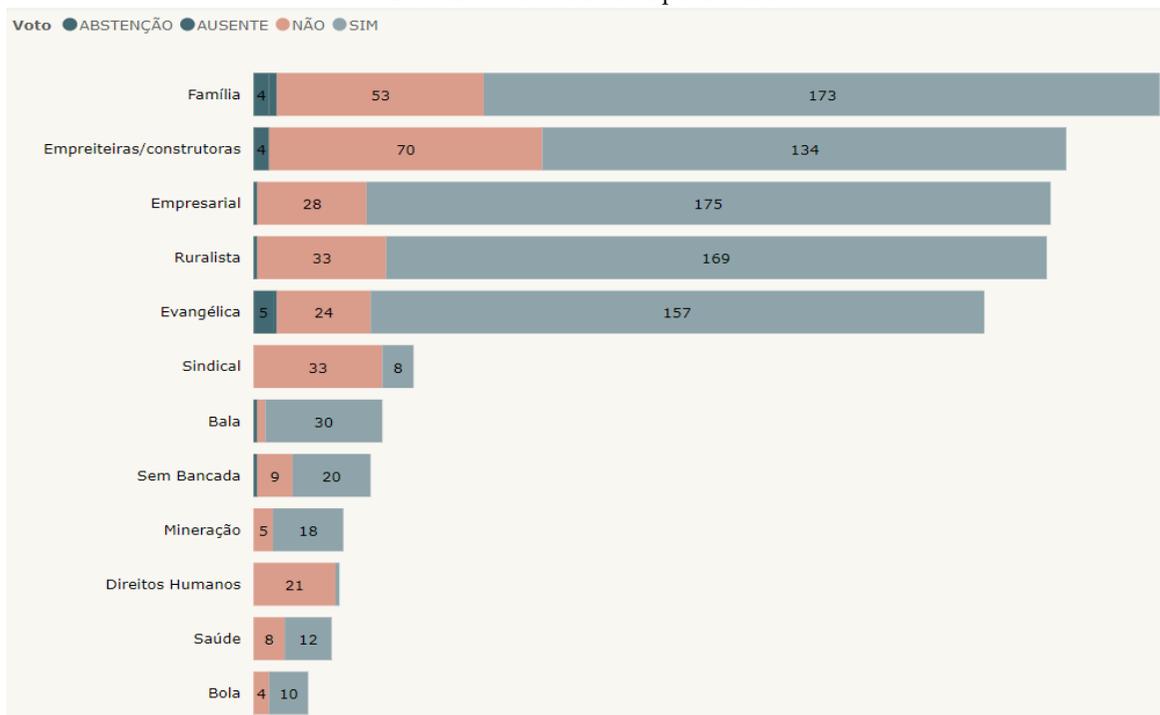
Observamos os partidos que, por unanimidade, se posicionaram a favor (PSDB, DEM, PRB, SD, PSC, PPS, PV, PSL, PMB) e contra (PT, PCdoB, PSOL). E ainda aqueles em que pudemos verificar uma divisão de posicionamento, em que parte dos deputados se colocou a favor e outra parte se manifestou contrária ao processo (PMDB, PDT, PR, PSD, PTB, PP, PTN, PSB, PROS, REDE, PEN, PHS, PTdoB). Ressaltamos que, embora o PMDB tenha manifestado votos favoráveis e contrários, mostrando uma divisão no posicionamento dos deputados, foi deste partido o maior número de votos favoráveis à deposição de Dilma Rousseff. Chamamos atenção ainda para o fato de que este é o partido do vice-presidente Michel Temer e do presidente da Casa Eduardo Cunha.

Além disso, destacamos que os interesses partidários não são os únicos em jogo na cena política brasileira. Há também, por exemplo, as bancadas temáticas às quais os sujeitos se filiam no Congresso. Contudo, essas bancadas não são institucionais como os partidos, mas funcionam de modo informal. Logo, não há registros oficiais que definam a participação dos deputados a uma ou outra bancada. Em vista disso, identificamos uma pesquisa realizada em fevereiro de 2016, em que a *Agência Pública* define a participação dos deputados em cada uma das onze bancadas¹³ por eles identificadas, que, de acordo com os autores (Fonseca, Medeiros, 2016), em grande medida, são baseadas em “interesses corporativos, conservadores ou por ambos”.

Um gesto de leitura de nosso *corpus*, que trazemos no gráfico a seguir, nos permite verificar de que modo os sujeitos filiados às diversas bancadas temáticas votaram no processo de *golpe/impeachment*.

¹³ *Bancadas temáticas*. Disponível em: <https://apublica.org/2016/02/truco-as-bancadas-da-camara/>

Gráfico 7 - Total de votos por bancada



Fonte: Arquivo da pesquisa. Elaboração da autora

Podemos observar que em apenas duas bancadas o voto “não” se destacou: a bancada sindical e a bancada dos direitos humanos, embora, também tenha recebido a maior parte de seus votos das bancadas de empreiteiras/construtoras e das bancadas da família e ruralista. Enquanto, por outro lado, os votos “sim” predominaram em todas as demais bancadas temáticas, chamando a nossa atenção para a quase unanimidade da bancada da bala e, principalmente, da grande parte dos votos advindos das maiores bancadas no Congresso: família, empreiteiras/construtoras, empresarial, ruralista, evangélica.

Entendemos, portanto, que esses interesses fazem parte do jogo político brasileiro que estão em luta no campo de batalha pelos sentidos que se manifestam nos votos dos sujeitos inscritos em posições discursivas que representam um ou outro (ou vários) interesses, em uma ou outra formação discursiva. Desse modo, ao enunciarem “sim” ou “não” deixam ver esse jogo político, mesmo que embaralhado na cena performática do tecnicismo jurídico do processo em votação. Queremos dizer que tanto os partidos quanto as bancadas temáticas são indicadores de como essas posições de deputados são significadas publicamente no interior da instituição de onde enunciam, ou seja, um deputado X, filiado ao partido Y e ainda pertencente a bancada temática Z.

Contudo, ressaltamos que não há uma homogeneidade nesse processo. Muito ao contrário disso, esse jogo de posições não é fechado, automático, mas um espaço heterogêneo e contraditório que se marca na língua, uma vez que, como afirmamos, há interesses em jogo, declarados ou não, interesses públicos e privados que perpassam a prática e o discurso político dos deputados, em especial, no momento em que votam a favor ou contra um processo de deposição de uma presidenta eleita pelo voto popular.

Assim, compreendemos que no interior de uma ou outra formação discursiva, os sujeitos enunciam a partir de determinadas posições que vão reger o que pode e deve ser dito deste lugar em função dos interesses que representam no jogo político brasileiro.

III. O RITUAL INSTITUCIONAL: A SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Para que seja possível um gesto de análise dos processos discursivos dos enunciados dos votos dos deputados na sessão da Câmara, é necessário observar as condições em que esses dizeres se produziram. Assim, neste capítulo, desenvolvemos um estudo sobre as condições amplas e específicas de produção e circulação do discurso em 2016, a fim de compreender, à luz da Análise do Discurso, o fio de historicidade que atravessa as formulações. Além disso, trazemos aqui uma breve observação sobre o lugar institucional da Câmara dos Deputados de onde os sujeitos enunciam e uma apresentação da sessão que compõe nosso arquivo de pesquisa.

3.1 A Câmara dos Deputados: o lugar institucional

É preciso considerar que a enunciação política produzida nesta sessão do golpe/*impeachment* de Dilma Rousseff ocorre no interior de uma instituição. Instituições, conforme Mariani (1999, p. 51), são compreendidas como uma resultante de longos processos históricos, em que se sedimentam determinados sentidos e, ao mesmo tempo, legitimam práticas sociais. A autora afirma que “o processo histórico de naturalização das instituições e dos sentidos funciona de forma a torná-los ‘evidentes’, legítimos, necessários” (Mariani, 1999, p. 51); e conseqüentemente, com o passar do tempo, os discursos e práticas que se produzem em seu interior também se tornam evidentes para a sociedade.

Ainda de acordo com Mariani (1999), uma instituição pode ser pensada em seus processos de constituição que não são evidentes e homogêneos, mas se apresenta regulada por uma formação discursiva dominante, cujas fronteiras não são fechadas e, por isso, permitem movimentos na produção dos sentidos. Questionamos,

então, não sobre o que se diz desse lugar, mas por que se diz de determinada maneira, buscando desnaturalizar os rituais enunciativos das práticas discursivas institucionais, desfazendo o efeito de literalidade dos sentidos.

Portanto, para se empreender um trabalho crítico de análise dos discursos institucionais, devemos considerar a instituição enquanto estrutura e também acontecimento discursivo (Pêcheux, 1990 [1983]). Nas palavras de Mariani (1999, p. 50), são os “acontecimentos discursivos que em um primeiro momento desarticulam práticas vigentes, deslocando sentidos, mas que, em seguida, podem (ou não) ser absorvidos pela memória, servindo a novas ritualizações”.

É, assim, a partir desse lugar legitimado sócio-historicamente – a Câmara dos Deputados - que os sujeitos enunciam seu votos na sessão do golpe/*impeachment*, inscritos em posições e formações discursivas que vão determinar/delimitar o que pode e deve ser dito.

O sujeito é compreendido discursivamente como uma posição entre outras possíveis, assumida no momento da enunciação do discurso. A posição-sujeito é possível a partir do jogo das formações imaginárias e discursivas, conforme propõe Pêcheux (2014a [1969]), em que há uma projeção, representação dos lugares sociais, neste caso, o institucional.

De acordo com Orlandi (1994b, p. 56), não há relação direta entre o homem e o mundo, essa relação é constituída pela ideologia, que pelo funcionamento do imaginário vai mediar a relação do sujeito com as suas condições materiais de existência, produzindo um efeito de evidência. É esse efeito que permite ao sujeito a ilusão de transparência da linguagem e dos sentidos. Assim, o sujeito assume determinadas posições no discurso, que compreendem a projeção de um lugar social no mundo para sua posição discursiva.

Orlandi (2010), retomando Pêcheux (2014a [1969]), defende que há alguns fatores, como condições de produção, que determinam os sentidos. Um deles é a relação de sentidos: o discurso está sempre em relação a outros discursos já ditos e possíveis de se dizer, em uma relação contínua. Em segundo lugar,

existem relações de força das quais resultam a constituição dos sentidos, por isso, o lugar de onde se fala é constitutivo de seu dizer. De acordo com Orlandi (2010, p. 39-40), “como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na ‘comunicação’”.

Podemos dizer, por exemplo, que em determinadas condições de produção, como uma sessão no Congresso Nacional, se o sujeito fala a partir da projeção que faz do lugar institucional de um deputado, suas palavras significam diferentemente se este mesmo sujeito falasse do lugar de cidadão, ou de cientista, ou de professor, etc. Isto porque, o lugar social/empírico institucional, já determinado histórico-ideologicamente, legitima seu dizer nessas condições. Ou seja, os deputados, que falam do lugar institucional, de acordo com as relações de hierarquia social, possuem certa autoridade legitimada em relação a outros lugares não institucionais, sempre da ordem do imaginário que funciona nos sujeitos.

Além disso, Orlandi (2010) ainda destaca, seguindo a proposta de Pêcheux (2014a [1969]), que segundo o mecanismo da antecipação, o sujeito pode a partir de seu lugar, experimentar o lugar do outro e, por isso, antecipar-se ao seu locutor quanto aos sentidos que suas palavras podem produzir. A autora afirma que não são os sujeitos físicos nem seus lugares empíricos que funcionam no discurso, mas as imagens resultantes de suas projeções. Assim, de acordo com Orlandi (2010, p. 40), é através da imagem (projeção) construída discursivamente para as situações empíricas que possibilitam a transformação destes para as posições discursivas. E são essas posições que, na relação com o contexto sócio-histórico e com a memória, significam no discurso.

É preciso ressaltar ainda, de acordo com Orlandi e Guimarães (1988), que um sujeito pode assumir uma dispersão de posições, que são reguladas pelas formações imaginárias e discursivas, partindo do princípio de que o discurso é duplamente caracterizado pela dispersão de textos e de sujeitos, logo, a partir

das diversas posições que podem ser assumidas pelo sujeito na enunciação.

Todavia, é imperativo trazermos aqui a proposta de Grigoletto (2005), em relação ao lugar social e ao lugar discursivo. A autora destaca o fato de Orlandi fazer referência à passagem do lugar empírico para a posição discursiva, considerando nesse movimento o sujeito já como uma posição. Grigoletto, então, questiona se entre a passagem do *lugar social* do sujeito para a *posição discursiva* não poderia haver a constituição de um *lugar discursivo*, apontando que poderiam funcionar, sob o mesmo lugar discursivo, distintas posições-sujeito, como é possível verificar em nosso *corpus* discursivo.

Grigoletto (2005) afirma que, ao mesmo tempo em que é interpelado ideologicamente pela formação social, o sujeito se inscreve em um dos lugares sociais a ele determinado, isto é, em seu espaço empírico. Nas palavras da autora, “o lugar social que o sujeito ocupa numa determinada formação social e ideológica, que está afetada pelas relações de poder, vai determinar o seu lugar discursivo, através do movimento da forma-sujeito e da própria formação discursiva com a qual o sujeito se identifica” (Grigoletto, 2005, p. 155-156). Isto significa que é a prática discursiva que permite uma estabilização dos lugares sociais.

A autora nos mostra que os lugares sociais/empíricos se constroem no interior das formações sociais, por meio de sentidos que são estabilizados pelo efeito ideológico, ou seja, é no interior das formações sociais que o ideológico se institui, determinando, pelas formações discursivas, quais são os lugares empíricos permitidos ao sujeito se inscrever, assim como as imagens que podem ser atribuídas a esses lugares. Deste modo, como nos diz a autora, “o sujeito, ao ser interpelado pela ideologia e afetado pelas relações de poder, sobretudo as institucionais, já está inscrito num determinado lugar social/empírico” (Grigoletto, 2005, p. 156).

Retomando Pêcheux (1967), Grigoletto nos apresenta a relação existente entre o lugar social e o lugar discursivo. Para a autora, o lugar discursivo é determinado tanto pelo lugar social, como pela

estrutura da língua, que se materializa no intradiscurso. Desse modo, um efeito não ocorre senão pelo efeito do outro, ou melhor, o lugar discursivo é efeito do lugar social, e este se constrói pelo efeito do lugar discursivo. Há, portanto, uma relação mútua e complementar, estando ambos relacionados à ordem de constituição do discurso. É importante destacar, ainda consoante Grigoletto, que um não é anterior ao outro. Para que se instituem, um precisa do outro, não devendo, portanto, serem vistos como fenômenos isolados e sucessivos, pois há um imbricamento constitutivo entre eles.

Nas palavras da autora, “os lugares discursivos são construídos pelo sujeito na sua relação com a língua e a história” (Grigoletto, 2005, p. 158). No entanto, Grigoletto afirma que essa discursivização só é possível por haver “uma determinação da formação social que institui determinados lugares, os quais podem e devem ser ocupados por sujeitos autorizados para tal”. Isso faz com que haja esse efeito de dupla determinação: “o lugar social é efeito da prática discursiva, mas, ao mesmo tempo, o lugar discursivo também é efeito da prática social” (Grigoletto, 2005, p. 158).

O lugar discursivo estaria, pois, localizado entre o lugar social, a forma-sujeito e a posição-sujeito discursiva. Ele compreende um espaço heterogêneo, onde se materializam as distintas imagens projetadas pelos interlocutores no discurso, podendo abarcar posições discursivas diferentes e, por vezes, até contraditórias.

Deve-se salientar, ainda conforme Grigoletto, que o sujeito, por ser afetado pelo inconsciente, muitas vezes, tem a ilusão de que é possível apagar o lugar social no momento em que se passa do lugar social ao lugar discursivo. Produz-se, portanto, um efeito de um apagamento, uma vez que a inscrição em determinado lugar discursivo requer sempre uma determinação de um lugar social.

Podemos dizer que, ao enunciar na sessão de impedimento de Dilma Rousseff, os sujeitos tomam a palavra a partir de um lugar institucional, como já dissemos, e ainda, ocupando o lugar discursivo que, neste caso, correspondente ao social, que os permite assumir distintas posições-sujeito no discurso, por exemplo,

posições partidárias, posições políticas, de porta-vozes do povo, porta-vozes de suas famílias e de interesses de suas bases eleitorais, mesclando, portanto, posições públicas e privadas, possibilitadas pelo lugar que ocupam. Vemos, pois, um entrelaçamento de diferentes posições-sujeito que podem ser assumidas no discurso dos deputados na Câmara no momento em que enunciam nas sessões ao assumirem o lugar discursivo de deputados federais e que, muitas vezes, não são discerníveis no fio do discurso.

Apresentamos a seguir algumas sequências discursivas em que os sujeitos constroem discursivamente uma imagem sobre o lugar institucional da Câmara dos Deputados que permite aos sujeitos enunciarem seus votos do lugar discursivo de deputados, em distintas posições.

Trazemos, em primeiro lugar, as sequências dos votos favoráveis ao processo, em que essas imagens são mais recorrentes:

SD8: [...] E peço ao povo brasileiro que, através de seu trabalho, respeite, a partir de agora, um Parlamento que sempre defendeu o povo, que é a Câmara dos Deputados da República Federativa do Brasil. [...] (Jovair Arantes, PTB, sublinhados nossos).

SD9: [...] Ressaltando o papel que cabe a esta Casa de julgar a admissibilidade, entendo que há elementos suficientes para o prosseguimento da ação (Daniel Vilela, PMDB, sublinhados nossos).

SD10: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, este Governo errou ao apostar na desordem. Este Governo errou ao não acreditar no progresso deste País. E nós nesta Casa, com mais de 95 milhões de votos dos Deputados, temos, sim, Sr. Presidente, legitimidade para poder dar fim a este Governo (Vinicius Carvalho, PRB, sublinhados nossos).

SD11: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi-me dada a honra, pelo povo do Rio Grande do Sul, de estar nesta Casa (Danrlei De Deus Hinterholz, PSD, sublinhados nossos).

SD12: Sr. Presidente, para chegar a esta Casa pedimos confiança à população [...] (Rômulo Gouveia, PSD, sublinhados nossos).

SD13: Sr. Presidente, hoje passaremos a limpo o Brasil. A voz do povo ecoará na Casa do Povo (Renata Abreu, PTN, sublinhados nossos).

SD14: Nada, nada justifica um voto que faça o Brasil sofrer. Hoje, nesta Casa, somos chamados para fazer parte da história [...] (Anderson Ferreira, PR, sublinhados nossos).

Como é possível verificar, há uma imagem construída discursivamente da Câmara dos Deputados nos votos favoráveis que aponta para um efeito de legitimidade da instituição: a imagem que se projeta da Câmara é daquela que sempre “defendeu o povo”, que tem o papel “de julgar a admissibilidade” do *impeachment*, é um lugar a que se chega pela confiança da população, que é a “Casa do Povo”, onde “ecoa” a “voz do povo”, onde se faz “história”. Também constroem discursivamente imagens para os deputados que, por estarem “nesta Casa” e terem “mais de 95 milhões de votos” são representados como aqueles que têm “legitimidade para dar fim a este Governo” e que são “honrados” pelo povo para ocupar o lugar de deputados na Câmara.

Por outro lado, em recorrência bastante inferior aos favoráveis, vemos os enunciados em que os votos contrários constroem a imagem também para a Casa Legislativa e para o lugar de deputados, mas que produzem distintos efeitos dos que acabamos de apresentar:

SD15: Aqui há homens de bem. Tenho 20 anos nesta Casa. Companheiros e companheiras Deputadas e Deputados, o Supremo Tribunal Federal julgou uma causa antes de ontem, e o resultado foi cinco a cinco. Ali estão os maiores juristas do Brasil julgando a Constituição, e o resultado foi uma divisão no Supremo: cinco a cinco. Quanto mais o Parlamento, que é uma Casa política! O Parlamentar tem toda a liberdade de divergir! (Givaldo Carimbão, PHS, sublinhados nossos).

SD16: Sr. Presidente, eu quero fazer, hoje, no meu voto, uma homenagem a todos os mineiros e brasileiros que um dia lutaram pelo voto popular. Muitos deles pagaram com suas vidas. E esta Casa não tem o direito, hoje, já que as ruas estão divididas — e eram eles que nós tínhamos que consultar

hoje, o que realmente a população quer (George Hilton, PROS, sublinhados nossos).

SD17: Quero dizer também, colegas Deputadas e Deputados, que reassumi nesta Casa o mandato que o povo de Minas Gerais me confiou nas urnas, para lutar contra três golpes que as forças mais conservadoras querem impor ao País. Estamos aqui para impedir um golpe, para lutar contra um golpe contra a Presidenta Dilma. Estamos aqui para lutar contra um golpe contra a democracia brasileira (Patrus Ananias, PT, sublinhados nossos).

A imagem da Câmara dos Deputados é construída discursivamente, em SD15, como uma “Casa política” onde há “homens de bem”, e ainda enquanto um lugar de carreira política do sujeito enunciador: “Tenho 20 anos nesta Casa”. Além disso, ainda nesta sequência, podemos verificar que, se não há consenso nem entre os juristas do STF em relação à Constituição, a Câmara, enquanto “Casa política”, não poderia realizar este julgamento. Ou seja, há uma legitimidade da Casa, enquanto política, mas a esta não compete um julgamento da Constituição. Aponta ainda que “O Parlamentar tem toda a liberdade de divergir!”, o que deixa ver a imagem de uma possibilidade dos parlamentares se posicionarem diferentemente em relação ao processo.

Na segunda sequência apresentada, SD16, a imagem que se projeta é a de que a “Casa não tem o direito” de depor a presidenta, uma vez que a população deveria ser consultada para isso, ou seja, a imagem que se projeta aponta que a legitimidade das ações da Casa Legislativa vem da aprovação do povo. Na última sequência, vemos uma imagem próxima ao que mostramos nos votos “sim”, que coloca o lugar de parlamentar como um cargo legitimamente confiado ao sujeito por meio do voto popular. E que, por isso, possui legitimidade para, nesta Casa, “lutar contra um golpe contra a Presidenta Dilma” e ainda “lutar contra um golpe contra a democracia brasileira”. Vemos, portanto, que a legitimidade, nestes casos, aparece em um efeito distinto, uma vez que este lugar legitimado socialmente pelo voto, permite a divergência dos

deputados no interior da instituição, que não tem direito de derrubar um governo.

Ao assumir este lugar institucional/discursivo, o discurso do deputado está autorizado, legitimado tanto pela instituição quanto pelo povo que o elegeu para sua representação no Congresso. Assim, ele fala desse lugar e se posiciona a favor ou contra o processo de *golpe/impeachment* e, para além disso, *fala sobre* os acontecimentos políticos, econômicos, sociais que circunscrevem o acontecimento da sessão, inclusive deste momento, considerando, como diz Mariani (1998, p. 65, nota 6), que não é de qualquer lugar que se pode *falar sobre*. Para a autora (Mariani, 1998, p. 63-64), “*falar sobre* é tornar objeto aquilo sobre o que se fala”. Nessa perspectiva, “o sujeito enunciador produz um efeito de distanciamento [...] e marca uma diferença com relação ao que é falado, podendo, desta forma, formular juízos de valor, emitir opiniões etc, justamente porque não se ‘envolveu’ com a questão”. E são as relações imaginárias que funcionam no sujeito que vão regular o que e como se pode falar deste lugar institucional/discursivo e permitir que o sujeito assuma as diversas posições sujeito no discurso, por um lado, legitimado a votar pelo *impeachment* e, por outro, a lutar contra o *golpe*.

3.2 Condições de produção: a exterioridade do discurso

Entende-se por exterioridade o que chamamos de *condições de produção do discurso*, conceito fundamental para a teoria, por se tratar das “‘circunstâncias’ do discurso”, diz Pêcheux (2014a [1969], p. 74), sendo, pois, uma condição constitutiva de todo dizer. Orlandi (2009, p. 58) acrescenta que as condições de produção são “o falante, o ouvinte, o contexto da comunicação e o contexto histórico-social (ideológico)”.

Portanto, para que seja possível haver qualquer movimento de interpretação, o discurso precisa ser analisado a partir de suas condições de produção, observando a historicidade que atravessa os enunciados no momento que em são produzidos. Essas

condições de produção são representadas, segundo Pêcheux (2014a [1969]), pelas formações imaginárias, que circulam socialmente, às quais o sujeito está ou não identificado no momento da enunciação, sem que se dê conta disso. São as imagens, as projeções que o sujeito ao enunciar faz de si, de seu interlocutor e do que se fala no momento da enunciação que vão regular a produção dos dizeres. Além disso, pensar nas condições de produção de um discurso, de acordo com De Nardi (2020), implica considerar “os movimentos dos discursos na história e com eles, dos sujeitos, no sentido de que todo processo discursivo comporta uma materialidade histórica que lhe atravessa como possibilidade de que efeitos de sentidos sejam produzidos”.

3.2.1 Um cenário político-econômico do Brasil em 2016

Explicitamos brevemente, a seguir, as questões propriamente políticas, econômicas e sociais que circunscreveram o acontecimento de deposição de Dilma Rousseff da Presidência da República em 2016 que fazem parte das condições amplas de produção de nosso objeto discursivo. Nesta perspectiva, sabendo da impossibilidade de se tratar de todos os eventos, abordamos aqui aqueles que consideramos relevantes para o nosso gesto de análise do funcionamento discursivo dos enunciados dos votos dos deputados durante a votação do processo. Entrelaçamos, guardando as devidas precauções teóricas, autores que já publicaram sobre este cenário político-econômico.

Como um ponto simbólico de partida, tratamos das manifestações ocorridas no ano de 2013 por todo o Brasil, conhecidas como *jornadas de 2013*. Isto porque, esse movimento marcou um antes e depois da história dos acontecimentos políticos recentes no país. Cumpre aqui observar quais aspectos favoreceram para a explosão de manifestações naquele momento.

Entre os anos de 2003 e 2014, de acordo com o Banco Mundial (The World Bank, s.d.), o Brasil vivia um momento de exponencial crescimento econômico e social, permitindo que mais de 29 milhões

de pessoas saíssem da pobreza, conseqüentemente, reduzindo a desigualdade social expressivamente. Além disso, programas como o *Bolsa Família* permitiram que houvesse um aumento na renda de 40% da população mais pobre do país. Segundo Barbosa (2015), o Partido dos Trabalhadores e os dois governos de Luís Inácio Lula da Silva “despertaram e infundiram a esperança de mudanças sociais no mundo do trabalho”, sendo “capazes de conduzir a retomada do crescimento da economia brasileira” (Barbosa, 2015, p. 17).

Contudo, após uma forte recessão econômica, durante o primeiro governo de Dilma Rousseff (PT), esse crescimento desacelerou consideravelmente no início da última década, fazendo aumentar as taxas de desemprego, inflação, juros e também de serviços. Todo esse processo de decréscimo econômico, juntamente aos casos de corrupção frequentes, fez com que a população reagisse em uma forte mobilização de protestos pelo país em junho de 2013.

Sobre esses protestos, Barbosa (2015, p. 19) defende que eles podem ser compreendidos como movimentos sociais heterogêneos que se articularam em torno de questões amplas que iam desde “direitos sociais (saúde, educação, segurança, lazer, previdência, assistência social, moradia) às condições de acesso (viável economicamente e com qualidade) a serviços sociais (transporte, informação)”.

Nobre (2013) propõe que essas manifestações apresentavam traços comuns com as ocorridas em outros dois momentos do período de redemocratização do Brasil: as *Diretas já*, em 1989 e o movimento *Fora Collor* em 1992. Contudo, aponta que, embora haja semelhanças, durante as jornadas de 2013, ao contrário das outras duas manifestações citadas, não houve uma narrativa unificada como ponto de partida para a formação do movimento, que, na realidade, configurava-se em vários movimentos grandes ou pequenos, locais ou mais amplos, isolados ou reunidos, mas, de todo modo, heterogêneos.

Para Indursky (2016), essas jornadas corresponderam a uma modalidade diferente de um acontecimento discursivo, conforme propõe Pêcheux (1990 [1983]). Isto é, essas manifestações faziam surgir uma distinta modalidade de discurso político, uma vez que se formulava por sujeitos enunciadores diferentes e colocava-se em circulação por inúmeros manifestantes, que se identificavam com os saberes produzidos nos cartazes e faixas por eles carregados. Essas discursividades ganharam uma outra dimensão, considerando que, além de circularem nas ruas, passaram também a ganhar vida nos dispositivos eletrônicos. De acordo com Indursky (2016, p. 66), o digital favoreceu a circulação desse discurso político, de enunciados breves, efêmeros, que poderiam ser voláteis, mas que, ao serem capturados pelos dispositivos eletrônicos, ganharam grande visibilidade, fortalecendo a mobilização. Para a autora, essas manifestações, além de mobilizarem uma memória social, correspondem a práticas discursivas de sujeitos políticos coletivos que se produzem em dispersos espaços sociais e em tempos descontínuos.

Em certa medida, o trabalho de Costa (2020) se aproxima das discussões de Mariani (2019) ao analisar o ressurgimento da polarização política. De acordo com Costa (2020, p. 67), a polarização política entre a esquerda e a direita ressurgia, naquele momento, de modo intenso no cenário político brasileiro e, desde então, “os discursos produzidos indicavam um acirrado e perigoso embate político e ideológico, por meio do qual discursos de ódio tornaram-se recorrentes nas diversas esferas sociais, especialmente, no espaço virtual”.

No início de 2014, começaram a surgir as primeiras revelações de corrupção investigadas pela *Operação Lava-Jato*. Essa operação, executada pela *Polícia Federal*, investigou, desde 2009, o esquema de lavagem e desvio de dinheiro, envolvendo tanto a *Petrobras* e empreiteiras do país, quanto funcionários públicos, políticos e governantes. É preciso considerar ainda que, em ano de *Copa do Mundo* no Brasil, a situação econômica do segundo governo de Dilma Rousseff, de acordo com Barbosa (2005), ficou marcada por

um agravamento do cenário econômico internacional, tornando-se ainda mais desfavorável ao país.

Embora a *Copa do Mundo* tenha sido realizada com êxito, os atrasos nas obras e a repressão aos protestos fizeram com que houvesse questionamentos sobre o que, de fato, esse evento deixaria como legado ao país. Nesse contexto, a popularidade de Dilma Rousseff caía a passos largos, enquanto manifestações contra a realização do evento também ocorriam.

Mesmo com os impactos dos protestos de junho de 2013, cerca de um ano antes das eleições presidenciais, e em meio a uma grande instabilidade econômica e política, Dilma Rousseff (PT) se reelegeu em 2014, vencendo seu concorrente Aécio Neves (PSDB) em um segundo turno acirrado¹⁴. Logo após a vitória de Dilma nas urnas¹⁵, o Partido da Social Democracia Brasileira do candidato Aécio Neves recorreu ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), solicitando a realização de uma auditoria a fim de verificar a "lisura" da eleição presidencial que deu ao Partido dos Trabalhadores a oportunidade de continuar no poder. Aécio Neves declarou em seu primeiro discurso após sua derrota¹⁶ que faria oposição "incansável e intransigente" ao governo.

Antes mesmo de Dilma Rousseff tomar posse em 2015, surgiram novas manifestações organizadas a partir de redes sociais que clamaram pelo fim da corrupção. Segundo Grigoletto e Silva Sobrinho (2018), essas manifestações foram convocadas por *hashtags* como #foradilma, #foraPT, #chegadeCorrupção que, ao circularem, juntavam-se a um outro enunciado proferido por Eduardo Campos (candidato à Presidência) antes de sua morte: "não vamos desistir do Brasil". Este enunciado transformou-se em

¹⁴ Sobre as eleições de 2014, ver nossa dissertação de mestrado: "Uma análise do discurso político na mídia televisiva: Aécio Neves e Dilma Rousseff em debates 2014" (Silva, 2017). Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/3839>

¹⁵ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/10/psdb-pede-ao-tse-auditoria-para-verificar-lisura-da-eleicao.html>

¹⁶ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/11/05/aecio-neves-promete-oposicao-201cincansavel-e-intransigente201d>

uma espécie de *slogan* contra o Partido dos Trabalhadores e, como verificamos em nosso *corpus*, retorna nos enunciados dos votos favoráveis ao *golpe/impeachment* em 2016. Conforme ainda apontam os autores, após a posse de Dilma, esses dizeres passaram a circular articulados a outros como *#impeachment já*. Assim, deu-se início à campanha a favor da deposição da Presidenta.

Logo após a vitória de Dilma nas eleições, discursos de ódio passaram a circular mais fortemente nas redes sociais. Especialmente, discursos racistas contra nordestinos, que representavam grande parte de seus eleitores.

Entre março e abril de 2015, protestos levaram novamente as pessoas às ruas. No dia 15 de março¹⁷, ocorreu uma grande manifestação reunindo mais de um milhão de pessoas nos 26 estados e no Distrito Federal que pediam, entre outras questões, pelo *impeachment* de Dilma e afirmavam que o PT seria responsável pelo caso de corrupção envolvendo a *Petrobras*, maior empresa estatal do país. Faziam parte da organização dessa e de outras manifestações grupos como o *Movimento Brasil Livre* (MBL), o *Revoltados Online* e o *Vem pra Rua*, movimentos, até então, ditos sem filiação partidária.

Para Indursky (2016, p. 67), tanto as manifestações de 2013 quanto as de 2015 representaram um mal-estar existente em relação “não só ao poder instituído, mas também à democracia, forma de governo vigente até hoje no Brasil”. Ainda conforme a autora, assim como em 2013, as manifestações desencadeadas em 2015 configuram-se em práticas discursivas que são “ao mesmo tempo, simultâneas e heterogêneas, espacial e temporalmente dispersas, atravessadas pela memória social, produzidas, como forma de resistência ao poder instituído, por sujeitos políticos e coletivos, afetados por diversas formas de subjetivação” (Indursky, 2016, p. 67).

¹⁷ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603286-prot-estos-contra-o-governo-reune-quase-1-milhao-pelo-pais.shtml>

Em julho de 2015, em discurso após sua reeleição à Presidência do PSDB¹⁸, o senador Aécio Neves afirmou que o fim do atual governo de Dilma Rousseff estaria próximo. Em palavras de Aécio, “ao final de seu governo, que não sei quando ocorrerá, talvez mais breve do que alguns imaginem, os brasileiros estarão mais pobres”, e acrescentou que o PSDB não perdeu a eleição para um partido político, “e sim para uma organização criminosa que se instalou no seio do Estado nacional”. Estava, portanto, declarada guerra contra o PT. Mas não era só isso.

Toda a divisão discursiva e política iniciada durante as eleições presidenciais em 2014 no Brasil avançou ainda mais após Dilma tomar posse em 2015. Discursos como os de Aécio Neves instigavam seus apoiadores a fazer dura oposição ao governo.

Indursky (2016) defende que em 2015, as manifestações, diferentemente de 2013, voltaram a ser organizadas por lideranças políticas. De acordo com a autora, “o candidato derrotado [Aécio Neves] tomado de ressentimento por não ter sido eleito, passou a conchamar os eleitores descontentes com os resultados das urnas a se manifestarem” (Indursky, 2016, p. 77). Aécio tinha como objetivo “fomentar a revolta junto aos eleitores descontentes, de modo a fazer prosperar a tese do *impeachment*, lançada logo após a divulgação oficial dos resultados oficiais da eleição presidencial” (Indursky, 2016, p. 77-78). A autora compreende que esse modo pelo qual o “candidato derrotado” se manifesta contra Dilma Rousseff e o governo PT, transborda o cenário político e adentra o terreno do ressentimento, de um afeto que vai passar a ser um impulso para seus próximos passos políticos. Foi nesse processo, entre a razão e a paixão, que as manifestações passaram a ser convocadas.

Outro ponto a ser destacado, consoante Indursky (2016), é o fato de que, em 2015, juntamente com o retorno da organização por meio de liderança partidária, o discurso trouxe novamente uma

¹⁸ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/em-convencao-aecio-diz-que-dilma-nao-concluiu-mandato-faz-apelo-por-unidade-no-psdb-16667961>

“coloração ideológica única”, ou seja, defendiam, nomeadamente, um único ponto: o *impeachment* de Dilma Rousseff. E mais uma vez o recurso digital foi fator importante nesse processo. O discurso de ódio ao Partido dos Trabalhadores e aos seus seguidores que já surgiram desde o período de eleições (e até antes disso), começou a ganhar grandes proporções, principalmente nas redes sociais.

Nessas manifestações de 2015, instaura-se o que Indursky (2016) chama de “ideologia de ódio”, que representaria uma “*patologia social* vigente”. Retomando as palavras da autora: “o ressentimento é o afeto que funciona como *pulsão* para desencadear as reações de ódio, produzindo, deste modo, o laço social entre esses afetos e a política, entre essas *pulsões* e os protestos de 2015” (Indursky, 2016, p. 79). E o alvo de todo esse ódio, recalcado pelo ressentimento, que se mascarava pelo político, visivelmente, era o PT e as políticas sociais empreendidas por tal governo. Todavia, Indursky vai além e chama atenção para uma causa não visível, porém ainda mais forte: “a classe dominante, acreditando-se superior, já não consegue mais digerir a perda do poder por mais de 12 anos e, com ele, privilégios de toda sorte”, e o efeito de sentido que isso provoca a esse grupo é “como se a senzala tivesse invadido a casa grande e dela se apropriado” (Indursky, 2016, p. 80).

Além do discurso de ódio, de acordo com Indursky (2016), também havia um anticomunismo presente nos dizeres produzidos nessas manifestações a favor do *golpe/impeachment* de Dilma. Havia enunciados em inglês como *Help to save Brazil from bolivarianism*, e também era possível encontrar enunciados políticos como *Intervenção Constitucional não é golpe*. A autora defende que:

Em 1964, o governo golpista afirmava: ‘não é golpe, é uma revolução’. Em 2015, os manifestantes pró-golpe, rememorando e atualizando esse enunciado, diziam *intervenção militar não é golpe, é constitucional*, identificando-se com uma posição de extrema-direita, que sempre julgou que os militares são os salvadores da pátria, que não encontra guarida em uma Formação Discursiva Democrática. [...] As manifestações de 2015 trouxeram para a rua, alimentadas pelo ódio, a memória de fatos ocorridos durante a ditadura militar como se fossem modelos edificantes a ser

seguidos, o que sinaliza a identificação desses manifestantes com aquelas práticas (Indursky, 2016, p. 80-81).

Para a autora, enunciados como esse permitiam um retorno de uma memória discursiva: havia, naquele momento, uma retomada de uma memória do acontecimento político de 1964, que era atualizada nos dizeres durante as manifestações de 2015.

Entre abril e agosto de 2015, as manifestações continuaram nas redes sociais e, em 16 de agosto, um novo movimento se fez pedindo a saída de Dilma Rousseff. Uma manifestação nos moldes das anteriores¹⁹ tomava as ruas em verde e amarelo, mas agora com apoio oficial do PSDB e, pela primeira vez desde o início das manifestações em março, a presença de Aécio Neves em Belo Horizonte e José Serra em São Paulo. Todas essas manifestações apontavam para o fato de que a crise política no Brasil iria se prolongar, não tendo previsão de sua resolução.

Depois de toda essa onda de manifestações pelo país, o ano de 2015 termina com a aceitação do 42º pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, em 02 de dezembro. Este pedido, recebido pela Câmara no dia 21 de outubro, foi uma nova versão de um pedido realizado no início de setembro, pelos mesmos juristas: Miguel Reale Júnior, Hélio Bicudo e Janaína Paschoal, subscrita pelo Advogado Flávio Henrique Costa Pereira. O pedido foi entregue com o apoio de partidos da oposição (DEM, PSDB, PPS e SD) e foi também apoiado por representantes de movimentos da sociedade civil. Para demonstrar seu apoio, assinaram também a denúncia: Carla Zambelli Salgado, representando 43 movimentos contra a corrupção, Kim Patroca Kataguiri, pelo *Movimento Brasil Livre* e Rogério Chequer em nome no movimento *Vem Pra Rua*.

A denúncia elaborada por esses três advogados, composta por 65 páginas, dizia que estes vinham por esse documento:

¹⁹ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/16/politica/1439728675_375038.html, <https://noticias.uol.com.br/album/2015/08/16/protestos-de-16-de-agosto-pelo-pais.htm?mode=list&foto=35>.

apresentar DENÚNCIA em face da Presidente da República, Sra. DILMA VANA ROUSSEFF, haja vista a prática de crime de responsabilidade, conforme as razões de fato e direito a seguir descritas, requerendo seja decretada a perda de seu cargo, bem como a inabilitação para exercer função pública, pelo prazo de oito anos (Bicudo, Paschoal, Reale Junior, 2016, p. 2, grifos dos autores).

Descrevem, inicialmente, os fatos que consideravam relevantes para contextualizar a denúncia, especificamente em relação à crise vivida no atual governo. Logo no início afirmam: “O Brasil está mergulhado em profunda crise. Muito embora, o Governo Federal insista que se trata de crise exclusivamente econômica, na verdade, a crise é política e, sobretudo, MORAL” (Bicudo, Paschoal, Reale Junior, 2016, p. 2, grifo dos autores).

Afirmamos que, conforme os autores sinalizam nesse texto, constrói-se uma narrativa, que antecede a denúncia em si, retomando casos de corrupção desde o escândalo do *Mensalão* até os divulgados pela *Operação Lava Jato* que, segundo o texto, atingia pessoas próximas à Presidenta, “desconstruindo a aura de profissional competente e ilibada, criada por marqueteiros muito bem pagos” (Bicudo, Paschoal, Reale Junior, 2016). De acordo com a narrativa produzida, Dilma era próxima dos acusados de corrupção, inclusive do ex-presidente Lula, à época também investigado, e isso fazia dela “parte do plano de poder”, isto é, produz-se um efeito de sentido que coloca a Presidenta como cúmplice dos casos de corrupção, inclusive os casos que envolviam a Petrobras.

Logo após dissertarem sobre o que consideram como infrações, chamam atenção para o fato de que, embora o Supremo Tribunal Federal já tenha definido o processo de *impeachment* como sendo um processo político-administrativo, os autores consideram que há “inegável vinculação jurídica”. Após apresentarem suas justificativas para fundamentação da denúncia, encerram o documento: “Por derradeiro, cumpre lembrar frase central em nosso Hino Nacional: VERÁS QUE UM FILHO TEU NÃO FOGE A

LUTA! Munidos da Constituição Federal, estes filhos do Brasil vêm pedir ao Congresso Nacional que tenha a CORAGEM necessária para fazer a devida JUSTIÇA!” (Bicudo, Paschoal, Reale Junior, 2016, p. 64, grifos dos autores).

Com a recepção desta denúncia pelo Presidente da Casa, o processo seguiu para discussão e posterior aprovação na Câmara e no Senado. Eduardo Cunha, filiado ao PMDB, assumiu a Presidência da Câmara dos Deputados em 01 de fevereiro de 2015 e, dois meses depois, rompeu sua aliança com o governo. O rompimento²⁰ ocorreu porque Cunha acreditava que o Palácio do Planalto teria feito articulação com Rodrigo Janot, procurador-geral da República, para incriminá-lo na *Operação Lava-Jato*. Cunha afirmou que seria, a partir desse momento, oposição ao governo, mas prometeu agir com “imparcialidade e impessoalidade” enquanto Presidente da Casa. Disse ainda que o fato de romper com o governo, não afetaria a relação institucional entre ambos.

Em 12 de setembro de 2016, Eduardo Cunha teve seu mandato cassado pela Câmara dos Deputados, com base na acusação de mentir à CPI da Petrobras sobre contas no exterior²¹. No dia 19 de outubro do mesmo ano, o ex-presidente da Câmara foi preso²² pela Polícia Federal, devido à mesma acusação de receber propinas.

Destacamos ainda que, de acordo com Costa (2020, p. 73), houve grande influência por parte do aparato midiático na constituição de uma memória em torno do Partido dos Trabalhadores enquanto núcleo da corrupção do sistema político, fortalecendo “o movimento pró-impeachment que passou a usar, como mote de suas reivindicações, a luta social contra a má administração da petista e, especialmente, a luta contra a corrupção”. Consoante a autora, a deposição de Dilma se deu como

²⁰ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/eduardo-cunha-anuncia-rompimento-politico-com-o-governo-dilma.html>

²¹ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/09/camara-cassa-mandato-de-eduardo-cunha-por-450-votos-10.html>

²² Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/10/juiz-federal-sergio-moro-determina-prisao-de-eduardo-cunha.html>

consequência “de uma acirrada luta de classes, movida por interesses socioeconômicos distintos, assim como foi marcada por um efeito de polarização político-ideológica que acabou determinando os processos de significação sobre esse acontecimento” (Costa, 2020, p. 73). Entendemos que todos esses acontecimentos e práticas políticas não estão dissociados das práticas discursivas que se produzem antes, durante e depois do processo. Muito pelo contrário, esses acontecimentos que circunscrevem o processo fazem parte das condições sócio-históricas, políticas e ideológicas que permitem a produção de certos sentidos e não outros, e estão presentes nos enunciados dos votos dos deputados na sessão que compõe nosso *corpus*, como veremos nas análises.

A seguir, descrevemos as condições específicas em que os enunciados em análise se produzem: a sessão em que ocorreu a votação do processo de *golpe/impeachment* de Dilma Rousseff.

3.2.2 Um acontecimento histórico, político e discursivo

O crime de responsabilidade é considerado uma conduta inadequada de um agente político, não sendo considerado um “crime”, de fato, mas uma ação que desrespeita a Constituição e que, portanto, é passível de sanções como o afastamento do cargo que exerce e a inelegibilidade por determinado tempo. Existem leis específicas que regulam os crimes de responsabilidade para os diferentes cargos públicos. No caso de um Presidente da República, a Lei que regula os crimes de responsabilidade e suas sanções é a de número 1.079, de 10 de abril de 1950. Foi com base nessa Lei e nos artigos 85 e 167 da Constituição Federal de 1988 que se deu o processo de *golpe/impeachment* de Dilma Rousseff.

Vale ressaltar que desde a redemocratização do Brasil, a partir de 1985, a Câmara dos Deputados recebeu pedidos de *impeachment* de quase todos os presidentes que tomaram posse até 2016: Fernando Collor (1990-1992) recebeu 29 pedidos; Itamar Franco (1992-1994) 4 pedidos; Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)

recebeu 27 pedidos de *impeachment*; Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) obteve 37 registros e Dilma Rousseff (2010-2016) recebeu 68 pedidos de perda do mandato. Portanto, ao todo, até o fim do mandato de Dilma Rousseff, em 2016, foram protocolados na Câmara 165 pedidos de afastamento de presidentes do país e, em apenas dois casos, eles se concretizaram: Fernando Collor em 1992 e Dilma Rousseff em 2016²³. Apenas não há pedidos de *impeachment* registrados pela Câmara dos Deputados de José Sarney, primeiro presidente do Brasil após o período ditatorial entre 1985 e 1990.

Em 03 de dezembro de 2015, Eduardo Cunha, um dia após anunciar o recebimento da denúncia contra a Presidenta da República apresentada pelos advogados já mencionados, realizava sua leitura em plenário e começava a movimentação de ações e discursos que circunscreveram o processo.

Com base neste pedido protocolado e aceito pelo Presidente da Câmara, elegeram-se e foi instalada, em março de 2016, a Comissão Especial que teria a missão de dar parecer sobre a denúncia de crime de responsabilidade por parte da Presidenta. Ainda no mês de março, foram definidos, em várias reuniões no plenário, os procedimentos e o roteiro de como seria realizado o processo. Nos dias 30 e 31 de março, foram ouvidos dois autores da denúncia, Miguel Reale Júnior e Janaína Conceição Paschoal, e também foram convidados para a oitiva o Ministro de Estado da Fazenda, Nelson Barbosa, e o Professor de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Ricardo Lodi Ribeiro.

No dia 04 de abril, houve uma reunião em que se debateu sobre os procedimentos que seriam realizados para apreciação do parecer. Além disso, foi ouvida a defesa da Presidenta feita pelo Advogado-Geral da União, Dr. José Eduardo Cardozo. Na 9ª reunião do Congresso em decorrência do processo de golpe/*impeachment*, o relator, deputado Jovair Arantes (PTB), apresentou seu parecer sobre a denúncia ao plenário. Ainda nessa

²³ Informações cedidas por e-mail pela Câmara dos Deputados em razão da Lei Federal nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação.

sessão e nas duas seguintes, dias 08 e 11 de abril, houve discussão sobre o parecer apresentado e sua aprovação. No dia 12 de abril, foi lido pelo Deputado Beto Mansur (PMDB) o parecer da Comissão Especial eleita para analisar o pedido de denúncia contra Dilma Rousseff (PT).

Nas sessões dos dias 14, 15 e 16 de abril, houve intensa discussão, durante muitas horas de reunião, a respeito do parecer da Comissão Especial sobre a admissibilidade política e jurídica do processo de *golpe/impeachment* de Dilma.

A última sessão destinada ao processo foi a de número 091.2.55. O de 17 de abril de 2016, cujo objetivo era a votação que daria ou não autorização ao prosseguimento do processo de *golpe/impeachment* em virtude da denúncia de crime de responsabilidade por parte da Presidenta Dilma que seria avaliada e julgada pelo Senado Federal.

Esta sessão se iniciou às 14 horas e teve seu término às 23 horas e 50 minutos. A reunião, em princípio, contou com a presença de 265 deputados e deputadas. Esse número foi aumentando durante o dia e, ao final, foram contabilizados 511 deputados presentes. Apenas dois parlamentares se ausentaram: Aníbal Gomes (DEM) e Clarissa Garotinho (PROS). A sessão foi presidida por Eduardo Cunha (PMDB), Presidente da Câmara, e o 1º secretário Beto Mansur (PMDB) e teve ata publicada no *site* da Câmara dos Deputados pelo *Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação*. O documento possui 331 páginas em que constam os discursos e o voto de cada deputado presente em relação ao processo de *golpe/impeachment*.

A votação realizada teve resultado favorável à continuidade do processo. Do total de parlamentares presentes, 367 deputados votaram a favor do *golpe/impeachment* de Dilma Rousseff e 137 se posicionaram contra o processo. Houve ainda 7 abstenções de voto. Ao fim da votação, o Presidente da Casa afirmou que estava “autorizada a instauração de processo contra a Sra. Presidente da República, por crime de responsabilidade” (Eduardo Cunha, PMDB, 2016). A partir deste dia, o Senado teria a responsabilidade

de dar continuidade ao processo que, ao final, levaria à perda de mandato da Presidenta da República.

A Constituição Federal define, em seu Artigo 51, que cabe somente à Câmara dos Deputados autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado e, no Artigo 52, que apenas ao Senado Federal cumpre processá-los e julgá-los (bem como os Comandantes das Forças Armadas) por crimes de responsabilidade compreendidos pela Lei. Em parágrafo único do mesmo artigo, afirma-se:

Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis (Brasil, 2016 [1988], Art. 52, p. 48, grifos nossos).

Observamos que a Constituição Federal indica que, em casos de crime de responsabilidade, o (a) Presidente (a) da República (bem como os demais indicados anteriormente) deverá perder o cargo e ser inabilitado para o exercício de funções públicas por oito anos. Contudo, não foi isso que aconteceu. A votação no Senado Federal, em 31 de agosto de 2016, ocorreu em duas partes distintas. A primeira que, com 61 votos favoráveis e 20 contrários, aprovou o afastamento definitivo de Rousseff, não havendo nenhuma abstenção. E a segunda que definiria se Dilma seria ou não penalizada com a inabilitação para ocupar cargos públicos. Nesta segunda votação, o Senado não obteve 2/3 de aprovação dos membros, como rege a Constituição. Foram 42 votos favoráveis, 36 contrários e três abstenções.

Embora a Presidenta tenha sido definitivamente afastada do cargo, em uma votação subsequente, o Senado entendeu que ela não ficaria inabilitada para ocupar cargos públicos conforme manda o parágrafo único do Artigo 52 da Constituição Federal em casos de perda de mandato. Isso nos fez questionar: se o Senado

Federal compreendeu que a Presidenta cometeu os crimes de responsabilidade apontados e a afastou do cargo, por que a penalização não se deu de forma completa, uma vez que é isto o que está previsto na Constituição Federal?

À época, gerou-se muita discussão e polêmica acerca dessa questão e o caso foi levado ao Supremo Tribunal Federal. O Senador Magno Malta (PR) formulou um pedido de liminar contra a decisão do Senado de dividir a sanção prevista na Constituição em duas partes. Todavia, a Ministra Rosa Weber, do STF, indeferiu o pedido. Assim, Dilma seguiu sem restrição quanto à possibilidade de ocupar cargos públicos elegíveis ou nomeados.

Com a deposição da Presidenta, quem assumiu o cargo até o final do mandato (2016-2017) foi o vice Michel Temer (PMDB), que já estava interinamente na Presidência desde o afastamento provisório de Dilma quando houve a instauração formal do processo em maio de 2016, após aprovação na Câmara.

Por todos esses fatos (e tantos outros que não cabem aqui), consideramos que esta sessão, que abriu o processo que levou Dilma a ser deposta de um cargo para o qual foi eleita pelo voto popular em 2014, compreendeu um marco na história do país e, por isso mesmo, um acontecimento histórico. Para Le Goff (1996), um acontecimento histórico é um fato que passa a ser lembrado por sua importância na sociedade. É o trabalho da história, como ciência, que vai permitir que este acontecimento seja registrado e, então, seja rememorado como parte da história de um povo ou civilização, consoante Nora (1993 [1984]), um lugar de memória.

De acordo com Le Goff (1996), o acontecimento histórico não é um objeto pronto e acabado, mas uma construção realizada pelo historiador. O autor defende que há uma diferença entre o que chama de “realidade histórica” e a “ciência histórica”, ou seja, entre o que é vivido e o que é contado pelo historiador.

Sobre isso, podemos dizer que, ao narrar os acontecimentos históricos que compreendem relevantes, analisarem documentos e/ou testemunhos, etc., os historiadores, isto é, na escrita da história, produzem um gesto de interpretação que registra

determinados acontecimentos e deixa outros de lado. Há, pois, um apagamento de certos acontecimentos também vividos, mas que não fizeram parte do registro da história. Le Goff (1996, p. 11) afirma que “a crítica da noção de fato histórico tem, além disso, provocado o reconhecimento de ‘realidades’ históricas negligenciadas por muito tempo pelos historiadores”. Para além disso, podemos dizer que são também as forças de poder vigentes em determinado tempo histórico que lutam pela inscrição de determinados sentidos em torno de um acontecimento na história que será contada como história oficial.

Ademais, entendemos que esse acontecimento também se configura como um acontecimento político, em que se materializam os interesses da formação ideológica capitalista, num jogo de forças entre elementos antagônicos no campo da luta política e, ainda, num constante movimento de atualização de memória e também de seu esquecimento. É nesse embate de luta por poder e pela estabilização de sentidos que se produz o acontecimento político do *golpe/impeachment* de Dilma Rousseff que, para além do aparente funcionamento técnico-jurídico em que se embasava a pauta, se mostrou, como veremos nas análises, um jogo fortemente político que marca o momento atual da formação social brasileira.

Assim, compreendemos que, a partir do momento em que há um acontecimento histórico e político, há também um processo de discursivização deste evento que reclama sentidos, em termos de Henry (2014 [1984]). Neste momento, ocorre um entrecruzamento de enunciados heterogêneos que vão marcar o acontecimento. Há uma série de discursos que produzem gestos de interpretação no interior desse evento que passam a circular socialmente produzindo efeitos de sentidos, significando de um modo ou outro esse evento que, portanto, se configura como um acontecimento histórico, político e discursivo.

3.3 Espetacularização do político: “arma temível” ou “comédia ridícula”?

Falar de discurso político e da prática política hoje no Brasil implica considerar suas novas formas de produção e circulação, inseridas na formação ideológica capitalista, cujo funcionamento se dá pela lógica do capital e do consumo, tratando a “política como mercado e o cidadão como consumidor” (Courtine, 2003 [1990], p. 31).

Neste sentido, o discurso político se produz nessas condições, colocando-se à disposição do mercado que dele se apropria e lucra com audiência e imagens que circulam, configurando-se, assim, numa espécie de *espetáculo*: um espetáculo público, político, midiático, performático, como a sessão de votação do impedimento de Dilma Rousseff em 2016 no interior da Câmara dos Deputados.

É comum que os rituais institucionais da Câmara e do Senado sejam transmitidos pelos canais televisivos de cada instituição (*TV Câmara* e *TV Senado*) e serem registrados em documentos, como a ata do impedimento de Dilma com a qual trabalhamos, que são disponibilizados pelos sites institucionais. No entanto, o modo de circulação da sessão de 17 de abril de 2016 não se deu na mesma medida. Neste caso, o discurso proferido na tribuna da Câmara extrapolou os limites institucionais, que habitualmente o circunscrevem, e circulou em diferentes formas de mídia: especialmente a televisiva e a virtual, pelas quais, os interlocutores (no Brasil e no exterior) puderam acompanhar cada acontecimento, cada voto dos deputados no instante mesmo em que se realizavam. Esse modo de circulação produziu uma espécie de encenação, performatização, que aliava práticas discursivas e não discursivas construindo um grande espetáculo.

Entendemos que o espaço em que decorre a votação consiste em um *espaço institucional midiaticizado*, ou seja, as práticas discursivas e não discursivas se produzem nessas condições específicas de produção: no interior de uma instituição, mas a sua

circulação transborda este lugar e vai ressoar em seu exterior pelo midiático.

Retomamos aqui o exemplo dado por Pêcheux em relação às condições de produção do discurso político:

o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou um partido de oposição: é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está 'isolado' etc. [...] o que diz, o que enuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz: um discurso pode ser um ato político direto ou um gesto vazio, para 'dar o troco', o que é uma outra forma de ação política (Pêcheux, 2014a [1969], p. 76, sublinhados nossos).

Considerando este lugar de onde enunciam, os interesses que representam os sujeitos neste campo conflituoso de forças antagônicas, nos questionamos: a votação do *golpe/impeachment* se configura como "arma temível" ou "comédia ridícula"?

Para pensarmos neste funcionamento, recorreremos à crítica que Pêcheux (2014c [1975]) desenvolve sobre o equívoco fundamental do idealismo lógico que, segundo o autor, corresponde a uma espécie de cegueira por não considerar o caráter político do funcionamento da língua, mencionando, principalmente o trabalho de Frege em relação ao que ele chama de "limites de seu materialismo". De acordo com Pêcheux, Frege propõe que expressões políticas como "a vontade do povo" sejam tomadas com alguma reserva, uma vez que essas expressões são afetadas por um "indício de irrealidade que impossibilita a estabilidade referencial do objeto e as torna questões de apreciação individual, o que é o próprio da apreensão burguesa da política. Para a ideologia burguesa, a política pertence, como a poesia, ao registro da ficção e do jogo" (Pêcheux, 2014 [1975], p. 110). Pêcheux (2014 [1975], p. 111) segue afirmando que as duas perspectivas apresentadas por Frege "(da política como ciência objetiva formal na qual a fonte dos erros seria eliminada 'de uma vez por todas' e a política como ficção

e como jogo)” não seriam incompatíveis, mas sim perspectivas que se completam e remetem às duas vertentes do idealismo: o *realismo metafísico* (mito da ciência universal) e o *empirismo lógico* (uso generalizado da ficção).

Segundo Pêcheux, essas duas perspectivas correspondem a “dois compartimentos teóricos” da ideologia burguesa que buscam ocultar o registro do político, considerando o plano teórico, sob duas dominâncias ideológicas e políticas da luta de classes:

O realismo metafísico corresponde à fantasia da reabsorção da luta política no puro funcionamento do aparelho jurídico-político e caracteriza as condições nas quais a questão do poder do Estado não é diretamente colocada, de tal modo que a burguesia pode, em aparência, evitar a luta política e declarar-se apolítica tratando ‘os problemas sob seu aspecto técnico. A ficção empirista (e o cinismo cético que a acompanha) corresponde, ao contrário, à *forma burguesa da prática política*, sempre que a mesma burguesia é obrigada a ‘fazer política’ manobrando, embaralhando as cartas, etc, isto é, quando ela conduz a luta política sob a forma de um jogo” (Pêcheux, 2014 [1975], p. 111, sublinhados nossos).

Trazemos essas considerações de Pêcheux, a fim de retomar Zoppi-Fontana (2020), quando afirma que esses funcionamentos complementares propostos pelo autor estão presentes abundantemente na história recente da política brasileira e, podemos dizer, em especial, na materialidade discursiva por nós analisada.

É possível verificar que, na sessão de impedimento de Dilma Rousseff, funciona o *formalismo-jurídico* pelo qual o problema é significado sob um aspecto “técnico” e, como tal, segue os ritos de um processo jurídico-político submetido à votação na Câmara e depois no Senado, que daria ao acontecimento um efeito de neutralidade-racionalidade; evitando o aspecto de luta política por uma ilusão de seu apagamento. E ainda, ao mesmo tempo, funciona a *ficção empirista*, acompanhada de um cinismo cético, que corresponde à *forma burguesa da prática política*, “manobrando, embaralhando as cartas”, isto é, fazendo política sob a forma de

jogo que se manifesta na prática discursiva e também não discursiva do acontecimento: nos enunciados e gestos que os acompanham. Produz-se, assim, um jogo no ritual enunciativo no interior de um Aparelho de Estado que se deixa ver no fio do discurso e nas práticas não discursivas que o acompanha. Este jogo configura-se num movimento que se desdobra em algumas batalhas das quais nos fala Zoppi-Fontana (2020): *política; midiática, jurídica, linguística e performativa (performática)*. Neste ponto do trabalho, cumpre destacar a batalha performática e midiática no acontecimento da sessão de votação do impedimento.

O gesto de votar, nessas condições, configurou-se como um ato performático²⁴ inscrito numa cena produzida para ser exibida nas telas da TV e dos mais variados aparelhos tecnológicos. Uma performance do tipo teatral, ou novelesca, uma forma de jogo cujo efeito é da ordem mesmo da ficção com personagens (heróis e anti-heróis), cenário, enredos (de duas ordens distintas), conflitos, e um desfecho: a conclusão do processo. Esta performance extrapola os limites do político e produz efeitos de sentidos que oscilam entre a comédia e a tragédia.

Entendemos que este jogo performático e midiático da sessão do impedimento na Câmara dos Deputados, se configura, conforme defende Zoppi-Fontana (2020, p. 33), como uma “forma cínica de apresentar ‘os dados de realidade’ para sustentar uma enunciação que se diz ‘verdadeira’ e assim reforçar a *ficção empirista*, que tampona as demandas do real impiedoso ao que estamos submetidos”. Produz-se, portanto, “um jogo enunciativo que afeta a performatividade da enunciação política, multiplicando suas máscaras para melhor silenciar outras vozes [...]”.

Para Indursky (2019, p. 100), a cena política brasileira atual, que passa pela “comédia, espetáculo circense, picadeiro, ópera bufa, simulacro, ficção, política imaginária”, trabalha para suprimir o exercício de uma política democrática, constituindo-se num

²⁴ Quando falamos em *performático*, estamos considerando seu efeito sobre o *outro* e não a teorização pragmática sobre a performance.

simulacro de democracia. É neste jogo de uma encenação política que decorre a sessão do *golpe/impeachment*, num gesto que busca preencher os votos de sentidos com memória, com atualidade e com um efeito de futuro.

3.4 O real... da língua e da história: a (des)ordem da língua (oficial) na história (oficial)

Compreendemos que o documento de registro da sessão de votação do *golpe/impeachment*, tanto quanto qualquer documento, não deve ser tratado como evidente, detentor de uma verdade única e com sentidos transparentes. Consideramos, nessa perspectiva, a proposta empreendida por Foucault (1979 [1969]), que aponta que o ‘documento’ deve ser considerado enquanto ‘monumento’, como nucleação de interpretações, propondo uma descrição intrínseca do monumento, ou seja, do modo como compreendemos, deve-se levar em conta a construção deste documento, enquanto um lugar de memória (Nora, 1993 [1984]) e um sítio de sentidos.

Como parte do ritual institucional político-jurídico, as sessões legislativas são registradas em atas pelo *Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação* (DETAQ) e disponibilizadas no portal²⁵ da Câmara dos Deputados que, juntamente a outros documentos, constituem um grande arquivo institucional. Como dissemos desde o início, trabalhamos com a ata da sessão do *golpe/impeachment*. Contudo, destacamos que é preciso percorrer um caminho no portal até que possamos encontrá-la. Para aceder ao documento, deve-se entrar na seção *Atividade Legislativa* e depois na subseção *Plenário*, na qual se disponibilizam os registros da íntegra das sessões, entre outras informações das reuniões. Ao clicar no link *Íntegra das sessões*, somos direcionados para uma página em que consta um calendário com as datas das sessões

²⁵ www2.camara.leg.br

desde janeiro de 1998. Para acessar a uma das sessões, basta colocar a data em que esta ocorreu.

No entanto, na mesma página, ao lado direito, apresentam-se ainda dois links como *DESTAQUES* que nos chamaram a atenção, denominados como *Escrevendo a História* e *Painel de Discursos*. O *Painel de Discursos* é uma seção que reúne, segundo o portal, “os registros de debates e votações em *destaque* no plenário e em reuniões de comissões da Câmara dos Deputados, selecionados em razão de sua *relevância* para a agenda política do País e da *repercussão* perante a opinião pública”²⁶; enquanto a página *Escrevendo a História* se propõe a “oferecer o acesso a discursos *memoráveis* proferidos no Plenário do Congresso Nacional ou da Câmara dos Deputados a partir de 1946, referenciados na Base de Discursos do Departamento”²⁷. Destacamos, nesses trechos, as expressões “*destaque*”, “*relevância*”, “*repercussão*” e “*memoráveis*”, que apontam para um efeito de que esses discursos são importantes para a sociedade e, por isso, precisam ser arquivados e mantidos em destaque na memória institucional e, conseqüentemente, direcionando sentidos que devem ser mantidos na memória social, em detrimento de outros que são esquecidos na história.

A página *Escrevendo a História* apresenta três propostas do que seria uma nova fase de produção. A primeira delas apresenta discursos considerados destaques: “uma amostra de pronunciamentos de Deputados, alguns dos quais proferidos em momentos de crise política ou de comemoração cívica, colocando-se, assim, como um retrato vivo da história recente do Brasil”. A segunda proposta é apresentar discursos proferidos por autoridades estrangeiras em visita oficial ao Brasil. Em terceiro lugar, destacam matérias que consideram ter “assuntos especiais de grande repercussão no Congresso Nacional e na vida do país”.

²⁶ <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas/discursos-em-destaque>

²⁷ <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria>

É neste último item que podemos encontrar um link denominado *Impeachment da Presidente Dilma*, juntamente a outros links, tais como: *Comemorações dos 30 anos da Constituição Federal de 1988*; *20 anos do IMPEACHMENT do Collor*; *Diretas Já - 30 anos do Movimento*; *50 anos do Golpe de 1964*; *190 anos do Parlamento Brasileiro*; *Getúlio Vargas*; *25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente*; etc.

Ao acessarmos o link *Impeachment da Presidente Dilma*²⁸ somos direcionados à página que contém não apenas a ata, como no caminho anterior, mas também apresenta documentos, como o da denúncia que levou ao processo, e informações sobre o processo na Câmara. Primeiramente, é apresentado um infográfico do rito processual, ou seja, o passo a passo dos procedimentos de um processo de *impeachment*. Logo em seguida, é apresentada a tramitação do processo na Câmara. Apresentam-se as datas em que houve cada reunião, o número e um resumo de cada sessão. Em cada uma delas, há o link em que são disponibilizadas as atas das reuniões, inclusive a que é nosso objeto de investigação. Em seguida, são disponibilizados acessos para a página da Comissão Especial que deu parecer sobre o processo; para a linha do tempo do processo do *impeachment*, na página do Senado Federal; e acesso ao processo do *impeachment* no Senado. Por fim, são apresentadas, ainda, informações sobre o número de reuniões da Comissão Especial (11 reuniões), o tempo de discussão (47h38min), o número de sessões plenárias (11 sessões) e a quantidade de horas de trabalho (53h11min).

Observamos, assim, que a página *Impeachment da Presidente Dilma*, na seção *Escrevendo História*, constrói um arquivo digital em que se pode ter acesso aos documentos do processo que, no lugar institucional em que o arquivo está inserido, são considerados essenciais para manutenção de sua memória. Portanto, nesta seção do portal, são selecionados os registros que se deseja manter na memória oficial/institucional, ou seja, o que pode ou não

²⁸ <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrev-endohistoria/destaque-de-materias/impeachment-da-presidente-dilma>

representar o processo na “escrita de sua história”. Além disso, ao selecionarem quais os acontecimentos fazem parte desta seção, mostra-se quais deles são, do ponto de vista da construção do arquivo da Câmara dos Deputados, merecedores de destaque na história do país. Ou, dizendo com outras palavras, quais os documentos que contribuem na construção dos lugares de memória.

Como é possível observar, a maior parte das matérias em destaque apresentam datas “comemorativas” de acontecimentos históricos, como os *190 anos do Parlamento Brasileiro*, *125 da Lei Áurea*, *60 anos da Petrobrás*, *50 anos do Golpe de 1964*, *20 anos do IMPEACHMENT do Collor*, etc. Compreendemos, consoante Courtine (2014[1981]), que os rituais verbais de comemoração realizam um recorte temporal, em que se liga o tempo da enunciação ao domínio da memória “em uma anulação imaginária do processo histórico, em sua duração e suas contradições” (Courtine, 2014[1981], p. 239). Há uma relação imaginária com o tempo estabelecida pela contagem dos dias no calendário, ou seja, pela comemoração de um aniversário.

O documento da ata de registro da sessão do *golpe/impeachment* de Dilma Rousseff segue o padrão estabelecido pela instituição e marca este lugar já na primeira página com o símbolo da Câmara dos Deputados, em preto e branco, cuja imagem representa o espaço físico da cúpula em que as sessões ocorrem no interior do Palácio do Congresso Nacional situado na Praça dos Três Poderes em Brasília. Chamamos atenção para este símbolo, pois, além de marcar o lugar de onde se fala, ele retoma a própria história de sua constituição enquanto instituição e o seu pertencimento a um dos poderes do Estado. E ainda, podemos dizer, atualizando a memória da construção do próprio Palácio do Congresso Nacional projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer e inaugurado em 21 de abril de 1960, durante o governo de Juscelino Kubitschek. A primeira sessão ocorreu na Câmara no mesmo dia em que foi fundada a cidade de Brasília, e seu estabelecimento como capital do país.

Imagem 1 - Símbolo da Câmara dos Deputados



Fonte: www2.camara.leg.br

Esta imagem aponta, portanto, para a memória desta instituição que, ao longo dos processos históricos, como nos diz Mariani (1999), constitui este lugar institucional como legítimo e evidente, bem como as práticas discursivas e não discursivas que se produzem em seu interior.

Na mesma primeira página se apresenta ainda o nome (e o símbolo) do departamento que produz o documento: *Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação* (DETAQ); e as informações da sessão a que se refere: número e tipo da sessão, data, horário, local, acrescentando-se, na página seguinte, a presidência da Mesa: Eduardo Cunha, como Presidente e, como 1º secretário, Beto Mansur; e os deputados presentes na Câmara às 14 horas, horário de início da sessão. Em seguida, vão se apresentando as transcrições dos pronunciamentos dos deputados ao longo de toda a reunião e ainda os acontecimentos que circunscrevem os discursos.

Para a produção da ata da sessão do impedimento de Dilma, bem como de registros de outras sessões e pronunciamentos políticos na Câmara, o Departamento segue regras estabelecidas pela instituição em seu Regimento Interno²⁹. Há, ainda, um Manual de Redação (2004) que guia, em termos linguísticos, a redação dos documentos institucionais, como um todo, apresentando regras gramaticais e ortográficas, dúvidas linguísticas e modelos a serem seguidos para os documentos, como a ata, carta, declarações, entre outros. Importa-nos,

²⁹ Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/regimento-interno-da-camara-dos-deputados/arquivos-1/RICD%20atualizado%20ate%20RCD%2012-2019%20A.pdf>

sobretudo, observar que todo esse movimento de registro de documentos institucionais não deve ser visto como óbvio, mas como um processo que se constitui afetado por um imaginário do lugar institucional e também um imaginário de língua.

Ao compararmos os enunciados dos sujeitos deputados transcritos na ata com o vídeo da sessão, verificamos que esses enunciados nem sempre são idênticos, apresentando-se, muitas vezes, reformulados em termos de organização da língua, tornando-os “apropriados” ao registro em ata. É o que podemos observar nos exemplos a seguir em que apresentamos primeiro o enunciado como comparece na transcrição da ata e, em seguida, como foram enunciados:

SD21: ATA: O SR. COVATTI FILHO (Bloco/PP-RS.) - O meu sangue farroupilha é motivo de orgulho, orgulho porque o nosso Estado defendeu suas ideologias e por elas sempre lutou. Como diz o hino rio-grandense, ‘um povo sem virtude acaba por ser escravo’. Honrando esse Rio Grande do Sul, eu voto ‘sim’ ao *impeachment*, Presidente (Palmas, sublinhados nossos).

O meu sangue farroupilha é motivo de orgulho, orgulho porque o nosso Estado defendeu e sempre lutou pelas suas ideologias. [...] (sublinhados nossos)

Nesta sequência, podemos observar a reorganização frasal em que o trecho “nosso Estado defendeu e sempre lutou pelas suas ideologias” foi reformulado para “nosso Estado defendeu suas ideologias e por elas sempre lutou”, buscando ajustar a frase a algum ideal gramatical e de estilo, o que, em nosso gesto de leitura, aponta para essa busca de perfeição de uma língua logicamente estabilizada, em que cada palavra tem seu lugar. Estas revisões (ou *copy desk*, como se chama usualmente) não são mencionadas. O trabalho do ‘revisor’ não é citado ou mencionado na ata, nem comparece na página do departamento técnico de revisão e redação (DETAQ). Há um apagamento deste técnico revisor e o texto com os votos produz um efeito inusitado de autoria, autoria fictícia.

Dizemos isto porque, assim como nos apresenta Pêcheux (2014 [1982], p. 59), consideramos que neste documento, enquanto parte de um arquivo, há gestos de leitura constitutivos de sua construção, e que se constituem em um trabalho anônimo, pelo qual, os aparelhos de poder vão administrando a memória social. Desde a Idade Média, diz Pêcheux, há uma divisão entre aqueles que são autorizados a falar e escrever enquanto porta-vozes, logo com uma leitura e escritura próprias; e aqueles a quem se atribui os gestos de repetição (de cópia, transcrição, extração, classificação, etc), que também se constitui como um gesto de ler, mas que se apaga ao sujeito-leitor, ficando submerso no interior da instituição que o abriga. Assim, este sujeito-leitor, ao ter acesso ao documento, tem a ilusão de um efeito de neutralidade, de literalidade do que nele está registrado, como se tudo que está dito só pudesse ter um sentido e só pudesse ser dito desse modo, uma vez que é produzido por um departamento dentro de uma instituição legitimada socialmente.

Em seguida, vemos outra sequência em que há divergência entre o que foi transcrito e o que foi enunciado:

SD18: ATA: O SR. MARCON (PT-RS.) - Sou brasileiro e, em defesa dos pequenos, dos pobres, dos trabalhadores e e em defesa dos movimentos sociais, da reforma agrária e da reforma urbana, pela democracia, e para que todos os réus da Lava-Jato estejam na prisão, voto contra o golpe. O meu voto é 'não' (sublinhados nossos).

Sou brasileiro, em defesa dos pequeno, dos pobre, dos trabalhadores, defesa dos movimentos sociais e a reforma agrária e a reforma urbana, e pela democracia, e pra que todos aqueles da Lava-Jato teja na prisão, voto contra o golpe. O meu voto é 'não' (sublinhados nossos)

Vemos, neste caso, uma reformulação que busca normatizar a língua, substituindo “dos pequeno” e “dos pobre” por “dos pequenos” e “dos pobres”, e ainda “pra” que é substituído por “para”, “teja” por “estejam”, acrescentando também conjunções e preposições para conectar os elementos nas frases. Assim sendo, foi eliminado no enunciado o que não se considera adequado

linguisticamente, tendo em vista, o imaginário de língua ideal padronizada gramaticalmente. A língua fluida cede lugar à língua imaginária (Orlandi; Souza, 1988) e o dizer do deputado torna-se outro, como se fosse possível produzir uma outra imagem para o lugar ocupado pelo deputado. Esse gesto apaga as contradições históricas que se marcam na língua, que apontam para as condições materiais de existência dos sujeitos, uma vez que determinados usos linguísticos correspondem, em grande medida, a certos grupos sociais, de baixa escolarização, baixa renda e, por vezes, marginalizados. E mais, a Câmara dos Deputados, em sua versão escrita, torna-se guardião de uma língua que não é falada pelos brasileiros em sua maioria.

Há ainda, em outros casos, uma tentativa de desambiguação da língua:

SD19: ATA: O SR. MARCO TEBALDI (PSDB-SC.) - Em nome de Joinville, de Santa Catarina, pelo meu neto Pedro, que nasceu há 10 dias, pelo futuro dele e por todas as famílias de bem do Brasil, meu voto é 'sim' (Palmas, sublinhados nossos).

Em nome de Joinville, de Santa Catarina, pelo meu neto Pedro, pelo futuro dele que nasceu há 10 dias, e por todas as famílias de bem do Brasil, meu voto é 'sim'. (sublinhados nossos).

Neste enunciado podemos observar o que é considerado na gramática tradicional como uma ambiguidade: “pelo meu neto Pedro, pelo futuro dele que nasceu há 10 dias”, em que se poderia compreender que ou foi o neto que nasceu há dez dias, ou foi o futuro dele. Desse modo, a transcrição da formulação modifica e elimina a ambiguidade, que aponta para a incompletude, para a falta, que se marca na língua. E na reformulação, decide por um sentido: foi o neto que nasceu e não o seu futuro.

Há, em SD20, um apagamento de um elemento lexical na transcrição do enunciado na ata. Vejamos:

SD20: ATA: O SR. OSMAR SERRAGLIO (Bloco/PMDB-PR.) - Sr. Presidente, pelo País sério que todos nós sonhamos e queremos, por um País sem

mensalão, sem petróleo, pelo que nós queremos para o nosso querido Paraná, do Sérgio Moro, para a minha querida Umuarama, eu voto ‘sim’ (sublinhados nossos)

Sr. Presidente, pelo País sério que todos nós sonhamos e queremos, por um País sem mensalão, sem petroleiros... sem petróleo, pelo que nós queremos para o nosso querido Paraná, do Sérgio Moro, para a minha querida Umuarama, eu voto ‘sim’ (sublinhados nossos).

O sujeito enuncia: “por um País sem mensalão, sem petroleiros [...] sem petróleo”, em um equívoco que se marca na língua e aponta para sentidos que não são controlados pelo sujeito que, não cansamos de repetir, é afetado pela ideologia e dividido pelo inconsciente. Ao enunciar, o sujeito introduz no fio do discurso elementos que retomam os casos de corrupção conhecidos como *mensalão* e *petrolão*, mas, em um ato falho, enuncia, “sem petroleiros”, produzindo um efeito de sentido de que os petroleiros não seriam necessários para o país ou que deveriam ser eliminados. No entanto, este equívoco não é registrado no documento, ele é simplesmente apagado, por ser considerado um desvio, como se não tivesse sido formulado pelo sujeito.

Outro exemplo disso comparece no seguinte enunciado:

SD21: ATA: O SR. JAIR BOLSONARO (Bloco/PSC-RJ.) - Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve [...] Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra a Folha de S.Paulo, pela memória do Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff! (sublinhados nossos).

Perderam em 64. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve [...] Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff! (sublinhados nossos).

Podemos ver, em SD21, um ajuste da data mencionada pelo sujeito enunciador, que retoma uma memória do golpe que ocorreu no Brasil em 1964. Neste caso, diferente do anterior, não se apaga um elemento lexical no registro do enunciado, mas se substitui o

que foi formulado pelo sujeito “contra o Foro de São Paulo” por outro elemento “contra a *Folha de S.Paulo*”, produzindo novos sentidos para o dizer e ainda, apagando a memória do que foi dito. A *Folha de S. Paulo* é veículo de informação pelo qual, o parlamentar Jair Bolsonaro, que formulou este enunciado, tem desafeto declarado. No entanto, não foi contra a *Folha* que o sujeito se colocou, mas contra o Foro de São Paulo, ou Fórum de São Paulo, silenciado na ata. Por fim, trazemos o seguinte enunciado:

SD22: ATA: A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ.) - Primeiro quero registrar a minha indignação, Deputado Eduardo Cunha, por ainda vê-lo sentado nessa cadeira sem reunir condições morais para isso. (Manifestação no plenário.) Segundo, registro a minha indignação de vê-lo abraçado com um traidor da democracia, que tenta usurpar a cadeira da Presidente, que é o Sr. Michel Temer, que não tem voto para tal. Primeiro registrar a minha indignação, Deputado Eduardo Cunha, por ainda vê-lo sentado nessa cadeira sem reunir condições morais para isso. Segundo, a minha indignação de vê-lo abraçado com um traidor da democracia, que tenta usurpar a cadeira da Presidenta, que é o Sr. Michel Temer, que não tem voto para tal (sublinhados nossos).

Em SD22, há acréscimo de palavras, buscando tamponar o silêncio do dizer não formulado: “Primeiro registrar” e “a minha indignação” se reformulam na ata e passam a ser “Primeiro quero registrar”, “registro a minha indignação”. Retira-se, deste modo, o vigor argumentativo da reiteração em nome de uma imagem escolar de língua padrão, norma culta. E ainda podemos ver uma mudança significativa em que se troca uma letra, mas produz-se movimentos de sentidos: o elemento lexical “Presidenta” utilizado pela parlamentar para se referir à Dilma Rousseff, é reformulado e passa a ser “Presidente”. Apontamos que, nesse caso, há também um apagamento de uma memória, uma memória que ecoa sentidos da luta pelos direitos da mulher, em especial, no mundo político, que se atualiza no discurso produzindo novos sentidos. Não obstante, ao ser apagado no seu registro, silencia-se essa memória, produzindo ainda sentidos outros.

Como podemos observar, eliminam-se repetições, falta de concordância, conjugações verbais fora da norma, ajustam-se ambiguidades, produzem-se inversões de palavras, trocam-se palavras por outras, acrescentam-se palavras não ditas. Enfim, normatizam a língua, contornando-a e colocando-a no seu “devido lugar” imaginário de língua ideal, perfeita, estável, transparente, inequívoca. Um imaginário de uma língua que merece pertencer a um documento oficial que registra um acontecimento histórico e político para o país. Como consequência, há uma interdição de algumas formas linguísticas fluidas que não são permitidas ocupar o lugar institucional de um registro político. Há interpretação, e não transcrição. Há censura de uma língua outra, aquela falada por grande parte dos brasileiros, apagando as contradições ideológicas e os equívocos de um sujeito duplamente afetado que se manifestam na língua. As formulações enunciadas em tribuna recebem tratamento escolar, como se houvesse uma doença a ser curada, a doença da língua que foge às regras, uma língua não obediente, um real da língua, na sua fluidez e incompletude. Retomando Orlandi e Souza (1988, p. 28), podemos dizer que as línguas imaginárias são aquelas “línguas-sistemas, normas, coerções, as línguas-instituição, a-históricas”, construídas “por esquemas gramaticais rígidos” (Orlandi; Souza, 1988, p. 38). Conforme afirmam as autoras, a língua imaginária não é inofensiva, ela produz efeitos sobre o real.

No entanto, por outro lado, Orlandi e Souza (1988) defendem a noção de *língua-fluida*, que se caracteriza pela não completude, por movimentos, deslocamentos, falhas, apontando para o real da língua de que nos falamos Gadet e Pêcheux (2010, p. 35) retomando Milner: “toda língua é afetada por uma divisão (figurada pela distinção entre o correto e o incorreto), que se sustenta pela inexistência de um impossível, inscrito na própria ordem da língua”. No entanto, os autores ressaltam que um trabalho com a língua, do ponto de vista materialista como propõem, e ao qual nos filiamos, deve ainda considerar o real da história, ou seja, “uma

complexidade contraditória” que aponta para a relação da língua com sua historicidade.

Há, portanto, uma tentativa de domesticação da língua que seria selvagem, do ponto de vista imaginário da Câmara dos Deputados, e que precisa, assim, de controle por rédeas para que se comporte como o esperado em um registro de um ritual institucional. Dessa forma, pratica-se a tentativa de domesticar o espaço do real da língua, para o que escapa, para os tropeços, interrupções, falhas. E ainda não há espaço para o real da história que deixa ver as contradições ideológicas que se manifestam na língua. Há uma tentativa de estabilização, apropriação da língua imaginária, a da gramática, do manual, da norma, em detrimento da língua outra, que incomoda, a do real. Há uma “perturbação” da língua que não pode comparecer no registro da história oficial do acontecimento: o real da língua e o real da história que são pontos de incômodo para a instituição no interior da formação ideológica capitalista, que busca absorver as diferenças no processo de dominação.

É com essa língua da incompletude, da fluidez, do real, que trabalhamos aqui, observando seus movimentos, seus deslocamentos, seus efeitos de polissemia, que nos deixam ver os processos de produção de sentidos que constituem, atualizam e projetam uma memória, como veremos no próximo capítulo.

IV. O VOTO NA FLUIDEZ DA TENSÃO ENTRE A PARÁFRASE E A POLISSEMIA

Neste capítulo, desenvolvemos as análises de nosso *corpus discursivo*, composto de recortes dos enunciados dos votos dos sujeitos que enunciam do lugar institucional de deputados federais na sessão da Câmara dos Deputados de 17 de abril de 2016. Observamos, nesta análise, como se produzem os processos de produção de sentidos dos votos favoráveis e contrários ao processo de deposição de Dilma Rousseff a partir das questões já apresentadas.

Abordamos brevemente, a seguir, as noções de paráfrase, polissemia e metáfora que compõem nosso dispositivo analítico. Em seguida, propomos uma desestabilização dos sentidos em torno da palavra ‘voto’, de modo a não tomá-la como evidente no discurso político que constitui este rito do impedimento. E, por fim, apresentamos as análises dos votos dos deputados enunciados na sessão já mencionada.

4.1 “Repetir repetir - até ficar diferente”: paráfrase, polissemia, metáfora

Para emprendermos um gesto de análise dos enunciados dos votos dos sujeitos do lugar institucional de parlamentares favoráveis e contrários ao processo de deposição de Dilma Rousseff, levamos em conta, de acordo com a teoria, que são os processos ideológicos que, na relação língua-história, produzem as evidências dos sentidos. É por meio dessas evidências, mascaradas por uma aparência de transparência da linguagem que, segundo Pêcheux, “‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve” (Pêcheux, 2014c [1975], p. 146) e, acrescentamos, todo mundo sabe o que é votar, o que é família, o que é Deus, o que é país, o que é democracia, o que é liberdade, etc.

Dessa forma, o sujeito tem a ilusão de que os sentidos são óbvios, como se o que é dito, só pudesse ser dito de um modo, uma vez que o funcionamento ideológico não é visível ao sujeito. Para Pêcheux (2014c [1975]), o caráter material do sentido, que se mascara para o sujeito pela sua evidência de transparência, consiste em uma dependência constitutiva do que o autor chama de “o todo complexo das formações ideológicas” (Pêcheux, 2014c [1975], p. 146). Segundo Pêcheux, há duas teses que permitem compreender melhor essa dependência.

A primeira de que o sentido não existe em si mesmo, isto é, significante e significado não estão colados e imóveis, uma vez que o sentido é determinado pelas posições ideológicas que funcionam no processo sócio-histórico de (re)produção de dizeres. Conforme Pêcheux explicita, “as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (Pêcheux, 2014c [1975], p. 146-147). É, portanto, em referência às formações ideológicas em que as posições discursivas se inscrevem que os sentidos se constituem.

Nessa perspectiva, Pêcheux define formação discursiva como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (Pêcheux, 2014c [1975], p. 147). Vale enfatizar que, para Pêcheux, é a inscrição nas formações discursivas que permite que as palavras signifiquem diferentemente e igualmente de modo evidente. O autor (Pêcheux, 2014c [1975]) propõe, portanto, que é na relação com os saberes inerentes à formação discursiva na qual uma palavra, expressão ou proposição se insere, que se permite a esta assumir determinado sentido. Sendo assim, uma mesma palavra pode significar diferentemente quando inscrita em distintas formações discursivas e, por outro lado, palavras distintas, dentro de uma mesma formação discursiva, podem significar o mesmo.

De acordo com Pêcheux, o processo discursivo deve ser compreendido como um “sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias etc., que funcionam entre elementos

linguísticos – ‘significantes’ em uma formação discursiva dada” (Pêcheux, 2014c [1975], p. 148). É o que procuramos observar nas análises. Defende ainda, que “toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas” (Pêcheux, 2014c [1975], p. 148-149). A esse ‘todo complexo com dominante’, Pêcheux dá o nome de interdiscurso, ou seja, é algo que fala antes em outro lugar independentemente, um “sempre-já-aí”, como pré-construído na produção de sentidos. Como consequência, pode-se afirmar, consoante Pêcheux, que o funcionamento da ideologia, “como interpelação de indivíduos em sujeitos (e, especificamente, em sujeito de seu discurso) se realiza através do complexo das formações ideológicas (e, especificamente, através do interdiscurso intrincado nesse complexo)” e, além disso, “fornece ‘a cada sujeito’ sua ‘realidade’, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas” (Pêcheux, 2014c [1975], p. 149).

Pêcheux (2014c [1975]) acrescenta que a possibilidade de substituição entre elementos (palavras, proposições, expressões) pode ocorrer de duas formas distintas: por *equivalência* ou por *implicação*. A equivalência consiste na possibilidade de “substituição simétrica”, em que dois elementos *substituíveis* (A e B), em uma mesma formação discursiva, possuam um mesmo sentido. Já a *implicação* corresponde à possível “substituição orientada”, na qual se pode observar que a relação de substituição A-B não ocorre igualmente à relação de substituição do tipo B-A. Pêcheux (2014c [1975], p. 151) afirma que, no primeiro caso, existe uma relação de identidade “não orientada”, ou seja, os elementos “substituíveis só podem ser sintagmatizados por uma meta-relação de identidade”. Por outro lado, o autor apresenta que a substituição por *implicação* ocorre diferentemente da anterior, considerando que ela resulta de um encadeamento, não como relação de identidade, mas como se uma sequência Sy (eixo vertical) atravessasse de modo perpendicular a sequência Sx (eixo horizontal) em que se

encontram os elementos substituíveis, havendo um encadeamento necessário na produção de sentidos. Para o autor, a sequência Sy é o que denomina de “discurso transverso” de Sx, que realiza um encadeamento entre os pontos *a* e *b* na sequência Sx.

Pêcheux (2014c [1975], p. 153) propõe que o funcionamento do “discurso transverso” se refere ao processo metonímico, “enquanto relação da parte com o todo, da causa com o efeito, do sintoma com o que ele designa”. Além disso, o processo de *articulação* está diretamente relacionado ao discurso transverso, considerando que a “articulação (o efeito de incidência ‘explicativa’ que a ela corresponde) provém da linearização (ou sintagmatização) do discurso-transverso” no eixo do que chama de *intradiscurso*, definido como “o funcionamento do discurso com relação a si mesmo (o que eu digo agora, com relação ao que eu disse *antes* e ao que eu direi *depois*; portanto, o conjunto dos fenômenos de ‘co-referência’ que garantem aquilo que se pode chamar o ‘fio do discurso’, enquanto discurso de um sujeito)” (Pêcheux, 2014c [1975], p. 153, grifos do autor). E, diz o autor, embora essa articulação funcione no nível da consciência sob diversas relações lógicas, por exemplo, de causa, consequência, concessão, etc, ela está sujeita a irrupções de um processo inconsciente no fio do discurso.

Por outro lado, Pêcheux explicita que o “*interdiscurso enquanto discurso-transverso* atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos construídos pelo *interdiscurso enquanto pré-construído*”, o que permite ao sujeito tornar-se sujeito-falante, sendo assujeitado pela formação discursiva dominante. Nessa perspectiva, compreende-se que “o intradiscurso enquanto ‘fio do discurso’ do sujeito é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma ‘interioridade’ inteiramente determinada como tal do ‘exterior’” (Pêcheux, 2014c [1975], p. 154).

Podemos observar, portanto, que, conforme defendem Pêcheux e Fuchs (2014 [1975]), a produção de sentidos é indissociável da relação de paráfrase entre sequências discursivas. É a família parafrástica dessas sequências que vai permitir a constituição do que os autores chamam de “matriz de sentido” que

é inerente à formação discursiva. Sendo assim, o efeito de sentido se constitui por meio da relação que se dá no interior dessa família, ou seja, este sentido só é possível considerando, como já apontamos, que toda sequência está inserida em determinada formação discursiva, delimitando o que pode e deve ser dito a partir de determinada posição-sujeito e de determinada conjuntura e, por isso, pode assumir sentidos distintos.

Orlandi (1998) afirma que há uma relação contraditória entre paráfrase e polissemia, em que um processo não ocorre sem o outro, a paráfrase enquanto a reiteração do mesmo e a polissemia, a produção de diferença. E o que decide um sentido de uma palavra é a incidência do interdiscurso. Nessa perspectiva, para que seja possível apreender essa relação contraditória entre paráfrase e polissemia, é crucial considerar as condições amplas de produção: as condições sócio-históricas e ideológicas em que o dizer se produz, que “põem em jogo não só a relação entre a situação e os locutores mas a destes com a exterioridade (historicidade, interdiscurso)” (Orlandi, 1998, p. 15). Assim, de acordo com Orlandi (1990), compreende-se que a noção de paráfrase se torna essencial para observarmos a relação que ocorre entre diferentes, seja no interior das mesmas formações discursivas, seja em formações discursivas distintas, já que são todas relações de paráfrase. É possível dizer, portanto, que é na relação com o outro que podemos observar a diferença. São os jogos de paráfrases e de formações discursivas que permitem ao analista do discurso observar os processos de produção de sentidos que circulam.

No entanto, precisamos levar em conta que essa relação com o outro não é homogênea, mas ocorre na des-organização entre o *eu* e o *tu*, visto que é uma relação da ordem do inconsciente e do ideológico. É nesse movimento de desordem na relação de alteridade que se marca a diferença. Assim, o silêncio, compreendido como constitutivo na produção de efeitos de sentidos, é o lugar em que “a metáfora tem o estatuto não do desvio mas do lugar da necessidade do sentido (que circula) e enfim a paráfrase como matriz em que o um remete ao outro mas sem porto originário (ou seguro)”

(Orlandi, 1990, p. 42). O que existe, portanto, não é uma origem do sentido, como ponto de partida, mas uma relação entre limites de formações discursivas distintas que confirma a relação do discurso com a sua exterioridade. O efeito metafórico consiste, segundo Pêcheux (2014a [1969] p. 96), no “fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual para lembrar que esse ‘deslizamento de sentido’ entre x e y é constitutivo do ‘sentido’ designado por x e y”, ou seja, é o funcionamento da metáfora que permite um deslizamento de sentidos.

De acordo com Orlandi (1990), o processo de produção de sentido se dá na relação entre a paráfrase e a polissemia, entre o mesmo e o diferente (o outro), não apenas na sua tensão, mas em uma imbricação desses dois processos. A autora aponta que os sentidos se produzem no espaço da multiplicidade, mas, ao mesmo tempo, da truncação, já que “um sentido se desdobra em outro, em outros: ou se emaranha no seu mesmo e dele não se solta. Fica à deriva. Se perde em seu mesmo ou se multiplica” (Orlandi, 1990, p. 43). Além disso, para Orlandi (1990, p. 43), o sentido não dura, é instável e se move para outros lugares. O que é durável é seu “‘arcabouço’, a instituição que o fixa e o eterniza”.

Outro ponto que destacamos é que Orlandi retoma a noção de *Instituição*, conforme Foucault a desenvolve, como lugar de regularidade, da norma que rege o discurso. Para a autora, esse funcionamento de regularidade pode ocorrer pelo movimento de articulação entre paráfrase e metáfora. As instituições constituem, segundo Mariani (1999, p. 51), “parte do processo ideológico geral de edificação de práticas discursivas e não-discursivas, processo esse que apaga para o sujeito seu assujeitamento às formações discursivas, produzindo o efeito de literalidade, de objetividade do real, etc”. E, como defende Orlandi (1990, p. 44), a repetição é condição para o assujeitamento: “há o repetível dos enunciados, mas também há enunciados que são feitos para serem repetidos”, ou seja, existem enunciados “que pertencem a essa zona de repetibilidade e que aí se representam na produção dos discursos” (Orlandi, 1990, p. 44). Sendo assim, há formas para a produção do

efeito de repetível. Cria-se, por exemplo, a imagem do “outro” para instituir a sua própria imagem. O trabalho do pré-construído produz, em seu retorno, a desconstrução do “outro”, quando há uma concentração de sentidos. “Esse é o efeito radical da instituição na linguagem. É assim que o sentido ganha ‘corpo’ como história, nessa relação tensa entre o fixar-se e o transmutar-se” (Orlandi, 1990, p. 44).

Mariani (1998, p. 241) mostra esse processo ao longo de seu trabalho em torno do discurso sobre o PCB nos jornais por ela analisados. Para a autora, é a constituição da imagem do comunismo como o “outro”, que institui a “diferença necessária para a constituição do mesmo”. É isto que vai possibilitar a construção de sentidos de ‘brasilidade’ naquelas condições de produção no discurso jornalístico. Conforme afirma a autora: “Definir o outro-comunista [...] através da posição do ‘eu mesmo brasileiro’ possibilita, então, a reafirmação da identidade nacional” (Mariani, 1998, p. 242).

Dessa maneira, os processos de produção de sentidos, no funcionamento da linguagem, são determinados pela tensão entre os processos parafrásticos e os processos polissêmicos. De acordo com Orlandi (2010), os processos parafrásticos correspondem, portanto, ao que se mantém em todo dizer, o que é dizível, a memória. A paráfrase consiste, pois, na produção de formulações distintas de um mesmo dizer já estabilizado. Enquanto a polissemia funciona como um processo de ruptura que faz deslocar os sentidos, movimentando os processos de significação, jogando com o equívoco num mesmo objeto simbólico. “O sujeito (e os sentidos), pela repetição, estão sempre tangenciando o novo, o possível, o diferente. Entre o efêmero e o que se eternaliza. Num espaço fortemente regido pela simbolização do poder” (Orlandi, 2010, p. 38).

Nessa perspectiva, é entre a paráfrase e a polissemia que os processos de produção dos sentidos dos votos dos deputados ocorrem. Entre o mesmo e o diferente, os sujeitos preenchem de sentidos o voto ‘sim’ e ‘não’, estando, portanto, diretamente relacionados ao trabalho da memória (e do esquecimento).

4.2 A constituição de sentidos de ‘voto’

Em nosso gesto de leitura, fez-se imperativo desnaturalizar as evidências estabilizadas para os sentidos em torno da palavra ‘voto’. É necessário compreender as camadas de historicidade que, no discurso político em torno do *golpe/impeachment*, produzem efeitos de evidência e transparência. Isto porque entendemos que a discursividade não é fechada nem estável, mas se constitui como processos de produção de sentidos, num batimento entre a memória e a atualidade.

Portanto, propomos aqui uma leitura de modo a desconstruir a estabilidade em torno dos sentidos para a palavra ‘voto’, que circulam socialmente como óbvios e naturais, pelo efeito do funcionamento ideológico. Nessa perspectiva, perguntamo-nos: de que modo os sentidos de ‘voto’ se constituem histórico-ideologicamente no discurso político? De que maneira esses sentidos atravessam a enunciação dos votos dos deputados? Que efeitos se produzem? Como se dá o funcionamento do voto nessas condições de produção?

Para que fosse possível depreender os processos de produção de sentidos de um enunciado, de uma expressão ou de uma palavra, no nosso caso, da palavra ‘voto’, foi necessário um trabalho de leitura que colocasse em relação a língua e a história, permitindo-nos observar as contradições sócio-históricas e ideológicas constitutivas de todo processo discursivo.

Para isso, partimos do que propõe Petri (2018) sobre a *história das palavras* num batimento teórico entre a Análise do Discurso e a História das Ideias Linguísticas. Petri (2018, p. 49) afirma que a proposta de fazer a *história das palavras* permite compreender a relação existente “das palavras com elas mesmas, seja nos espaços de reprodução e repetição de sentidos, seja pela potencialidade na produção e transformação de sentidos”. Para a autora (2020), o desafiador estudo da história das palavras exige a compreensão dos processos de produção dos sentidos, a desconstrução das evidências e uma reconstituição de parte da história das palavras e

dos seus diferentes funcionamentos, seja no dicionário ou fora dele. Para Petri, no momento em que se busca explicitar a história das palavras,

é preciso levar em conta as diferentes tomadas de posição sujeito, sob distintas condições de produção, bem como o funcionamento da historicidade e da ideologia na produção das palavras, das definições e dos exemplos presentes em cada dicionário, estabelecendo relações com a produção e a circulação dos sentidos através dos tempos. Compreender a história da palavra, é também deparar-se com a contradição, como constitutiva (Petri, 2020).

Desta forma, buscamos aqui, brevemente, reconstituir uma parte da memória, da história que atravessa a palavra ‘voto’, de modo a desestabilizar a fixidez dos sentidos. Vale lembrar que não foi nosso objetivo esgotar os sentidos, mas realizar uma “leitura-trituração”, em termos de Pêcheux (2016 [1981], p. 16), para que, assim, pudéssemos desenvolver uma análise dos processos de produção de sentidos dos enunciados que compõem nosso *corpus*.

Começamos, então, por observar o *Glossário de Termos Legislativos* (2018), que está disponível no site do Congresso Nacional e que propõe uma apresentação de verbetes de usos recorrentes nos rituais institucionais na Câmara dos Deputados e do Senado Federal. No prefácio da obra, Mello Filho (2018), na posição sujeito Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal, afirma:

A pesquisa terminológica constitui uma etapa prévia que precisa ser vencida a cada esforço para convergir as soluções tecnológicas e as estratégias de comunicação mantidas pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados. Com os resultados ora apresentados, os portais da internet, os sistemas informatizados e as agências de notícias passam a contar com uma fonte segura para a definição do vocabulário utilizado, o que é especialmente relevante quando se pretende que as referências recíprocas aos procedimentos específicos de cada Casa atinjam alto grau de precisão. Todavia, a contribuição do glossário para a dinâmica da democracia brasileira é muito mais ampla. Oferece ao cidadão, cuja vida política renasceu nos últimos tempos para uma nova conjuntura que não mais dispensará a efetiva participação no processo legislativo e a interação direta

com os Senadores e Deputados Federais, uma ferramenta de capacitação para a política parlamentar disponibilizada gratuitamente em versão eletrônica (De Mello Filho, 2018, p. XVII, sublinhados nossos).

Neste trecho do prefácio do *Glossário*, destacamos o modo como o sujeito, na posição de secretário, apresenta o documento como uma “fonte segura para a definição do vocabulário utilizado” com a qual os diversos setores de informação poderiam contar. Produz-se um efeito de que esse *Glossário* é detentor “do” sentido, como se fosse o único possível.

Mais adiante aponta que deve ser compreendido como uma ampla contribuição para a “dinâmica da democracia brasileira”, já que oferece ao cidadão “uma ferramenta de capacitação para a política parlamentar”. É possível dizer, portanto, que, nesta formulação, o *Glossário* é tomado como uma “ferramenta” que permite ao “cidadão” participar da/conhecer a política parlamentar e, por isso, pode ser considerado importante para a “democracia”. Desse modo, aponta-se para um sentido de democracia como um espaço em que as pessoas têm participação ativa na vida política do país e, para isso, deve-se apropriar/dominar/conhecer o vocabulário utilizado no parlamento. Isto é, produz-se o efeito de que o *Glossário* contribui para o funcionamento do sistema democrático brasileiro a partir do “esclarecimento” fornecido sobre o uso linguístico próprio aos rituais institucionais. Tratamos desse efeito de esclarecimento mais adiante.

Ressaltamos ainda que há um imaginário construído discursivamente para o interlocutor a quem o material se destina. Ao tratar do “cidadão” a quem o documento servirá de “capacitação”, o sujeito introduz uma explicativa para evocar lateralmente algo que se sabe de outro lugar e que serve para pensar o objeto da proposição principal. Ao trazer a explicativa, pela articulação das asserções, produz-se um efeito de que todos sabem do que se está enunciando. Todos sabem que o cidadão a quem se refere o *Glossário* é aquele “cuja vida política renasceu nos últimos tempos para uma nova conjuntura que não mais

dispensará a efetiva participação no processo legislativo e a interação direta com os Senadores e Deputados Federais”. É, portanto, construída a imagem desse interlocutor como um cidadão comprometido politicamente com o país e, conseqüentemente, com a democracia.

Assim, é possível depreender que, ao assumir o *Glossário* como “fonte segura” e depois como oferta de uma “ferramenta” de esclarecimento e capacitação política a cidadãos comprometidos politicamente, o sujeito aponta para um efeito de verdade/transparência do que nele está formulado. E, com isso, há uma tentativa de controlar, regular e direcionar os sentidos, produzindo um efeito de naturalização.

Concordamos com o que defende Medeiros (2015, p. 235), sobre o funcionamento dos glossários. Para a autora, ao se produzir um glossário, “são os sentidos das palavras que se visa a conter, controlar”. Mas para além disso, “são palavras, sentidos e ortografia o que se pretende legitimar no gesto de produzir um glossário; afinal, o glossário funciona como um instrumento linguístico, isto é, confere estatuto e lugar a uma língua”. Essas palavras nos autorizam a dizer que, ao propor a definição de uma lista de palavras utilizadas no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, o *Glossário de Termos Legislativos* (2018) funciona de modo a regular e legitimar a língua político/institucional das Casas Legislativas e que circulará fora delas, estabelecendo o que pode ou não ser dito e, ainda, o modo como se é autorizado a dizer: quais os sentidos são permitidos circularem socialmente em relação a determinadas palavras. É preciso não esquecer que, como nos dizem Gadet e Pêcheux (2010, p. 37), a questão da língua é uma questão de Estado que visa a silenciar diferenças no processo de dominação.

No entanto, deve-se considerar que onde há dominação, há resistência (Pêcheux, 2014d [1978]). E essa resistência escapa ao controle e deixa ver sentidos indesejáveis que se quer silenciar. É na língua e pela língua que a resistência se manifesta, permitindo perceber as contradições sócio-históricas e ideológicas constitutivas

de todo processo e que permitem que a dominação não seja eterna e possa haver transformação.

Esse processo de dominação *versus* resistência pode ser observado no fato de que ao buscar pelo verbete 'voto' no *Glossário*, constatamos que ele não comparece. Não se formula um verbete com atribuição de sentidos para 'voto', sendo apresentado de modo evidente, ou seja, é óbvio que todos sabem o que é 'voto'.

Em um gesto de leitura, entendemos que essa "ausência" do termo 'voto' no *Glossário*, que se apresenta como "fonte segura" dos termos usados na Câmara e no Senado, não se dá por um mero acaso, mas, no movimento de regulação/legitimação, configura-se como um processo de silenciamento, apagando sentidos e produzindo sentidos outros. Isto porque, discursivamente, compreendemos que "o silêncio significa", conforme afirma Orlandi (2015 [1990], p. 31). Ao silenciar, não se produz um vazio. Ao contrário disso: "O silenciamento deixa seus vestígios e o real dessa história lateja no jogo das versões. Presença-ausente. Em que o sentido silenciado pode ainda sempre irromper" (Orlandi, 2008). É nessa irrupção dos sentidos silenciados que se pode ver a resistência da história e da língua.

Consoante Orlandi (2015 [1990], p. 31), o silêncio não pode ser apreendido ou identificado, mas pode ser observado, lateralmente, pela sua relação necessária com a linguagem que se deixa ver nos vestígios deixados no processo de silenciamento, na ausência e na presença. Dessa forma, é possível dizer que o silêncio está presente no não dito, na ausência, mas também no excesso, no que é formulado, nas palavras. Logo, é na e pela linguagem que se faz possível uma observação desse espaço de significação. Podemos dizer, então, a partir da afirmação de Orlandi, que no silenciamento do termo 'voto' no *Glossário*, há vestígios dos sentidos que podem irromper na língua resistindo à dominação, sem que se perceba ou controle. O sentido está lá, pelo efeito de presença-ausente, uma vez que, "o silêncio é o real do discurso" (Orlandi, 2015 [1990], p. 29). Em vista desses apontamentos, questionamos: Que sentidos

são, então, silenciados ao se apagar o termo ‘voto’ neste *Glossário*? De que modo resistem?

Começamos por observar o fato de que, embora não haja uma formulação do verbete ‘voto’, o termo se faz presente em outros verbetes, por exemplo:

Declaração de Voto: Instrumento que permite ao parlamentar explicar as razões de seu voto sobre determinada matéria, depois de proclamado o resultado da votação. Esse procedimento não pode ser feito em sessão secreta ou votação secreta (Glossário, 2018, p. 25, sublinhados nossos).

Encaminhamento de Votação: Pronunciamento dos líderes ou parlamentares por eles designados, a favor ou contra a proposição cuja votação foi anunciada, a fim de orientar o voto da respectiva bancada (Glossário, 2018, p. 32, sublinhados nossos).

Maioria Absoluta: Quórum de aprovação de determinadas matérias que exige número de votos favoráveis maior que a metade da composição do colegiado (Glossário, 2018, p. 37, sublinhados nossos).

Ao observar as expressões “as razões de seu voto”, “orientar o voto da respectiva bancada” e “votos favoráveis”, podemos dizer que o termo ‘voto’ é apresentado como se apenas pudesse ter um sentido único e estável. Contudo, do ponto de vista discursivo, sabemos que a cada tomada de palavra, o que é enunciado pode significar diferentemente, uma vez que se inscreve na historicidade da enunciação que o constitui. Importa-nos aqui dizer, a partir dessas reflexões iniciais, que os processos de produção de sentidos em que o termo ‘voto’ comparece nesse *Glossário*, apresenta-o com um efeito de transparência, em que há o apagamento da historicidade que o atravessa, isto é, da memória que o termo carrega, da história da palavra.

Chamamos a atenção para o que o *Glossário* da Câmara compreende como “declaração de voto”. Para o Glossário, a declaração de voto consiste na explicação das “razões do voto” que deveria ser feita “depois de proclamado o resultado da votação”. No entanto, o que temos na sessão do *golpe/impeachment* se difere

desse funcionamento, pois se apresentam enunciados declarativos que, em geral, antecedem o voto 'sim' ou 'não'. Ou seja, esses enunciados acompanham o voto e declaram um sentido para ele.

Além disso, ao haver deslizamentos da palavra 'voto' para outros termos, há também sentidos outros em jogo. Destacamos o fato de 'voto' aparecer configurando-se em dois casos como verbetes determinados: voto *de liderança*, voto *em separado*; e ainda destacamos a presença dos verbetes *votação* e algumas derivações como; *votação nominal*, *votação simbólica*, *votação secreta*, *votação ostensiva*.

Apresentamos o verbe *votação* conforme consta no *Glossário* para, em seguida, tecermos algumas considerações:

Votação: Fase do processo legislativo em que o órgão decide sobre a aprovação ou rejeição de determinada matéria. Pode ser ostensiva, adotando-se o processo simbólico ou nominal, ou secreta, por meio do sistema eletrônico, de cédulas, ou ainda, no caso do Senado Federal, por meio de esfera (Glossário, 2018, p. 78, sublinhados nossos).

A leitura desse verbe nos permite depreender que os processos de produção de sentidos no enunciado formulado - "Fase do processo legislativo em que o órgão decide" - apontam para uma coletividade: é o 'órgão', enquanto instituição, que tomará decisão de aprovação ou rejeição de determinada matéria, no nosso caso, a favor ou contra a instauração do processo de deposição de Dilma. Isso produz um efeito de apagamento do sujeito, na sua singularidade, e de suas diferenças, em detrimento do coletivo.

Neste momento, mais uma pergunta se fez necessária e que nos permitiu prosseguir um caminho de leitura: ao haver o silenciamento da palavra 'voto', por um efeito de verdade/transparência, e do sujeito, evidenciando o coletivo institucional, que sentidos são também silenciados? Que efeitos esse apagamento produz?

Para pensarmos sobre estas questões, buscamos o modo como os dicionários de língua portuguesa, os dicionários etimológicos, jurídicos e políticos significam os verbetes 'voto', 'votar', 'votação'.

Indicamos que quando não for referido um ou outro verbete, significa que este não comparece no dicionário mencionado. Alguns dicionários apresentam os três, outros apresentam dois ou apenas um deles. Ressaltamos ainda que não é nosso objetivo esgotar os sentidos nem chegar a uma origem, mas recuperar uma parte da história da palavra que, ao ser atualizada em novas formulações, traz consigo uma memória na sua relação com o esquecimento, uma historicidade que atravessa e determina a produção dos sentidos.

4.2.1 Na etimologia: a promessa religiosa

Buscamos, primeiramente, o modo como o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* de Antenor Nascentes (1955) apresenta o termo 'voto'. De acordo com o autor (1955, p. 529), a palavra 'voto' deriva do latim *volu* a que é atribuído sentido de promessa. Em seguida, Nascentes (1955, p. 73) faz referência ao verbe 'boda' que deriva de *vota*, plural de *volu*.

O sentido atribuído por este dicionário ao termo 'boda', aponta para o ritual matrimonial. De acordo com o autor, os romanos chamaram 'nuptiae' "ao conjunto de práticas, rituais umas, profanas outras, que acompanham o casamento". A essas mesmas práticas, portuguesas e espanhóis chamaram 'boda', tendo em vista "o banquete, que na sua origem deveria representar o cumprimento de uma promessa ou voto feito pelos nubentes" (Nascentes, 1955, p. 73).

Ernesto Faria (1975, p. 1082) aponta, em seu dicionário de latim-português, o verbe *voluntum* com o sentido próprio de "voto, promessa, oferenda feita aos deuses (por um benefício pedido ou concedido), súplica, orações"; um segundo sentido atribuído é o de "coisa desejada, desejo expresso, desejo". E, no plural, "votos pronunciados por ocasião de casamento". *Voluntum* deriva de *vooveo* a que é atribuído como sentido primeiro, próprio: "fazer um voto, prometer por um voto, devotar, consagrar a, dedicar a". Em

segundo lugar, por extensão, *voveo* é apresentado como “desejar, aspirar” (Faria, 1975, p. 1082).

É possível encontrar no *Dictionnaire Latin-Français* de Gaffiot (1979 [1934]) sentidos próximos aos atribuídos por Faria (1975). Gaffiot (1979 [1934], p. 1695-1696) atribui a *votum*, como sentido primeiro: “voeu, promesse faite aux dieux”; em um segundo sentido: “objet votif, offrande”; e por fim: “voeu, souhait, désir”. Para o verbete *voveo* é possível encontrar um primeiro sentido como: “faire un voeu à une divinité”; depois como: “promettre par un voeu, vouer”; e em terceiro: “désirer, souhaiter” (Gaffiot, 1934, p. 1696).

O termo ‘voto’, de acordo com Benveniste (1995, p. 235), possui uma significação ambígua que pode ser vista no uso dos termos latinos *votum*, *voveo*. Por um lado, “faz-se voto” de realização de determinado ato e, por outro lado, “exprime-se um voto”. No primeiro sentido, o voto passa pelo comprometimento de realização de uma promessa feita por uma pessoa: “faz-se o voto de consagrar, por exemplo, um tempo; é uma promessa feita à divindade”. Em segundo lugar, o autor aponta que o “‘voto’ é a substância daquilo que se deseja obter da divindade, em troca daquilo que lhe é assegurado”. Há, portanto, um duplo valor de significação atribuído a ‘voto’, enquanto “o desejo que o suplicante solicita à divindade” e ainda “o que ele lhe promete”. Benveniste ainda afirma:

A consagração da oferenda, no sentido religioso, que pode ser efetiva (Homero, primeiro sentido) ou prometida (sentido latino), sustenta aqui a afirmação de existência, que é em si mesma uma consagração: há uma verdadeira ‘devoção’ como base de uma afirmação. Se pudermos evocar aqui um paralelo do francês popular, será o uso do verbo ‘promettre’ nesse mesmo sentido: ‘je vous promets qu’il est bien celui qu’il dit être’; é uma maneira de se ligar à verdade da proposição anunciada (Benveniste, 1995, p. 240).

Como observamos, os dicionários supracitados atribuem ao termo ‘voto’ sentidos que retomam sua historicidade, apresentando-o recorrentemente com o sentido religioso de “promessa a uma divindade” e também como “desejo”. Palavras

estas que não devem ser tomadas como óbvias, com um único possível sentido.

Analisando o atual dicionário digital *Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* (2020), encontramos os mesmos sentidos de promessa e desejo, mas não apenas. Podemos ler que o 'voto' é entendido, em primeiro lugar, em seu sentido religioso: "Promessa livre e deliberada feita a Deus de alguma coisa que lhe é agradável, à qual nos obrigamos por religião". Em seguida, define voto como "Promessa solene; juramento", "Desejo sincero", "Oferecimento feito em cumprimento ou graça recebida", "Obrigação contraída em razão de promessa ou juramento".

Para além disso, neste dicionário, 'voto' é também definido em seu sentido jurídico/político, apontando-o como o "Modo de manifestar a vontade, numa eleição ou assembleia; sufrágio", "Ato ou processo de exercer o direito a esse modo de se manifestar", "Cédula que se usou numa eleição". E, por último, como linguagem figurada, 'voto' é definido no dicionário como "Parecer ou opinião favorável; aprovação" (Michaelis, 2020). Desse modo, como podemos observar, no dicionário, já comparece um deslizamento de sentidos para o termo 'voto', do religioso ao político/jurídico.

Para o verbo 'votar', o dicionário apresenta, além de sua etimologia latina, *votare*, oito possíveis definições para o ato de votar: "Submeter algo a votação", "Eleger alguém por meio do voto; sufragar", "Aprovar alguém ou algo por meio do voto", "Ter direito a voto", "Prometer solenemente; fazer voto de", "Dedicar (alguém) o seu tempo ou dinheiro à determinada finalidade; empenhar(-se)", "Oferecer(-se) a Deus ou a uma santidade" e por fim, "Expor-se a risco; arriscar-se". Ou seja, o verbo 'votar' é apresentado em seu sentido jurídico/político, comparecendo o sentido religioso em apenas uma definição.

Para votação, atribui-se, no mesmo dicionário, dois sentidos: "Ato ou efeito de votar" e "Conjunto de votos dados ou recolhidos numa eleição ou o conjunto dos votos de um candidato a um

cargo”, apontando também para o sentido jurídico/político do termo.

Assim sendo, além do sentido religioso recorrente em todos os dicionários supracitados, nesse dicionário *Michaelis*, os verbetes ‘voto’, ‘votar’, ‘votação’ recebem definições do uso político/jurídico dos termos que comparecem nos dicionários de direito e de política que abordamos a seguir.

4.2.2 No jurídico: um direito

Seguindo com a leitura, destacamos, no campo de estudos do direito, o modo como os termos ‘voto’, ‘votar’ e ‘votação’ comparecem em alguns dicionários e, em seguida, propomos algumas reflexões possíveis em uma articulação com o que já foi apresentado até aqui.

Em primeiro lugar, no *Dicionário Jurídico* de Othon Sidou (2016 [1990], p. 649), os verbetes ‘votação’ e ‘voto’ são compreendidos como um Direito Eleitoral. Votação: “Fase culminante do processo eleitoral, consistente no ato de reconhecimento dos sufrágios”. Enquanto ‘voto’ é explicado pelo autor como um “Exercício do direito de seleção num pleito eleitoral. Sufrágio”. Apresenta, portanto, o voto como um direito exercido pelo sujeito numa formação social.

Para Guimarães (2018, p. 787), em seu *Dicionário Técnico Jurídico*, o termo ‘voto’ é entendido como “Exercício do sufrágio, maneira de manifestar, secretamente ou não, a vontade em julgamento, deliberação ou eleição. Ato pelo qual o cidadão participa de pleito eleitoral, escolhendo candidatos a cargos públicos ou de representação legislativa”.

Já no *Dicionário Jurídico* de Diniz (2005, p. 909), verificamos que a palavra ‘votação’ é apresentada no âmbito do direito eleitoral como “a) Recolhimento de votos; b) fase do processo eleitoral que consiste no ato ou efeito de votar; c) conjunto dos votos obtidos num pleito”, onde podemos encontrar uma vez mais o sentido coletivo do termo. E também recebe uma definição relacionada aos

direitos civil e comercial: “a) Conjunto dos votos dados numa sociedade simples ou empresária; b) manifestação da vontade sobre um fato”, apontando para a coletividade e para a manifestação de uma vontade. Diniz (2005, p. 910) explica os termos ‘votar’ e ‘voto’ como pertencendo ao âmbito do direito eleitoral, civil e comercial. ‘Votar’, segundo a autora, corresponde a “Eleger alguém, por meio de voto, para ocupar cargo ou exercer certa função. Deliberar. Dar opinião. Sufragar. Aprovar por meio de voto. Dar voto. Acompanhar no voto a opinião de alguém. Indicar candidato de sua preferência”. Enquanto o ‘voto’ recebe as seguintes definições: “a) Exercício do sufrágio; b) modo de manifestar a vontade numa deliberação coletiva; c) ato do eleitorado para escolher aquele que vai ocupar certo cargo ou exercer uma função; d) meio pelo qual os eleitores selecionam, formalmente, os candidatos; e) opinião individual”. Ainda para o verbete ‘voto’, a autora apresenta uma definição referente ao direito canônico: “a) Promessa solene feita, livre e deliberadamente, a Deus, ao abraçar a vida religiosa; b) oferenda em gratidão a uma graça recebida; c) súplica a Deus”.

Por fim, o *Vocabulário Jurídico* de Silva (2014 [1963], p. 2254) aborda o verbete ‘votação’ como “Ação e efeito de votar. Conjunto de votos obtidos em uma assembleia ou num pleito”, apontando para a ação realizada pelo verbo e, em seguida, para a coletividade dos votos. Em relação ao verbete ‘votar’, o autor retoma inicialmente a historicidade do termo de origem latina, trazendo seu sentido etimológico, do qual já tratamos, e depois apresenta as definições:

VOTAR. Do latim *votare*, de *vovere* (fazer voto, prometer em voto), é escolher, ou *eleger alguém*, para ocupação de cargo, para desempenho de representação, ou para o exercício de função, por escrutínio. Tem ainda o sentido de *dar opinião*, *dar parecer*, ou *deliberar* a respeito do que é submetido ao veredicto ou aprovação da pessoa. Assim, *votar* exprime, propriamente, *manifestar a opinião*, ou *manifestar o desejo*, por meio de ato expresso, acerca da escolha de alguém para o desempenho de certa função, ou da aprovação

de fato, ou ato, dependente desta formalidade. É *sufragar* (Silva, 2014 [1963], p. 2254).

Embora o autor apresente a etimologia latina da palavra, a definição trazida ao início da explicação, “fazer voto, prometer em voto”, apaga (ao menos em parte) o seu sentido religioso. Aqui a promessa não possui destinatário. Prometer a quem? No sentido historicamente construído, como vimos, o voto é a realização de uma promessa feita a uma divindade. Ou seja, o sentido de promessa está presente no verbete, mas já produzindo um certo deslocamento, uma vez que se produz um efeito de que a promessa, se não possui destinatário específico, pode ser feita a qualquer pessoa. Votar é então significado como “fazer promessa a alguém por meio do voto”. O termo ‘voto’ é também iniciado por sua etimologia para depois apontar o modo como é entendido juridicamente:

VOTO. Do latim *votum* , de *votare* (prometer, fazer promessa, eleger, ou escolher pelo voto), na linguagem jurídica, em amplo conceito, é a manifestação da vontade, ou a opinião manifestada, pelo membro de uma corporação, ou de uma assembleia, acerca de certos fatos e mediante sistema ou forma preestabelecida.

Pelo voto, assim, dá a pessoa o seu *parecer* , *manifesta sua opinião* , *delibera acerca de certo fato* , sujeito a seu veredicto, ou sua decisão.

No domínio do Direito Constitucional, o voto representa a opinião de cada indivíduo, a quem se comete a faculdade e o dever de votar, relativamente à escolha, ou eleição das pessoas, que, assim, se investem na qualidade de *representantes* , ou delegados do Povo nas agremiações, nas assembleias, ou na chefia dos Poderes Públicos. Neste aspecto, o voto é *eletivo* .

O voto, porém, é igualmente tido como a opinião manifestada, ou a ser manifestada, a respeito de outros fatos, indicando-se uma *decisão* , um *parecer* , ou uma *deliberação* . Neste caso, o voto é *deliberativo* , ou *decisivo* , e *consultivo* [...].

Voto. No sentido do Direito Canônico, entende-se a promessa solene perante Deus e a Igreja, por quem ingressa em uma religião, abraçando o estado eclesiástico, ou religioso.

Os votos dizem-se, então, de *obediência* , de *castidade* e de *pobreza* . São eles, no dizer de Trindade, a alma do *estado religioso* , em que se estabelece um modo

de viver especial, submetido a regras ditadas e aprovadas pela Igreja [...] (Silva, 2014 [1963], p. 2254-2255, sublinhados nossos).

Para uma melhor visualização, retomamos, na tabela a seguir, os sentidos atribuídos pelos dicionários mencionados e, em seguida, formularemos algumas considerações.

Tabela 2 - Verbetes ‘voto’, ‘votar’ e ‘votação’ nos Dicionários Jurídicos

DICIONÁRIOS JURÍDICOS		
VOTO	VOTAR	VOTAÇÃO
Direito eleitoral, civil, comercial, canônico	Direito eleitoral, civil, comercial	Direito eleitoral, civil e comercial
Exercício do sufrágio	Eleger	Fase culminante do processo eleitoral
Meio de seleção de candidatos	Deliberar	Ato de recolhimento de sufrágios/votos
Direito de seleção num pleito eleitoral	Dar opinião	Conjunto de votos
Ato de escolher alguém para cargo ou função	Acompanhar no voto a opinião de alguém	Manifestação da vontade
Manifestação da vontade	Aprovar pelo voto	Ação de votar
Opinião individual	Sufragar	
Promessa a Deus	Dar voto	
Oferenda em gratidão a Deus	Dar parecer	
Súplica a Deus	Indicar candidato de preferência	
	Manifestar a opinião	
	Manifestar o desejo	

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Dicionários Jurídicos

Notamos, portanto, que no âmbito dos estudos jurídicos, o voto é definido como um direito: um direito eleitoral, civil, comercial, canônico. É preciso mencionar que o sentido religioso do termo só comparece nos dicionários jurídicos no verbe ‘voto’ (Promessa a Deus, oferenda a Deus, súplica a Deus) e em apenas

dois dos dicionários analisados: Diniz (2005) e Silva (2014 [1963]). No entanto, o ato de votar e o processo de votação já não recebem definição religiosa, sendo, portanto, compreendidos apenas em seu sentido jurídico/político. Ou seja, há um apagamento nos dicionários jurídicos quanto ao sentido religioso quando abordam o ato de votar e o processo de votação, havendo também, um movimento de apagamento do substantivo 'voto'. Nesse movimento de deslocamento, o voto, para os referidos autores, é entendido como o meio pelo qual se tem o exercício de sufrágio, de seleção de candidatos numa eleição para ocupar determinados cargos ou funções, especialmente na vida pública. Ademais, afirmamos, a partir da leitura dos dicionários mencionados, que o voto é compreendido na área do direito como uma *livre manifestação da vontade e da opinião individuais*.

Chamamos a atenção para a palavra 'vontade' que comparece em alguns desses dicionários, ou seja, o voto como uma manifestação da "livre" e "consciente" vontade de quem vota. Nessa perspectiva, é interessante notar o modo como Guimarães (2018) descreve o verbete 'vontade'. "Vontade - Faculdade que o homem possui de determinar, orientar a sua conduta, de *optar, livremente*, pela ação ou pela omissão. [...] *Livre disposição para agir e decidir por si próprio*" (Guimarães, 2018, p. 787, grifos nossos). Podemos dizer que o voto é compreendido como uma livre e controlada manifestação do sujeito, de sua vontade e opinião, apresentando este sujeito como responsável por seus atos, mas sempre numa relação de submissão ao Estado. Em outras palavras, quando o voto ou o ato de votar é entendido como uma manifestação da vontade individual e livre do sujeito, este está sendo interpelado a ocupar o lugar de responsável pelos seus atos, submetendo-se, assim, ao Estado.

É preciso ressaltar aqui que, na atual formação social capitalista, a interpelação do indivíduo ocorre por meio da forma sujeito de direito. É pelo discurso da lei que o indivíduo é chamado a ocupar este lugar de sujeito: sujeito de direitos e de deveres perante a Lei. Este sujeito de direito, individualizado pelo Estado é

apresentado, no âmbito jurídico, como centro e origem de seus atos e do que enuncia, ignorando-se, portanto, que este é afetado pela história e pelo inconsciente. Como nos diz Pêcheux (2014c [1975], p. 98), retomando Frege, é o funcionamento da indeterminação, da não-saturação, que está presente no discurso do aparelho jurídico, no funcionamento das leis que leva a um efeito de generalização. Pêcheux destaca ainda que o termo “lei” pode ser entendido em seus diferentes sentidos, inclusive o sentido jurídico, que prevê sanção para “alguém que sucumbe ao peso da lei”, ou seja, que não a cumpre e por isso deve ser punido.

Com essas considerações, devemos aqui apontar para uma contradição existente nessa relação: ao mesmo tempo que o Estado individualiza, por meio da responsabilização do sujeito como único responsável por seus atos, produz uma generalização por meio de uma indefinição do sujeito na formulação das leis, que apresentam um funcionamento *aparentemente homogêneo* (Pêcheux, 2014c [1975], p. 98).

De acordo com Pêcheux (2014c [1975], p. 98), deve-se considerar que o jurídico não é apenas “um ‘domínio de aplicação’ da Lógica”, mas que existe “uma relação de simulação constitutiva entre os operadores jurídicos e os mecanismos de dedução conceptual, especialmente entre a sanção jurídica e a consequência lógica”. Para o autor, essa afirmação pode ser confirmada pelo funcionamento aparentemente homogêneo da hipótese (e da relação condicional), em que se produz enunciados como “*Aquele que causar algum prejuízo para alguém deve repará-lo*”; “*Se alguém causar algum prejuízo (a outrem), deve repará-lo*”.

Isto nos fez perceber que mais algumas perguntas devem ser postas em discussão: como ocorre o deslocamento do sentido religioso de ‘voto’ para o político/jurídico? Em que momento, na historicidade, a produção de sentidos de ‘voto’ se torna evidente/transparente?

4.2.3 No político: a heterogeneidade

Mas antes de pensarmos nessas indagações, consideramos ainda necessário observarmos o modo como o 'voto' é compreendido em seu funcionamento político e em seguida, propomos algumas considerações.

Procurando por 'voto' no *Dicionário de Política* de Bobbio *et al.* ([1983] 1998, p. 189), podemos perceber que o termo comparece na descrição de inúmeros verbetes, como em: abstencionismo, anticomunismo, aparelho, assembleia constituinte, autoritarismo, comportamento eleitoral, constitucionalismo, constituição, democracia, direitos humanos, espaço político, estabilidade política, mito político, oligarquia, organização internacional, parlamento, participação política, partidos políticos, plebiscito, processo legislativo, representação política, sistemas eleitorais, socialismo, entre outros.

A presença excessiva de 'voto' ao longo de todo o dicionário nos fez perceber a relevância política em torno do gesto de votar em distintas condições sócio-históricas e políticas de produção ao longo do tempo, reconfigurando-se e produzindo sentidos na historicidade. O direito de voto, o voto igualitário, a liberdade de voto, voto das mulheres, voto de classes, voto obrigatório, voto secreto são alguns dos sentidos recorrentes ao longo do dicionário, o que nos permite dizer da heterogeneidade que constitui o voto quando pensado politicamente.

Entendemos, portanto, que o voto é um gesto simbólico no qual se materializa a incessante luta política, seja em busca de poder, de representação política, ou até de luta por direitos que este proporciona numa determinada formação social, em determinado sistema político, em determinado contexto histórico-ideológico.

Sabendo da impossibilidade de abordar todos os sentidos que comparecem ao longo do dicionário, destacamos aqui o que se faz relevante neste ponto de nossa pesquisa.

Podemos ler em Bobbio *et al.* ([1983] 1998, p. 189, grifos nossos) que o voto "é momento imprescindível no processo democrático das

decisões políticas. A importância específica desse momento pode *variar de acordo com o quadro institucional em que o voto se engloba e com a diversidade do sistema eleitoral adotado*". Aponta, portanto, para o sentido de que o voto é um direito, assim como também definem os dicionários jurídicos analisados. O que o autor nos apresenta deixa ver que o funcionamento do voto pode variar de acordo com as práticas político-institucionais em que se inscreve, mas que, de um modo ou de outro, é parte essencial nas decisões políticas democráticas. Essas práticas podem se configurar, por exemplo, como um processo eleitoral, caso que o autor vai se deter neste momento no dicionário, em que se vota para eleger representantes do povo que estarão no poder. Ou também em outras condições, como na aprovação de leis nas Casas Legislativas, aprovação de projetos e orçamentos e, como em nosso objeto de estudo, no interior da Câmara dos Deputados (e depois no Senado Federal), o voto pode também derrubar governos eleitos pelo voto.

Desse modo, percebemos que, como afirma Bobbio, o voto, enquanto "momento imprescindível no processo democrático das decisões políticas", funciona distintamente quando sua prática ocorre em uma ou outra condição específica. O autor defende que a problemática essencial no que concerne à expressão do voto (em práticas eleitorais) está em identificar o que motiva o eleitor a realizar determinadas escolhas político-partidárias, apontando que, para compreender essa questão, é preciso questionar-se sobre por que o eleitor vota e como vota.

No mesmo dicionário, Bobbio *et al.* ([1983] 1998, p. 393, grifos nossos) afirma que o voto não deve ser considerado como "uma *escolha* realmente consciente, mas antes um fato habitudinário, determinado por um *forte grau de adesão* ao próprio partido e de *hostilidade* em relação aos partidos antagônicos", conforme já explicitamos anteriormente. Pensando em nosso objeto de estudo, podemos dizer que os votos dos deputados também apresentam uma adesão, nesse caso, tanto aos partidos aos quais se filiam, quanto às bancadas temáticas das quais fazem parte dentro do parlamento, além de outros interesses que não são possíveis

dimensionar, que estão na ordem do singular, de cada sujeito que toma a palavra.

O processo do voto, seja dentro de um espaço político ou institucional, numa eleição, ou no parlamento, ocorre em meio a uma relação tensa e desigual de forças numa formação social, ou seja, o voto se produz em meio às contradições sócio-históricas e ideológicas, no interior da luta de classes, entre a dominação e a resistência e é nessas condições que os votos enunciados pelos deputados produzem sentidos. Do modo como compreendemos, a prática do voto, enquanto manifestação política, está imbricada e é indissociável das práticas discursivas de significação que funcionam em meio às contradições sociais, políticas e históricas.

Queremos dizer que o gesto de votar, seja numa eleição, num plebiscito, num parlamento, numa associação, numa empresa, em quaisquer que sejam as circunstâncias, pressupõe práticas discursivas que ocorrem antes, durante e depois do ato. Em outras palavras: um voto não é sem memória nem sem silenciamentos. E, ainda, em determinadas condições, como na votação do processo de *golpe/impeachment* de Dilma Rousseff, o voto só é possível se manifestar no momento em que o sujeito abre a boca e se põe a falar, e quando toma a palavra para votar, ele se inscreve em diferenças, em divergências, faz alianças, ressignifica, (se) significa. Ou seja, o voto se materializa no enunciado linguístico, enquanto o lugar material em que os efeitos de sentidos se realizam, produzido por sujeitos em determinadas posições, em determinadas conjunturas sócio-históricas, políticas e ideológicas em que o sujeito tem a ilusão de estar no controle do que enuncia. Entendemos que essas práticas discursivas que se produzem em torno do voto em seu funcionamento político fazem parte de um ritual de debates, de tomada da palavra para efetuar “esclarecimentos”, que produzem um efeito de verdade/literalidade dos sentidos. Podemos dizer que este ritual é herança do pensamento iluminista, que defendia o uso da razão em detrimento da fé, como observamos a seguir.

4.3 No movimento dos sentidos: da promessa religiosa à promessa política

O que desenvolvemos até aqui, neste capítulo, sobre a constituição de sentidos para o voto nos permitiu observar uma migração de sentidos que se desloca do religioso, do voto como promessa a uma divindade, conforme lemos nos dicionários etimológicos, para o jurídico/político, do voto como direito e participação nas decisões democráticas, de acordo com as leituras realizadas dos dicionários que trouxemos do direito e de política.

A partir dessas observações, chegamos a alguns questionamentos que retomamos aqui: como ocorre o deslocamento do sentido religioso de 'voto' para o político/jurídico? Em que momento, na historicidade, a produção de sentidos de 'voto' se torna evidente/transparente?

É preciso destacar que esse processo de deslocamento de sentidos não é automático e muito menos homogêneo, mas deve ser pensado no interior das contradições sócio-históricas e ideológicas, juntamente com a questão do sujeito. Isto porque, entendemos que o modo como os sentidos se produzem está diretamente relacionado com o modo de constituição dos sujeitos em determinadas condições.

De acordo com Haroche (1992 [1984], p. 57), no período que compreende a idade média, havia um sujeito religioso que era submetido “à ideologia cristã” e estava assujeitado à ordem religiosa por práticas discursivas e não discursivas. No entanto, a autora aponta para as crises e transformações que se apresentavam naquele momento que produziram movimentos no processo de assujeitamento.

Houve, no século XIII, “uma crise provocada pelo perigo da explosão de uma contradição maior no próprio seio da ordem religiosa (dominante, na época): contradição entre, de um lado, a fé e, de outro, a razão; contradição entre a origem divina do saber e da verdade, e sua origem humana, fundada no exercício da razão”

(Haroche, 1992 [1984], p. 56). E essa contradição colocaria em causa a subordinação do sujeito ao texto do dogma, o que abalaria, para além da ordem religiosa, a ordem social.

Esta crise estaria fundamentada, por um lado, nas necessidades contraditórias da ordem religiosa, e por outro, da expansão econômica. E são essas transformações do sistema econômico (feudal) da época e suas incidências ideológicas que influenciaram o enfraquecimento do poder da Igreja e, conseqüentemente, uma progressiva redefinição do sujeito, que deixará de ser religioso e passará a uma forma-sujeito jurídico/político.

A autora destaca que “atribui-se maior importância ao sujeito em si mesmo, a suas intenções, a suas motivações, à sua vontade: uma concepção absolutamente nova de sujeito então aparece, aliando obrigação econômica à liberdade jurídica; o sujeito torna-se, assim, ‘livre para se obrigar’” (Haroche, 1992 [1984], p. 69). Nessa perspectiva, considerando que a ordem religiosa não basta para submeter o sujeito, é o aparelho jurídico que vai, progressivamente, tomando lugar e assegurando formas de assujeitar os indivíduos, passando pela “automatização aparente do sujeito”.

É no século XVI, que, aos poucos, nasce a ideia de um sujeito político/jurídico, mais especificamente no interior de debates religiosos. Consoante Haroche, diferentemente do sujeito religioso que se apresenta como submetido e controlado pela lei divina, por meio do texto sagrado e dos dogmas da Igreja, agora, o sujeito jurídico/político se fundamenta na sua autonomia e responsabilização individual perante o Estado. De acordo com a autora, o sujeito de direito representa, com as crises no feudalismo, uma versão primeira do que mais tarde, com o capitalismo, se apresentará mais explicitamente como sujeito-de-direito abstrato, especialmente com a Declaração dos Direitos Humanos (Haroche, 1992 [1984]).

Conforme afirma Orlandi (2007, p. 14), o sujeito de direito é efeito da sociedade capitalista, que condiciona a realização de

contratos, trocas e de circulação. “O assujeitamento é então interior (engaja a vontade), indispensável para a economia, segundo Haroche, que precisa da livre circulação dos bens e dos indivíduos”. A autora acrescenta que o humanismo vai aparecer como “expressão da dominação progressiva do sistema jurídico sobre a ordem religiosa mas também como consequência das crises sucessivas que enfraqueceram a ordem religiosa” (Orlandi, 2007, p. 14). Além disso, segundo Orlandi, “o humanismo da reforma, pela insistência no papel do sujeito, já anuncia o individualismo burguês do século XIX. Com esse sujeito, do individualismo burguês, não se trata de questionar mas de entender para se submeter” (Orlandi, 2007, p. 14). Destacamos, nesta afirmação de Orlandi, o fato de que é característico do individualismo burguês (capitalista) não questionar, mas “entender para se submeter”, o que nos permite compreender o funcionamento, já mencionado, das práticas discursivas que se produzem em torno do voto em seu aspecto político/jurídico, em uma espécie de ritual de esclarecimentos, debates que ocorrem antes, durante e depois do gesto de votar.

Nessa perspectiva, nesses momentos de discussão característicos dos rituais político/institucionais, produz-se um efeito de que todos estão suficientemente esclarecidos sobre a questão, produzindo ainda um efeito de verdade/literalidade dos sentidos que se apresentam. Desse modo, esses debates que decorrem dentro das sessões plenárias na Câmara dos Deputados, em especial, nas sessões que duraram longas horas em torno do processo de *golpe/impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, decorrem, é o que propomos, da memória dessa longínqua herança do pensamento humanista da reforma, influenciado pelos ideais iluministas da época, que defendiam o uso da razão (em detrimento da fé).

É possível observar, portanto, que houve, na transição do sistema feudal para o capitalista, uma transformação progressiva no modo de sujeição dos indivíduos, ou seja, se antes, na idade média, era a Igreja que detinha o poder e submetia os sujeitos aos

dogmas da ordem religiosa (sujeito religioso), após o enfraquecimento desta e o advento do capitalismo, é a instituição jurídico/política que passa a submeter o sujeito, agora, ao texto da Lei, individualizando-o e responsabilizando-o por seus atos (sujeito de direitos). Assim, como dizem Gadet e Pêcheux (2010 [1981]), o que importa à ideologia burguesa é, por meio de uma universalização dos sujeitos, apagar suas diferenças. De acordo com os autores, é importante reconhecer o modo como a burguesia se reapropriou “dos grandes formalismos religiosos, jurídicos e linguísticos pré-capitalistas (universais escolásticos, direito romano, gramática latina)”. Além disso, também não se deve ignorar o modo como a “revolução cultural burguesa (difusão conjunta da Técnica, da Instrução e da Democracia parlamentar)” tentou absorver, para seu proveito, os efeitos das “diferenças”, das “mudanças” e da “variação” (Gadet; Pêcheux, 2010 [1981], p. 36).

Se no feudalismo, é a diferença (de classes, de hierarquia social) que fundamenta a dominação, no modo de produção capitalista, é pelo apagamento das diferenças que a dominação se configura. É característico das revoluções burguesas absorver as diferenças, constitutivas do feudalismo, de modo a “universalizar as relações jurídicas, no momento em que se universaliza a circulação do dinheiro, das mercadorias... e dos trabalhadores ‘livres’” (Gadet; Pêcheux, 2010 [1981], p. 37). Desse modo, para que esses sujeitos fossem considerados cidadãos, deveriam abdicar de seus costumes, concepções ancestrais, seus “preconceitos” e sua língua materna. Assim, “a questão da língua é, portanto, uma questão de Estado”. É pela língua que se estabelece uma política de invasão, de absorção e de anulação das diferenças, supondo seu reconhecimento. Para os autores, “a alteridade constitui na sociedade burguesa um estado de natureza quase biológica, a ser transformado politicamente” (Gadet; Pêcheux, 2010 [1981], p. 37).

Chega-se, portanto, à contradição que já apontamos: é pelo apagamento das diferenças entre os sujeitos e dos sujeitos, que se pode produzir um efeito de universalização, submetendo cada

sujeito ao discurso da Lei, pelo processo de individualização e responsabilização.

Essa trajetória que aqui percorremos nos permitiu compreender o deslocamento de sentidos em torno do voto que migra do religioso para o jurídico-político. Como apresentamos no início desta sessão, entendemos que o modo como os sentidos se produzem não é dissociável do modo de constituição dos sujeitos. Afirmamos que é justamente nesta transição do feudalismo para o capitalismo, em que a forma sujeito deixa de ser religiosa e passa à forma sujeito-de-direitos, que o voto desloca do seu sentido de promessa religiosa e passa a significar de outro modo quando discursivizado em outras condições, ou seja, como um direito e participação democrática.

No entanto, é preciso ainda destacar que mesmo havendo deslocamento do religioso para o jurídico-político, a memória de seu sentido, digamos, “original”, ainda está presente, mesmo que este sentido não seja mais o sentido evidente para os sujeitos em novas condições de produção, são ressonâncias de sentidos, conforme nos fala Serrani (1997). O que queremos dizer é que são os processos ideológicos que, na relação língua-história, produzem as evidências dos sentidos para os sujeitos. Portanto, o sentido de voto como promessa religiosa não é mais evidente, como no sistema feudal, em que a Igreja era detentora do poder. Nas condições atuais capitalistas, o sentido de voto como um direito democrático é que passa a circular socialmente como evidente para os sujeitos, uma vez que é este o lugar de interpelação ideológica com o qual se identificam atualmente – em sua forma-sujeito capitalista (sujeito de direitos).

Entretanto, em nosso objeto discursivo, o voto produz também um efeito de promessa, uma oferta, uma homenagem daqueles que votam. E essa promessa/homenagem feita pelos sujeitos no interior de uma instituição jurídico-política não se dirige a uma “divindade”, mas a quem (ou o que), nesse deslocamento, vai ocupar este lugar. Como vimos com Faria (1975, p. 1082): “voto, promessa, oferenda feita aos deuses (por um benefício pedido ou

concedido), súplica, orações”; neste caso, pode ser compreendido como “promessa, oferenda, homenagem a pessoas ou instituições por um benefício pedido ou concedido”.

Em outras palavras, o sentido de promessa comparece e vai regular, juntamente com o lugar que ocupam os sujeitos na enunciação, os elementos que aparecem no intradiscurso: o que merece/pode ser homenageado nessas condições. Desse modo, o efeito de promessa que funciona nesses enunciados retoma a memória da promessa religiosa, mas se apresenta como uma promessa política, voltada para os interesses políticos, sejam públicos ou privados, representados pelos sujeitos nessas condições. Dizemos isto porque ao enunciarem seus votos a favor ou contra a destituição de Dilma, os sujeitos deputados o fazem em nome de inúmeros elementos, dedicando/consagrando seus votos à sua família, aos seus partidos, às suas próprias histórias, aos seus interesses políticos e, em especial, como exemplificamos a seguir, votam em nome de sua base eleitoral: de suas cidades, Estados, de seus eleitores, tema que aparece com maior regularidade no total dos votos, em maior recorrência nos votos sim:

SD23: Sr. Presidente, quando fui eleito no meu Estado, eu jurei, acima de tudo, respeitar e honrar a vontade do meu eleitor. E é em respeito a essa vontade que, hoje, eu voto ‘sim’ ao *impeachment* (Alan Rick, PRB, sublinhados nossos).

SD24: Pela liberdade, igualdade e fraternidade; pelos meus eleitores de São Paulo, especialmente os da Zona Sul de São Paulo; pelos meus filhos, Fabinho e Rodrigo Goulart; pelo Deputado Estadual Jorge Caruso; por Vargem Bonita, Grajaú, Parelheiros, Capela do Socorro e Santo Amaro, eu voto ‘sim’, Sr. Presidente (Goulart, PSD, sublinhados nossos).

SD25: Na dificuldade, nós não podemos nos eximir da responsabilidade. Consciente da minha decisão, em nome da minha família, do povo de Juazeiro, do Crato, de Barbalha, da maioria do Cariri e da maioria do Ceará, em homenagem ao povo nordestino e respeitando a decisão do povo brasileiro, o meu voto é ‘não’ (Arnon Bezerra, PTB, sublinhados nossos).

Verificamos nas expressões destacadas nessas sequências discursivas: *respeitar e honrar a vontade do meu eleitor; pelos meus eleitores de São Paulo, especialmente os da Zona Sul de São Paulo; por Vargem Bonita, Grajaú, Parelheiros, Capela do Socorro e Santo Amaro; em nome [...] do povo de Juazeiro, do Crato, de Barbalha, da maioria do Cariri e da maioria do Ceará; em homenagem ao povo nordestino*; que o eleitor e a base eleitoral comparecem nesse lugar de homenageado pelo voto dos deputados, o que se assemelha ao funcionamento do discurso político proferido em campanhas eleitorais, em que se produz na enunciação política uma série de promessas que se direcionam aos eleitores, às políticas públicas dos lugares específicos que o elegem.

Haroche destaca algumas palavras de Felman (1980) que vão ao encontro do que acabamos de propor aqui e que nos trazem embasamento para seguir nosso gesto de leitura dos votos na sessão do *golpe/impeachment*: “Toda promessa promete *completar a incompletude*; toda promessa é antes de tudo ‘*promessa de consciência*’, enquanto postula uma *não interrupção*, uma continuidade entre a intenção e o ato” (Felman, 1980, p. 110 *apud* Haroche, 1992 [1984], p. 29, grifos nossos). A partir dessa afirmação, Haroche (1992 [1984], p. 28-29) pontua que a possibilidade de prometer colocaria a questão fundamental do privilégio “da consciência, da responsabilidade, da autoridade, em suma, do sujeito e do direito”. E nós acrescentamos que é nessa tomada de palavra que o sujeito, ao enunciar, produz, na linearidade do discurso, o efeito de promessa, de completude e de unidade imaginária que vai percorrer os enunciados dos votos, conforme veremos a seguir.

4.4 O funcionamento discursivo do voto na Câmara dos Deputados

Após todo esse percurso de leitura, podemos agora pensar especificamente no funcionamento do voto na Câmara dos Deputados na sessão de 17 de abril de 2016, que aprovou o processo

que derrubou o governo de Dilma Rousseff. Buscamos, nas seções anteriores, compreender o funcionamento do voto na sua opacidade, não transparência dos sentidos, pois só assim poderíamos chegar aos processos discursivos que se produzem nos enunciados dos votos dos deputados, de modo a apreender como produzem sentidos no interior de uma instituição, com todas as implicações que este lugar, legitimado socialmente, apresenta. Em outras palavras, o voto de um deputado num processo de *golpe/impeachment* de uma presidenta eleita pelo voto popular, dentro da Câmara dos Deputados, produz sentidos distintos de um voto em outras condições como numa eleição ou num plebiscito, por exemplo. São, portanto, essas condições específicas de produção, já apresentadas, que funcionam como um “filtro”, como nos diz Courtine (2006), para que os sentidos sejam uns e não outros.

Votar, nessas condições, significa aderir a uma posição, que a princípio se manifesta no “sim” ou “não”, mas que, como veremos nas análises, vai além da lógica binária do “a favor” ou “contra” característico desses rituais políticos/institucionais. Para apreender o funcionamento discursivo dos votos nessas condições de produção, fez-se imperativo observar a que sentidos os votos favoráveis e contrários se filiam na construção dos seus enunciados, que se manifestam na língua. Além disso, foi importante para essa compreensão, perceber de que modo essas filiações se relacionam, como se aproximam e/ou se distanciam no intradiscurso, para que, deste modo, pudéssemos, enfim, observar o funcionamento interdiscursivo, ou seja, compreender de que modo a memória atravessa os enunciados dos votos determinando e constituindo os sentidos.

Haroche (1992 [1984]) traz alguns apontamentos que se fazem relevantes neste ponto da pesquisa. A autora afirma que quando se faz ao sujeito uma injunção a dizer, ao mesmo tempo, se produz seu silenciamento. É esta injunção que estabelece ao sujeito uma responsabilização por seus atos, mobilizando-o a se inscrever numa prática exaustiva de dizer, como podemos verificar em nosso objeto discursivo.

No momento em que os deputados chegam à tribuna da Câmara e enunciam seus votos na sessão de votação do impedimento, eles não o fazem apenas seguindo a “lógica” jurídica do ritual institucional, apresentando um “sim” ou “não” como posicionamento frente à questão colocada, conforme foi estabelecido pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB): “Esta Presidência fará a chamada dos Parlamentares, que votarão ‘sim’, ‘não’ ou “abstenção” pelo microfone localizado no centro do plenário, de forma clara, para que se possa identificar o seu voto”. No momento em que o presidente da Câmara explicita o modo como os votos dos parlamentares devem ser proferidos, com um ‘sim’, ‘não’ ou ‘abstenção’, o que se espera no ritual institucional é um voto *claro e identificável*, não passível de interpretação, indesejável nesse momento.

Contudo, as contradições ideológicas se fazem presentes e este ritual, que se pretende “logicamente estabilizado” (Pêcheux, 1990 [1983]), desliza produzindo sentidos outros. Isto porque, mesmo apresentando o modo lógico desejado para o momento, coloca-se uma injunção a dizer ao sujeito. É para dizer ‘sim’ ou ‘não’, mas não só. Conforme afirma o Presidente da Casa:

Há a sugestão, já combinada com os Líderes, de permitir que, para a votação, sejam dados em torno de 10 segundos a cada Parlamentar. Nós não temos como impedir a palavra ao Parlamentar, se ele não tiver proferido o voto, para continuar a chamada. O bom senso de cada um de cumprir essa combinação é muito importante, porque há 513 Parlamentares (Cunha, PMDB, 2016, sublinhados nossos).

Ao se “permitir” um tempo de fala ao sujeito que não pode ser “impedido” de dizer pela instituição, produz-se um efeito de sentido que interpela o sujeito parlamentar a tomar a palavra para além de um ‘sim’ ou ‘não’. Logo, convoca-se o sujeito a preencher de sentidos o seu voto, pois apenas ‘sim’ ou ‘não’ não basta. É preciso que o sujeito fale para que aí se possa aprisionar os sentidos, no excesso, no que transborda.

De acordo com Haroche:

Esta injunção que o torna responsável por seu propósito, que o inscreve inteiramente, sem distanciamento possível, nesta prática de um *dizer exaustivo para aí o (de)ter, aí o (re)ter*, procura assim rejeitar para a inexistência, ou para a ambiguidade de um não dito, o que – omissão, restrição, reticência, reserva – abre sobre um espaço precário, *irredutivelmente individual, ameaçante para as instituições. Espaço do incerto, da falta, do alusivo. Espaço do não sistemático, do aforismo, da interpretação, na qual o sujeito*; levado pela vontade de dizer, chega a resistir a esta injunção de tudo dizer [...]” (Haroche, 1992 [1984], p. 14, grifos da autora).

Desse modo, é o dizer exaustivo do sujeito que permite ao Estado, no interior de um aparelho ideológico, domar os sentidos, não permitindo ao sujeito o lugar do não dizer, do silêncio, da falta constitutiva de todo sujeito, o lugar do desejo. E é porque existe a falta que existe a necessidade do sujeito de preenchimento desse vazio. “Uso a palavra para compor os meus silêncios”, dizia o poeta Manoel de Barros. O sujeito deputado fala para compor os silêncios, preenchendo o voto de sentidos, mas de sentidos que falam de si (do próprio sujeito) e dos interesses que representa no interior das relações de força do campo político no qual se inscreve. “Eu voto sim” ou “eu voto não” já apontam para uma concretização de uma filiação a certos sentidos e não outros, mas que vão além disso. Consideramos que mesmo que haja uma tentativa de controlar os sujeitos e os sentidos, os efeitos produzidos não podem ser controlados, porque este ritual, assim como todos os outros, falha abrindo espaço para o múltiplo dos sentidos.

Portanto, para preencher de sentido o seu voto, o sujeito vai acrescentando, somando, substituindo sentidos em um movimento exaustivo de dizer, e chega ao excesso. Ao excesso que aponta para um efeito de saturação, de um tudo dizer que busca tamponar a falta com memória, com atualidade e ainda projetando um futuro. Preencher cada espaço vazio, produzindo um efeito de um *continuum* de um dizer que não cessa e não cansa. Parece não haver interrupção, um enunciado se liga ao outro, repetindo, deslocando, puxando para um lado ou outro da mesma corda - para o “sim” e para o “não” - sempre na *mobilidez* e *fluidéz* da tensão.

Courtine (2014[1981]) afirma que um dos caminhos que podem ser percorridos para a compreensão da relação existente entre memória e discurso é o da *repetição*, em que o interdiscurso funciona como um “*preenchimento*, produção de efeito de consistência no cerne de uma rede de formulações, repetição na ordem de uma *memória plena*” (Courtine, 2014 [1981], p. 238, grifos do autor).

Entendemos, então, que nessas condições estáveis de produção, o funcionamento dos enunciados dos votos visa a preencher de sentidos o “sim” ou o “não”, de modo a não deixar nenhum lugar vazio, passível de interpretação. Para isso, os sujeitos se põem a falar e, na ilusão de origem do dizer, enunciam além do que se espera: constroem uma rede intradiscursiva em que os elementos lexicais são postos lado a lado em cadeia que, por um efeito de substituição, deslizam e atualizam uma memória.

Há, nesse funcionamento, um duplo jogo parafrástico: o primeiro que funciona na relação de uma sequência com outras ao longo do processo de repetibilidade dos sítios de significação que produzem regularidades; e o segundo na relação dos enunciados dos votos com os dizeres já-ditos em outras condições sócio-históricas de produção, isto é, na relação com o interdiscurso. Importa-nos, sobretudo, observar esses processos parafrásticos na relação tensa e fluida com a polissemia, de modo a compreender quais as regularidades estão presentes nos enunciados e entre os enunciados; e que efeitos elas produzem nos votos favoráveis e contrários ao processo de deposição de Dilma Rousseff. E, ainda, de que modo se relacionam com o interdiscurso.

Nessa perspectiva, nosso interesse se fundamentou em dois eixos de questionamentos, já mencionados, que guiaram o trabalho de análise com nosso *corpus*: um primeiro que corresponde ao fio do discurso, isto é, ao processo intradiscursivo; e o segundo que se ancora no atravessamento interdiscursivo que constitui e determina os sentidos nessas formulações, uma vez que entendemos que é nessa articulação que decorrem os processos discursivos em análise.

Nessas condições, produzem-se associações de sentidos que parecem impossíveis e que deixam ver a contradição constitutiva do efeito de homogeneidade, de unidade imaginária, por exemplo, dentro das bancadas e partidos, que parecem homogêneos e defenderem interesses comuns, entretanto, apresentam contradições, diferenças que se manifestam no voto.

De acordo com Pêcheux e Léon (2016 [1982]), a noção de *contradição*, pensada discursivamente, supõe necessariamente considerar os espaços de heterogeneidades em que a contradição se inscreve, em nosso caso, do discurso político/institucional. Isto porque, o essencial da discursividade, dizem os autores, “seria compreender na tensão contraditória entre a relação paradigmática de substituição que tende na direção à estabilização da forma lógica e a existência de relações de deriva e de alteração entre sequências que podem, ao mesmo tempo, conectarem-se por sintagmatização ou substituírem-se sob a base das ligações evocadas” (Pêcheux; Léon, 2016 [1982], p. 172). Portanto, é no interior dessa contradição sócio-histórica e ideológica que se manifesta no funcionamento da língua, que podemos apreender os processos de produção de sentidos que podem ser observados na deriva, no deslizamento, no movimento que se produz no processo de repetibilidade, estando em jogo, portanto, o mesmo e o outro em relação na produção de sentidos. Assim, para que possamos depreender os efeitos de polissemia, de deriva, precisamos observar o funcionamento das paráfrases no discurso.

Pêcheux e Léon (2016 [1982], p. 169) apontam que há dois aspectos sintáticos que ultrapassam o problema estritamente linguístico para abordar questões discursivas, aos quais recorreremos nas análises: *as ligações horizontais*: que guardam traços do fio do discurso; e *as paráfrases sintáticas*: que permitem aproximar estruturas linguísticas sem passar, neste momento, pela questão do sentido. *As ligações horizontais*, de acordo com os autores, “podem ligar duas proposições de mesma natureza coordenadas, ou ainda uma incisa ou uma relativa apositiva à proposição da qual ela depende” (Pêcheux; Léon, 2016 [1982], p.

168). Por outro lado, temos a paráfrase sintática, ponto em que a discursividade toca diretamente na questão linguística. Existem, segundo Pêcheux e Léon, o que os autores chamam de “solicitações sintáticas de paráfrases”, que “consistem em forçar de alguma forma a aproximação de duas estruturas suscetíveis de uma paráfrase sintática” (Pêcheux; Léon, 2016 [1982], p. 169).

Essa paráfrase pode ocorrer de dois modos: o primeiro tipo que consiste em uma variação sintática e uma identidade lexical e, o segundo tipo, em que há paráfrase da estrutura sintática fixa, havendo variação lexical. Os autores apontam ainda que é mais recorrente haver uma ligação entre esses dois modos de paráfrases, configurando-se, portanto, em uma terceira via em que há variação lexical e sintática.

A partir dessas considerações, produzimos nosso gesto de análise que permitiu observar uma regularidade no funcionamento dos votos favoráveis e contrários em termos de organização linguística, pelo qual realizamos os recortes das sequências discursivas que compõem nosso *corpus*. Isto porque, compreendemos, conforme Pêcheux (2014 [1969], p. 191), e com o que acabamos de explicitar, que o objeto da Análise do Discurso é sócio-histórico em que o *linguístico intervém como pressuposto*. Em outras palavras, é na base material da língua que se pode observar o funcionamento da ideologia, considerando que a língua é um “campo de forças constitutivo” de processos de produção de sentidos. É, portanto, “por meio dos ‘jogos de linguagem’, do trilhar metafórico dos sentidos e dos paradoxos de enunciação, que as discursividades trabalham *na* e *contra* os ‘corpos’ de regras de cada língua” (Pêcheux, 2016 [1982], p. 119).

Desse modo, enquanto analistas do discurso, não é a organização da língua em si mesma que nos é relevante, mas o que esta organização pode nos permitir depreender dos mecanismos dos processos de produção de sentidos que funcionam no discurso, conforme nos fala Orlandi (1998 [1996]).

Essa regularidade do funcionamento em nosso *corpus* consiste, em termos linguísticos, em uma estrutura sintática fixa

correspondente a: (Sujeito [Eu] + verbo [voto] + adjunto adverbial [sim ou não] + adjunto adverbial [por X/contra Y]). A partir desta estrutura que se mantém (mais ou menos) fixa, é possível observar as paráfrases sintáticas em que há variação lexical que, por sua vez, deslizam metaforicamente e produzem sentidos outros.

É esta organização linguística, especialmente nas paráfrases sintáticas *por X e/ou contra Y*, que vai abrigar, no intradiscurso, redes de sentidos em que os votos se inscrevem (para além do “sim” ou “não”). Observamos ainda, o modo como as *ligações horizontais* se constituem na linearidade do discurso produzindo sentidos. Este caminho teórico e de procedimentos analíticos aqui percorrido nos autorizou a estabelecer as seguintes formulações de referência com as quais trabalhamos:

Eu voto sim por x, contra y. = *Eu voto por X; Eu voto contra Y.* = *por x, contra y.*
Eu voto não por x, contra y. = *Eu voto por X; Eu voto contra Y.* = *por x, contra y.*

Vale destacar que o verbo *votar* é heterogêneo em termos da organização da língua não havendo consenso em relação à sua transitividade, ou seja, enquanto forma empírica, sendo definido diferentemente em diversos dicionários e gramáticas. O *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa* (Houaiss; Villar, 2001) nos traz que o verbo *votar* pode se constituir como um verbo transitivo direto, indireto, ou intransitivo, a depender dos sentidos a que corresponde. De acordo com o dicionário *Houaiss*, *votar* é transitivo direto ou indireto quando seu sentido é o de *aprovar, decidir por meio do voto*: transitivo direto: (os conselheiros votaram que deveriam premiar dois cientistas); transitivo indireto: (os professores votaram pela greve). Já o *Dicionário Online de Português* (2020) defende que *votar* é intransitivo ao manifestar “opinião por voto (contra ou a favor de alguém ou de alguma coisa); votar contra o projeto”. Desse modo, vemos compreensões distintas em torno da forma empírica do verbo, o que não é relevante em nosso trabalho, uma vez que nos debruçamos sobre a forma material da língua, na sua relação com a história, retomando o que nos aponta Orlandi

(1998 [1996], p. 49), “em que o sentido não é conteúdo, a história não é contexto e o sujeito não é origem de si”.

Em nosso gesto de análise, seguimos, portanto, o que nos apresenta o *Dicionário Online de Português* (2020), por entendermos que é este o funcionamento do gesto de votar em nosso objeto discursivo, o que vai ao encontro do que Bechara (2009) nos fala sobre os adjuntos adverbiais de *inclinação* e *oposição*, como veremos mais adiante, e ainda o que Bagno (2013) propõe sobre os advérbios.

Como bem lembra Bagno (2013, p. 832), retomando Perini, no lugar de *advérbios* é mais interessante falar de *adverbiais*, que é um termo mais geral que inclui papéis temáticos. Um adverbial, conforme Bagno, pertence a uma classe de palavras “muito generalizada que se define apenas como palavra invariável (em gênero, número, pessoa etc.) que não é um conectivo”. Em outras palavras, advérbios são complexos e, em termos da sintaxe, da morfologia, da semântica e da pragmática da organização da língua. Do ponto de vista discursivo, interessa-nos menos citar as diversas formas assumidas por esta classe (ou função) e mais compreender seu funcionamento na ordem da língua.

Consideramos que, nessas formulações produzidas em condições específicas de produção, o verbo *votar* é intransitivo e é modificado pelos adjuntos adverbiais modais “sim” ou “não”, ou seja, é este funcionamento que indica *como* os sujeitos votam ao *golpe/impeachment*. Estes são os elementos que, embora se configurem como opcionais em termos linguísticos, se apresentam como necessários sintaticamente nos enunciados modificando o gesto de votar, uma vez que este é o esperado na enunciação nessas condições específicas, já apresentando uma filiação dos sujeitos a determinados sentidos.

Entretanto, o funcionamento discursivo permite aos sujeitos acrescentarem elementos para além do que é exigido sintaticamente. Em outras palavras, em grande medida, é o funcionamento das paráfrases sintáticas dos adjuntos adverbiais (por X/contra Y) inseridos nos enunciados que vai permitir aos

sujeitos preencherem o “sim” e “não” de sentidos, produzindo um efeito de justificativa/esclarecimento do porquê do seu gesto de votar “sim” ou “não” ao processo.

Em termos de organização da língua, os adjuntos adverbiais são entendidos pela gramática tradicional como “termos não argumentais”, que estão “fora do âmbito da regência do verbo da oração, isto é, não pedidos por ele” (Bechara, 2009, p. 360). Todavia, é preciso enfatizar que, enquanto analistas do discurso, o que nos é relevante, é o modo como funciona essa organização, ou seja, seu funcionamento discursivo.

Orlandi (2011 [1984]) desenvolveu um estudo sobre tipologia do discurso, analisando livros didáticos de História do Brasil. Em termos de organização da língua, a autora propõe observar a relação entre *sujeito*, *verbo*, *advérbio*. Em suas considerações, chama atenção para uma característica no discurso da história nos livros didáticos por ela analisados: o *relevo do advérbio*, funcionando como determinação ou indeterminação quando vinculados a uma ou outra formação discursiva. Para a autora, é possível observar que nos textos do primeiro grupo que ela analisa, “a estrutura dominante é a que separa elementos *centrais* e *marginais*: ou o advérbio é *central* e ele indica datas e locais ou ele é *marginal* e, ao conter, oculta os agentes”. Enquanto no segundo grupo de textos, “a estrutura dominante não distingue elementos *centrais* e *marginalizados*, pois trata, antes, de relações causais e explicativas” (Orlandi, 2011 [1984], p. 76, grifos nossos).

Mariani (2001) analisou as práticas discursivas dos jornais *Gazeta do Rio de Janeiro* e *Correio Braziliense* que constroem sentidos constitutivos da história brasileira, em publicações de seu primeiro ano de funcionamento (decorrente da instalação da *Imprensa Régia* no Brasil no século XIX). Nessa análise, a autora verifica o apagamento do Brasil e do brasileiro nos jornais, em que predominava o imaginário europeu *sobre* o Brasil. No entanto, é no funcionamento dos *advérbios de lugar* nos pequenos anúncios da *Gazeta* que irrompem sentidos sobre a cidade do Rio de Janeiro. Há, portanto, pelo funcionamento discursivo dos advérbios, um espaço

de resistência que permite a irrupção da voz do brasileiro apagada nas páginas dos jornais. A partir dessas reflexões, podemos propor que, em termos da ordem da língua, de seu funcionamento discursivo, os adjuntos adverbiais de tempo e lugar nas análises acima apresentam um funcionamento que contribui na produção de diferentes efeitos de sentido. Este é o ponto relevante.

Trazendo esta discussão para a prática discursiva do ritual institucional em que se inserem os votos dos deputados, é pelo funcionamento dos adjuntos adverbiais (e das determinações atribuídas aos *elementos lexicais* no interior desses adjuntos - adjetivos, pronomes, complementos nominais, etc.) que podemos apreender os processos de produção de sentidos nos enunciados dos votos em nosso *corpus*.

Destacamos que, nessas condições de produção, o que é exigido no gesto de votar é o “sim” ou “não”, que modificam o sentido do verbo conforme o esperado no ritual em que se inserem, pois é necessário o deputado dizer *como vota*: “sim” ou “não” à aprovação do golpe/*impeachment* para que o ritual enunciativo aconteça. No entanto, no momento da enunciação, o voto “sim” ou “não” no fio do discurso produz efeitos que deslizam e escapam ao controle do logicamente estabilizado do ritual institucional, visto que os sujeitos acrescentam ao gesto de votar outros adjuntos adverbiais (em especial, de *inclinação* e de *oposição*) que modificam tanto o sentido do verbo (votar *por x*; *contra y*) quanto os sentidos dos próprios advérbios *sim* ou *não* (*sim por x*; *sim contra y*; *não por x*; *não contra y*), preenchendo-os de sentidos, numa ilusão de completude, de uma saturação de sentidos. Assim, na enunciação política dos votos que, do ponto de vista discursivo, consiste em “colocar fronteiras entre o que é selecionado” “e o que é rejeitado” (Pêcheux; Fuchs, 2014 [1975], p. 175) por um sujeito afetado pelos esquecimentos 1 e 2, os *adjuntos adverbiais* adquirem relevo especial, pois seu funcionamento discursivo nos votos, tendo em vista as formações discursivas, faz parte dos processos de produção dos sentidos e produzem efeitos. Nos votos proferidos, o “sim” ou

“não” vem acompanhado por adjuntos adverbiais de “inclinação” ou “oposição”. Conforme define Bechara (2009, p. 369):

Adjunto adverbial de inclinação e oposição - São adjuntos que expressam a relação de ‘favor’, ‘ajuda’, ou ‘disposição favorável’, muito próxima ao valor do benefactivo do dativo, bem como as relações contrárias, de ‘oposição’, ‘disposição favorável’. Trabalhou sempre *pelos amigos*. Para a primeira relação, introduz-se o adjunto adverbial por meio da preposição *por* ou de locuções prepositivas equivalentes, do tipo de *a favor de, em benefício de, em prol de, em auxílio de*, etc. Para a segunda relação, usa-se a preposição *contra* ou locuções do tipo: *Esforçava-se por lutar contra os maus pensamentos* (Bechara, 2009, p. 369, grifos do autor).

Trazemos, a seguir, algumas sequências discursivas a fim de analisar esse funcionamento nos votos “sim” e “não”:

SD26: Pelos trabalhadores do Brasil, pelos aposentados, contra os 10 milhões de pessoas que perderam emprego no Governo Dilma, do PT, pelo crescimento do Brasil, por mais emprego e contra a boquinha do PT, pelo fim da boquinha do PT e do PCdoB, eu voto ‘sim’, Sr. Presidente. (Paulo Pereira Da Silva, SD, sublinhados nossos).

SD27: Contra a corrupção deste País, pelo futuro das minhas filhas Sophia e Luna e de todos os brasileiros, por Guarulhos, por São Paulo e pelo Brasil, ‘sim’ ao *impeachment*. (Eli Corrêa Filho, DEM, sublinhados nossos).

SD28: Contra o acordão de Eduardo Cunha, Michel Temer e Aécio Neves, que querem abafar o combate à corrupção, contra os golpistas, que não prezam a democracia e os direitos dos trabalhadores, pela Constituição, que jurei cumprir, pela democracia e pela legalidade, meu voto é ‘não’ ao golpe (Pepe Vargas, PT, sublinhados nossos).

SD29: Povo brasileiro, povo do Pará, haja coração para aguentar tanta hipocrisia. Pela democracia, pelo desenvolvimento do Brasil, contra os fascistas, os golpistas, os oportunistas e os picaretas desta Câmara, eu sou contra este golpe moderno que querem fazer e atingir a nossa Presidenta Dilma. Covardia daqueles que votam a favor desse *impeachment*. Bando de covardes! (Zé Geraldo, PT, sublinhados nossos).

É pelo funcionamento das marcas linguísticas que acabamos de apresentar, destacadas nas sequências acima e representadas por ‘*Eu voto **sim** por x, contra y*’; ‘*Eu voto **não** por x, contra y*’, que ocorrem as substituições lexicais ao longo dos enunciados: os *elementos lexicais* são sempre precedidos por preposições, especialmente *por* (que comparecem também na contração: *por + o(a) = pelo/pela*) e *contra*; conforme destacamos nos quadros a seguir:

Quadro 1 - Funcionamento das preposições nas paráfrases sintáticas nos votos “sim”

EU VOTO SIM:

A favor de X	Contra Y
<i>Pelos</i> trabalhadores do Brasil	<i>contra</i> os 10 milhões de pessoas que perderam emprego no Governo Dilma, do PT
<i>pelos</i> aposentados	<i>contra</i> a boquinha do PT
<i>pelo</i> crescimento do Brasil	<i>pelo fim da</i> boquinha do PT e do PCdoB
<i>por</i> mais emprego	<i>Contra</i> a corrupção deste País
<i>pelo</i> futuro das minhas filhas Sophia e Luna e de todos os brasileiros	
<i>por</i> Guarulhos	
<i>por</i> São Paulo	
<i>pelo</i> Brasil	

Fonte: Arquivo da pesquisa. Elaboração da autora.

Quadro 2 - Funcionamento das preposições nas paráfrases sintáticas nos votos “não”

EU VOTO NÃO:

A favor de X	Contra Y
<i>pela</i> Constituição, que jurei cumprir	<i>Contra</i> o acordão de Eduardo Cunha, Michel Temer e Aécio Neves, que querem abafar o combate à corrupção
<i>pela</i> democracia	<i>contra</i> os golpistas, que não prezam a democracia e os direitos dos trabalhadores
<i>pela</i> legalidade	<i>contra</i> os fascistas, os golpistas, os oportunistas e os picaretas desta Câmara
<i>pelo</i> desenvolvimento do Brasil	<i>contra</i> este golpe moderno que querem fazer e atingir a nossa Presidenta Dilma

Fonte: Arquivo da pesquisa. Elaboração da autora

É preciso dizer que esses *elementos lexicais* que se apresentam na defesa de algo, *a favor de X*, comparecem tanto nos votos favoráveis quanto nos votos contrários. Ou seja, os sujeitos inscritos tanto na formação discursiva contrária quanto na formação discursiva favorável ao processo enunciam seus votos pela *Constituição*, pela *legalidade*, pela *democracia*, pelo *desenvolvimento* e *crescimento* do país, pelos *trabalhadores*, pelas *bases eleitorais*, etc. No entanto, as regularidades e os processos de produção de sentidos para esses elementos não se dão da mesma forma em uma ou outra FD. Ao serem enunciados nos votos “sim” ou “não” os efeitos produzidos são distintos. Há, nos dois casos, elementos que se apresentam de modo mais amplo e abstrato, como (a *Constituição*, *legalidade*, o país, povo, estados, eleitores, etc.) ou ainda circunscritos a uma proximidade (família, classe trabalhadora, aposentados, etc.).

Outro apontamento relevante consiste no funcionamento em que ocorre a presença do adjunto adverbial em que o sujeito se posiciona *contra* algo, como vimos no quadro anterior. Este funcionamento traz um processo de produção de sentidos que delimita os saberes da FD em que se inscrevem, construindo uma imagem para o *um*, na relação de diferença com a imagem construída para o *outro*. Este funcionamento implica citar partidos, nomear fascistas, golpistas, corruptos, etc.

Verificamos que o votar *a favor de X* e *contra Y*, tanto nos enunciados dos votos favoráveis quanto dos votos contrários, X e Y produzem efeitos e atualizam sentidos pré-construídos. Ressaltamos ainda que, como vimos nas sequências discursivas, tanto o sujeito quanto o verbo ‘votar’ e seu modificador modal necessário (‘sim’ ou ‘não’) são, muitas vezes, apagados no fio do discurso, e são os adjuntos adverbiais de inclinação e de oposição que se apresentam em relevo delimitando as distintas formações discursivas.

Foi, portanto, este funcionamento que nos possibilitou a entrada de leitura em nosso *corpus*, permitindo chegar aos processos de produção de sentidos no discurso político

institucional do golpe/*impeachment*, marcado por sua inserção jurídica e pelo aparato midiático. Isto porque compreendemos que os processos de produção de sentidos só podem ser apreendidos na relação entre sequências discursivas, enquanto unidades independentes, que permitem quebrar a linearidade do fio do discurso, por meio de critérios sintáticos, conforme defendem Pêcheux e Léon (2016 [1982]).

A partir do gesto de análise de nosso *corpus* que aqui empreendemos, podemos afirmar que as preposições (*por* e *contra*) produzem efeitos de sentidos no intradiscurso: *contra*- enquanto um efeito que aproxima a um obstáculo, ou seja, ao que não se deseja e que se quer eliminar, combater. E, de outro lado, a preposição *por* (*pelo/pela*) que possibilita um efeito de proximidade ao que se quer conquistar/manter/defender ou mudar, distanciando-se, ao mesmo tempo, dos obstáculos que se deseja eliminar. Esse efeito de proximidade e distanciamento estão na esfera das formações imaginárias: a imagem que os deputados fazem do lugar de onde enunciam, de seu interlocutor, do partido, etc. Isto é, as formações imaginárias estão funcionando nos processos de significação dos votos “sim” e “não”. É, pois, o funcionamento das preposições e locuções prepositivas (*por, pelo/pela, em nome de/ em homenagem a/ na defesa de/ em respeito a/ com/ contra/ pelo fim de*) na função de introdutores dos adjuntos adverbiais que possibilitam o processo de substituição parafrástica no fio do discurso:



<u>Eu voto</u> (sim/não) <u>por X</u>	
Eu voto	<i>por ABCD.....X</i>
Eu voto	<i>por EBCDX</i>
Eu voto	<i>por EFCDX</i>
Eu voto	<i>por EFGDX</i>
Eu voto	<i>por EFGHX</i>



<u>Eu voto</u> (sim/não) <u>contra Y</u>	
Eu voto	<i>contra ABCDY</i>
Eu voto	<i>contra EBCDY</i>
Eu voto	<i>contra EFCDY</i>
Eu voto	<i>contra EFGDY</i>
Eu voto	<i>contra EFGHY</i>

Neste quadro que retomamos da proposta de Pêcheux (2014 [1969], p. 97), observamos que é o funcionamento da ordem da língua, conforme já descrevemos, que possibilita a relação entre elementos substituíveis. Para o autor (Pêcheux, 2014c [1975]), esses elementos não apontam para uma identidade, ou seja, não são sinonímias, mas funcionam por um encadeamento de dois eixos que se atravessam, produzindo sentidos no momento em que se tocam. É por este funcionamento que os enunciados dos votos atualizam uma memória de dizeres já ditos em outros lugares, sedimentando sentidos para o tempo presente e, ainda, projetando um futuro no acontecimento do discurso, sempre atravessados pelas formações imaginárias dos sujeitos.

É como se o fio do discurso, o eixo horizontal ($S_x = \text{Eu voto sim/não, por } X, \text{ contra } Y$) fosse atravessado por um eixo vertical ($S_y = X \text{ e } Y$), o discurso transversal, que realiza um encadeamento entre dois pontos (a e b) na linearidade do discurso. É, portanto, nessa relação entre os elementos, enquanto discursos transversais que atravessam o intradiscurso, que os sujeitos vão preencher o “sim” ou “não” de sentidos, não deixando lugar vazio, isto é, não abrindo espaço para a não-saturação, indeterminação dos sentidos.

Este efeito se produz pelo funcionamento da ideologia na língua, que permite ao sujeito fazer acréscimos, em um efeito de paralelismo, que produzem substituições lexicais entre elementos que não são sinônimos, mas funcionam como sinonímias no interior da estrutura sintática produzindo efeitos de sentidos. Em outras palavras, a estrutura sintática, em geral, é preservada e permite o efeito de substituição que ocorre por um deslizamento metafórico, uma palavra por outra, uma palavra que conversa com outra, permitindo chegar a sentidos outros. No entanto, embora haja deslizamentos, os processos parafrásticos mantêm uma memória, como exemplificamos no esquema anteriormente apresentado, em que cada letra corresponde a uma palavra, expressão, proposição introduzida pelo sujeito no enunciado de seu voto.

A partir do que expusemos até aqui, podemos afirmar que os processos de produção de sentidos dos enunciados dos votos dos deputados colocam de um lado o que é defendido pelo sujeito e de outro o que é combatido/rejeitado. Contudo, esse funcionamento de elementos que se opõem no intradiscorso aponta para uma rede de sentidos dominante em que esses *elementos lexicais* introduzidos no fio do discurso trabalham lado a lado, produzindo sentidos nos enunciados dos votos. Isso nos permite defender que há, no funcionamento discursivo dos votos nessas condições específicas de produção, duas formações discursivas. Desse modo, o sujeito, ao tomar a palavra e enunciar o seu voto, o faz a partir de suas inscrições em determinadas posições no interior de uma ou outra formação discursiva dominante, que, vale ressaltar, não são zonas fechadas e impermeáveis. Ao contrário disso, as formações discursivas são porosas e podem absorver saberes pertencentes a outras regiões de sentidos. Conforme vimos com Pêcheux e Fuchs (2014 [1975]), são as redes parafrásticas entre sequências discursivas que permitem a constituição de uma matriz de sentido inerente à formação discursiva. Em outras palavras, o efeito de sentido se constitui na relação entre sequências discursivas inseridas em determinadas FDs, delimitando o que se pode ou não dizer em circunstâncias dadas e de posições-sujeito determinadas.

É preciso ainda retomar que este processo não é acessível ao sujeito, uma vez que ao operar, o efeito ideológico dissimula para o sujeito o seu próprio funcionamento, assim como também o faz o funcionamento do inconsciente. E, por isso mesmo, no momento em que toma a palavra, o sujeito o faz na ilusão de que é a fonte do que diz.

Mencionamos ainda, consoante Indursky (2011), que a matriz dos sentidos, ao mesmo tempo que ocorre pela repetibilidade, trabalha impondo limites a essa repetição, visto que essa matriz estabelece o que, no interior de uma formação discursiva, pode/não pode e deve/não deve ser dito. Logo, há dizeres que são permitidos e outros que são interditados no interior de uma FD, como veremos.

Desse modo, é possível afirmar que comparecem nos enunciados dos votos variados *elementos lexicais* que se repetem ao longo das formulações, formando redes de sentidos no interior de uma das duas formações discursivas às quais os sujeitos se filiam no momento da enunciação. Observando esses elementos, em um gesto de leitura, pudemos defini-los como pertencentes a grupos mais amplos que percorrem dois trajetos tanto nos votos “sim” como nos votos “não”: o *público*, por um lado, e o *privado*, por outro, que algumas vezes se distanciam, outras se tocam e, quase sempre, se imbricam de tal forma que é impossível distingui-los. Práticas discursivas próprias da prática política das democracias burguesas capitalistas atuais, que produzem fumaça e não deixam ver as fronteiras existentes entre esses espaços: fronteiras entre o *público* e o *privado*, entre o que é oficial/institucional e o que é pessoal, o que é personagem da ordem pública ou da ordem privada, dificultando a identificação da performatividade da enunciação política, como acrescenta Zoppi Fontana (2020).

4.5 Público e Privado na discursividade dos votos dos deputados

Como acabamos de nos referir, o *público* e o *privado* se entrecruzam e invadem os enunciados dos votos, deixando ver os

interesses representados pelos sujeitos a partir das posições que ocupam na enunciação. Interesses, em grande medida, regidos pela forma de produção capitalista em que estão inseridos e por suas implicações ideológicas.

Deste modo, os sujeitos enunciam seus votos como representantes desses interesses de certos grupos (sejam partidos, bancadas temáticas, etc) e de interesses individuais (na esfera do pessoal), como uma espécie de *porta-vozes*, o que produz uma dupla visibilidade: a primeira de *falar em nome dos que representa* e a segunda de *colocar-se em oposição de seus adversários*, conforme defende Pêcheux (1990 [1982]):

É neste momento que surge o *porta-voz, ao mesmo tempo ator visível e testemunha ocular do acontecimento: o efeito que ele exerce falando 'em nome de [...]' é antes de tudo um efeito visual*, que determina esta conversão do olhar pela qual o *invisível do acontecimento* se deixa enfim ser visto: o *porta-voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob o seu olhar. Dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário)* que o coloca em posição de negociador potencial, no centro visível de um 'nós' em formação e também em contato imediato com o adversário exterior (Pêcheux, 1990 [1982], p. 17, sublinhados nossos).

A partir dessa afirmação de Pêcheux, propomos que os sujeitos, nessas condições específicas de produção, enunciam do lugar institucional/discursivo, inscritos em FDs distintas, assumindo um papel de *porta-vozes* de interesses que se apresentam entre a esfera *pública* e o âmbito *privado* por meio das posições discursivas em que se inscrevem. Ou seja, apresentam-se como representantes legitimados, a partir do lugar institucional de onde enunciam, para tomarem a palavra a favor ou contra o processo de impedimento, ao mesmo tempo, *falando diante dos seus e parlamentando com os adversários*. Os sujeitos deputados falam *em nome de...* como uma espécie de promessa política em um gesto performativo (e performático) manifestado no voto.

Ao analisar o funcionamento do discurso presidencial dos presidentes militares do período do regime ditatorial no Brasil, Indursky (2013 [1997]) observa a constituição do sujeito político pelo funcionamento do pronome pessoal *nós*. A autora analisou ainda a representação desses sujeitos e a construção/representação do *Outro*, interlocutores/destinatários do processo enunciativo, em que constatou que essa representação se produzia entre o processo de determinação e indeterminação, entrelaçando o simbólico e o imaginário. De acordo com a autora, o *nós político*, o *mais de um*, consiste na associação, em um espaço público institucional, do sujeito presidencial a distintas pessoas não-discursivas, que correspondem ao “referente lexicalmente não especificado ao qual *eu* se associa para constituir *nós*”. Constitui-se, portanto, a partir desta relação, o efeito de coletividade assumido em *nós* que se configura como um simulacro da “palavra comum”, que “representa o lugar onde a função enunciativa do porta-voz se constitui com legitimidade” (Indursky, 2013 [1997], p. 110).

Entendemos, assim, que ao (se) enunciarem como *porta-vozes* de determinados interesses, os dizeres dos deputados produzem um efeito de *simulacro de representação política*. Este efeito funciona, muitas vezes, apagando a própria voz dos grupos que representam. A voz do sujeito, do lugar institucional legitimado que ocupa, se sobrepõe, determinando o discurso do outro (representado), uma vez que ninguém pode efetivamente se colocar no lugar de quem quer que seja, a não ser pelo mecanismo de antecipação, projeção imaginária do sujeito (Pêcheux, 2014c [1975]). Este funcionamento pode ser observado quando os sujeitos enunciam seu voto em nome do *povo brasileiro* e de suas *bases eleitorais*, por exemplo, já que, o gesto de votar “sim” ou “não” do deputado, certamente não é aprovado por uma totalidade desse povo, seja do país, de seus estados ou cidades. Há contradições e divergências de posicionamento político-ideológico que são silenciados nesses processos de produção de sentidos.

Dizemos ainda que, ao ser *porta-voz* de um ou outro (ou vários) interesse(s), o sujeito ocupa uma dispersão de posições sujeito na

enunciação do voto, não sendo, portanto, muitas vezes, discerníveis. São *porta-vozes* dos partidos, das bancadas temáticas, de interesses eleitoreiros, de financiamentos de campanha, entre outros que não são passíveis de identificação por estarem na ordem do singular. É considerando esses interesses que representam, que os sujeitos assumem determinadas posições discursivas que, no interior de uma ou outra FD, regem o que se pode/não pode, deve/não deve dizer dessas posições. Pêcheux (2016 [1981], p. 28) afirma sobre a *des-localização* do sujeito:

Uma prática tirando as consequências da *des-localização tendencial do sujeito enunciador* (monarca, porta-voz ou representante) e do sistemático desregramento que afeta atualmente as bases do performativo, a ponto de que o poder da coisa dita ou escrita parece, por vezes, se identificar com o puro efeito de um eco anônimo devolvido pelas bordas. 'Isso circula', como adquirimos o hábito de dizer, fazendo dessa circulação a imagem positiva de nossa modernidade discursiva liberada ou, ao contrário, a falsa moeda de línguas de vento: os turbilhões esfumaçados do 'não importa o quê' destinados a chamar a atenção, desviando-a 'dos problemas reais' (Pêcheux, 2016 [1981], p. 28, sublinhados nossos).

Esses “turbilhões esfumaçados” de “não importa o quê” se apresentam nos enunciados dos votos e desviam a atenção dos “problemas reais”. Ao se introduzirem inúmeros e excessivos adjuntos adverbiais com funcionamento sinonímico entre *elementos lexicais* no fio do discurso, que se relacionam e se distanciam, e que funcionam como efeitos de justificativas para o “sim” ou “não” ao golpe/*impeachment*, na relação com a dispersão de posições assumidas na enunciação, os sujeitos apagam, na linearidade do discurso, a discussão do que está em votação, ou seja, se o crime de responsabilidade teria ou não sido cometido por Dilma Rousseff. É, pois, pela saturação que se produz um efeito de completude, não deixando lugar vazio, indeterminado, passível de interpretação e, ao mesmo tempo, apagando sentidos outros indesejáveis nessas condições.

Compreendemos, como nos diz Pêcheux, que a dispersão de posições sujeito assumidas na enunciação e, até mesmo, o

apagamento do sujeito, como vimos no subitem anterior, produzem uma *des-localização do sujeito enunciador* que, somada ao desregramento da organização linguística no fio do discurso, que coloca em *relevo* os adjuntos adverbiais, permitem um embaralhamento das cartas do jogo. Isso decorre do funcionamento de dois procedimentos complementares: o primeiro *da fantasia da reabsorção da luta política no puro funcionamento do aparelho jurídico-político*, em que a burguesia evita o confronto político, tratando de aspectos pelo viés técnico; e o segundo que consiste na *forma burguesa da prática política*, que conduz a luta política sob a forma de um jogo que produz fumaça e esconde o fogo (Pêcheux (2014c [1975], p. 111).

É em meio a essa fumaça que as fronteiras entre o *público* e o *privado* se embaçam. O *privado* invade o *público* e o *público* invade o *privado*. E é essa relação tensa e fluida entre esses espaços que vai permear a presença dos *elementos lexicais* que comparecem nos enunciados dos votos, por exemplo, quando tratam da família, ora enquanto instituição, por um efeito de universalização, ora enquanto seu próprio núcleo familiar individualizado. Um exemplo bastante representativo deste funcionamento comparece na enunciação do voto do deputado Eduardo da Fonte, membro do PP:

SD30: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao lado do meu filho Luiz Eduardo, que aqui está, em nome da minha família, eu gostaria de, primeiro, pedir a Deus que abençoe o Brasil. Eu vou passar a palavra ao meu filho, para que ele possa dizer ao Brasil o meu voto (Eduardo Da Fonte, PP, sublinhados nossos).

Nesta sequência discursiva, vemos que o sujeito ao tomar a palavra no interior de uma instituição em uma sessão de votação de um processo de deposição de uma presidenta, o faz acompanhado de seu filho, *Luiz Eduardo*, como representação de sua família, que o deputado homenageia em seu voto. Além disso, o sujeito afirma que passará a palavra ao filho, para que este tome o microfone e enuncie o voto favorável ao golpe/*impeachment*, ocupando indevidamente o lugar público institucional, o que não

ocorreu, por ter sido impedido pelo Presidente da Casa que interrompeu sua fala. Vemos, neste enunciado, uma invasão que se materializa na prática discursiva, mas também no gesto de levar o filho (a família) para um lugar público institucional.

É nesse jogo performático que se produz o enunciado dos votos, entre o público e o privado, entre o institucional e o pessoal, entre o universal e o individual, sempre na relação de forças antagônicas do campo político em que se inserem, um campo ideológico paradoxal.

4.6 Um campo ideológico paradoxal e as relações de força existentes

A discussão conduzida por Pêcheux (2016 [1982]) em *Ideologia-aprisionamento ou campo paradoxal?* direciona a proposta que aqui apresentamos. A partir do que defende o autor, compreendemos que é no interior de uma mesma formação ideológica capitalista que os enunciados se produzem, percorrendo dois caminhos distintos que desembocam na realização de duas formações discursivas dominantes.

O acontecimento histórico, político e discursivo do golpe/*impeachment* de Dilma Rousseff em 2016 é construído discursivamente como um “complexo isolamento-fragilização-proteção-Estado de emergência-terror” que torna possível “o ponto de contato invisível entre os ‘dois caminhos’ da FPC [forma de produção capitalista], o ponto nodal de sua unidade dividida” (Pêcheux, 2016 [1982], p. 117). A unidade imaginária da formação ideológica capitalista divide-se, então, em dois percursos discursivos nessas condições. É esse efeito construído nos enunciados pelos sujeitos opositores do governo, de “fragilização” econômica, social e política, de “estado de emergência” e “terror” que estaria sendo vivenciado no Brasil em decorrência do governo petista (Lula e Dilma), que sustenta a tese do golpe/*impeachment* e, a partir da qual, o discurso contrário (golpe) também se sustentará num movimento oposto, contra a deposição da presidenta. É esse

embate que permite o ponto contraditório que caracteriza os discursos em análise como um campo ideológico paradoxal, sob o qual se constitui o discurso político do Brasil atual, em que *um país se divide em dois*.

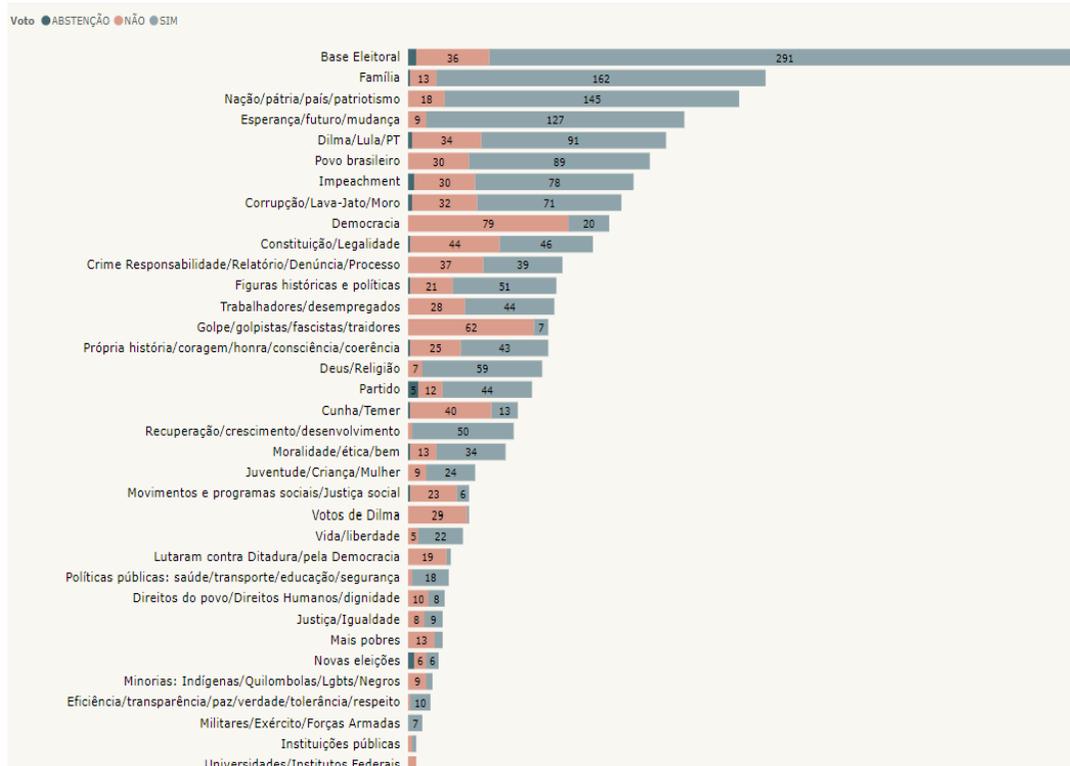
Pêcheux (2014d [1978]) aponta para esse processo de divisão ao tratar do discurso de resistência em uma articulação entre ideologia e inconsciente. Para o autor, a resistência é possível justamente porque há essa relação entre as duas estruturas-funcionamento. Isto significa que é porque há essa divisão que se pode falar em resistência e não pura reprodução da ideologia dominante. Há, pois, diferenças no modo como cada formação discursiva se relaciona com a formação ideológica e, ainda, há diferenças no modo como cada sujeito se relaciona com os saberes inerentes às formações discursivas. É a partir dessa divisão que podemos compreender que os *elementos lexicais* que comparecem nos enunciados dos votos são objetos paradoxais, definidos por Pêcheux (2016 [1982], p. 115) como aqueles objetos “que são, simultaneamente, idênticos consigo mesmos e se comportam antagonicamente consigo mesmos”. Esses objetos que Pêcheux exemplifica “sob o nome de povo, direito, trabalho, gênero, vida, ciência, natureza, paz, liberdade [...]” e aos quais acrescentamos outros, como *democracia, justiça, igualdade, moralidade, família, deus, etc*, “funcionam em relação de forças móveis, em mudanças confusas, que levam a concordâncias e oposições extremamente instáveis”, como podemos verificar nos enunciados dos votos. São esses objetos ambíguos e contraditórios, que oscilam entre o público e o privado, entre o institucional e o pessoal que, em um constante ir e vir de um “movimento pendular”, em termos de Pêcheux (2016 [1982], p. 117), se aproximam e se distanciam de uma ou outra formação discursiva e comparecem nos enunciados dos votos sempre em disputa na luta política pela estabilização/sedimentação dos sentidos para o tempo presente.

O que temos é uma visão em *paralaxe* (Zizek, 2008): são substancialmente duas partes de um mesmo acontecimento, em que o que muda é o ponto de vista. Essa divisão coloca cada

formação discursiva de um lado da mesma corda, separados por uma lacuna... uma lacuna, segundo Zizek (2008, p. 23), “declarada irreduzível e insuperável, uma lacuna que postula um limite para o campo da realidade”. “A luta política”, diz ele, “gira em torno da lacuna entre antagonismos propriamente ditos e realidade socioeconômica”, e acrescentamos, uma lacuna da ordem do que não é simbolizável, do que só se pode observar as bordas, se colocando, portanto, no interior da luta[...] de classes, de sentidos, de sujeitos. O ponto incontornável na luta política: não se pode apagar as contradições. Muito ao contrário disso, é nelas que a prática e o discurso políticos se sustentam e produzem sentidos. Contudo, é esta contradição da forma social capitalista que se quer apagar, produzindo efeito de evidências dos sentidos em um processo de dicotomização.

Nessa perspectiva, os variados *elementos lexicais* que comparecem, pelo funcionamento das paráfrases, nos enunciados dos votos “sim” e “não” produzem um efeito de combinação de variados objetos paradoxais. Esse processo deixa ver a contradição constitutiva desse discurso no interior da formação ideológica capitalista, que possibilita a existência de duas formações discursivas antagônicas. Assim, esses objetos vão significar *o mesmo e o seu oposto*, dependendo das posições sustentadas pelos sujeitos inscritos em uma ou outra região de sentidos na enunciação. Apresentamos a seguir os sítios de significação nos quais se agrupam os *elementos lexicais* que comparecem nos enunciados dos votos. Esses elementos aparecem no intradiscurso por um efeito de defesa ou combate, sustentadas pelas posições dos sujeitos permitidas no interior da formação discursiva em que se inscrevem. E são esses elementos que funcionam como objetos paradoxais nessas condições.

Gráfico 8 - Votos “sim”, “não” por sítios de significação



Fonte: Arquivo da pesquisa. Elaboração da autora

Os sítios de significação em que os *elementos lexicais* comparecem nos votos “sim” e “não” são, na maior parte das vezes, os mesmos e, em outros casos, há aqueles que comparecem em apenas um dos dois lados, apontando para o que pode/não pode, deve/não deve ser dito em cada região de sentidos. Ou seja, deixando ver *o que* dentro de uma ou outra FD é permitido dizer, o que é interditado *e como* o que é (e não é) dito significa nessas condições. Vale dizer que dentro de um mesmo sítio de significação, comparecem *elementos lexicais* distintos, por exemplo, no grupo que aponta para sentidos de Deus/Religião comparecem *elementos lexicais* como *evangélicos, cristianismo, igreja*, entre outros; no grupo que aponta para os movimentos e programas sociais, há *elementos lexicais* como *Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida, Pronatec, MBL, Vem pra Rua*.

Embora grande parte dos sítios de significação se apresentem em ambas as formações discursivas, a regularidade com que comparece um ou outro elemento, se difere, por exemplo, se observarmos que o que comparece com maior recorrência nos votos “sim” é o sítio de significação em defesa/homenagem a sua “base eleitoral” (pela cidade, estado, eleitores do deputado) e nos votos “não”, o que mais comparece é o de defesa da “democracia”. Também é preciso ressaltar que mesmo que os *elementos lexicais* sejam os mesmos, eles podem apresentar (e em grande medida apresentam) funcionamentos distintos, por um lado em defesa/homenagem, ou por outro lado, em combate/rejeição, por exemplo, quando falam de Dilma Rousseff, do Lula e do Partido dos Trabalhadores aos quais são atribuídos distintos sentidos em cada FD.

Absorção e apagamento da luta política

Trazemos aqui alguns breves apontamentos ainda relevantes em relação ao funcionamento de deslocamento de sentidos que representam ideais de movimentos de esquerda, para os

enunciados formulados por aqueles que representam os interesses capitalistas em sua versão neoliberal brasileira.

De acordo com Robin (2016), a forma de produção capitalista se apropriou dos discursos dos adversários, ou seja, dos movimentos sociais de esquerda que se colocavam contrários ao sistema que girava em torno do capital e de suas novas formas de trabalho/submissão. E, nesta apropriação, o capitalismo absorveu e ressignificou os sentidos das lutas e ideais das revoluções socialistas e comunistas em que se colocam esses sentidos de lutas e contradições históricas no esquecimento como efeito do movimento de globalização.

Robin destaca um exemplo dessa absorção/deslocamento retomando a obra *Héritage de ce temps* de Ernest Bloch (1935), em que o autor analisa a ascensão fascista na Alemanha e a derrota do movimento operário, já dividido desde 1919. Robin (2016, p. 51) afirma que em período de crise, podem ressurgir “formas de consciência pré-industriais e pré-modernas, românticas, religiosas, irracionais”. E que, desse modo, a “hostilidade em relação ao progresso e um cristianismo muito conservador poderão facilmente instrumentalizar a nostalgia de tempos passados”. Robin, retomando Bloch, afirma que foi a divisão dos partidos de esquerda da Alemanha que deram lugar às manipulações fascistas. Houve, naquele momento, uma utilização de “palavras, símbolos de bandeiras, *slogans*, gestos, manifestações, e uma fina estratégia de desvio de sonhos pertencentes a épocas anteriores” e, ainda, mudança na terminologia: a “classe operária” se transformou em “corpo operário”, em que os sentidos se modificaram e foram distorcidos em função dos novos interesses (Robin, 2016, p. 51). Nesta perspectiva, a propaganda nazista se apoderava de parte dos símbolos do movimento operário e ainda dos movimentos heréticos da Idade Média.

Deslocando esta discussão para o acontecimento do golpe/*impeachment* no Brasil, propomos que também há essa apropriação de bandeiras e lutas de esquerda que deslizam e são absorvidas pelo discurso capitalista. São os efeitos do capitalismo,

em sua versão neoliberal, que permitem um modo de divisão social e política, em que a dicotomização do heterogêneo torna-se evidente aos sujeitos. Em outras palavras, *naturaliza-se o processo de divisão em que as diferenças se apagam e assumem apenas duas formas amplas/genéricas e opostas de sentidos*, em que os sujeitos são convocados a ocupar um ou outro lugar. Assim, as nuances, as contradições históricas e ideológicas entre uma ponta e outra vão sendo anuladas, as lutas políticas são silenciadas em detrimento do efeito de divisão.

Exemplo disso é a defesa de elementos lexicais como *liberdade*, *direitos* e *democracia* que, ao serem assumidas nos enunciados favoráveis e contrários ao *golpe/impeachment* saturam sentidos e apagam as contradições históricas e ideológicas em torno destes objetos paradoxais. Como nos diz Robin (2016, p. 40), “o presente não é um tempo homogêneo, mas uma estridente articulação de temporalidades diferentes, heterogêneas, polirrítmicas”. É esta saturação e abusos de memória, a que chamamos *memória de temporalidades polirrítmicas* de presente, passado e de projeção de futuro, que produzem um efeito de esvaziamento de sentidos, portanto, um empobrecimento do simbólico e da complexidade da luta política. É este ritmo de memória que estabelece o movimento das batidas sonoras, podendo ainda aumentar ou diminuir a frequência do som, e até emudecê-lo, não o deixando ouvir.

Após estas reflexões, propomos, agora, um gesto de análise, sempre em um batimento entre descrição e interpretação, que busca compreender *como* se constituem os mecanismos dos processos de produção de sentidos nos enunciados dos votos “sim” e “não” na luta pela sedimentação/cristalização de uma memória dos acontecimentos sócio-históricos, políticos e econômicos do Brasil no momento do acontecimento do impedimento de Dilma Rousseff, sustentando os efeitos de evidências dos sentidos em torno desta dicotomização, simplificação e apagamento das contradições.

4.7 Dois presentes, dois passados, dois futuros: abusos de (da) memória

Conforme vimos com Pêcheux e Fuchs (2014 [1975]), é o efeito imaginário que, pelo funcionamento da ideologia, produz as evidências dos sujeitos e dos sentidos. E ainda, consoante Orlandi (1994b), a relação entre homem e o mundo é constituída pela ideologia, ou seja, é o funcionamento do imaginário que vai mediar a relação do sujeito com as suas condições materiais de existência, produzindo um efeito de evidência, de ilusão de transparência da linguagem e dos sentidos.

Isso nos autoriza dizer que os sujeitos, do lugar institucional/discursivo de deputados federais, inscritos em diferentes posições discursivas, e em formações discursivas antagônicas no campo político em que se inserem, enunciam seus votos na evidência de que o sentido só pode ser um. Isto significa que o que tem determinado sentido para um sujeito, não necessariamente tem o mesmo sentido para outro; processo resultante do funcionamento (ideológico) do imaginário no sujeito. Há, portanto, um jogo de formações imaginárias que funcionam nos sujeitos deputados, por exemplo, sobre o que é votar, sobre o lugar que ocupam, sobre seus interlocutores e sobre o que falam no momento da enunciação. Além disso, há interesses do jogo político brasileiro que, somados ao efeito de evidência dos sujeitos e dos sentidos, vão reger o que entra ou não no fio do discurso - o que pode ou não comparecer em seu voto nessas condições, construindo uma memória (sempre imaginária) das questões sócio-históricas, econômicas e políticas do momento atual brasileiro, numa retomada da memória do passado e numa projeção de uma memória do futuro.

Em outras palavras, em nosso gesto de análise, compreendemos que os sujeitos, ao enunciarem do lugar institucional de deputados federais, inscritos em distintas posições discursivas e filiados a saberes inerentes a formações discursivas antagônicas, constroem nos enunciados dos votos um processo

discursivo que satura os sentidos que buscam sedimentar uma memória (sempre atravessada pelo efeito ideológico - pelo jogo de formações imaginárias) de um presente, um passado e um futuro, que vão permear os elementos na linearidade discursiva. É via esse imaginário, que é da ordem do esquecimento para os sujeitos, que os sujeitos se põem a falar do presente, construindo sentidos para os acontecimentos políticos do momento atual, sempre na relação com o passado histórico-político do país, e com o futuro que se deseja alcançar (por um lado, com a da destituição da presidenta, e por outro, na manutenção de seu governo).

Conforme defende Mariani (1998, p. 106-107), existe um fio de *narratividade* que “atua junto à memória discursiva, institucionalizando esses dizeres possíveis: um fio que tece e conduz nos jornais o ecoar das repetições parafrásticas, impedindo o deslizar dos significantes e/ou as resistências históricas, misturando passado, presente e futuro”. Orlandi (2017, p. 309), afirma que é “a narratividade que textualiza a memória ao inscrevê-la na formulação” e o que permite “um acesso indireto à constituição dos sentidos no sujeito”. Além disso, para a autora, é via observação da narratividade que podemos flagrar “a inscrição do(s) outro(s) no discurso do sujeito” e ainda “a determinação mais ampla da voz do Outro (interdiscurso, ideologia) presente no espaço de interpretação do sujeito individuado” (Orlandi, 2017, p. 309).

A questão da alteridade, no âmbito discursivo, implica considerar, de acordo com a autora, o ideológico e o político, a relação entre linguagem e sociedade, em que se marca a questão da diferença “e, sobretudo, a do equívoco, onde está presente a instância da alteridade. E também a de não exatidão, de multiforme, de mistura, de fuga, de indistinção, de nuance, de interpretação. Incompletude” (Orlandi, 2017, p. 300).

Entendemos que, em nosso *corpus*, esse efeito de narratividade que se alia à memória, materializa-se no próprio deslizar dos sentidos no interior dos processos parafrásticos. É, pois, esse jogo, entre o mesmo e o diferente, que possibilita nesses enunciados duas

narrativas possíveis para o acontecimento que mesclam o antes, o agora e o que está por vir.

Portanto, é sempre nessa relação imaginária que significam o tempo presente, recorrendo ao passado e projetando um futuro, na tensão entre memória e esquecimento, que os processos de produção de sentidos se sustentam. Contudo, esse funcionamento não se dá do mesmo modo quando inscrito em uma ou outra formação discursiva, como veremos.

É imperativo dizer que essa questão temporal da enunciação (presente, passado e futuro) não parte do sujeito, uma vez que entendemos que este não é origem do dizer, mas já produto das condições sócio-históricas e ideológicas de uma formação social. Desse modo, concordamos com a afirmação de Guimarães (2005, p. 12) de que não é o sujeito que temporaliza, é o acontecimento. O sujeito enuncia afetado pela temporalidade do acontecimento.

Essa temporalidade se constitui no tempo presente que abre a possibilidade de uma “futuridade”, essencial para que haja acontecimento de linguagem e um processo de significação, uma vez que é essa latência de projeção de um futuro que permite uma interpretação. Nas palavras do autor, “por outro lado este presente e futuro próprios do acontecimento funcionam por um passado que os faz significar. Ou seja, esta latência de futuro, que, no acontecimento, projeta sentido, significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável” (Guimarães, 2005, p. 12).

Compreendemos, conforme Orlandi (2017, p. 310), que a memória (estruturada pelo esquecimento) funciona pela narratividade, que “carrega as marcas do inconsciente e da ideologia na formulação produzida pelo sujeito”. Deste modo, a narratividade ocupa importante espaço no processo de significação.

Sendo assim, propomos, a seguir, um gesto de análise de nosso *corpus* discursivo, que dividimos em três grupos: *Duas memórias de um Presente; Duas memórias de um Passado; Duas memórias de um Futuro*. Afirmamos ainda que estes funcionamentos não são estanques, mas se imbricam nos enunciados produzindo sentidos,

uma vez que entendemos que a história deve ser pensada discursivamente não de modo cronológico, mas, sobretudo, na sua descontinuidade e tensão que afeta a produção de sentidos. A divisão que propomos aqui corresponde apenas a um procedimento metodológico de análise, que nos permitiu observar de modo mais específico os processos de produção de sentidos nos enunciados dos votos.

Verificamos que os elementos lexicais se substituem, se somam e produzem, na repetição incessante, uma saturação dos sentidos nos enunciados no interior das duas FDs e são essas formações discursivas que regulam o que pode ou não comparecer na linearidade do discurso. Os deslocamentos de sentidos se apresentam pelo efeito da substituição metafórica no fio do discurso e entre os enunciados. Ressaltamos ainda que os elementos lexicais que aparecem no intradiscurso, introduzidos pelos adjuntos adverbiais, são, muitas vezes, determinados, qualificados, explicados, permitindo a estes elementos pertencerem a uma ou outra formação discursiva, uma vez que sem os determinantes, apontariam para lugares genéricos de significação.

Assim, além da saturação pela repetição parafrástica dos elementos lexicais, é também pelo processo de *determinação discursiva* desses elementos que podemos apreender o processo discursivo de saturação dos sentidos em nosso *corpus*. De acordo com Indursky (2013 [1997], p. 215, grifos da autora), “a determinação discursiva de um nome consiste em saturar-lhe a significação para qualificá-lo a integrar sequências discursivas afetadas por determinadas formações discursivas”. E acrescenta que a “concepção de determinação discursiva consiste em um efeito de sentido onde intervêm conjuntamente fatores sintáticos, semânticos e ideológicos”, que serão observados em nossa análise.

Indursky (2013 [1997], p. 218-219) nos fala de três diferentes níveis em que as *determinações discursivas* se produzem: o primeiro é o *nível intradiscursoivo*, em que o dizer é plenamente determinado estabelecendo seus limites; o segundo que corresponde ao *nível intersequencial*, que consiste nas determinações intradiscursoivas que

se apresentam dispersas no *corpus*, deixando ver a construção de um processo discursivo; e ainda um *nível interdiscursivo* em que o intradiscorso se relaciona com o interdiscorso e o que é construído no enunciado produz sentidos na relação com o não dito.

Em uma análise inicial de nosso *corpus* observamos que essas três *determinações discursivas* compõem na materialidade discursiva dos votos na sessão do impedimento, e foram trabalhadas ao longo das análises, sempre na relação entre esses três níveis. Desse modo, tanto o excesso dos elementos lexicais quanto sua determinação, delimitam espaços de dizer no interior de determinadas FDs e produzem uma saturação dos sentidos na discursividade do acontecimento, atualizando saberes do interdiscorso sob a forma de pré-construídos.

O pré-construído designa as estruturas sintáticas que possibilitam entrever a relação que o discurso mantém com construções anteriores, mostrando que a evidência de sentido está, ao mesmo tempo, no enunciado e fora do que é construído pelo enunciado, como se tivesse sido decidida antes; é algo já-lá, anterior, exterior, mas sempre independente. Ou seja, é pelo efeito do pré-construído que podemos observar o funcionamento do interdiscorso no processo intradiscursivo, em especial, a partir do funcionamento sintático das orações adjetivas restritivas que é, de acordo com Pêcheux, “a condição formal de um efeito de sentido cuja causa material se assenta, de fato, na relação dissimétrica por discrepância entre dois ‘domínios de pensamento’, de modo que um elemento de um domínio irrompe num elemento do outro sob a forma do que chamamos pré-construído, isto é, como se esse elemento já se encontrasse aí” (Pêcheux, 2014 [1975], p. 89).

Desse modo, observando as *ligações horizontais* intradiscursivas, podemos depreender que é, sobretudo, o funcionamento das orações adjetivas que se apresentam determinando X ou Y que nos permite observar o efeito do *pré-construído* enquanto discurso transversal que intervém nas proposições inseridas pelos adjuntos adverbiais, que podemos sintetizar, de forma genérica, nas seguintes formulações:

*Eu voto **sim** por x que a, contra y que b.
Eu voto **não** por x que c, contra y que d.*

Observamos, ainda, na materialidade discursiva em análise, que as *determinações discursivas* também se produzem no funcionamento dos adjetivos, pronomes e apostos inseridos nos enunciados, que deixam ver a saturação dos sentidos que delimitam o que pode e convém dizer no interior de uma ou outra FD.

4.7.1 Duas memórias de um Presente

Propomos agora um gesto de análise do nosso objeto discursivo. A análise das sequências discursivas nos permitem observar a recorrência de alguns elementos lexicais que organizamos, por uma aproximação, em fios condutores em que comparecem distintos efeitos de sentidos sobre os quais falaremos.

Os elementos lexicais, como vimos, são introduzidos no fio do discurso por um processo parafrástico da estrutura linguística dos adjuntos adverbiais. Esses elementos, ao se repetirem parafrasticamente, deslizam e produzem movimentos de sentidos, retomando dizeres já sedimentados sócio-historicamente e construindo discursivamente um imaginário sobre os acontecimentos do tempo presente. Conseqüentemente, há uma luta política travada pela cristalização de sentidos para “uma” memória possível do presente construída discursivamente no interior de cada formação discursiva: são, portanto, *duas memórias de um presente* em concorrência e em luta, em meio a tantas outras possíveis no campo político.

Dizemos “uma memória possível” porque, como já mencionamos, há sempre o confronto dos sentidos que podem ou não se estabilizar, uma vez que são as condições sócio-históricas e ideologias e as instâncias de poder vigentes que vão permitir que uma ou outra memória (ou nenhuma delas) se estabilize.

4.7.1.1 “Eu voto sim ao *impeachment*”

Nas análises desenvolvidas nesta seção, as sequências dos votos “sim” ao *impeachment* foram nomeadas como SDs (sequência discursiva ‘sim’) seguido da numeração que corresponde à ordem de apresentação das sequências no quadro disponível no *Anexo I*.

Organizamos nossas análises em torno do que chamamos de *fiões condutores* identificados em nosso gesto de análise das sequências discursivas. Pudemos verificar a recorrência de alguns elementos lexicais que produzem sentidos em torno dos seguintes fiões condutores que serão desenvolvidos a seguir: *Patriotismo* (povo brasileiro, pátria, patriotismo); *espaço privado e valores individuais* (família, fé, valores morais e éticos); *temas e posições políticas* (base eleitoral, partido, Lula, Dilma, PT); *parcelas da população e minorias* (trabalhadores, minorias); *instituições e políticas públicas* (democracia, constituição, movimentos sociais, instituições públicas, políticas públicas).

Patriotismo

Ao observar as sequências discursivas em que comparece o eixo condutor *Patriotismo*, podemos ver que os processos discursivos desses enunciados constroem sentidos que falam sobre o *povo*, a *pátria* e sobre um *patriotismo*, atualizando sentidos pré-construídos. Vejamos as sequências discursivas que seguem:

Por todos aqueles brasileiros que foram enganados por este Governo (SDs1) pelo (meu) povo brasileiro (SDs33) (SDs38) (sublinhados nossos).

O sujeito enuncia, em (SDs33) e (SDs38), em defesa do *povo* determinado por *brasileiro*, no qual podemos apreender um efeito que delimita esse povo. Não é um povo qualquer, nem um povo como um todo, mas o *brasileiro*, que é determinado por sua nacionalidade. Além disso, esta determinação atualiza o sentido pré-construído de *brasilidade*. Entendemos esta *brasilidade*,

conforme propõe Mariani (1998, p. 241), enquanto discursos fundadores, construídos a partir da independência, que falam da “cordialidade, a índole dócil, a religiosidade cristã, o apego à moral e aos bons costumes, a defesa da propriedade e da família etc.” A partir desta discursividade imaginária apontada por Mariani (1998), Leal (2006) analisa que, em seu *corpus*, as expressões *Roraima/roraimense* remetem a esse imaginário constitutivo de *brasileiro*, em que os sentidos apontam para “a normalidade da ‘mistura pacífica’ tão cara à constituição (imaginária) do brasileiro” (Leal, 2006, p. 69).

Em consonância a esses trabalhos, podemos dizer que, na determinação *brasileiro* atribuída ao *povo* nos enunciados dos votos favoráveis, ressoa também esse imaginário que atualiza os sentidos de um povo ‘pacífico’, cujos valores apontam para uma benevolência, docilidade e apreço à religião e à família, que são reforçados em outros enunciados como veremos mais adiante.

Vimos no capítulo III, a retomada de Pêcheux (2014 [1975]) ao trabalho de Frege, em que este propõe que haja reservas ao se utilizar expressões políticas como *a vontade do povo*, visto que essas expressões são afetadas por um “indício de irrealidade” em que não há estabilidade referencial do objeto, ou seja, tornam-se “questões de apreciação individual” característico da ideologia burguesa, para a qual a política pertence ao registro da ficção e do jogo. Retomamos esta afirmação porque, embora não compareça o termo *vontade* nessas sequências, ao tratar de *povo*, produz-se um efeito de que o sujeito está cumprindo sua vontade, enquanto seu porta-voz, ao votar “sim” ao golpe/*impeachment*. Além disso, entendemos que, ao se determinar o povo de que se fala como *brasileiro*, elimina-se a instabilidade referencial do objeto *povo*, uma vez que apenas este povo específico pode se identificar com este espaço de significação.

Quando *povo brasileiro* vem precedido de outro determinante, o pronome possessivo *meu*, o efeito dessa determinação aponta para uma proximidade deste povo com o sujeito enunciator, produzindo um efeito de intimidade, relação interpessoal, é o *meu*

povo brasileiro, povo ao qual o sujeito enunciador pertence, falando como seu porta-voz.

Na sequência (SDs1), observamos um outro efeito, em que funciona uma determinação atribuída aos *brasileiros* na expressão *todos aqueles brasileiros que foram enganados por este Governo*. Destacamos uma primeira determinação discursiva marcada na expressão composta por dois pronomes indefinidos *todos aqueles*. Este determinante atribuído aos *brasileiros* funciona no fio do discurso associado ao determinante seguinte da oração adjetiva restritiva em que os brasileiros são *todos aqueles que foram enganados por este Governo*. Há, pelo funcionamento sintático da oração adjetiva restritiva *aqueles que...*, um efeito de indeterminação, um todo genérico sob o qual qualquer pessoa poderia se identificar. Esse funcionamento, como nos diz Pêcheux (2014c [1988], p. 97), autoriza uma espécie de esvaziamento do objeto no processo de determinação, produzindo um efeito de indeterminação do objeto, em que o aquele que pode se tornar equivalente a *qualquer um que [...]*. Aponta-se, portanto, que *qualquer um brasileiro*, seja ele quem for, poderia se identificar com a enganação do governo de Dilma Rousseff. Desse modo, o enunciado atribui sentidos aos brasileiros na relação de diferença com o governo atual, representado, como um governo mentiroso que engana os brasileiros, em que ressoam sentidos de dizeres já ditos e estabilizados na memória social.

Apresentamos a seguir as sequências discursivas deste recorte dos votos “sim”, em que comparecem os sentidos de Pátria:

pelo (em nome do) Brasil (SDs2) (SDs9) (SDs20) (SDs25)

pela (em nome da nossa) Pátria (SDs5) (SDs25)

pelo amor ao Brasil (SDs28) (sublinhados nossos).

por um País mais altivo, livre da corrupção de todos (SDs8)

Pela nossa Pátria unida, não a do Brasil de nós e eles, porque o Brasil é um só — ninguém vai nos dividir — (SDs25)

pela reconstrução da unidade de uma Nação que tentaram dividir (SDs18) (sublinhados nossos).

Nestas sequências, podemos observar que os elementos lexicais produzem paráfrases que se reformulam e deslizam: *Brasil; amor ao Brasil; Pátria; nossa Pátria; um País mais ativo; livre da corrupção de todos; nossa Pátria unida, não a do Brasil de nós e eles, porque o Brasil é um só — ninguém vai nos dividir —; reconstrução da unidade de uma Nação que tentaram dividir.*

Os efeitos que se produzem nesses enunciados se dividem em dois grupos: o primeiro em que comparecem os elementos *Brasil, amor ao Brasil, Pátria, nossa Pátria* que apontam para um sentido de patriotismo, nacionalismo, de amor ao país e que não recebem determinantes; enquanto um segundo grupo, apresenta um efeito distinto produzido pelo funcionamento dos adjetivos que determinam e saturam os sentidos do país/pátria que delimitam os dizeres nessa FD: *País mais ativo* (SDs8), *Pátria unida* (SDs25), deixando ver um não dito de que, no momento atual, *o país não é ativo e não é unido.*

E ainda apresenta-se a determinação discursiva pelo funcionamento dos apostos *livre da corrupção de todos* (SDs8), *não a do Brasil de nós e eles, porque o Brasil é um só — ninguém vai nos dividir —* (SDs25) e da subordinada adjetiva restritiva: *reconstrução da unidade de uma Nação que tentaram dividir* (SDs18). Nesses funcionamentos, vemos que os sujeitos colocam o patriotismo em relação aos sentidos de corrupção, desunião, divisão que teriam sido resultado do governo atual. Assim, produz-se um efeito de que essa pátria amada precisa ser defendida do inimigo que a está roubando, dividindo, desunindo e que precisa, portanto, ser reconstruída, para se tornar um *país mais ativo* e sem corrupção.

Em seguida, trazemos os enunciados:

pelo amor a esta bandeira (SDs28)

por andar por este Brasil afora e ver milhões de brasileiros nas ruas vestindo verde-amarelo, de forma pacífica, ordeira, mostrando que os seus filhos não fogem à luta — não precisam invadir casa de ninguém, não precisam quebrar ônibus nenhum —, pedindo união e pregando esperança por um Brasil melhor: (SDs37) (sublinhados nossos).

Há ainda, nesses enunciados, um efeito de sentido de um patriotismo, desta vez, retomando símbolos que apontam diretamente para o nacionalismo: a *bandeira*, as suas cores *verde-amarelo*, e o Hino Nacional na expressão *os seus filhos não fogem à luta*. Há, pois, um efeito de exaltação do sentimento de *brasilidade* e nacionalidade desses brasileiros que amam sua bandeira e lutam pela Nação, pedindo *união* e pregando *esperança por um Brasil melhor*. Destacamos ainda nessas sequências o pronome demonstrativo *esta* que determina o sentido de qual *bandeira* que se ama, não é outra bandeira, a não ser *esta*.

E, mais uma vez, é na determinação discursiva que podemos ver as delimitações dos sentidos nessa FD: *de forma pacífica, ordeira*, que apresentam uma relação de oposição desta brasilidade a um movimento de desordem, desunião. Assim, deixam ver que estes brasileiros, que vestem verde-amarelo e têm amor à bandeira, fazem manifestações pacíficas e ordeiras - enquanto os outros, que aparecem no aposto: *não precisam invadir casa de ninguém, não precisam quebrar ônibus nenhum*, são representados como aqueles que *invadem* casas e *quebram* ônibus, produzindo sentidos sobre os movimentos dos sem-terra que buscam a reforma agrária e a divisão de terras, cujo pré-construído genérico é o de *invasão*, e sobre as manifestações desordeiras atribuídas a determinados grupos de resistência da sociedade, em especial, a grupos de esquerda.

De acordo com Mariani (1998, p. 242), a construção de uma “verdade local” que traz os “mitos da brasilidade” já apontados, foi possível por uma relação de diferença ao outro, ou seja, a um inimigo universal nomeado de *comunismo*. Assim, os sentidos de *brasilidade* se constituíam nessa relação entre o *bom brasileiro* e o *mau brasileiro*, representado pelo comunismo/comunista, na instauração discursiva da diferença. O mesmo modo de produzir sentidos em dicotomia pode ser visto no já citado trabalho de Leal (2006), em que os brasileiros/oraimenses são significados na relação de diferença com o índio e com quem defende a demarcação das terras indígenas. Neste caso, a autora afirma que “não se denomina como ‘brasileiros’ os defensores da demarcação em área contínua. É a

restrição imposta para a nacionalidade: não se é brasileiro se se defende os direitos indígenas a terras dadas como extensas pelos não índios” (Leal, 2006, p. 178), índio ou não índio que defendam a demarcação das terras são colocados no lugar do outro, não brasileiro.

Portanto, as sequências discursivas do primeiro eixo condutor até aqui apresentadas nos permitem dizer que, em nosso *corpus*, comparece também essa instauração da diferença na discursividade, que se apresentam nas determinações, entre os *brasileiros de verde-amarelo*, que defendem e amam a bandeira e a pátria, que são pacíficos, ordeiros, que lutam por união e um país melhor, que querem reconstruir a nação, em resumo, os *cidadãos de bem*; em oposição *àqueles outros* que são corruptos, que enganam o povo, que dividem a nação, que invadem casas e quebram ônibus. Ou seja, os bons brasileiros *versus* os maus brasileiros, representados genericamente pela esquerda e, em especial, pelos governos petistas de Dilma Rousseff e Lula.

Espaço privado/valores individuais

O segundo grupo de sequências apresenta paráfrases que falam do *espaço privado* e de *valores individuais* (família, fé, valores morais e éticos).

Em primeiro lugar, apresentamos as sequências em que comparecem elementos que produzem sentidos em torno de família. Vale lembrar que a bancada da família é de maior composição na Câmara dos Deputados e que foi dessa bancada o segundo maior número de votos “sim” ao golpe/*impeachment*, só perdendo para a bancada empresarial. Analisando as sequências discursivas abaixo, verificamos o funcionamento de três efeitos distintos. Apresentamos, a seguir, o primeiro grupo:

Pela (por/ em nome da/pelo amor à) minha família (SDs2) (SDs11) (SDs14) (SDs18) (SDs22) (SDs25) (SD33)
Pela minha mulher Maria Luísa, pelos meus filhos e pelos meus netos (SDs10)
em nome do meu querido filho, Ives Ota (SDs21)
Feliz aniversário, Ana, minha neta! (SDs29)
pela minha família, em especial, pelo meu filho Arthur e pela minha filha Sarah (SD34)
por minha família, e neste momento eu me faço representar pelos meus netos, Arthur, Sofia e a mais nova, a caçula, que está chegando (SD37)
por Daianne, Mateus e Adrienne (SD40)
em homenagem ao meu pai, Roberto Jefferson (SDs30) (sublinhados nossos).

Os efeitos de sentido são vários. O processo mais recorrente e que podemos ver nessas sequências aponta para o âmbito individual, o espaço privado do núcleo familiar do próprio deputado que enuncia. Ele fala em nome de sua família, em geral, como *minha família*, ou ainda apresentando e nomeando os componentes desse núcleo: *minha mulher Maria Luísa; meus filhos; meus netos; meu querido filho, Ives Ota; meu filho Arthur; minha filha Sarah, meus netos, Arthur, Sofia e a mais nova, a caçula que está chegando; Daianne, Mateus e Adrienne*. Ressaltamos, ainda neste grupo, a homenagem ao aniversário da neta do sujeito enunciador: *Feliz aniversário, Ana, minha neta!*; e ao pai que é uma figura política *meu pai, Roberto Jefferson*.

Destacamos, nessas sequências, o funcionamento da determinação discursiva do pronome possessivo que comparece recorrentemente nos enunciados: *meu, minha*. O uso recorrente desses pronomes na primeira pessoa do singular nos permite observar a invasão do espaço privado no espaço público de uma instituição, ou seja, este é um dos efeitos que, em todos esses enunciados, constrói uma relação interpessoal, de proximidade entre o sujeito enunciador e quem o está assistindo. Em outras palavras, a homenagem feita aos seus familiares deixa entrever a posição sujeito assumida nesses enunciados. O sujeito fala do lugar institucional/discursivo de deputado, mas assume uma posição de pai, filho, avô, esposo, que estão, neste momento, defendendo os

interesses pessoais e não públicos que são marcados nessas determinações. Como mencionamos anteriormente, a figura imaginária do *cidadão de bem*, com uma esfera familiar citada, dá sustentação para esta posição-sujeito. É interessante recordar, aqui, que os comunistas, na posição de um ‘mal’, um outro inimigo, eram significados como aqueles que eram contra os valores da família (Mariani, 1998).

A seguinte sequência nos apresenta outro efeito em relação à família:

a favor das nossas crianças, da nossa juventude, das nossas famílias (SDs9) (sublinhados nossos).

Podemos dizer que as expressões *nossas crianças*, *nossa juventude*, *nossas famílias*, no deslizamento, trazem ainda um outro aspecto que precisa ser destacado. O determinante marcado pelo pronome possessivo *nossas*, nessas expressões, desloca o espaço especificamente do privado/individual do deputado das sequências anteriores. Agora há uma associação de um espaço privado do sujeito enunciador ao espaço privado dos brasileiros: são as crianças, os jovens e as famílias de um *todos nós* genérico, que se desloca, portanto, do *meu* para o *nosso*, mas que ainda não sai do espaço privado/individual.

Vejamos a seguir o terceiro grupo de sequências em que aparecem sentidos em torno de família:

Pela minha família, mas principalmente pelo meu pai, Cesar Maia, que quando Prefeito do Rio, foi atropelado pelo Governo do PT — o PT rasga a Constituição no Rio de Janeiro e rasga a Constituição aqui (SDs7) em defesa da família, tão atacada por este Governo (SDs19) pela unificação das famílias (SDs3) em nome do meu filho Éder Mauro Filho, de 4 anos, e do Rogério, que, junto com a minha esposa, formamos uma família no Brasil, que tanto esses bandidos querem destruir com propostas de que criança troque de sexo e aprenda sexo nas escolas, com 6 anos de idade (SDs23) pelo meu pai, que tanto sofreu na mão do PT (SD38)

Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve [...] (SDs100) (sublinhados nossos).

É possível observar que os sentidos de família nestas sequências se apresentam distintos das sequências anteriores e, assim como no eixo condutor *Patriotismo*, apontam para uma instauração de diferença na produção de sentidos, delimitando, uma vez mais, a família que pertence a esta formação discursiva, mas, agora, na relação de oposição com o outro inimigo que nela não cabe. Nestes enunciados, a família é determinada e está sendo sempre delimitada pela diferença.

O sujeito enuncia seu voto (SDs7) em nome de sua família e em especial de seu pai, Cesar Maia, que merece uma homenagem por ter sido *atropelado pelo Governo do PT que rasga a Constituição*. Isto é, o pai, figura política pública, teria sido uma vítima das atitudes *ilegais* do governo petista. A família defendida nas sequências é ainda significada como aquela que foi *atacada por este Governo* (SDs19) de Dilma Rousseff, que precisa de *unificação* (SDs3), *que tanto sofreu na mão do PT* (SDs38), que foi alvo de *bandidos que querem destruir a família, com propostas de que criança troque de sexo e aprenda sexo nas escolas, com 6 anos de idade* (SDs23). E ainda, em (SDs100), o sujeito enuncia seu voto *pela família, pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve [...]*. Desse modo, vão se produzindo paráfrases para o governo petista, atualizando saberes que direcionam sentidos para uma criminalização do Partido dos Trabalhadores e dos governos de Lula e Dilma.

Com isso, a defesa da família na formação discursiva do voto “sim” produz sentidos não só em torno da família mas, na relação de diferença com o outro, também produz sentidos para este outro, representado nos enunciados pelo governo petista. Nessa relação, as paráfrases formuladas constroem uma imagem para esse outro inimigo, o governo petista; que é aquele que atropela, que rasga a Constituição, que ataca a família, que divide as famílias, que são bandidos. É, ainda, aquele governo que faz as pessoas sofrerem,

que quer destruir a família propondo mudança de sexo, ensinando sexo às crianças nas escolas e tirando a inocência das crianças em sala de aula. Ou seja, constrói-se um imaginário de que o governo petista é inimigo da família e, por tudo isso, deve-se defendê-la e eliminar o governo inimigo.

Trazemos a seguir os recortes das sequências discursivas em que podemos verificar a recorrência de elementos lexicais que apontam, parafrasticamente, para sentidos de valores individuais, morais e éticos:

pela paz, pela harmonia e pela concordia (SDs2)
Pela minha história, pela minha consciência (SDs3)
pelos princípios em respeito à vida, à liberdade e à justiça (SDs10)
Pelos princípios que ensinei às minhas filhas da ética, da honestidade, da moral, os quais eu quero elas ensinem aos meus netos (SDs13)
em homenagem aos princípios [...] da moralidade, da publicidade e da eficiência (SDs27)
pelo amor à vida (SDs27)
[em homenagem] à verdade (SDs30)
por acreditar que a política, a ética e a responsabilidade devem caminhar juntas (SD37) (sublinhados nossos).

Os sujeitos enunciam em nome de inúmeros elementos lexicais que se substituem parafrasticamente, se acrescentam, se relacionam e, por vezes, até se distanciam: *paz, harmonia, concordia* (SDs2); *minha história, minha consciência* (SDs3); *princípios em respeito à vida, à liberdade e à justiça* (SDs10); *princípios que ensinei às minhas filhas da ética, da honestidade, da moral, os quais eu quero que elas ensinem aos meus netos* (SDs13); *princípios (...) da moralidade, da publicidade e da eficiência* (SDs27); *amor à vida* (SDs27); *verdade* (SDs30); *a política, a ética e a responsabilidade devem caminhar juntas* (SD37). Esses elementos, na repetição, deslizam metaforicamente, mas mantêm uma memória dos valores tradicionais cristãos: da *moralidade, ética, verdade, honestidade, liberdade* e que devem ser passados de geração a geração, ou seja, no espaço privado familiar.

Podemos dizer ainda que funciona nesses enunciados um não-dito que direciona sentidos para o momento político atual do país.

Produz-se um efeito da existência de uma ameaça que estaria colocando esses valores em risco. Se é preciso defender os valores tradicionais e individuais, como os referidos, é porque correm perigo no tempo presente, bem como a *pátria, os brasileiros, a família*, como vimos nas análises anteriores.

Ainda deste eixo condutor, trazemos os enunciados em que aparecem sentidos para a fé, que entendemos também fazer parte de um espaço privado.

pelos evangélicos do meu Estado (SDs8)
acima de tudo, por amor a Deus (SDs18)
Pelo povo de Deus (SDs19)
em nome de todos os evangélicos, de todos os cristãos do nosso País (SDs20)
Com a ajuda de Deus (SDs33)
pelos evangélicos da Nação toda (SDs33)
pela Nação Quadrangular no Brasil (SDs36)
por um pai de 78 anos que me ensinou os princípios da palavra de Deus (SDs36) (sublinhados nossos).

Destacamos, em primeiro lugar, que o discurso do espaço privado religioso invade o público de uma sessão plenária em uma instituição, o que não é novidade. E, embora a Câmara dos Deputados se apresente com a laicidade que o Estado exige constitucionalmente, existe no espaço da instituição um crucifixo instalado atrás da mesa da Presidência e uma Bíblia, além da composição de uma das maiores bancadas no Congresso: a bancada evangélica que, como já mencionamos em outros pontos desta obra, tem um grande número de apoiadores na Câmara dos Deputados.

Os sujeitos enunciam seus votos nesses enunciados retomando o discurso religioso cristão que fala em nome de uma divindade representada no fio do discurso pelas paráfrases que falam sobre o *amor a Deus*, que está *acima de tudo* (SDs18); sobre o *povo de Deus* (SDs19); *Com a ajuda de Deus* (SDs33); dos *cristãos* (SDs20) e ainda sobre o pai que ensinou *os princípios da palavra de Deus* (SDs36); e, por outro lado, retomam um grupo religioso específico, os

evangélicos: *evangélicos* (SDs33) (SDs20), *Nação Quadrangular no Brasil* (SDs36).

Nosso gesto de análise nos autoriza dizer que, nestes enunciados recortados, o sujeito enuncia como porta-voz dos interesses de determinados grupos religiosos. Dizemos isto porque não se trata de toda fé, toda religião, todo deus, e até de ateus, mas apenas de um deus, o Deus cristão e, nestes casos, da religião evangélica³⁰. Destacamos ainda que, na sequência (SDs36), podemos ver a relação entre religião e família: *por um pai de 78 anos que me ensinou os princípios da palavra de Deus*, em que a oração subordinada restritiva aponta para os ensinamentos dos valores cristãos passados tradicionalmente de pai para filho.

Em suma, o nosso gesto de análise deste segundo eixo condutor nos permitiram depreender que os processos de produção de sentidos nos enunciados que falam do espaço privado e dos valores individuais delineiam sentidos que atualizam uma memória de uma família que não é toda e qualquer família, mas aquela família burguesa, família tradicional cristã, constituída por pai, mãe, filhos, descendentes e ascendentes, e que segue os princípios e valores tradicionais cristãos, que se marcam na diferença com o outro, o governo petista, que é significado como uma ameaça a esses valores, a essa fé e a essa família, assim como a Pátria, como vimos no eixo anterior.

Temas e posições políticas

Seguimos, então, para o eixo condutor em que aparecem os *temas e posições políticas* (base eleitoral, partido, Lula, Dilma, PT). O primeiro deles é o da base eleitoral, o mais recorrente nos votos favoráveis ao golpe/*impeachment*, como já afirmamos. Trazemos as sequências recortadas divididas em quatro grupos que apresentam

³⁰ Vale destacar aqui que, como veremos mais adiante, há também enunciados que falam em nome da Igreja Católica, embora em muito menor regularidade. Mas não se fala de outras religiões, outras formas de adoração religiosa existentes.

funcionamentos distintos, embora todos apontem sempre para seus eleitores e os locais (cidades, estados, regiões) que compõem sua base eleitoral.

Apontamos um primeiro funcionamento em que os sujeitos deputados trazem os elementos, que vão se substituindo ao longo dos enunciados, que caracterizam os lugares e os eleitores de suas bases eleitorais, por vezes, sem determinantes ou ainda que podem ser vistos nos próprios determinantes atribuídos ao elemento *povo*, que restringe o seu sentido:

a favor dos rondonienses (SDs4)
pelo Rio de Janeiro (SDs5)
pelo povo baiano (SDs10)
em nome da Bahia (SDs20)
em nome de todo o povo do Estado do Pará (SDs23) (sublinhados nossos).

Entendemos que este funcionamento produzido ao longo de toda a sessão deixa ver a promessa política da qual já falamos. Há uma retomada do discurso político eleitoral em que se direcionam as formulações para os eleitores, como podemos observar nessas sequências em que votam pelos *rondonienses*, pelo *povo baiano*, pelo *povo do Estado do Pará* e ainda pelos locais específicos de suas bases eleitorais: *Rio de Janeiro, Bahia*.

Um segundo grupo apresenta uma regularidade em relação aos pronomes possessivos, assim como em outras sequências que já analisamos: *meu* e *minha*:

por Santa Catarina, pelo meu oeste catarinense, por Xanxerê, por Chapecó (SDs1)
da minha Paraíso, do meu sul de Minas; a favor dos mineiros (SDs9)
minha cidade de Niterói e ao meu Estado do Rio de Janeiro (SDs37)
pelo meu Estado (SDs36)
em nome do meu Mato Grosso, da minha cidade de Sinop (SDs25)
pela Zona Oeste; Rio da Prata; Bangu, onde morei 33 anos; Campo Grande, em que moro há 31 anos (SDs32) (sublinhados nossos).

Ao enunciar *meu oeste catarinense; meu Estado do Rio de Janeiro; meu Estado; meu Mato Grosso; minha Paraíso; minha cidade de Niterói; minha cidade de Sinop* e ainda apontando, no adjunto adverbial de lugar, para o local de morada do sujeito enunciador *onde morei, em que moro*, há uma construção discursiva que retoma o lugar de origem, em que o deputado tem amigos, familiares, eleitores, sempre na relação de proximidade, em que se mistura o pessoal e o institucional, o privado e o público. Não se trata do estado, da cidade, mas do *meu estado*, da *minha cidade*, onde se tem lembranças, memórias construídas socialmente sobre sua vida pública e privada.

Destacamos ainda as seguintes sequências:

pelo meu querido Estado do Amapá (SDs2)
pelos meus amigos, pelos meus eleitores que votaram em mim de forma espontânea (SDs2)
por esse povo maravilhoso do Estado do Amapá (SDs2)
pelos maravilhosos cearenses que confiam em mim (SDs5)
pelo amor à minha Paraíba (SDs11)
por amor e carinho ao povo do Amazonas (SDs18)
pela minha guerreira Chapecó, pelo meu Estado de Santa Catarina (SDs22)
pela minha querida cidade de Toledo, do meu Estado do Paraná (SDs14)
pela minha querida Céu Azul, pela minha região Oeste do Estado do Paraná, por Cascavel (SDs24)
em nome da força do meu Maranhão, em nome da força da minha São Luís,
em nome da força da minha gente nordestina (SDs31)
pela maioria esmagadora dos capixabas, Espírito Santo (SDs34)
pelo bravo e honrado povo de Goiás (SDs40)
pelo amor aos 115.294 eleitores (SDs28)
em nome das famílias gaúchas (SDs17) (sublinhados nossos).

O nosso gesto de leitura destes enunciados nos autoriza dizer que há um terceiro funcionamento na produção de sentidos para a base eleitoral, para além da determinação dos pronomes “meu” e “minha” do grupo anterior. Nestas sequências, destacam-se os determinantes qualificadores atribuídos aos eleitores e aos locais de suas bases eleitorais. Podemos ver aqui que os eleitores ganham adjetivos que vão deslizando: são *queridos*, *amigos*, votam de *forma espontânea*, são *maravilhosos*, são *confiantes*, *amados* e *acarinhados*

pelos deputados, são *guerreiros, fortes, bravos e honrados*, são maioria e são *famílias* representadas. Assim, são construídas discursivamente imagens que apontam para um efeito de positividade, força, valentia, que exaltam os eleitores a quem se dirigem no momento da enunciação de seus votos e aos quais representam da posição que ocupam, como porta-vozes de seus interesses.

Essa representatividade pode ser vista mais especificamente no último grupo que atribui sentidos à base eleitoral:

Pelos gaúchos que represento (SDs12)
representando São Paulo, representando Jundiá e região (SDs26)
em nome desse Estado que carrego nas costas e no coração (SDs15)
(sublinhados nossos).

Este funcionamento aponta diretamente para o efeito de representatividade, em que o sujeito assume a posição de porta-voz, explicitamente, nos enunciados: *gaúchos que represento, representando São Paulo, representando Jundiá e região*; e, na última sequência, o sujeito afirma que seu voto é em nome do *Estado que carrego nas costas e no coração* (SDs15). Chamamos atenção para a formulação *carregar nas costas* neste enunciado, pois, nesse caso, diferente das duas sequências anteriores, que falam em representação, esta expressão produz efeitos que não são previstos pelo sujeito enunciador. Ao dizer que carrega nas costas, o efeito que se produz é de um peso que se deve carregar, algo que incomoda, machuca, mas que é um dever e, para amenizar, leva-o também no coração. Ou seja, ainda que traga a dor de ter que carregá-lo, é um estado amado pelo sujeito.

Podemos dizer ainda que nos chamou atenção o fato de a base eleitoral ser o elemento lexical que mais comparece nos votos favoráveis ao golpe/*impeachment*. Entendemos que, no interior da formação ideológica capitalista, isso ocorre em função dos interesses políticos (partidários ou não) e, conseqüentemente, financeiros, em torno das eleições, que permitem a esses sujeitos,

enquanto deputados federais, estarem no Congresso Nacional. Em consequência disso, a grande visibilidade que a sessão do golpe/*impeachment* teve, como já descrevemos, em formas de um grande espetáculo político, midiático, performático, possibilitou a esses sujeitos assumirem um papel semelhante ao de uma campanha eleitoral, a ponto de, muitas vezes, serem confundidas uma votação de deposição de uma presidenta e uma oportunidade de fazer campanha a seu favor, a favor de seus partidos. Isso também pode ser verificado nas sequências seguintes em que os enunciados dos votos favoráveis ao impedimento trazem sentidos em torno dos partidos políticos aos quais os sujeitos se filiam, ou seja, enunciam predominantemente de posições correspondentes aos seus partidos.

pelo meu partido (SDs3)

Em nome da unidade partidária do Partido Progressista (SDs15)

pelo meu partido, pelo PRB, que segue unido (SDs19)

em nome do nosso partido, pela coerência do nosso partido e pelo nosso Presidente Marcos Pereira (SDs20)

Por você, Marcelo [um suplente do meu partido, o DEM, Marcelo Delaroli] (SDs5)

pela unificação [...] dos partidos, da política, do povo de Rondônia (SDs3)

por orientação partidária, mas com um sentimento de tristeza (SDs16) (sublinhados nossos).

Os sujeitos enunciam: *pelo meu partido* (SDs3); *nosso partido* (SDs20); *pela unidade partidária* (SDs15); *pelo meu partido, pelo PRB, que segue unido* (SDs19); *pela coerência do nosso partido, nosso Presidente Marcos Pereira* (SDs20); e *Por você, Marcelo [um suplente do meu partido, o DEM, Marcelo Delaroli]* (SDs5).

Nessas sequências, os processos parafrásticos se produzem em torno dos partidos de filiação dos sujeitos, aos quais se atribuem sentidos determinados que apontam para um efeito de coerência e unidade e ainda homenageando pessoas do partido, representadas por um suplente e um presidente partidário. Essa unificação aparece ainda na sequência (SDs3), não em relação a uma unidade

de um partido específico, mas que indica uma unificação *dos partidos*, bem como *da política e do povo de Rondônia*, ou seja, deixando ver, na relação com o não dito, que não há essa unificação no momento político atual no Brasil.

Destacamos ainda que, na última sequência (SDs16), vemos que o sujeito afirma que seu voto segue a orientação do partido ao qual se filia. No entanto, em seguida, acrescenta uma adversativa em que contrapõe a primeira proposição: ao seguir a orientação de votar a favor do golpe/*impeachment*, o sujeito o faz com *sentimento de tristeza*, o que produz um efeito de uma não identificação do sujeito enunciador à FD “sim”. No entanto, ainda que não concordando, vota “sim” ao processo, em nome dos interesses partidários que neste momento representa, deixando ver, mais uma vez, os interesses do jogo político brasileiro e suas contradições.

Chegamos ao último grupo de sequências do eixo condutor dos temas e posições políticas, em que se constroem sentidos para o Partido dos Trabalhadores e os governos de Lula e Dilma, especialmente, nas determinações discursivas introduzidas na linearidade do discurso. Vejamos as sequências separadas em três grupos: o primeiro que produz sentidos em torno do governo atual e de Dilma Rousseff, o segundo que direciona sentidos para o ex-presidente Lula e, por fim, o modo como produzem sentidos para o Partido dos Trabalhadores e os governos Lula e Dilma, sem distinção visível no fio do discurso.

Começamos, portanto, apresentando as sequências discursivas em que comparecem sentidos para Dilma Rousseff, enquanto presidenta, e seu governo atual.

em nome do povo do meu Estado do Ceará, tão enganado por este Governo (SDs19)

pelo *impeachment* (SDs12)

Pelo meu Paraná, pelo meu Estado, que foi tão maltratado por este Governo (SDs24)

em respeito aos milhões de brasileiros que foram às ruas pedir o *impeachment* da Presidente Dilma (SDs26)

pelo combate à corrupção, que ficou cristalizada neste Governo (SDs31)

[Este Governo, para aumentar a maldade, abandonou os capixabas, nossas rodovias, portos e aeroportos]. Então, por tudo isso (SDs34)
Pelo fim desse Governo injusto que está fazendo o povo sofrer (SDs36)
pela querida e amada população da BR-429 — é o momento também de aqui externar gratidão à Ministra Dilma Rousseff, que tirou aquela população do sofrimento — (SDs3)
pelos crimes que Dilma cometeu e não é só por ter passado cheque sem fundo em nome do povo brasileiro (SDs10)
contra o desgoverno (SDs4)
Contra o golpe (SDs5)
contra este Governo, que sempre tentou destruir a família (SDs6)
(sublinhados nossos).

Os processos de produção de sentidos nesses enunciados recaem sobre o governo de Dilma Rousseff e constroem um imaginário de um vilão que precisa ser derrotado, combatido. Atualizam-se, nas reformulações parafrásticas, sentidos pré-construídos, já ditos em outros lugares, anteriores e exteriores ao acontecimento, que possibilitam a construção de uma imagem do governo de Dilma, considerando o que, no interior da formação discursiva “sim”, se é autorizado dizer.

Em grande medida, esses sentidos se produzem no funcionamento determinativo das orações adjetivas, dos apostos, dos adjetivos e ainda dos sintagmas nominais, uma vez que, ao serem reformulados no processo parafrástico, deslizam e vão deslocando sentidos que atualizam uma rede de memória.

Um primeiro efeito que podemos observar é o que retoma a denominação *impeachment* (SDs12) (SDs26), em que se marca o aspecto técnico jurídico no qual se fundamenta o processo que leva este nome, cujo efeito aponta para uma legitimação constitucional do processo.

Um segundo funcionamento aponta para uma criminalização de Dilma e de seu governo. O sujeito afirma: *crimes que Dilma cometeu e não é só por ter passado cheque sem fundo em nome do povo brasileiro* (SDs10), ou seja, produzindo o efeito de que a presidenta teria praticado crimes para além das referidas “pedaladas fiscais”, enunciada como *cheques sem fundo* em (SDs10). Em (SDs31), vemos

a associação direta entre a corrupção e o governo de Dilma, uma vez que a corrupção à qual o sujeito combate, teria ficado *cristalizada neste Governo* (SDs31). Desse modo, tanto Dilma quanto seu governo são criminalizados, corruptos e precisam ser combatidos.

Apontamos ainda um outro funcionamento nos enunciados que trouxemos nas sequências (SDs36) (SDs19) (SDs24) (SDs26) (SDs34). Vemos que, nesses dizeres, são introduzidas, no fio do discurso, determinações (adjuntos, apostos, orações adjetivas) para o *povo* que é determinado por *brasileiro*, como vimos anteriormente, ou ainda para parcela da população relacionada à base eleitoral do candidato. E, nessas determinações, são apresentadas as maldades/crueldades do governo de Dilma em relação à população, como vemos em *Governo injusto que está fazendo o povo sofrer* (SDs36); *povo do meu Estado do Ceará, tão enganado por este Governo* (SDs19); *pelo meu Estado, que foi tão maltratado por este Governo* (SDs24); [*Este Governo, para aumentar a maldade, abandonou os capixabas, nossas rodovias, portos e aeroportos*]. Então, por tudo isso (SDs34); *contra este Governo, que sempre tentou destruir a família* (SDs6).

Portanto, o governo de Dilma é mais uma vez representado negativamente, construindo, no fio do discurso, uma imagem de maldade, crueldade, que faz o povo sofrer, que abandona, que maltrata, que é injusto, engana o povo e tenta destruir a família. Este governo é, portanto, um *desgoverno* (SDs4) e está fazendo um *golpe* (SDs5) e, por tudo isso, deve ser deposto.

Podemos ver, neste grupo, um recorte que destoa dos demais apresentados, em que observamos, como já apresentamos em outros pontos do estudo, que as formações discursivas são zonas porosas em que saberes de outras FDs podem adentrar, produzindo movimentos de sentidos, nos permitindo ter acesso às falhas no ritual de dominação ideológica. O enunciado é apresentado em um aposto que, para além de uma explicação, retoma uma memória que produz efeitos no novo acontecimento: — *é o momento também de aqui externar gratidão à Ministra Dilma Rousseff, que tirou aquela população do sofrimento* — (SDs3). Como é

possível depreender, o sujeito atualiza a memória de uma realização positiva de Dilma, enquanto Ministra do governo Lula, que, ao contrário do que vem sendo demonstrado até aqui, não produz o sofrimento do povo, mas indica que Dilma tirou determinada parcela da população do sofrimento.

Vejamos, agora, mais dois recortes que trazem sentidos em torno do ex-presidente petista:

para combater o projeto de poder e de corrupção do Lula e do PT (SDs12)
por Lula e Dilma na cadeia (SDs8) (sublinhados nossos).

Observamos que os processos de produção de sentidos apontam para os mesmos efeitos de corrupção produzidos em torno de Dilma Rousseff. Lula e o PT, na sequência discursiva (SDs12), são projetados imaginariamente como aqueles que possuem um *projeto* que é determinado como *de poder e de corrupção*. Em nosso gesto de leitura, este enunciado produz um efeito para além do sentido de corrupção recorrente, pois colocam o PT e o Lula no lugar de quem projeta e planeja algo, que se caracteriza pelo mal para o país, tomando o *poder* para, com isso, ter formas de exercer a *corrupção*.

Na sequência (SDs8), podemos ler que Lula e Dilma devem estar *na cadeia*, delimitando o lugar em que ambos devem estar e, pelo não dito, onde não devem estar: na presidência do país. Produz-se, nesse enunciado, um efeito de pré-julgamento e uma pré-condenação de Lula e Dilma, em que se considera que ambos cometeram crimes e, por isso, devem ser presos. Há, portanto, mais uma vez, um efeito de sentido que criminaliza o ex-presidente Lula e também a atual presidenta Dilma.

Vejamos a seguir, as sequências em que os processos parafrásticos se produzem em torno do Partido dos Trabalhadores, incluindo os governos de Lula e Dilma:

para quebrar a espinha dorsal dessa quadrilha (SDs22)
pelo fim dessa quadrilha que assaltou o País (SDs38)
pelo fim da corrupção (SDs28)

pelo povo de Santa Catarina, que vai às ruas protestar contra a corrupção (SDs13)
contra a boquinha do PT, pelo fim da boquinha do PT e do PCdoB (SDs39)
contra a corrupção estrutural e sistêmica, que ofende a probidade da administração (SDs4)
Pelo fim do populismo irresponsável e corrupto (SDs60)
pelo fim da 'vagabundização' remunerada (SDs60)
pela minha querida Luziânia, pelo meu Entorno de Brasília, que tanto precisa de ação governamental (SDs40)
com a coerência de quem sempre fez oposição ao PT, apontando os seus erros, os seus equívocos e as suas mentiras, apontando os crimes de responsabilidade que causaram um rombo no Orçamento e essa farra com o dinheiro público, cuja conta quem paga é o cidadão. (SDs11)
contra um partido que aparelhou o nosso País, que se utiliza da política externa nacional para financiar ditaduras bolivarianas sanguinárias com recursos do País (SDs102)
contra aqueles que se utilizam da educação para doutrinar e assediar as nossas crianças (SDs102) (sublinhados nossos).

Como podemos verificar, as paráfrases construídas para o Partido dos Trabalhadores trazem, em primeiro lugar, os sentidos, marcados nas determinações discursivas, de corrupção, roubo, crime, em que são representados como *quadrilha* (SDs22); *quadrilha que assaltou o país* (SDs38); *pelo fim da corrupção* (SDs28); *protestar contra corrupção* (SDs13); *boquinha do PT e do PCdoB* (SDs39); *corrupção estrutural e sistêmica, que ofende a probidade da administração* (SDs4).

Os governo de Lula e Dilma ainda são representados como um *populismo irresponsável* (SDs60), em que se faz referência, pelo não dito, aos programas sociais promovidos pelos governos petistas, como o *Bolsa Família*, por exemplo, uma vez que esses programas sociais são entendidos pelos adversários políticos como políticas populistas e, no enunciado em análise, como irresponsabilidade.

Esse mesmo efeito também se produz em (SDs60), pois essa *vagabundização remunerada* aponta para aquelas pessoas que recebem auxílios financeiros desses programas sociais e, por isso, se recebem e não trabalham, são vagabundos alimentados pelo PT. Podemos dizer ainda, em relação a essas duas últimas sequências, que no momento em que os sujeitos consideram os programas

sociais dos governos Lula e Dilma como *populismo irresponsável e vagabundização remunerada*, silenciam todos os benefícios concedidos a essas pessoas, que amenizam a desigualdade e a miséria no país, ou seja, apagando as condições materiais de existência desses sujeitos.

Vemos, em outras duas sequências desse grupo, a construção negativa do PT e de seus governos. Em (SDs40), o enunciado aponta, na relação com o não dito, para a falta de ação governamental dos governos petistas em relação ao *Entorno de Brasília*, e ainda, em (SDs11), podemos ver que a imagem que se constrói do PT é a de que cometeu *erros, equívocos e mentiras*, e que teria cometido ainda *crimes de responsabilidade que causaram um rombo no Orçamento*, além da *farra com o dinheiro público, cuja conta quem paga é o cidadão*.

Os processos de significação das duas últimas sequências produzem sentidos que apontam para um maquiavelismo, com requinte de crueldade, projetando uma imagem que coloca o PT no lugar do mal. O partido é visto como *um partido que aparelhou o nosso País, que se utiliza da política externa nacional para financiar ditaduras bolivarianas sanguinárias com recursos do País* (SDs102). Ou seja, além de aparelhar o país, estaria financiando, com recursos do Brasil, *ditaduras sanguinárias*, que deixam ver um efeito de sentido que atualiza um pré-construído de que o PT, e a esquerda genericamente, seja no país, ou fora dele, são aqueles responsáveis pelos sistemas anti-democráticos, ditatoriais, ou seja, mais uma vez, uma associação do partido a sentidos de criminalização e crueldade.

Além disso, estariam ao lado daqueles *que se utilizam da educação para doutrinar e assediar as nossas crianças* (SDs102), atualizando sentidos já ditos, pré-construídos de doutrinação e assédio das crianças na escola por parte dos professores, combatidos pelo movimento do *Escola Sem Partido*, que culminou em projetos de lei pelo país, como por exemplo, o Projeto de Lei nº 193. Embora esses projetos não tenham ainda sido aprovados pelas Casas Legislativas, seguem produzindo dizeres que circulam socialmente e, na repetição, sedimentam sentidos. Este movimento

defende que as crianças sejam livres para pensar com “neutralidade e equilíbrio”, uma vez que as escolas do país seriam “vítimas do assédio de grupos e correntes políticas e ideológicas com pretensões claramente hegemônicas” que transformaram as escolas públicas e privadas “em meras caixas de ressonância das doutrinas e das agendas desses grupos e dessas correntes”³¹. Em outras palavras, o *Escola Sem Partido* se coloca contrário ao que chamam de *doutrinação política e ideológica* das crianças na escola por educadores que representam determinados grupos, isto é, genericamente representados como grupos de esquerda.

Um estudo realizado por Daltoé (2019), em que a autora analisa o referido projeto de lei, aponta para pelo menos dois efeitos de sentidos que se produzem ao se falar em *ideologia* nesta materialidade: um primeiro em que a ideologia é significada como aquilo “que é negativo, aliciador, criminoso, a ser, portanto, eliminado da escola” e, em segundo lugar, como “aquilo pelo qual se pode ser afetado ou não, uma escolha”.

Desse modo, concluímos que, no momento em que o sujeito enuncia seu voto, *contra aqueles que se utilizam da educação para doutrinar e assediar as nossas crianças* (SDs102) ressoam sentidos dessa prática discursiva, já dita anterior e independente do acontecimento atual, em torno deste movimento de combate do *Escola Sem Partido* que recai sobre o PT nessas condições específicas de produção.

Em suma, foi possível depreender, em nosso gesto de leitura desse eixo condutor, os processos de significação em torno de temas e posições políticas dos enunciados dos votos inscritos na formação discursiva dos votos favoráveis ao processo. Como vimos, em primeiro lugar, os sujeitos enunciam como porta-vozes de suas bases eleitorais e de seus partidos, uma vez que representam os interesses políticos, produzindo um efeito de uma campanha eleitoral e de que o que diz é uma promessa feita aos

³¹ Escola Sem Partido. Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/quem-somos/>

seus eleitores. Em seguida, há processos parafrásticos que vão reformulando dizeres já-ditos sobre o Partido dos Trabalhadores, Lula e Dilma, que atualizam saberes já sedimentados e, nesta atualização, constroem discursivamente uma memória (sempre imaginária) do novo acontecimento que apontam para uma imagem sempre negativizada, de criminalização, crueldade, mentira, corrupção e maldades com o povo.

Parcelas da população e das minorias

Outro eixo condutor que destacamos é o *das parcelas da população e das minorias*. Este grupo compreende as sequências discursivas nas quais compõem elementos lexicais como *trabalhadores* (de modo geral, e profissões específicas), *aposentados*, *mulheres*, *juventude*, *moradores de rua*, *pessoas com deficiência*. Vejamos as sequências:

por todos aqueles que produzem e trabalham neste Brasil (SDs1)
em nome das pessoas que, com trabalho, constroem este País (SDs17)
Pelos trabalhadores do Brasil (SDs39)
pelos aposentados (SDs39)
pelos nossos agricultores que nos alimentam todos os dias, porque se o agricultor não planta, ninguém almoça, nem janta (SDs1)
a favor do agricultor e do café (SDs9)
pelos agricultores brasileiros (SDs12)
pelos agricultores do nosso Brasil, que estão fazendo com que este País ainda possa andar (SDs14)
pela agricultura e pelos agricultores do meu Espírito Santo, pelo cooperativismo, pela indústria abandonada por este Governo (SDs34)
em respeito ao suor e à mão calejada dos meus fumicultores e dos trabalhadores da indústria fumageira do meu Estado, Rio Grande do Sul (SDs29)
pelos vendedores, que, quando não têm uma profissão detalhada, é uma opção de mercado (SDs32)
pelos médicos brasileiros, tão perseguidos por este desgoverno (SDs40)
(sublinhados nossos).

Este primeiro grupo de sequências compreende as substituições produzidas na linearidade discursiva em que podemos ver paráfrases que se produzem para os trabalhadores, de modo geral, incluindo aposentados, e para determinadas profissões. Vemos que, nesses processos parafrásticos, os sentidos deslizam e significam não só os trabalhadores, mas na relação com o não-dito e pela instauração discursiva da diferença, falam também, e principalmente, do governo petista e do momento atual do Brasil. E mais uma vez, o deslizamento se mostra nas determinações e explicações que se formulam.

Analisando esses enunciados, podemos observar o efeito de generalidade construído no elemento lexical sem determinantes, *aposentados* (SDs39), ou como em *trabalhadores do Brasil* (SDs39), em que o determinante aponta para uma totalidade de trabalhadores do país, englobando os dois grupos, aposentados e trabalhadores, em um efeito imaginário de sua totalidade.

No entanto, vemos em outros dois enunciados um outro funcionamento que também aponta para a defesa dos trabalhadores, mas em outro mecanismo de produção de sentidos. Quando os sujeitos enunciam em (SDs1) *por todos aqueles que produzem e trabalham neste Brasil* e ainda em *nome das pessoas que, com trabalho, constroem este País* em (SDs17), colocam o trabalhador como parcela da população que produz e constrói o país, deixando de fora aquelas pessoas que não trabalham, uma vez que não fazem parte da construção da Nação. Logo, se não trabalha, não é digno de homenagem.

Vemos ainda que os sujeitos enunciam seus votos em nome de parcela dos trabalhadores, de profissões específicas, como *vendedores* (SDs32), *agricultores* (SDs9) (SDs12) (SDs1) (SDs14), *fumicultores* (SDs29), *médicos* (SDs40). Contudo, os processos de produção de sentidos apontam para distintos efeitos.

Em (SDs29), o sujeito enuncia seu voto em homenagem a uma parcela da população que trabalha e produz, com *suor e mão calejada*, ou seja, ressaltando o trabalho sacrificante da profissão: *ao*

suor e à mão calejada dos meus fumicultores e dos trabalhadores da indústria fumageira do meu Estado, Rio Grande do Sul.

Este mesmo funcionamento pode ser visto nas sequências em que o sujeito enuncia no fio do discurso em nome de uma parcela dos trabalhadores, os *agricultores* (SDs9) (SDs12), que são representados como aqueles que *nos alimentam todos os dias, porque se o agricultor não planta, ninguém almoça, nem janta* (SDs1) e que *estão fazendo com que este País ainda possa andar* (SDs14). Assim, são os agricultores que fazem o Brasil andar e que trabalham para que todos possam se alimentar, deixando ver, na relação com o não dito, que são eles os responsáveis pelo funcionamento e progresso do país.

Vemos ainda que parcelas dos trabalhadores são determinados na relação com o governo petista que, como vemos em (SDs34), *abandonou a indústria* e (SDs40) *perseguiu médicos brasileiros*, produzindo, uma vez mais, uma imagem negativizada do governo de abandono e perseguição a profissionais.

Nas sequências que trazemos a seguir, podemos depreender os processos de produção de sentidos que apresentam a defesa de minorias da população. No entanto, esses sentidos migram e produzem efeitos, na relação com o não dito, sobre o governo:

pela unificação da juventude e das mulheres (SDs3)

em nome de todas as mulheres brasileiras (SDs21)

em nome de milhares de mães que perderam os seus filhos em virtude da violência, que clamam por paz, justiça e direitos humanos para todos (SDs21)

Pelos moradores de rua, que dormem na rua, que nascem na rua e morrem na rua, sem programa social de governo (SDs32)

por mais dignidade às pessoas com deficiência (SDs38) (sublinhados nossos).

Em nosso gesto de leitura, no momento em que os sujeitos enunciam seus votos pelas *mulheres*, pela *juventude*, pelas *mães*, pelos *moradores de rua*, pelas *pessoas com deficiência*, os sentidos deslizam e, na instauração discursiva da diferença, vão produzir

efeitos de sentidos sobre esses grupos, mas que, sobretudo, recaem sobre o governo petista.

Em (SDs21), o sujeito enuncia em nome de *todas as mulheres brasileiras*, em que as mulheres são inicialmente determinadas como *todas*, produzindo um efeito genérico em relação às mulheres. Mas outra determinação discursiva se produz no adjetivo *brasileiras*, atualizando o pré-construído do sentido de patriotismo e brasilidade que vimos no início das análises; portanto, não é de todas as mulheres que se fala, mas dessa mulher que ama a bandeira e a pátria e que segue os valores tradicionais cristãos, em resumo, *cidadã de bem*.

Vemos ainda que os sujeitos enunciam seus votos pela *unificação da juventude e das mulheres* (SDs3); *pelas milhares de mães que perderam os seus filhos em virtude da violência, que clamam por paz, justiça e direitos humanos para todos* (SDs21); *pelos moradores de rua, que dormem na rua, que nascem na rua e morrem na rua, sem programa social de governo* (SDs32); e ainda na defesa de *mais dignidade às pessoas com deficiência* (SDs38). Os processos de produção de sentidos nestes enunciados apontam para um não-dito de que o governo desuniu a juventude e as mulheres e, por isso, precisam de *unificação*; o governo não promove *paz, justiça e direitos humanos* para todos e, por isso, as mães perdem seus filhos; o governo não promove *programas sociais* para os moradores de rua e, devido a isso, *nascem, crescem e morrem na rua*; o governo não dá dignidade às pessoas com deficiências, logo, deve-se lutar por *mais dignidade* para essas pessoas.

Como pudemos verificar neste fio condutor, as paráfrases construídas no intradiscorso e na relação entre as sequências, vão deslizando metaforicamente e chegam a sentidos outros. Ao falar dos trabalhadores e das minorias, os efeitos de sentidos produzidos apontam, em geral, para o momento político, social e econômico do país em especial, construindo um *discurso sobre* (Mariani, 1998) o governo petista que está no poder, ou seja, construindo uma imagem negativizada de um inimigo cruel, amoral, desonesto, que o voto “sim” está combatendo.

Instituições e políticas públicas

Chegamos ao último fio condutor dos enunciados dos votos “sim” ao golpe/*impeachment*. Apresentamos aqui as sequências discursivas em que aparecem elementos lexicais que apontam para as *instituições e políticas públicas*, como democracia, constituição, movimentos sociais, instituições públicas, políticas públicas, em geral.

Vejamos o primeiro conjunto de sequências discursivas recortadas:

[em homenagem] à democracia (SDs30)
pelo Estado Democrático de Direito (SDs5)
pela (a favor da) Constituição (SDs5) (SDs9)
em homenagem aos princípios da Constituição Federal, da legalidade, da
impessoalidade (SDs27) (sublinhados nossos).

Vemos, nessas sequências, um processo parafrástico que formula e reformula dizeres sobre democracia e sobre a Constituição em que não aparecem determinantes, qualificadores, mas apenas os elementos lexicais, que deslizam e se substituem no intradiscurso: *democracia* (SDs30), *Estado Democrático de Direito* (SDs5), *Constituição* (SDs5) (SDs9), *princípios da Constituição Federal, da legalidade, da impessoalidade* (SDs27).

Podemos dizer que essas paráfrases atualizam um pré-construído genérico da Constituição enquanto garantia de uma democracia no Brasil. Contudo, para além disso, na relação com o que apresentamos até aqui, podemos dizer que aponta também para o acontecimento atual, em que a legalidade e impessoalidade ressaltadas se referem não ao efeito genérico pré-construído, mas com as quais estaria sendo conduzido o processo de impedimento de Dilma Rousseff. Desse modo, ao defender a democracia e a Constituição, nessas sequências no interior dessa formação discursiva, e associadas aos efeitos de sentidos já analisados, podemos compreender que esta democracia de que se fala, retoma os sentidos de que o processo de golpe/*impeachment* de Dilma

Rousseff é garantido pela Constituição no interior de nosso sistema democrático, logo, produzindo o efeito de que o processo seria constitucional e democrático.

Um segundo grupo de sequências introduz no fio do discurso a defesa dos movimentos sociais, como vemos a seguir:

pelos movimentos sociais, Movimento Brasil Livre — MBL, Vem Pra Rua, Revoltados Online e todos os outros que ocuparam as ruas deste País (SDs8) pelos meninos do MBL, pelo Vem Pra Rua Brasil — dizendo que o Olavo tem razão, Sr. Presidente, dizendo ‘tchau’ para essa querida e para o PT, Partido das Trevas — (SD33) (sublinhados nossos).

Os movimentos sociais mencionados nas sequências, *Movimento Brasil Livre (MBL)*, *Vem pra rua*, *Revoltados Online* foram movimentos de mobilização social, ditos apartidários, que foram às ruas para pedir o *impeachment* de Dilma Rousseff. Assim, ao se homenagear esses grupos em seus votos, os sujeitos produzem uma afirmação positiva dessas mobilizações, produzindo um efeito de parabenização aos grupos que seriam uma voz de representação do povo que, por consequência, teria também pedido o *impeachment* que estaria sendo votado naquela data.

Destacamos ainda que, na sequência (SDs33), o sujeito acrescenta um aposto que funciona como se tivesse sido dito pelos movimentos, ou seja, eles estariam dizendo *que o Olavo tem razão, Sr. Presidente, dizendo “tchau” para essa querida e para o PT, Partido das Trevas* — que presentifica uma figura pública de representatividade para esses grupos, o escritor conservador Olavo de Carvalho, que teria razão em dizer ‘tchau’ pra essa querida, retomando o enunciado que circulou fortemente durante o processo de golpe/*impeachment* e, em especial, na sessão de votação na Câmara: *Tchau, querida*, em referência irônica à Dilma Rousseff, uma vez que o enunciado “Tchau, querida” retoma o modo como Lula se despede de Dilma em uma ligação telefônica grampeada com autorização do juiz Sérgio Moro e que circulou na mídia jornalística. E ainda dizendo ‘tchau’ para o PT, que é significado neste enunciado como *Partido das*

Trevas, reforçando o sentido negativizado do partido, que, agora, chega às *Trevas*, produzindo em efeito de *demonização* do partido.

Vejamos agora as sequências que seguem:

pela ciência e pela tecnologia (SDs34)

pelos militares das Forças Armadas que estão sendo sucateados há anos (SDs35)

pelos militares da segurança pública que estão morrendo todos os dias (SDs35)

pelos militares que estão agora, inativos e pensionistas, sem salário (SDs35)

Pelo Exército de Caxias (SDs100)

pelas nossas Forças Armadas (SDs100) (sublinhados nossos).

Podemos verificar que, nestes enunciados recortados, o que se defende são as instituições públicas. Ao votar “sim” pela *ciência* e pela *tecnologia* em (SDs34), podemos dizer que se produz um efeito de que essas instituições precisam de defesa em relação ao governo atual, bem como o *Exército de Caxias* (SDs100) e os *militares das Forças Armadas* (SDs35) (SDs100) e *da segurança pública* (Polícia Militar) em (SDs35).

Analisando as sequências (SDs35), constatamos que, ao enunciar na defesa dos militares, o sujeito acrescenta determinantes que vão direcionar os sentidos, na relação com o não dito, para o governo, que não estaria dando a atenção devida a essas instituições e, conseqüentemente, aos indivíduos a ela associados, deixando-os sem salários, sem proteção, sendo as instituições *sucateadas* por falta de investimento. E, ainda, podemos dizer, que este funcionamento deixa ver uma exaltação das instituições militares do país, o que faz ressoar sentidos de tempos outros, em que o país foi governado por militares, durante mais de duas décadas, ao longo dos anos de ditadura, tanto no posto da presidência, quanto em outros espaços de poder.

O trabalho de Indursky (2013 [1997]) nos apresenta uma análise discursiva sobre os discursos políticos dos presidentes militares (1964-1895). De acordo com a autora:

O Golpe de Estado de 1964 representa uma ruptura com o pacto populista inaugurado por Vargas e mantido por Goulart. Dentre as várias consequências que lhe seguiram, destaca-se, de imediato, a suspensão das formas constitucionais de representatividade, substituídas no exercício do poder pelas Forças Armadas que, pretextando salvar a pátria da corrupção, da desordem, do desmando e do comunismo, elaboraram a doutrina de segurança e do desenvolvimento nacionais. Com tais propósitos, politizou-se a corporação militar que se perpetuou por 20 anos no poder, instaurando o autoritarismo no Brasil (Indursky, 2013 [1997], p. 17, sublinhados nossos).

Consoante Indursky (2013 [1997]), com o golpe de 64, houve a interrupção de direitos garantidos pela Constituição, sendo substituídos pelo exercício do poder dos militares das Forças Armadas que, com um discurso de *recuperação da pátria*, se politizaram e instauraram no país um modelo autoritário de governo. Assim, podemos dizer que a defesa dessas instituições no interior desta formação discursiva, produz efeitos de um saudosismo, uma rememoração de um acontecimento da história do país, que deve ser exaltado.

Em seguida, observamos os processos discursivos dos enunciados que falam sobre políticas públicas.

As empresas estão fechando (SDs11)
por mais emprego (SDs39)
pelo crescimento do Brasil (SDs39)
os país e mães de família estão desempregados (SDs11) (sublinhados nossos).

A defesa das políticas públicas nesses enunciados nos permitem depreender um efeito de algo que falta por ausência mesmo de investimento do governo atual, uma vez que, as empresas estão fechando (SDs11), faltam empregos (SDs39) (SDs11) e o país não cresce (SDs39). Portanto, os sujeitos defendem que, por tudo isso, o golpe/*impeachment* deve acontecer.

Com as análises aqui empreendidas, podemos dizer que os enunciados que compõem este último fio condutor na defesa da democracia, da Constituição, dos movimentos sociais, das

instituições e políticas públicas que falam, portanto, sobre questões aparentemente do âmbito público, deixam visível o campo em que jogam os interesses, principalmente políticos, em relação à destituição de Dilma Rousseff.

Para concluir esta parte das análises, dizemos que os processos de paráfrases que analisamos nesses enunciados trazem uma defesa de inúmeros elementos que se substituem e se somam no intradiscorso. Estes elementos são inseridos pelo funcionamento dos adjuntos adverbiais que são, muitas vezes, determinados, explicados, qualificados, e retomam espaços de dizer já sedimentados, atualizando pré-construídos, que, no deslizamento de sentidos, abrem à polissemia. Nessa perspectiva, constroem, de um lugar institucional legitimado sócio-historicamente, um *discurso sobre* o Partido dos Trabalhadores, numa construção de uma narrativa que sedimenta *uma memória* do presente delimitada no interior desta FD que denominamos, a partir de agora, *formação discursiva antipetista* que podemos resumir da seguinte maneira: ódio ao PT, ao Lula e à Dilma Rousseff, inimigos do povo, da pátria, da fé, da família, dos cidadãos de bem, dos bons costumes, dos valores tradicionais cristãos, dos trabalhadores, das minorias, da democracia, da Constituição, dos movimentos sociais e das instituições públicas.

Em síntese, nosso gesto de análise até aqui nos permitiu compreender que, como vimos afirmando, nesses processos de significação, os sentidos não são evidentes nem neutros, mas se consituem na relação entre língua e historicidade, no encontro de uma memória com uma atualidade, ou seja, no acontecimento discursivo da votação do golpe/*impeachment*, conforme defende Pêcheux (1990 [1983]). Como nos diz Mariani (1998, p. 72) “os sentidos se produzem em formações discursivas, são regulados por rituais sócio-históricos, são mobilizados interdiscursivamente enquanto exterioridade que afeta constitutivamente o sujeito”. Assim sendo, como pudemos depreender nas análises, todo esse discurso produzido no interior desta *formação discursiva antipetista* constrói uma memória imaginária de um tempo presente, por meio

de uma narrativa em que o PT, o Lula e a Dilma são os principais personagens, cuja imagem projeta os vilões da história, enquanto inimigos, ameaça, e retomam uma rede de memória, ressoando sítios de significância de um *anticomunismo* que, no deslizamento, se configuram em um *antipetismo*.

4.7.1.2 “Eu voto não ao golpe”

Na continuação de nosso gesto de leitura, trazemos agora à análise os recortes dos enunciados dos votos contrários ao processo de deposição de Dilma Rousseff. Assim como fizemos com os enunciados dos votos “sim”, dividimos as sequências discursivas pelos mesmos fios condutores, buscando observar as semelhanças e divergências em relação aos processos de produção de sentidos dos votos favoráveis já analisados. Ou seja, de que modo os processos discursivos inscritos numa formação discursiva contrária ao *golpe/impeachment* produzem sentidos para os acontecimentos do tempo presente, sempre na luta pela cristalização de sentidos.

Vale destacar que, assim como fizemos com as sequências discursivas dos votos “sim”, nomeamos as sequências dos votos “não”, a partir de agora, como *SDn* (sequência discursiva ‘não’) seguido da numeração que corresponde à ordem de apresentação das sequências no quadro disponibilizado no Anexo II.

Destacamos, inicialmente, que, embora os fios condutores dos votos contrários ao impedimento sejam os mesmos dos votos favoráveis, os sentidos que se produzem nesta formação discursiva, apontam para distintos efeitos produzidos nos enunciados por sujeitos inscritos, muitas vezes, em posições distintas da formação discursiva anterior, apresentando também divergentes regularidades.

Patriotismo

Há, a seguir, o primeiro fio condutor *Patriotismo*, que aponta uma regularidade significativamente menor do que os enunciados da formação discursiva anterior.

pelo País (SDn2)

pelo Brasil (SDn6) (SDn9) (SDn14)

pelo [em defesa do] povo brasileiro (SDn14) (SDn15) (sublinhados nossos).

Vemos, nessas sequências, a introdução de elementos lexicais que trazem a defesa do *País* (SDn2), do *Brasil* (SDn6) (SDn9) (SDn14), sem determinantes e do *povo* seguido da determinação *brasileiro* (SDn14) (SDn15). Podemos afirmar que esta *Pátria* e este *povo brasileiro* de que se fala aqui, embora apontem também para sentidos pré-construídos de nacionalismo, o fazem inscritos em outra formação discursiva e se apresentam diferentemente dos enunciados da *formação discursiva antipetista*. Há, pois, processos de significação que apontam para efeitos distintos, mas que só podem ser apreendidos na relação com outras sequências, como, por exemplo, as do fio condutor seguinte em que se falam do espaço privado e dos valores individuais.

Espaço privado/ valores individuais

Vejam, portanto, as sequências discursivas que, no fio condutor do espaço privado e dos valores individuais, produzem sentidos em torno da família e dos valores individuais, não comparando, nesse recorte, diferentemente, dos votos “sim”, o discurso religioso.

Em respeito à minha família (SDn19)

Em nome da família da classe operária (SDn22)

pelos filhos do povo (SDn14)

pelos filhos do povo da invasão (SDn14)

[pelos filhos] das ocupações (SDn14)

[pelos filhos] dos sem-terra (SDn14)
[pelos filhos] dos sem-teto (SDn14) (sublinhados nossos).

Em primeiro lugar, destacamos a sequência (SDn19) em que o processo discursivo aponta para o mesmo efeito de espaço privado das sequências dos votos “sim” analisadas. Neste caso, mas apenas neste, a família é determinada pelo pronome possessivo *minha* direcionando os sentidos para o núcleo familiar do sujeito enunciador e produzindo o efeito de proximidade, intimidade.

No entanto, nas demais sequências, se produzem efeitos diferentes. Vemos em (SDn22) que a família que se defende neste enunciado vem delimitada pela determinação discursiva que restringe essa família, que não é genérica, é a *família da classe operária*. É, portanto, pela determinação que se pode ver o que o sujeito defende neste enunciado: é a classe operária que precisa de direitos e proteção, que seriam garantidos pelo governo. Assim, o efeito que se produz, ao se votar “não” à saída de Dilma Rousseff pela *família da classe operária*, é de que, com Dilma, esses direitos são garantidos, fazendo ecoar os sentidos pré-construídos sobre o PT, enquanto defensor dos direitos dos trabalhadores, em especial, sentidos que retomam a luta de Lula à frente do movimento sindical desde a década de 1960.

Nos enunciados seguintes (SDn14), podemos apreender que os *filhos* dos quais se fala em (SDn14) não são os próprios filhos do sujeito, nem indicando uma totalidade que poderia apontar para um total de brasileiros, de todos os filhos, de todas as famílias, ou de uma família tradicional, efeito produzido nos enunciados inscritos na FD anterior. Nestes enunciados, o que vemos é um sentido de uma determinada família, ou seja, de uma parcela do povo menos favorecida sócio-economicamente, dando visibilidade, portanto, às pessoas que não possuem terra e casa. Trata-se dos *filhos do povo*, mas que se restringe àqueles filhos do povo *da invasão, das ocupações, dos sem-terra, dos sem-teto* que não têm acesso a propriedades privadas.

Notemos que o termo *invasão* comparece aqui para determinar esta parcela de pessoas que lutam pela reforma agrária, por terra e por casa. No entanto, o efeito que se produz, no interior desta formação discursiva, se difere da *FD antipetista* anteriormente analisada. Nos enunciados favoráveis ao golpe/*impeachment*, observamos que esta *invasão* era representada de modo negativo, associada a *quebrar ônibus*, num sentido de desordem e vandalismo, em oposição aos bons brasileiros. Enquanto no interior da formação discursiva contrária ao processo, a *invasão* representa as famílias que vivem na busca pela dignidade de ter onde morar, na luta pela igualdade de direitos e acessos e que devem ser defendidas.

Desse modo, ao produzirem sentidos para as *famílias*, os sujeitos também produzem sentidos para o *Brasil* e para o *povo brasileiro* que se defende, isto é, que as pessoas tenham acesso à moradia e direitos trabalhistas, um país, portanto, de mais igualdade. Ao votarem “não” ao processo de golpe/*impeachment*, os sujeitos associam essas defesas ao governo, mas a favor de sua continuidade que garantiria a conquista/manutenção desses direitos.

No recorte das sequências, apenas um enunciado compareceu nos votos “não” em torno de valores individuais:

pela liberdade (SDn20) (sublinhado nosso)

Neste único enunciado, podemos ver a defesa da *liberdade*. Vimos nas análises dos votos “sim” que a liberdade aparecia nos enunciados juntamente, no intradiscorso, e na relação entre sequências, a outros valores, como *a vida, a justiça, a ética, a honestidade, a moralidade, verdade, responsabilidade* que apontam para os valores tradicionais cristãos que precisam ser defendidos do inimigo, ou seja, uma *liberdade* que não é possível com o governo petista, deixando ver, no não-dito, a sua relação com o seu oposto: precisa-se de liberdade porque hoje haveria a ausência dela: uma prisão em que os brasileiros estariam no governo de Dilma Rousseff.

Todavia, não é dessa liberdade que se fala aqui. Neste enunciado, a *liberdade* aponta para os sentidos de democracia,

liberdade democrática, retomando a memória da reinstauração da democracia que pôs fim à ditadura, período em que a liberdade era limitada pelas censuras e torturas impostas pelo regime. Veremos que esta memória será retomada em muitos outros enunciados ao longo dessa FD. Este efeito se constitui não apenas no elemento lexical isoladamente, mas na relação com as demais sequências aqui recortadas e, em especial, no intradiscurso em que ela se insere em (SDn20): *Pela democracia e pela liberdade*.

Estes dois eixos condutores até aqui apresentados, se complementam na produção de sentidos, em que um aponta para o outro e produz efeitos. Esses efeitos, podemos dizer, deixam ver a delimitação de uma formação discursiva que se coloca contrária à deposição da presidenta Dilma e, conseqüentemente, a favor de sua continuidade produzindo um discurso de resistência. Assim, é a continuidade do governo de Rousseff que garante a defesa das famílias do povo mais pobre, da classe operária, dos sem-terra, dos sem-teto, dos direitos do povo, e da garantia da liberdade democrática.

Temas e posições políticas

Seguindo nossa leitura, trazemos o grupo de sequências discursivas em que os sujeitos enunciam seus votos contrários ao golpe em que os processos de significação produzem sentidos em torno de *temas e posições políticas*, em que comparecem *elementos lexicais* e efeitos, por vezes, semelhantes e, outras vezes, distintos dos votos “sim”. Os votos contrários ao processo deste grupo falam sobre a base eleitoral, os partidos, os votos de Dilma, o Governo PT (Lula e Dilma), a corrupção e o processo de golpe/*impeachment*.

Começamos analisando as sequências que falam em nome da base eleitoral:

por Mato Grosso (SDn9)

pelos trabalhadores de Camaçari, da Bahia, do sertão, do Nordeste (SDn14)

em nome da Bahia, em nome da minha região sul da Bahia, em nome da minha cidade Itabuna (SDn15)

em nome do meu querido Estado de Pernambuco (SDn18)
em nome dos 100 mil eleitores de quem eu recebi os votos (SDn18)
(sublinhados nossos).

Embora compareçam, neste grupo, elementos lexicais que falam sobre a base eleitoral e os eleitores, a regularidade com que se apresentam é muito menor na formação discursiva contrária ao *golpe/impeachment*, o que, em nosso gesto de leitura, já diz sobre o que é mais ou menos importante para os sujeitos inscritos nessas FDs antagônicas.

No entanto, também aqui comparecem os interesses do jogo político brasileiro, em que os sujeitos, aproveitando a oportunidade de visibilidade do momento, direcionam sua fala aos eleitores e locais em que os deputados se elegem e produzem sentidos próximos aos dos votos “sim”.

Em (SDn18), vemos uma referência direta aos eleitores que votaram no deputado e que, por isso, merecem homenagem: *em nome dos 100 mil eleitores de quem eu recebi os votos*. Em (SDn9), o sujeito enuncia por *Mato Grosso*, indicando simplesmente o local de sua base eleitoral, bem como em (SDn15) *em nome da Bahia*.

Há um efeito semelhante ao dos votos “sim” quando os sujeitos enunciam por suas bases eleitorais, em (SDn15), *em nome da minha região sul da Bahia, em nome da minha cidade Itabuna* e, em (SDn18), *meu querido Estado de Pernambuco*, em que comparecem nos enunciados as determinações pelos pronomes possessivos *meu* e *minha*, apontando para o efeito de proximidade do sujeito enunciador aos lugares, reforçado pela presença do qualificador *querido*, trazendo à memória suas histórias pessoais, afetivas e públicas vivenciadas nestes lugares.

No entanto, a última sequência que apresentamos se difere das anteriores deste grupo e ainda das enunciadas na *FD antipetista*. Em (SDn14), o sujeito enuncia *pelos trabalhadores de Camaçari, da Bahia, do sertão, do Nordeste*. Neste enunciado, podemos observar um efeito que parte do individual, em que os homenageados são os seus eleitores representados pelos *trabalhadores* da cidade em que

se eleger, *de Camaçari* e, em seguida, se refere ao Estado *da Bahia* como um todo, englobando ainda o *sertão* e, por fim, todo o *Nordeste*. Entendemos que este funcionamento, embora aponte sentidos para sua base eleitoral, produz sentidos para além dela, visto que, na relação com as condições sócio-históricas de produção, ao fazer referência à defesa do sertão e do nordeste retoma-se a memória das políticas sociais realizadas pelos governos petistas nessa área do país.

Em seguida, apresentamos as sequências discursivas em que aparece a defesa do partido:

com a moral de ser de um partido, o PSOL, que faz oposição, mas oposição de esquerda, programática, socialista ao Governo, e que não é conivente com golpe à democracia (SDn16) (sublinhados nossos).

Nesta sequência (SDn16) podemos observar que o voto “não” é atribuído à moral de ser de um determinado partido que faz oposição ao governo, mas que essa oposição não é fora do mesmo movimento de resistência, apresentando-se como *oposição de esquerda, programática, socialista ao Governo* e que, por isso, não seria *conivente com golpe à democracia*. Ressalta-se, nesse enunciado, que uma oposição ao governo não implica participar de um *golpe à democracia*, referindo-se à deposição de Dilma.

Portanto, mesmo mantendo um lugar de oposição ao governo petista, o sujeito enunciator não apoia o processo de impedimento, por considerá-lo um *golpe à democracia*, apontando, pois, para o efeito de que dizer “não” ao processo corresponde a uma defesa da manutenção da democracia, implicando, ainda, na relação com o não-dito, a significação de que o voto “sim” é anti-democrático.

Trazemos agora os enunciados em que se apresenta um processo de significação no funcionamento das paráfrases em defesa dos votos de Dilma Rousseff:

do respeito ao voto do cidadão brasileiro (SDn3)
pelo respeito ao voto soberano do povo brasileiro, que elegeu a Presidenta Dilma com 54 milhões votos (SDn4)

[Em respeito] à soberania popular (SDn11) (sublinhados nossos).

Nestas sequências, podemos depreender os processos de produção de sentidos que falam sobre os votos recebidos por Dilma nas eleições de 2014. Os sujeitos enunciam: *respeito ao voto do cidadão brasileiro* (SDn3); *respeito ao voto soberano do povo brasileiro, que elegeu a Presidenta Dilma* (SDn4); *à soberania popular* (SDn11).

O voto é determinado nesses enunciados como *do cidadão brasileiro* (SDn3), *do povo brasileiro* (SDn4), em que vemos uma saturação de sentidos em torno de voto: o voto só pode ser do povo, que exerce sua cidadania no gesto de votar.

Esse voto do povo é também determinado pelo adjetivo *soberano*. Foi este *voto soberano do povo que elegeu a Presidenta*. Assim, se o voto é soberano e se foi pelo voto que Dilma se elegeu, logo, deve ser respeitado. Caso contrário, se estaria tirando do povo o direito de exercício de cidadania manifestado no voto. Podemos dizer ainda que a defesa da soberania do voto popular atualiza, nesses enunciados, a memória do direito de voto numa democracia, com o qual o povo pode eleger seus representantes, diferentemente, do período ditatorial, em que o cidadão não tinha esse direito.

Como vimos com Bobbio *et al.* ([1983] 1998, p. 189), o voto “é momento imprescindível no processo democrático das decisões políticas”. Sendo assim, o efeito que se produz nesses dizeres inscritos nessa formação discursiva, é o efeito de que, se vivemos em uma democracia, o voto é soberano e deve ser respeitado e, conseqüentemente, depor uma presidenta eleita pelo voto popular seria cercear o direito democrático de voto.

Seguindo para o próximo grupo de sequências desse eixo condutor que fala de *temas e posições políticas*, vemos os enunciados que trazem, assim como os votos “sim”, elementos lexicais em paráfrases que significam o governo petista de Lula e Dilma, mas que se apresentam de modo completamente oposto:

com Lula, o melhor Presidente deste País (SDn6)
com Dilma, mulher valente e honesta (SDn6)
por tudo o que Lula e Dilma fizeram por este País (SDn9)
não poderia ser ingrato com a Presidente Dilma nem com o Presidente Lula
(SDn18)
em nome da dignidade da Presidenta Dilma (SDn22) (sublinhados nossos).

Nesses enunciados, os sujeitos formulam seus votos na defesa de Lula e Dilma, aos quais se atribuem determinantes, predicados que produzem sentidos sempre positivos para os governantes petistas e, conseqüentemente, apagando os sentidos de criminalização apontados nos votos “sim”. Em (SDn6), o sujeito enuncia, na inserção de um aposto, que Lula foi *o melhor Presidente deste País*, em um sentido de exaltação de seu governo em detrimento de todos os outros presidentes, inclusive Dilma, uma vez que Lula é significado, pelo funcionamento do superlativo relativo de superioridade, como *o melhor*.

Em outros dois enunciados (SDn6) e (SDn22), o processo de significação constrói uma imagem sobre Dilma, também no funcionamento explicativo do aposto, enquanto uma *mulher valente e honesta* e que tem *dignidade*. Uma primeira determinação atribuída à Dilma é no sintagma nominal *mulher*, atualizando os sentidos pré-construídos genéricos para este lugar na sociedade. Acrescentam-se ainda a este nome, adjetivos que saturam os sentidos e caracterizam esta mulher que é Dilma Rousseff, a quem são atribuídas qualificações positivas, que falam dos valores morais e individuais de Dilma, de *valentia*, *honestidade* e *dignidade*. Nessa perspectiva, entendemos que nessas qualidades atribuídas à pessoa da presidenta, ressoam sentidos de Dilma enquanto mulher, cidadã, militante política que foi presa e torturada durante a ditadura, demonstrando *valentia*, *honestidade* e *dignidade* em sua luta contra o autoritarismo do regime militar.

Nas últimas duas seqüências (SDn9) (SDn18), é possível depreender ainda uma imagem positiva, agora, tanto de Lula quanto de Dilma, produzindo um efeito de exaltação de seus governos, uma vez que *por tudo* que fizeram *por este País*, o sujeito

não poderia ser *ingrato* (SDn18) com Lula e Dilma, que merecem agradecimentos por parte do sujeito.

Vemos, assim, um processo parafrástico que, nas reformulações dos dizeres, constrói uma imagem muito diferente da criminalização construída nos enunciados da *FD antipetista*. Nesta formação discursiva, a imagem dos governos petistas e das pessoas representadas por Lula e Dilma apresenta características positivas de exaltação de seus governos e de suas qualidades pessoais.

Destacamos ainda as sequências discursivas em que aparecem nos votos “não” os elementos lexicais que falam sobre a corrupção, mas diferentemente dos votos da formação discursiva anterior, neste caso, a corrupção não é associada ao governo petista e, por isso, as apresentamos aqui separadamente.

Contra a *conspiração* e a *corrupção* representadas por Eduardo Cunha e Temer (SDn3)

e dando razão a V.Exa. quando pediu a Deus que tenha misericórdia deste País, e tem que ter mesmo, porque V. Exa. é o chefe da *corrupção* neste País, presidindo um tribunal que vai julgar uma mulher honrada (SDn13) (sublinhados nossos).

Nesses enunciados, o tema da corrupção se afasta dos governos petistas e é associado a outros personagens políticos representados por *Eduardo Cunha* e *Michel Temer* (SDn3), a quem também se atribui uma *conspiração*, que estaria associada ao próprio processo que está em votação: *Contra a *conspiração* e a *corrupção* representadas por Eduardo Cunha e Temer*. Vemos, portanto, que o Presidente da Câmara e o vice-presidente do país são apontados como conspiradores e corruptos.

Em (SDn13), a corrupção é associada, pelo sujeito enunciador, mais uma vez ao presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, como vemos no enunciado *V. Exa. é o chefe da *corrupção* neste País, presidindo um tribunal que vai julgar uma mulher honrada*. Neste enunciado, introduzido pela oração subordinada adjetiva explicativa, Cunha é significado como *chefe da *corrupção* neste País*

que, para além de ser corrupto, é ainda representado como *o chefe*, colocando-o em lugar de destaque.

Ressaltamos, ainda nesse trecho, o fato destacado pelo sujeito de que Cunha é que está presidindo a sessão do impedimento de Dilma, representado na imagem de um *tribunal*, produzindo efeitos de um julgamento em que um *chefe da corrupção* é que ocupa o lugar do juiz que dará a sentença de condenação de Dilma, que o sujeito enunciador qualifica como *uma mulher honrada*. Portanto, o processo de significação direciona os sentidos para um efeito de deslegitimação do processo, que também comparece nos processos discursivos das próximas sequências que falam sobre o processo de golpe/*impeachment*.

por ser impossível um *impeachment* sem crime de responsabilidade (SDn11) em homenagem aos milhares de advogados e juristas deste País que apontaram que esse relatório é uma farsa, é um instrumento de golpe (SDn13) (sublinhados nossos).

Em (SDn11), o sujeito enuncia que seu voto contrário à deposição de Dilma é *por ser impossível um impeachment sem crime de responsabilidade*. Neste caso, os sentidos produzidos em torno do processo de deposição de Dilma apontam para um *impossível* determinante, que produz um efeito de ilegalidade do processo, uma vez que se não foi cometido crime de responsabilidade por parte da presidenta, não há justificativa para sua deposição por meio de *impeachment*.

Na sequência (SDn13), o voto “não” homenageia *os milhares de advogados e juristas deste País que apontaram que esse relatório é uma farsa, é um instrumento de golpe*. Neste caso, apresenta-se a voz de autoridade dos especialistas que deram posição contrária ao processo. Porém, o que é destacado neste enunciado não é a homenagem aos advogados e juristas em si, mas o fato introduzido pela oração adjetiva restritiva que, pela restrição, chama atenção para uma constatação desses especialistas, de que o relatório que defende o *impeachment* é *uma farsa, é um instrumento*

de golpe, uma vez mais, produzindo um sentido que aponta para um efeito de ilegalidade do processo. Vemos, nesses dois enunciados, que os processos parafrásticos que falam do *impeachment*, direcionam sentidos para uma não concordância com o que se apresenta na Constituição e, portanto, não se apresenta como um processo legítimo.

Um último grupo de sequências deste fio condutor compreende paráfrases que formulam e reformulam dizeres pelo funcionamento dos adjuntos adverbiais inseridos pela preposição *contra* no fio do discurso, produzindo um efeito de combate.

contra o golpe (SDn3) (SDn9) (SDn10)

Contra o golpe, contra os golpistas [Michel Temer, Eduardo Cunha] (SDn5)

contra esse golpe tramado pelo Presidente desta Casa e pelo Vice-Presidente Michel Temer (SDn12)

contra V.Exa., Sr. Presidente (SDn14)

contra Michel Temer (SDn14)

contra vocês (SDn14) (sublinhados nossos).

Nesses enunciados, vemos sentidos que se produzem em torno de *golpe* (SDn3) (SDn9) (SDn10) (SDn5) (SDn12) e *golpistas* (SDn5) que são representados especialmente por *Cunha* (SDn5) (SDn12) (SDn14) e *Michel Temer* (SDn5) (SDn12) (SDn14), marcando o que se deseja eliminar.

Ao enunciar o voto contrário ao impedimento de Dilma contra o *golpe* e os *golpistas*, aponta-se, uma vez mais, para um efeito de ilegalidade do processo, pois trata-se de um *golpe* cujos personagens *golpistas* são o deputado *Cunha*, responsável por aceitar o pedido de *impeachment* na Câmara e que preside a sessão, e *Michel Temer*, que se beneficiará com a tomada de poder com o afastamento definitivo da presidenta Dilma. Podemos observar as questões políticas que circunscrevem o acontecimento de deposição de Dilma, apagado, muitas vezes, pela fumaça do tecnicismo jurídico que envolve a produção de um pedido de *impeachment*, uma intensa discussão de “esclarecimentos”, a

produção de um relatório pautado na Constituição e uma votação nas Casas Legislativas.

Chegando ao fim desse fio condutor, afirmamos que as análises aqui empreendidas dos enunciados formulados por sujeitos inscritos na formação discursiva contrária ao processo, nos autorizam a dizer que os seus processos de significação direcionam sentidos que *falam sobre* os acontecimentos sempre na relação com a democracia, na sua defesa e continuidade e, diferentemente da *FD antipetista*, o Partido dos Trabalhadores, Lula e Dilma, não são representados como inimigos, mas ao contrário disso, representam *o melhor* que o país já teve e para que as conquistas se mantenham, Dilma não deve ser retirada do governo para o qual foi eleita pelo voto popular, soberano. Todavia, há também um lugar para um inimigo, representado por aqueles que querem afastar Dilma da Presidência, os golpistas: em especial, Michel Temer e Cunha.

Parcelas da população e minorias

Seguimos, então, nosso gesto de análise, apresentando o fio condutor em que se formulam paráfrases sobre *parcelas da população e minorias*.

Vejamos as sequências em que os processos de significação produzem sentidos sobre os trabalhadores:

Pelos trabalhadores e trabalhadoras do [nosso] Brasil (SDn4) (SDn14)
Por aquela trabalhadora que conseguiu ter uma carteira assinada; (SDn8)
por aquele trabalhador que conseguiu colocar seu filho numa universidade (SDn8)
pelo trabalhador rural que recebeu energia elétrica na sua casa (SDn8)
[em homenagem] aos trabalhadores que estão na rua em defesa da democracia (SDn10)
em defesa da agricultura familiar (SDn12)
em homenagem ao povo trabalhador que hoje está nas ruas resistindo contra o golpe (SDn13)
[Em nome dos direitos] dos trabalhadores da cultura (SDn17)
[Em nome] dos trabalhadores do campo e da cidade (SDn22) (sublinhados nossos).

Em primeiro lugar, destacamos o efeito produzido em (SDn4) e (SDn14), *Pelos trabalhadores e trabalhadoras do [nosso] Brasil*, que falam dos trabalhadores, numa tentativa de universalização, de todos os trabalhadores do país, inclusive marcado na diferença de gênero, o que inclui as trabalhadoras mulheres. E ainda se produz um efeito de universalização ao se enunciar em nome *dos trabalhadores do campo e da cidade* (SDn22), englobando as pessoas que trabalham, portanto, em todas as regiões. Sejam homens (*trabalhadores*) ou mulheres (*trabalhadoras*), que trabalhem no *campo* ou na *cidade*, são todos defendidos pelos sujeitos nesses enunciados. Vemos também a defesa de parcelas específicas desses trabalhadores: (SDn12) pelos *trabalhadores da cultura* (SDn17), na defesa de seus direitos, e ainda da *agricultura familiar*. Destacamos que a determinação atribuída à agricultura neste enunciado, como *familiar*, deixa ver que não são os grandes agricultores que estão aqui sendo defendidos, mas aqueles pequenos agricultores que, com seu plantio, sustentam a sua família.

Diferente dos processos de produção de sentidos desses enunciados, vemos outro efeito em (SDn8), em que o sujeito ao apresentar a defesa dos trabalhadores, o faz adicionando orações restritivas que falam mais sobre as políticas sociais dos governos petistas do que dos trabalhadores em si. O sujeito enuncia em (SDn8): *por aquela trabalhadora que conseguiu ter uma carteira assinada; por aquele trabalhador que conseguiu colocar seu filho numa universidade; pelo trabalhador rural que recebeu energia elétrica na sua casa.*

Os trabalhadores de quem se fala aqui não são todos e quaisquer trabalhadores, como nas sequências analisadas anteriormente, mas aqueles que, de alguma maneira, se beneficiaram com os programas sociais e políticas públicas empreendidas pelos governos de Lula e Dilma. Nesse sentido, esses programas teriam possibilitado às pessoas mais acesso ao emprego formal e que, por isso, a trabalhadora *conseguiu ter uma carteira assinada*; teriam ainda dado às pessoas mais acesso à educação, em especial, ao ensino superior e, por isso, *conseguiu colocar seu filho numa universidade* e ainda promovendo condições

básicas para aquelas pessoas que vivem na área rural, até então, com poucos acessos às políticas públicas e, devido a isso, *recebeu energia elétrica na sua casa*. É este trabalhador/trabalhadora, das classes menos favorecidas que antes não tinham oportunidades de acessos e que se beneficiaram desses investimentos promovidos por Lula e Dilma que se fala nesses enunciados. Assim, os efeitos de sentidos recaem não sobre os trabalhadores em si, mas falam sobre os governos representados como aqueles preocupados em dar oportunidades aos trabalhadores.

Temos ainda outro processo que, nas orações subordinadas adjetivas restritivas inseridas nos enunciados, significa os *trabalhadores* e o *povo trabalhador* na relação com os movimentos de manifestações sociais que estariam sendo realizados por eles, *que estão na rua em defesa da democracia* (SDn10) e *que hoje está nas ruas resistindo contra o golpe* (SDn13). Destacamos, nessas formulações, que os trabalhadores estão nas ruas se manifestando na *defesa da democracia* e *contra o golpe*, apresentando-se, mais uma vez, em um deslizamento, o efeito de sentido que deslegitima o processo de votação do impedimento de Dilma que seria anti-democrático.

Neste fio condutor, ainda temos dois enunciados de sujeitos que se colocam na defesa das pessoas mais pobres:

pela cidadania dos mais pobres deste País (SDn1)
em defesa do povo pobre do Brasil, que teve no Governo Lula e no Governo da Presidenta Dilma esperança e investimentos (SDn7) (sublinhados nossos).

Ao enunciar seu voto em nome daquelas pessoas mais pobres, afirma-se uma busca pela igualdade de acessos e direitos. Em (SDn1), o sujeito enuncia a favor da *cidadania dos mais pobres deste País* (SDn1), ou seja, na defesa das pessoas que precisam ter sua cidadania garantida, que são aquelas *mais pobres deste país*. O outro enunciado apresenta uma defesa *do povo pobre do Brasil* que, para além da determinação já apresentada na expressão, enquanto um *povo* que *é pobre* e *é do Brasil*, é significado pelo processo de

determinação discursiva como aquele *que teve no Governo Lula e no Governo da Presidenta Dilma esperança e investimentos* (SDn7). Há, assim, uma ressonância de sentidos de uma memória que fala das realizações positivas dos governos petistas, que deu ao povo mais pobre o que não tinha. Desse modo, para que essas pessoas continuem a ter *esperança e investimentos*, o sujeito vota a favor da continuidade do governo, ou de sua não interrupção antecipada.

Nesse mesmo efeito de sentido, vemos também os enunciados que formulam paráfrases que se apresentam na defesa das minorias e de seus direitos.

em defesa dos direitos indígenas (SDn12)
[em defesa] [em nome] dos quilombolas (SDn12) (SDn22)
Em nome dos direitos da população LGBT (SDn17)
[Em nome dos direitos] do povo negro exterminado nas periferias, (SDn17)
[Em nome dos direito] dos sem-teto (SDn17)
[Em nome dos direito] dos sem-terra (SDn17)
[Em nome] do meu povo negro (SDn22) (sublinhados nossos).

Esses enunciados dos votos contrários ao golpe/*impeachment* são formulados pelos sujeitos que se posicionam como porta-vozes da defesa *dos direitos indígenas* (SDn12), *dos quilombolas* (SDn12) (SDn22), *dos direitos da população LGBT* (SDn17), *do meu povo negro* (SDn22), *do povo negro exterminado nas periferias* (SDn17), *dos sem-teto* (SDn17), *dos sem-terra* (SDn17). Entendemos que este processo discursivo produz sentidos sobre essas minorias que precisam ter seus direitos garantidos, atualizando ainda uma memória dos Direitos Humanos que defende a igualdade de direitos para *todos* os seres humanos, independente de quaisquer circunstâncias.

Ressaltamos ainda que, considerando que os enunciados se produzem na FD contrária ao processo, em que se aponta para o processo de impedimento como anti-democrático e como golpe à democracia, para que os direitos das minorias sejam garantidos, é preciso se garantir a existência da própria democracia e, para que isso ocorra, é preciso votar “não” ao golpe/*impeachment* de Dilma Rousseff. Entendemos que não se trata de uma defesa do governo

em si, mas de uma defesa dos direitos democráticos que, com um processo representado como ilegítimo no interior dessa FD, estariam em risco.

Um último enunciado deste eixo condutor traz uma homenagem à juventude, porém não se trata da juventude como um todo, mas aquela restrita aos jovens paulistas que, entre 2015 e o início de 2016, ocuparam as escolas públicas no Estado de São Paulo em um movimento de resistência contra o projeto do governo estadual de fechar escolas.

em homenagem à juventude paulista, que ocupou dezenas de escolas (SDn10) (sublinhados nossos).

Atualiza-se, neste enunciado, a memória de um acontecimento recente de um movimento estudantil de resistência que, para o sujeito, é digno de homenagem em seu enunciado de voto contrário ao impedimento.

Assim, para concluir este fio condutor, afirmamos que os enunciados que se produzem em torno dos trabalhadores e minorias, no interior da FD contrária ao golpe/*impeachment*, deixam ver sentidos que se apresentam, em especial, na defesa e manutenção da democracia e dos direitos democráticos e humanos. Estes processos de significação dialogam com os enunciados apresentados nos fios condutores anteriormente analisados e ainda com o que se apresenta no próximo eixo, produzindo, nos processos parafrásticos, uma construção discursiva que constitui uma matriz de sentidos democrática.

Instituições e políticas públicas

As sequências recortadas deste último fio condutor dos votos contrários ao golpe/*impeachment*, nos trazem enunciados em que os sujeitos se posicionam na defesa da democracia, da Constituição, dos Direitos, das Instituições e de bens públicos e, ainda, dos programas sociais e políticas públicas.

Podemos depreender, nas primeiras sequências deste conjunto, processos de produção de sentidos em torno da democracia:

Pela (em defesa da) democracia (SDn1) (SDn2) (SDn3) (SDn4) (SDn6) (SDn7) (SDn9) (SDn10) (SDn11) (SDn12) (SDn20) (SDn21)

Em defesa da democracia, que aqui, hoje, está vivendo uma farsa, dirigida por um réu de processo de corrupção no STF (SDn15)

por uma democracia plena no nosso País (SDn19)

em defesa de homens e mulheres que estão nas ruas hoje e que estiveram sempre nas ruas em defesa da democracia (SDn21)

[falar aqui em democracia para tentar aplicar um golpe de Estado no nosso Brasil é no mínimo uma hipocrisia] pelo fim da hipocrisia (SDn8) (sublinhados nossos).

Como já afirmamos, a defesa da democracia é o tema de maior recorrência nos enunciados formulados no interior da formação discursiva contrária ao processo de impedimento de Dilma. Este funcionamento, além de comparecer de modo específico na defesa da *democracia*, como vemos nos enunciados destacados nestes recortes, comparece ainda em deslizamentos produzidos nos processos parafrásticos que falam sobre outros temas, como os que vimos nas análises anteriores, em especial, enquanto garantia de direitos.

Em (SDn19), a democracia defendida pelo sujeito não é uma democracia qualquer, mas aquela que deve exercer no país a sua plenitude, totalidade, enquanto uma *democracia plena*. Além disso, em outro funcionamento discursivo, a democracia a quem o sujeito se refere é a que é defendida pelas pessoas nas ruas: *por homens e mulheres que estão nas ruas hoje e que estiveram sempre nas ruas em defesa da democracia* (SDn21), apontando para o acontecimento presente em que as pessoas se manifestam contrárias ao processo e, conseqüentemente, na defesa da democracia, e ainda retomando uma memória de tempos outros, anteriores e independentes, em que *homens e mulheres sempre* estiveram nas ruas para defender a democracia. Ressaltamos, ainda neste enunciado, o fato de as

pessoas estarem *sempre* na luta pela democracia, o que deixa ver que esta não é dada como acabada, há sempre movimentos sócio-históricos que podem colocá-la em causa e levar à sua queda, instaurando regimes autoritários e ditatoriais. Desse modo, a defesa da democracia se coloca como permanente, em um *hoje*, que fala do *presente*, na relação com o acontecimento do *golpe/impeachment*, e um *sempre*, que retoma um passado de lutas pela democracia que precisam ser contínuas.

Outros dois enunciados produzem sentidos para a democracia na relação com o processo de impedimento em votação. Em (SDn15), o sujeito enuncia *Em defesa da democracia, que aqui, hoje, está vivendo uma farsa, dirigida por um réu de processo de corrupção no STF*; e em (SDn8): *[falar aqui em democracia para tentar aplicar um golpe de Estado no nosso Brasil é no mínimo uma hipocrisia] pelo fim da hipocrisia*. Nosso gesto de leitura desses enunciados nos permite dizer que os processos de significação produzem um efeito semelhante, de que seria uma *hipocrisia* falar em democracia, que estaria *vivendo uma farsa* em uma votação de um processo de *impeachment* que é *um golpe*, ou seja, que não possui legitimidade constitucional e ainda por ser dirigida por um réu *de processo de corrupção no STF*. Assim, o efeito que se produz é o de que a democracia estaria sendo colocada em risco por não haver legitimidade no processo de deposição de Dilma Rousseff. Vejamos ainda mais algumas sequências:

em defesa da (respeito à) Constituição (SDn7) (SDn11) (SDn12) (SDn19) (SDn21)

em respeito à Constituição, que juramos cumprir nesta Casa (SDn1)

em defesa dos direitos dos trabalhadores (SDn10)

em defesa do direito dos aposentados (SDn10) (sublinhados nossos).

Os processos de significação nesses enunciados se relacionam a outros já analisados, o que nos permite dizer que a defesa da *Constituição* e *dos direitos* nessas sequências aponta não só para uma homenagem aos direitos constitucionais, mas, sobretudo, para o efeito de que votar “não” ao *golpe/impeachment* é garantir que a

Constituição seja cumprida, uma vez que o sujeito enuncia *em respeito à Constituição, que juramos cumprir nesta Casa* (SDn1).

O voto “não” ao processo, significa defender os *direitos dos trabalhadores* (SDn10) e *dos aposentados* (SDn10) que estariam em perigo com a destituição de Dilma, não pelo governo em si, mas por se considerar que o processo não é constitucional e, portanto, não é democrático. Assim, se a democracia estaria em risco ao não se cumprir a Constituição, logo, os direitos dos trabalhadores e dos aposentados também seriam colocados em xeque.

Também estariam ameaçados, com a destituição de Dilma, as instituições, os bens públicos, os programas sociais e políticas públicas empreendidas durante o governo petista, que precisam, portanto, serem defendidos, como vemos nos enunciados a seguir:

em defesa do petróleo do pré-sal (SDn10)

[em defesa] do pré-sal (SDn15)

[em defesa] da justiça (SDn11)

em defesa da reforma agrária (SDn12)

em defesa do Minha Casa, Minha Vida (SDn12)

em defesa da CEPLAC (SDn15)

por aquele cidadão que conseguiu colocar seu filho em Harvard ou no MIT (SDn8)

em defesa do Sistema Único de Saúde e dos avanços que nós tivemos nos Governos Lula e Dilma (SDn57) (sublinhados nossos).

Nessas sequências, os sujeitos se posicionam contrários ao *golpe/impeachment* na defesa de instituições e bens públicos, representados pela defesa do *petróleo* (SDn10), do *pré-sal*, (SDn15), conseqüentemente, da Petrobras, maior empresa estatal do país, e também na defesa *da justiça* (SDn11), *do Sistema Único de Saúde e dos avanços que nós tivemos nos Governos Lula e Dilma* (SDn57). Ainda se colocam na defesa da *reforma agrária* (SDn12), do *Minha Casa, Minha Vida* (SDn12), da *CEPLAC* (SDn15) e *por aquele cidadão que conseguiu colocar seu filho em Harvard ou no MIT* (SDn8).

Esses processos de significação que se produzem nas paráfrases discursivas ressoam sentidos de uma memória das conquistas e avanços do país com as ações dos governos petistas de

Lula e Dilma. Em primeiro lugar, em relação ao crescimento da *Petrobras* ao longo dos anos em que o PT esteve no poder, em especial, via os investimentos em ciência e tecnologia que possibilitaram a descoberta das reservas de *pré-sal* em 2007, durante o governo Lula, sendo o *pré-sal* considerado uma das maiores riquezas do Brasil atualmente. Além disso, apontam para a defesa da *justiça*, do *SUS*, da *reforma agrária*, do *Minha Casa, Minha Vida*, da *CEPLAC* e de programas como o *Ciências sem Fronteiras* que permitiram ao cidadão ter um filho em universidades estrangeiras. Assim, vemos que os elementos lexicais se substituem parafrásticamente, mas sempre apontando para uma memória recente que fala do governo PT, representado por Dilma Rousseff e Lula, ou seja, produzindo sentidos sobre a memória do tempo presente, de um governo que, por todas essas conquistas, não deve ser deposto.

Chegamos, então, ao fim deste fio condutor, em que pudemos depreender os processos de significação dos enunciados analisados que, nos processos parafrásticos, direcionam sentidos para uma matriz, que delimita a FD de onde se enuncia nesses enunciados, ou seja, de uma *formação discursiva democrática*.

Retomando, para sintetizar, o gesto de análise que desenvolvemos até aqui, podemos concluir que, embora tratem de temas que se tocam, de algum modo, o funcionamento dos enunciados favoráveis e contrários se difere, em grande medida, no que diz respeito à produção de sentidos. No entanto, podemos apontar que, nos dois lados, existe um intercâmbio discursivo entre diferentes discursos que representam distintos aparelhos ideológicos de Estado, conforme os define Althusser (1980 [1976]): o religioso (que aparece, sobretudo, nos enunciados favoráveis, especialmente o grupo evangélico); o familiar; o jurídico; o político. Nessa perspectiva, vemos uma interrelação, muitas vezes, indissociável entre esses discursos em que os processos de produção de sentidos se sustentam, que vão, portanto, percorrendo o público e o privado, o institucional e o pessoal, em um imbricamento constante.

O funcionamento discursivo desses enunciados dos votos favoráveis e contrários produzem efeitos de sentidos que decorrem da tensão e da fluidez entre a paráfrase e a polissemia, que permitem aos sentidos, na repetição, se movimentarem e apontarem para outras direções, atualizando uma memória e construindo sentidos para uma memória dos acontecimentos do tempo presente, que podem ou não se cristalizar na memória oficial.

Esses processos de significação, introduzidos pelos adjuntos adverbiais que direcionam os sentidos tanto para uma defesa quanto para um combate dos elementos lexicais inseridos, que são muitas vezes determinados, qualificados, restringidos, explicados no fio do discurso (por adjetivos, orações restritivas ou explicativas e ainda por apostos e sintagmas nominais), vão construindo uma rede de memória. Esta rede deixa ver duas narrativas que constituem duas matrizes de sentidos antagônicas e em luta pela estabilização dos sentidos no campo político em torno da votação do impedimento.

A primeira delas corresponde à matriz de sentidos construída nos enunciados formulados pelos sujeitos favoráveis ao *golpe/impeachment* de Dilma Rousseff. Como vimos em nosso gesto de análise, os processos discursivos dos enunciados dos votos favoráveis se produzem em um gesto de defesa que recai sobre tudo aquilo que se considera em risco diante do inimigo representado pelos governos petistas de Lula e Dilma e, por isso, entendemos que se trata de uma *formação discursiva antipetista*.

Em suma, os sujeitos inscritos em distintas posições discursivas, enunciam seu voto no interior da *formação discursiva antipetista*, colocando-se na defesa: da *Pátria* e dos *brasileiros*, da *família tradicional brasileira*, em especial, a sua *própria família*, dos *valores tradicionais cristãos*, na defesa da *fé*, de seus *eleitores*, de seus *partidos*, dos *trabalhadores* (que sofreram e foram perseguidos pelo governo), de *minorias* (*mulheres* e *juventude* que precisam de unificação, dos *moradores de rua* que não têm programas sociais do governo, *pessoas com deficiência* que precisam de dignidade), na defesa da *democracia* e da *Constituição*, dos *movimentos sociais* (MBL,

Vem pra Rua, Revoltados Online), das instituições públicas (ciência e tecnologia, militares das Forças Armadas, e da segurança pública), e ainda das políticas públicas (mais empregos, crescimento econômico). Tudo isso, que se apresenta na linearidade do discurso, está sempre na condição de perigo, sendo ameaçado pelo governo de Dilma Rousseff sobre o qual ainda recaem os sentidos do governo Lula, que são, pois, colocados no lugar de inimigos. Ao Lula e à Dilma se atribuem os sentidos de desordem, corrupção, farra com dinheiro público, criminalização, sofrimento do povo, mentira, enganação. E ainda se constrói uma imagem de que Lula e Dilma são bandidos, que representam uma quadrilha, populista e irresponsável; que produzem vagabundização remunerada, que querem destruir a família, desunir e dividir o país e os brasileiros, colocam em risco os valores e a fé, não promovem o crescimento do país, têm um projeto de poder, maltratam e abandonam as pessoas, ou seja, são verdadeiros vilões.

Por outro lado, temos a constituição de uma matriz de sentidos em que se inscrevem os enunciados formulados pelos sujeitos que se manifestaram contrários ao golpe. Entendemos que nesses enunciados, os sujeitos, inscritos em distintas posições discursivas, enunciam seus votos contrários ao golpe/impeachment, filiados a saberes inerentes a uma formação discursiva democrática, logo, apresentando-se na defesa da democracia e de tudo que nela cabe: do país e do povo brasileiro, das famílias da classe operária e dos movimentos dos sem-terra, dos sem-teto, na defesa da liberdade democrática, do voto popular, na defesa de Lula e Dilma, enquanto bons governantes e boas pessoas, pelos eleitores, pelo partido que faz oposição, mas que defende democracia, na defesa dos trabalhadores, dos aposentados e de seus direitos, na defesa das minorias e de seus direitos (mais pobres, mulheres, negros, quilombolas, indígenas, sem-terra, sem-teto, juventude que produz resistência), em defesa da Constituição, das instituições e bens públicos, dos programas sociais. Ainda nesta formação discursiva, os sujeitos se posicionam contra corrupção, contra o golpe e os golpistas, representados por Temer e Cunha, e todos aqueles que

colocariam em ameaça a democracia, por estarem promovendo um processo ilegítimo, sem fundamentos constitucionais, portanto, uma farsa.

4.7.2 Duas memórias de um Passado

Iniciamos esta parte das análises, com uma citação de Robin (2016), que nos ofereceu subsídios para seguir nosso gesto de leitura:

O passado não é livre. Nenhuma sociedade o deixa à mercê da própria sorte. Ele é regido, gerido, preservado, explicado, contado, comemorado, odiado. Quer seja celebrado ou ocultado, permanece uma questão fundamental do presente. Por esse passado, normalmente distante, mais ou menos imaginário, estamos prontos para lutar, para estripar o vizinho em nome da experiência anterior de seus ancestrais. Embora surja uma nova conjuntura, um novo horizonte de expectativa, uma nova sede de fundação, nós o apagamos, esquecemos, remetemos à frente de outros episódios, voltamos, reescrevemos a história, inventamos, em função das exigências do momento e das lendas antigas (Robin, 2016, p. 31, sublinhados nossos).

Consoante Robin (2016), a memória do passado pode ser regida, gerida, preservada, explicada, contada, comemorada, odiada, podendo ainda ser apagada, esquecida e até mesmo reescrita, de acordo com o que se apresenta enquanto exigência em novas conjunturas, em novos acontecimentos. Isto significa que, no momento em que novos acontecimentos irrompem em novas condições sócio-históricas, surgem também novas maneiras de reger a memória em consonância aos interesses que ora se apresentam, como podemos observar no acontecimento do *golpe/impeachment*.

A memória, como um tecido, vai sendo estilhaçada, rasgada, despedaçada e, por fim, recosturada na produção de uma nova peça, de uma nova memória que, na relação com o passado, constrói um presente, tornando-se campo fértil para o jogo político que se presentifica nos enunciados dos votos dos deputados no

impedimento de Dilma Rousseff. Desse modo, os sujeitos olham na direção de um passado, para se construir um presente e possibilitar a promessa de um futuro.

Como vimos nas análises anteriormente empreendidas, ao se produzir sentidos para o momento presente, os sujeitos atualizam uma rede de memória possível no interior de cada formação discursiva. Trata-se de frações de uma memória despedaçada, de uma memória lacunar, que retorna em excessos, produzindo uma saturação de sentidos que, por consequência, silencia outros nacos de memória.

Nos enunciados formulados pelos sujeitos na sessão de votação do *golpe/impeachment*, essa tensão memória-esquecimento do passado (sempre da ordem do imaginário na ilusão da completude) comparece no processo parafrástico interdiscursivo. É por meio deste funcionamento que se atualiza no fio do discurso partes de uma memória social, coletiva, que fala sobre a história do país, dos estados, do povo, retomando ainda figuras históricas e políticas, a história dos seus partidos e também suas próprias histórias políticas e individuais que produzem sentidos na relação com o tempo presente³².

Todavia, como vimos ao longo das análises anteriores, há uma memória, em especial, que perpassa os processos de significação dos enunciados dos votos favoráveis e contrários ao processo de *golpe/impeachment*, atualizando sentidos no novo acontecimento discursivo. Esta memória despedaçada presentifica os acontecimentos de outro tempo histórico e produz sentidos nas práticas discursivas atuais.

Há, portanto, uma construção discursiva nas formulações dos enunciados que deixam ver um passado, na retomada de vários acontecimentos, como veremos, mas, especialmente, aqueles que

³² Não é nossa intenção dar conta de todos esses acontecimentos, que falam de uma história do país, em seus mais variados aspectos, o que demandaria um trabalho exaustivo que não cabe aqui. Nosso recorte se direciona para aqueles enunciados que conversam com o que já foi analisado até aqui, que nos permitiu perceber que há uma memória em especial, que se atualiza nos enunciados dos votos.

circunscrevem o período da ditadura vivida no país. Entendemos, consoante Mariani (1998, p. 39), que pensar a memória discursivamente consiste em “analisar as formas conflituosas de inscrição da historicidade nos processos de significação da linguagem”. Desse modo, não são os eventos históricos em si que nos interessam aqui, mas o modo como a discursividade atual produz sentidos que retomam dizeres mais ou menos estabilizados na memória, produzindo novos gestos de interpretação e significação desses eventos na relação com o acontecimento presente, ou seja, no encontro de uma atualidade e uma memória.

Isto porque, as duas pontas de uma mesma corda podem ser puxadas em direções opostas, regendo, mobilizando traços de memória de acordo com os seus interesses, construindo, assim, nos processos de produção de sentidos, duas memórias de um passado que significam o presente no interior das duas FDs antagônicas. Tal dicotomização no discurso político em um mesmo movimento satura e esvazia os processos de significação, provocando a simplificação da complexidade do político.

4.7.2.1 Um inimigo em comum: o *anticomunismo* e o *antipetismo*

Propomos, em um outro movimento analítico, um gesto de leitura das sequências discursivas recortadas dos votos favoráveis ao impedimento.

Como vimos no subcapítulo anterior, a maior recorrência de elementos lexicais dos votos favoráveis ao *golpe/impeachment* se colocava, dentre vários sentidos possíveis de serem enunciados daquela posição, na defesa das bases eleitorais dos deputados, de suas cidades e estados. Podemos ver agora que, muitas vezes, esses enunciados atualizam uma memória de suas tradições, valores, figuras históricas e políticas que marcam, no acontecimento presente, uma relação direta com o passado. Isso pode ser visto, por exemplo, em (SDs41): *pelo povo destemido e pioneiro do Estado de Rondônia, que desbravou aquela região*; e (SDs53) *pela Paraíba, pela tradição de luta e coragem do nosso povo [...] pela grandeza do nosso povo,*

em que se ressalta o povo por suas predicções na relação com a sua história.

Em (SDs41), o povo do estado de Rondônia é significado, pela determinação discursiva no funcionamento dos adjetivos *destemido e pioneiro*, e ainda que este povo *desbravou* a região. Essas determinações atualizam a memória histórica de um estado da Amazônia que, de modo distinto dos demais, não depende do rio para sobreviver, mas de suas estradas. E, além disso, seu povo foi se constituindo em ciclos econômicos ao longo do tempo. Desse modo, seriam desbravadores que pouco a pouco construíram o estado.

Vemos também, em (SDs53), um processo discursivo que se produz nas determinações que trazem ao povo predicados que apontam para sua *tradição de luta, coragem e grandeza*, deixando ver a história de intensas lutas e invasões vividas pelo povo paraibano em sua constituição sócio-histórica.

Contudo, recortamos alguns enunciados, que retomamos a seguir, que nos chamaram atenção para a construção discursiva que, pelo processo parafrástico, foi retomando uma rede de memórias de um desses estados, Minas Gerais. Este processo de significação direciona os sentidos para as tradições do estado, para a história de seu povo, e de figuras históricas. No entanto, esses sentidos, na repetição, deslizam e se abrem ao múltiplo, ou seja, que na relação parafrástica interdiscursiva, produz efeitos para além do que é formulado no enunciado:

em nome de um Estado cujo outro nome é liberdade, Minas Gerais (SDs42)
sobretudo em razão da vontade, uma vontade manifesta, clara e sincera do povo de Minas, terra de Tiradentes (SDs43)
Pelas tradições libertárias das Minas de Tancredo, Itamar, JK e Tiradentes (SDs50)
em honra à bandeira de Minas Gerais (SDs58)
Pela liberdade, igualdade e fraternidade (SDs46) (sublinhados nossos).

Os sujeitos enunciam o voto “sim” nesses enunciados em homenagem a *Minas Gerais, cujo outro nome é liberdade* (SDs42); em que vemos, na inserção de uma oração adjetiva explicativa, a relação

entre *Minas Gerais* e *liberdade*. Em seguida, em (SDs43), há a determinação do estado enquanto *terra de Tiradentes* (SDs43); e depois sua definição que aponta para as *tradições libertárias* e ainda figuras representativas dessas tradições: *Tancredo, Itamar, JK e Tiradentes* (SDs50); e, por fim, em (SDs58), a defesa de uma bandeira, a *bandeira de Minas Gerais*. Em primeiro lugar, entendemos que, nestes enunciados, em especial nas determinações atribuídas aos elementos lexicais, ressoam sentidos que atualizam, pelo efeito de evidência, especificamente, a memória de um dos principais movimentos/revoltas anticoloniais do século XVIII, década de 1780 no Brasil, conhecida como *Inconfidência Mineira*, que inspirou o símbolo da bandeira do estado.

Este movimento foi organizado por proprietários de terras, militares, intelectuais e religiosos da época, ou seja, representantes da elite colonial e ainda alguns poucos representantes da classe intermediária, como Tiradentes, um dos principais líderes do movimento e quem sofreu a pior das penalizações, o enforcamento. A *Inconfidência* se apoiava nos ideais *Iluministas da Revolução Francesa* que defendia ideais como os Direitos Humanos, que podem ser vistos também em (SDs46): *Pela liberdade, igualdade e fraternidade*. E ainda pautava-se em uma questão fiscal, colocando-se contrários às elevadas cobranças de impostos por Portugal. Este movimento buscava, portanto, a *liberdade* da colônia em relação à metrópole portuguesa e almejava para o Brasil, ideais republicanos.

Desse modo, ao enunciar pela *bandeira de Minas*, pela *liberdade*, pela *terra de Tiradentes e tradições libertárias*, há uma ressonância de sentidos que tocam a memória histórica desse movimento. E ainda, em (SDs50), vemos a referência às figuras políticas de *Tancredo, Itamar, JK*, que também aparece em outra sequência em que o sujeito vota pela *memória de Juscelino e Tancredo* (SDs58) e, indiretamente, quando se homenageia o aniversário da cidade de Brasília, inaugurada no governo de Juscelino Kubitschek, no enunciado: *56 anos da Capital da República* (SDs47).

Entendemos que ao fazer referência a esses três nomes de políticos mineiros, ressoam, no novo acontecimento, os sentidos de

suas histórias políticas, visto que foram governadores de Minas e também presidentes da República, mas, para além disso. Esses três personagens que se presentificam nos enunciados (SDs50) e (SDs58) atualizam no fio do discurso, pelo efeito de evidências, sentidos pré-construídos que apontam para um crescimento econômico e prosperidade, no caso de Itamar, que enquanto vice-presidente, assumiu o maior cargo de governo e levou o país ao crescimento; e também no caso de Juscelino Kubitschek que foi responsável por um grande avanço econômico do país e pela construção de Brasília e, de Tancredo, enquanto primeiro presidente após o período ditatorial, mesmo que eleito em eleição indireta.

Ressaltamos ainda um outro funcionamento interdiscursivo que podemos depreender dessa retomada da história desse estado. Foi de Minas Gerais que partiram as tropas militares que desencadearam o golpe na madrugada de 31 de março de 1964, sob o comando do general Olímpio Mourão Filho, em direção ao Rio de Janeiro, onde se encontrava o Presidente João Goulart. O general colocou em ação o plano que já vinha sendo construído, em torno da destituição do Presidente, uma vez que os quartéis se mostravam insatisfeitos com as políticas de Jango, que também já não tinha o apoio popular. Desse modo, podemos perceber que Minas Gerais teve papel crucial no acontecimento do golpe de 1964 que levaria os militares ao poder e, conseqüentemente, à instauração da ditadura.

Portanto, destacamos um duplo funcionamento que se apresenta nesse processo discursivo de retomada das tradições de Minas Gerais, que se marca no elemento lexical *liberdade*. Isto porque, no intradiscurso, há uma retomada explícita das suas lutas libertárias, que atualizam os sentidos genéricos em torno do movimento símbolo do estado. No entanto, sem que o sujeito se dê conta disso, atualiza-se, também, um outro momento marcante da história do país, cuja *liberdade* se apresentava num duplo jogo de significação: em primeiro lugar, ao lado dos que apoiavam o golpe de 1964 e buscavam a *liberdade* do país em relação ao *comunismo*, representado, naquele momento, pelo governo de Jango e, por

outro lado, a *liberdade* se marcava pela sua ausência, ou seja, a *liberdade* democrática. Observemos agora outro enunciado que destacamos:

Pelo povo de São Paulo nas ruas, com o espírito dos revolucionários de 1932; em respeito aos 59 milhões de votos contra o Estatuto do Desarmamento, em 2005; pelos militares de 1964, hoje e sempre; pelas polícias e, em nome de Deus e da família brasileira (SDs99) (sublinhados nossos).

Em (SDs99), o sujeito formula seu voto na defesa do *povo de São Paulo nas ruas, com o espírito dos revolucionários de 1932*. Ao tomar a palavra e enunciar seu voto, o sujeito produz, na materialidade discursiva, uma relação entre o momento atual e um acontecimento histórico de 1932. É preciso lembrar aqui que o movimento conhecido socialmente como “Revolução de 1932”, ou “Revolução Constitucionalista de 1932” foi um conflito armado que levou a muitas mortes, desencadeado pela elite do estado de São Paulo, que se manifestava contra o governo provisório de Getúlio Vargas, em decorrência da “Revolução de 30”, que teria implantado uma série de medidas autoritárias, como a anulação da Constituição de 1891, o fechamento do Congresso, e intervindo diretamente nos poderes dos estados.

Portanto, esses “revolucionários” foram para as ruas em uma guerra civil travada na luta por uma nova Constituição para o país, que acabou por se concretizar em 1934. Em vista disso, observamos que o sujeito enuncia sua defesa a favor do *povo* já especificado como o *de São Paulo*. E ainda acrescenta o advérbio de lugar *na rua*, marcando discursivamente onde este povo deve estar e como este povo deve estar na rua, no aposto *com o espírito dos revolucionários de 1932*. Desse modo, o processo discursivo retoma a memória do acontecimento, produzindo um efeito de incentivo à população que, tanto quanto os *revolucionários de 32*, hoje devem ir às ruas em luta.

Na mesma sequência, o sujeito enuncia *em respeito aos 59 milhões de votos contra o Estatuto do Desarmamento, em 2005*. Podemos dizer que o efeito que se produz nesse dizer é o de defesa de uma

população armada e, ainda, na relação com o enunciado anterior, de que as pessoas possam também promover conflitos armados, como em 1932.

Além disso, destacamos que o sujeito enuncia, em (SDs99), *pelos militares de 1964, hoje e sempre; pelas polícias e, em nome de Deus e da família brasileira*. Nesses dizeres, notamos a retomada de outro acontecimento, como vimos nos enunciados analisados anteriormente. Este enunciado deixa ver ainda uma defesa do sujeito em relação aos militares que atuaram no golpe e instauraram uma ditadura no Brasil marcado linguisticamente no numeral que traz a data de *1964*, fazendo referência direta ao acontecimento do golpe que depôs João Goulart da presidência. E, ainda, enuncia na defesa dos militares de *hoje e sempre*, que pelo funcionamento do advérbio temporal, inscreve uma relação entre passado, presente e futuro: são militares de *1964*, de *hoje* e de *sempre*. Ainda nesta sequência discursiva, há a defesa de *Deus e da família brasileira*, atualizando sentidos pré-construídos genéricos em torno dos valores tradicionais cristãos, cuja defesa recai sobre a família e a fé, como também vimos em outras análises anteriores.

Vejamos agora os seguintes enunciados:

Perderam em 1964. Perderam agora em 2016 (SDs100)
Contra o comunismo, pela nossa liberdade (SDs100)
pela memória do Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff! (SDs100) (sublinhados nossos).

Em (SDs100), é possível depreender, no processo discursivo, um efeito de sentido que vai ao encontro dos enunciados anteriores. Aqui, o sujeito retoma também o acontecimento do golpe de 1964, marcado na data, e o coloca em relação ao acontecimento do presente, em 2016. Por um efeito de paralelismo, o sujeito relaciona os acontecimentos em que comparece um ponto em comum, marcado na indeterminação do verbo *perderam*: *Perderam em 1964. Perderam agora em 2016* (SDs100).

O jogo com a simetria entre os enunciados (apenas alterando a data) aponta para um mesmo sujeito, como se os que “perderam”

nos dois momentos fossem os mesmos. Compreendemos que estes acontecimentos não são da mesma ordem, ou seja, não ocorreram nas mesmas condições sócio-históricas. Contudo, são enunciados nesta sequência discursiva, simetricamente, com uma aproximação que marca o ponto em que uma atualidade encontra uma memória. Assim, coloca-se, lado a lado, aqueles que foram derrotados pelo golpe de 64, João Goulart e seu governo, e aqueles que seriam derrotados no acontecimento atual, Dilma Rousseff e seu governo, enquanto sujeitos da mesma ordem, atualizando um pré-construído de um inimigo já conhecido: os comunistas.

Efeito este que ainda pode ser visto no enunciado *contra o comunismo, pela nossa liberdade* (SDs100), colocando em oposição os elementos destacados: o *comunismo* está de um lado e a *liberdade* de outro. Há, portanto, um jogo de sentidos que entremeia intradiscursos com interdiscursos ao se aproximar os acontecimentos distintos a partir de uma evidência de sentidos, assim como nos enunciados anteriores, pelo efeito dos sentidos pré-construídos. Nessa perspectiva, os processos de produção de sentidos colocam em relação direta o governo petista representado por Dilma e o comunismo, contra o qual se coloca no tempo presente, atualizando a memória do anticomunismo daquele tempo.

Destacamos, por fim, em (SDs100), que o sujeito enuncia o voto favorável ao impedimento de Dilma, dedicando-o à *memória do Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff!* O sujeito produz no fio do discurso uma homenagem ao Coronel Ustra, um dos comandantes do DOI-CODI do II Exército, um dos órgãos que atuou na repressão política durante a Ditadura Militar, sendo Ustra acusado de tortura neste período, conforme investigação realizada pela justiça brasileira³³ e também verificado

³³ De acordo com o *Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil* (2008), Ustra foi condenado em 2008 a pedido de cinco pessoas da família Teles que acusaram Ustra, um dos mais destacados agentes dos órgãos de segurança dos anos 70, de sequestro e tortura em 1972 e 1973. Disponível em: <https://oab.jusbrasil.com.br/noticias/120595/juiz-condena-coronel-ustra-por-sequestro-e-tortura>. No entanto, Ustra faleceu em 2015 sem pagar pelos crimes. Em 2018, o Tribunal de

durante a *Comissão Nacional da Verdade* (CNV)³⁴ à qual o Coronel deu depoimentos negando que houvesse cometido os crimes de tortura e assassinatos a ele atribuídos.

Em análises realizadas por Moreira Casimiro (2018), em dissertação de mestrado, a autora aponta que Ustra assume nos depoimentos à *Comissão Nacional da Verdade* uma posição em que os governos militares são compreendidos como democráticos e que nunca teriam violado os direitos humanos. O Coronel Brilhante Ustra deu à Comissão o livro *A Verdade Sufocada*³⁵ de sua autoria como parte de seu depoimento, em que nega os atos de tortura e, ao longo de todo seu discurso, menciona o livro como fonte do que entende como a verdade³⁶ dos fatos.

Para Daltoé (2016), a Comissão Nacional da Verdade representa um importante instrumento na reconstrução desse momento da história do Brasil, a partir de um outro lugar, ou seja, através do relato das próprias vítimas e/ou de seus familiares nas audiências realizadas pelo país. Tornando-se, portanto, “um novo espaço de dizer, de uma narrativa outra” (Daltoé, 2016, p. 154).

É preciso ressaltar que, antes da instauração da CNV, Dilma Rousseff realizou um depoimento (2001), contando detalhes da tortura que havia sofrido durante a ditadura no Brasil³⁷. De acordo com o documento divulgado pela Comissão, Dilma foi presa em

Justiça de São Paulo cancelou a condenação do Coronel com base na *Lei da Anistia*, que impede a punição dos crimes ocorridos durante a ditadura militar no Brasil. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/tj-sp-derruba-sentenca-que-condenou-coronel-ustra-indenizar-familia-de-jornalista-torturado-23162608>

³⁴ A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Presidenta Dilma Rousseff pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012 com a finalidade de apurar graves violações de Direitos Humanos no período entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>

³⁵ USTRA, C. A. B. *A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Brasília: Editora Ser, 2006.

³⁶ Depoimento disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YBSKI81w1Bo>

³⁷ Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo9/Nota%20212%20241%20243%20-%2000092_001027_2012_80.pdf

1970 em São Paulo e encaminhada para as dependências da Organização Bandeirantes, que se transformou no DOI-CODI 2, onde foi interrogada e torturada sob a denúncia de “praticar atos destinados a provocar a guerra revolucionária, instituir ditaduras de classe ou de partido”. Depois, o mesmo ocorreu no Rio de Janeiro e em Minas Gerais.

Desse modo, o aposto introduzido no fio do discurso, em que o sujeito homenageia o torturador, *pavor de Dilma Rousseff* (SDs100), faz ressoar sentidos já ditos da violência sofrida por Dilma na ditadura, mas que no acontecimento atual, deslizam e produzem sentidos outros. Entendemos que, ao se colocar Dilma ao lado dos comunistas e exaltar a memória de um torturador, o efeito que se produz nessa retomada é de um saudosismo em relação àqueles tempos em que os comunistas eram perseguidos, torturados e mortos, recuperando do passado, pedaços dessa memória que são ressignificados na nova reconfiguração do tecido da memória do tempo presente.

Trazemos a seguir as últimas sequências desse grupo:

pela reconstrução do nosso País, mas, sobretudo, em defesa da vida, da família e da fé (SDs101)

Em defesa da vida, da família, da moral, dos bons costumes (SDs59)

Pelos valores da família; pelos homens livres e de bons costumes (SDs48)

Pelos fundamentos do cristianismo (SDs52)

Pátria amada, Pátria amada, seu filho Delegado Waldir não foge à luta (SDs54) (sublinhados nossos).

Este recorte nos permite observar de que modo esses sentidos se produzem na relação com a historicidade que a atravessa, ou seja, de que modo, o passado e o presente se entrecruzam na produção de sentidos no interior dessa *formação discursiva antipetista*.

Os sujeitos enunciam na *defesa da vida, da família e da fé* (SDs101); *da vida, da família, da moral, dos bons costumes* (SDs59); *pelos valores da família; pelos homens livres e de bons costumes* (SDs48) e, por fim, *pelos fundamentos do cristianismo* (SDs52), *Pátria amada, Pátria*

amada, seu filho Delegado Waldir não foge à luta (SDs54). Entendemos que os processos discursivos destes enunciados se somam aos já apresentados até aqui. Observemos a relação entre as sequências em que os deputados votam na defesa dos seguintes elementos:

Quadro 3 - Votos 'sim' aos valores tradicionais cristãos- *passado*

vida
família
fé
moral
bons costumes
valores da família
homens livres
[homens] de bons costumes
fundamentos do cristianismo
Pátria amada

Fonte: Arquivo da pesquisa. Elaboração da autora

É possível verificar que, na linearidade discursiva, há um funcionamento parafrástico que permite a substituição dos elementos lexicais e da construção discursiva de determinações que se apresentam para a maior parte deles, como podemos ver em *bons costumes*; *valores da família*; *homens livres*; *[homens] de bons costumes*; *fundamentos do cristianismo*; *Pátria amada*. Portanto, esses enunciados dos votos favoráveis formulados pelos deputados, que se apresentam, por um efeito de substituição, como porta-vozes na defesa da família, da Pátria, da fé, deixa ver uma retomada dos sentidos pré-construídos em relação aos valores tradicionais cristãos e dos sentidos de brasilidade, que estariam sob uma ameaça de um inimigo, o governo petista, produzindo sentidos que são historicamente determinados e ideologicamente constituídos. Desse modo, esses processos de produção de sentidos não têm aqui sua origem, mas retomam sentidos já estabilizados na memória social de um anticomunismo, presente em muitas condições sócio-históricas no Brasil.

Retomamos aqui o trabalho desenvolvido por Mariani (1998) em que a autora explicita que os comunistas e o comunismo eram significados, naquelas condições, como um inimigo, uma ameaça. Nas palavras da autora,

Trata-se de um tipo de inimigo muito específico e especial, pois o tipo de negatividade mobilizada aponta para uma questão de crudeldade, misturada com ateísmo e amoralismo. Eles são *assassinos, pretensiosos de meia ciência, extremistas, sem Deus, ferozes, descontentes, tiranos, revolucionários*. Em suma, são *bárbaros*. Como consequência, são inimigos jurados da ordem, das instituições e da família brasileira. Por sua vez, o comunismo, *um abismo da escravização, uma barbárie*, é apresentado como *crime, praga sinistra, atitude de permanente violência, processo violento e subversivo da ordem social*, mas também como, *ditadura, ideologia totalitária, fantasia econômica delirante, materialismo histórico, nefasta doutrina*. Esse imaginário de crueldade e escravização convocado se mantém e se estende sobre o vocabulário de natureza política e econômica (Mariani, 1998, p. 144, sublinhados nossos).

Entendemos que, assim como identificou Mariani, em nosso *corpus*, há também uma construção de um inimigo, para o qual se mobiliza uma imagem de negatividade, amoralismo e crueldade. Assim, se há um inimigo que ameaça as instituições, as famílias brasileiras, e os valores tradicionais cristãos, logo deve-se defendê-los.

Esse efeito de defesa da família, da Pátria, da fé e dos valores tradicionais, produzido nas formulações dos deputados em condições específicas de produção, atualiza, pelo processo parafrástico, dizeres que se produziram em outros lugares, anterior e independentemente. Além do imaginário do *comunismo/comunista como ameaça* explicitado por Mariani no discurso jornalístico ao longo de décadas, também observamos a retomada de dizeres que se produziram em movimentos conservadores baseados em valores tradicionais cristãos, como a associação civil de base Católica denominada *Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP)*, fundada em 1960, com o objetivo de combate ao comunismo e na defesa dos valores que envolvem a tradição, a família e a propriedade: na defesa dos valores e espaços privados. E ainda se atualizam práticas

discursivas de um evento específico da história do Brasil: a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*.

Este movimento ocorreu em 19 de março de 1964, em resposta ao comício de João Goulart em 13 de março, em que o Presidente propôs uma série de reformas (administrativas, jurídicas, econômicas e agrárias) que desagradavam as classes média e alta do país, principalmente em relação à distribuição de bens e terras. O evento foi organizado especialmente por setores da Igreja Católica e por movimentos de mulheres, porém não se tratava de todas e quaisquer mulheres, mas daquelas que representavam interesses da elite do país, fazendo circular dizeres na defesa da família, de Deus, da Constituição e da Democracia que estaria abalada com a presença do “perigo comunista”. Por isso, pediam a saída de João Goulart da Presidência, uma vez que era considerado comunista e traidor da Pátria. Este movimento deu apoio necessário para que em 31 de março de 1964, João Goulart sofresse o golpe.

Depois de 50 anos, em 22 de março de 2014, uma reconfiguração da *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* se produziu e fez circular, em seus cartazes e gritos de guerra, enunciados como *Família brasileira unida por um Brasil melhor, Fora Dilma, Fora comunista!, Verde-amarelo, sem foice nem martelo, Nossa bandeira jamais será vermelha, Contra a Corrupção*, entre outros que apontavam mais uma vez para os sentidos de defesa da família, da religião e da Pátria. Assim, atualizavam, pelo movimento de paráfrase, sentidos do anticomunismo de 1964.

Esses sentidos, que circularam em outras condições anteriores e se atualizaram nos enunciados no interior de uma instituição por sujeitos que ocupam o lugar institucional no acontecimento da votação do golpe/*impeachment* de Dilma, produzem um efeito de legitimação desses dizeres. De acordo com Mariani (2019, p. 274), o trabalho metafórico ocorre “no deslizamento do efeito de sentidos que migra de um partido político específico – PCB – para uma generalização – esquerda(s) – para, em seguida, sua sombra recair sobre outro partido político específico – PT – e, na sequência, em

Lula, nome do fundador do partido e candidato à presidência. Vejamos: *PCB [...] Esquerda(s) [...] PT[...] Lula [...] inimigo nefasto*".

Os enunciados vão se reformulando, se desdobrando em paráfrases nos votos dos deputados e construindo uma matriz de sentidos que, no deslizamento, reproduzem um inimigo que ameaça as instituições. Mas, neste caso, é Dilma Rousseff que assume o lugar de inimigo no acontecimento atual e que permite uma ressonância de sentidos de uma rede de memória nos votos dos deputados: *o comunista/ o esquerdista/ o petista/ Lula/ Dilma [...] inimigos nefastos*.

Desse modo, foi possível depreender um processo discursivo que, buscando preencher os votos "sim" de sentidos, insere, no fio do discurso, memória e atualidade que se somam, se substituem, se imbricam, se atravessam e direcionam sentidos que se quer estabilizar na memória social. Assim, pela evidência de sentidos, atualiza-se "uma memória" dos acontecimentos de *um passado*, presentificando partes de uma memória, que se reconfiguram em uma nova montagem e são ressignificadas em um novo acontecimento discursivo, produzindo desestabilização e novas cristalizações de sentidos, também para o tempo presente.

4.7.2.2 Uma luta em comum: *resistência e democracia*

Seguindo nossa leitura, trazemos agora os enunciados dos votos contrários ao processo do *golpe/impeachment*. Em nosso gesto de análise, podemos afirmar que os processos de produção de sentidos dos enunciados que retomam o passado histórico nos votos contrários ao *golpe/impeachment*, se produzem, em grande medida, por funcionamentos discursivos distintos e produzem efeitos também distintos dos que apresentamos nas análises dos votos favoráveis. No entanto, também nesses enunciados, vemos que a memória retomada na linearidade discursiva rege partes de uma memória, de acordo com os interesses no interior desta *fomação discursiva democrática*.

Vejamos a seguir um primeiro conjunto de sequências:

por aqueles que nunca escolheram o lado fácil da história (SDn35)
em homenagem ao Capitão Lamarca (SDn32)
em homenagem a (por) Marighella (SDn32) (SDn35)
[em homenagem] a Zumbi (SDn32)
[em homenagem] a Dandara (SDn32)
por Plínio de Arruda Sampaio (SDn35)
por Evandro Lins e Silva (SDn35)
por Arraes (SDn35)
por Luís Carlos Prestes (SDn35)
por Olga Benário (SDn35)
por Brizola e Darcy Ribeiro (SDn35)
por Zumbi dos Palmares (SDn35) (sublinhados nossos).

Em primeiro lugar, destacamos a sequência (SDn35) em que o sujeito enuncia seu voto contrário à deposição de Dilma *por aqueles que nunca escolheram o lado fácil da história*. O processo de significação desse enunciado traz um *aqueles que* genérico que introduz uma oração adjetiva restritiva, que remete a uma indeterminação daqueles que *nunca escolheram o lado fácil da história*. Contudo, observando a relação intradiscursiva e intersequencial, podemos dizer que esse *aqueles que* [...] que seria um funcionamento genérico, aponta para os nomes que são inseridos no fio do discurso, na mesma sequência discursiva (SDn35) e também em (SDn32), deixando ver uma relação interdiscursiva na homenagem a inúmeros nomes da história do país, que comparecem no enunciado, pelo efeito de substituição parafrástica: por *Plínio de Arruda Sampaio*; por *Evandro Lins e Silva*; *Arraes*; *Luís Carlos Prestes*; *Olga Benário*; *Brizola e Darcy Ribeiro*; por *Zumbi dos Palmares* e também por *Marighella* (SDn35); pelo *Capitão Lamarca*; por *Marighella*; por *Zumbi*; por *Dandara* (SDn32).

O que todos esses nomes têm em comum é uma história de ativismo político e militante de movimentos de esquerda, socialistas ou comunistas, ou ainda de luta e resistência, que falam da história dos quilombos e das ditaduras vividas no país. Entendemos que, essa relação que entremeia intradiscurso e interdiscurso, marca na linearidade discursiva o efeito de sentido

de resistência, delimitando, por esse processo, a rede de sentidos que pode pertencer a essa formação discursiva.

Apresentamos a seguir outro grupo de *SDn*:

Meu voto será uma homenagem aos jovens da década de 60, que lutaram contra a ditadura (SDn26)
por todos os que lutaram contra a ditadura militar (SDn50)
pelo Deputado Rubens Paiva, cassado e morto pela ditadura (SDn50)
pela minha geração, que foi às ruas enfrentar a ditadura e o golpe (SDn57)
em homenagem ao povo brasileiro, que carrega as marcas de ausência de democracia na pele e na alma (SDn39)
pelos companheiros da Bahia que estão mobilizados para não aceitar mais um golpe de estado neste País [...] (SDn30) (sublinhados nossos).

Como é possível verificar, os sujeitos, inscritos na *formação discursiva democrática*, enunciam seus votos em um efeito de homenagem às pessoas que se colocaram como resistência à ditadura militar do Brasil. Este efeito se produz, principalmente, pelo funcionamento das determinações discursivas, como podemos visualizar no quadro abaixo:

Quadro 4 - FD democrática- passado de luta e resistência

Elementos lexicais	determinantes	Sequência
aos jovens da década de 60	que <u>lutaram contra a ditadura</u>	(SDn26)
todos	os que <u>lutaram contra a ditadura militar</u>	(SDn50)
Deputado Rubens Paiva	<u>cassado e morto pela ditadura</u>	(SDn50)
minha geração	que foi às ruas <u>enfrentar a ditadura e o golpe</u>	(SDn57)
povo brasileiro	que carrega as marcas de <u>ausência de democracia na pele e na alma</u>	(SDn39)
companheiros da Bahia	que estão mobilizados para <u>não aceitar mais um golpe de estado neste País...</u>	(SDn30)

Fonte: Arquivo da pesquisa. Elaboração da autora

As determinações introduzidas na linearidade do discurso, presentificam, no novo acontecimento discursivo, uma memória daqueles que podemos resumir como aqueles *que lutaram contra a ditadura e contra o golpe*, apontando uma vez mais para o efeito de sentido de resistência, daqueles que, em outros tempos, resistiram ao período de instituição de um autoritarismo, de perda de liberdade, de tortura e assassinatos. A ditadura é, então, significada, em (SDn39), como uma *ausência de democracia* que se marca *na pele e na alma* (SDn39), apontando para os efeitos de violência física, que se marca *na pele*, mas também uma violência simbólica, que se marca *na alma*.

Orlandi (2013 [1996], p. 10) nos fala sobre essa violência simbólica, quando afirma que “o que a ditadura faz é justamente dizer-se cotidianamente como algo natural, familiar, sem constituir um período de exceção. É essa normalidade a sua maior violência. Sua violência simbólica. Sem altos nem baixos”. A ditadura se faz, então, “no seu efeito de senso comum, de discurso social aceitável, e fato de opinião pública, não de alteração da vida comum”.

Destacamos ainda, nessas sequências, os verbos *lutar*, *enfrentar*, *não aceitar*, que direcionam os sentidos mais uma vez para um efeito de resistência à ditadura. Ressaltamos, por fim, em (SDn30), o enunciado *que estão mobilizados para não aceitar mais um golpe de estado neste País...* em que se produz o efeito de aproximação, em *mais um golpe*, possível pelo imaginário que funciona no sujeito, entre os dois movimentos, do golpe de 1964 e do golpe/*impeachment* de Dilma, assim como vimos nos enunciados inscritos na *formação discursiva antipetista*. No entanto, os efeitos que se produzem se diferem, uma vez que, neste enunciado formulado no interior desta *formação discursiva democrática*, o acontecimento do impedimento é representado como um *golpe*, que pode ser comparado a outro golpe, ou poderíamos dizer ainda, a outros golpes que ocorreram nas diversas condições sócio-históricas do Brasil. Vemos, portanto, que os sentidos sobre ditadura se produzem na relação com os sentidos de democracia, e vice-versa, como podemos observar em mais um grupo de sequências:

por todos aqueles que lutaram pela democracia e tombaram nesta luta (SDn25)

a todos aqueles que sabem que o que está em jogo não é apenas um Governo, não é apenas a figura da Presidenta Dilma, é a democracia (SDn26)

eu dei a minha juventude em defesa da liberdade, da justiça, do direito e pela democracia (SDn29)

Em nome da democracia que conquistamos (SDn29)

A coragem daqueles que resistiram ao Golpe de 1964, com dor, sangue e a própria vida, foi o que devolveu à minha geração a tão sonhada liberdade. Em homenagem a esses lutadores da democracia (SDn52)

Aqui, o PCdoB vota por aqueles que tombaram pela democracia no nosso País (SDn55) (sublinhados nossos).

Para melhor visualização deste funcionamento, vejamos o quadro que segue:

Quadro 5 - FD democrática- passado de luta pela democracia e contra a ditadura

Elementos lexicais	determinantes	Sequência
por todos aqueles	<u>que lutaram pela democracia e tombaram nesta luta</u>	(SDn25)
todos aqueles	<u>que sabem que o que está em jogo não é apenas um Governo, não é apenas a figura da Presidenta Dilma, é a democracia</u>	(SDn26)
da liberdade, da justiça, do direito e pela democracia		(SDn29)
democracia	<u>que conquistamos</u>	(SDn29)
lutadores	<u>da democracia</u>	(SDn52)
aqueles	<u>que tombaram pela democracia no nosso País</u>	(SDn55)

Fonte: Arquivo da pesquisa. Elaboração da autora

Os mecanismos de significação desses enunciados que acabamos de apresentar, direcionam sentidos, pelas determinações discursivas, para a democracia, mas sempre na retomada de um passado de lutas e conquistas que são homenageadas pelos sujeitos na linearidade discursiva, que podem ser vistos tanto nos

elementos lexicais *democracia, liberdade, direito, justiça, lutadores*, como também, e principalmente, nas determinações atribuídas a esses elementos, que ressaltam, ainda mais, a conquista da democracia pela *luta* de determinadas pessoas, ou seja, uma luta contra a ditadura.

Em (SDn26), o sujeito enuncia em nome de todos aqueles que sabem que o que está em jogo não é apenas um Governo, não é apenas a figura da Presidenta Dilma, é a democracia. Neste enunciado, há um deslocamento que sai da personificação do golpe/*impeachment* da presidenta em direção a um bem político maior, que é a sustentação de um governo democrático. Este processo de significação produz sentidos na relação com o não dito que, no deslizamento, atualiza sentidos de uma ausência de democracia, marcada sócio-historicamente pelos períodos autoritários. Desse modo, aprovar o golpe/*impeachment* seria colocar em jogo a democracia que existe no país.

Concluimos, então, esta parte das análises, em que buscamos compreender os processos de produção de sentidos dos enunciados que, como vimos, se constituíram pelo efeito de substituição parafrástica entre elementos lexicais que possibilitaram a inserção de determinações discursivas, saturando sentidos, e delimitando, pelo excesso, as zonas de saber inerentes às formações discursivas às quais os sujeitos se filiam para enunciar seu voto “sim” ou “não”. Os sujeitos, ao enunciarem seus votos favoráveis e contrários, atualizam na linearidade discursiva uma rede de memórias que produzem sentidos para o passado e para o presente, sempre na relação tensa e fluida da paráfrase e da polissemia, em que o repetir, repetir, repetir, leva a uma retomada de estilhaços de memória em novas formulações, mas que, na repetição, produzem diferenças e se ressignificam na descontinuidade do tempo presente. E é este movimento incessante de um ir e vir, entre passado e presente, entre os abusos de (da) memória e da atualidade, que se permite aos sujeitos, no novo acontecimento, projetarem um futuro imaginário, *sempre*

imaginário, que pode ou não se concretizar, mas para o qual não temos garantias.

Ao falar de memória, Mariani (1998, p. 39) defende que o processo de “recordar’ possibilitado pela memória também se concretiza no movimento do presente em direção ao devir, engendrando assim uma espécie de ‘memória do futuro’ tão imaginária e idealizada quanto a museificação do passado em determinadas circunstâncias”. É nessa perspectiva que consideramos, a seguir, a construção de duas memórias de um futuro, imaginárias e idealizadas que vão ao encontro do passado, entremeados pelas narrativas que se constroem no acontecimento discursivo do presente.

4.7.3 Duas memórias de um Futuro

Brasil, um país e dois futuros? Esta indagação retoma um enunciado que circula no Brasil desde outros tempos, produzindo sentidos em diversas circunstâncias sócio-históricas, mas que teria sua origem primeira no livro de Stefan Zweig (2001 [1941]): *Brasil, país do futuro*. Nesta obra, o autor austríaco, que deixou a Europa, fugindo dos horrores nazistas, produz uma narração-descrição em que podemos ver sua interpretação, enquanto estrangeiro, das condições sócio-históricas, políticas e econômicas do Brasil na década de 1940, projetando, em sua narrativa, um futuro que ele imaginava, desejava para o país e para o mundo, na relação com o presente vivido.

Por isso, na existência do Brasil, cuja *vontade* está dirigida unicamente para um *desenvolvimento pacífico*, repousa uma das nossas melhores *esperanças* de uma *futura* civilização e pacificação do nosso mundo devastado pelo ódio e pela loucura. Mas onde se acham *em forças morais*, é nosso dever *fortalecermos essa vontade*. Onde na *nossa época de perturbação* ainda vemos *esperança de um futuro novo* em novas zonas, é nosso dever indicarmos esse país, essas possibilidades (Zweig, 2001 [1941] p. 28-29, grifos nossos).

Como podemos ler neste trecho do livro, Zweig (2001 [1941]) projeta imaginariamente um futuro do Brasil enquanto solução para “um mundo devastado pelo ódio e pela loucura”, uma “época de perturbação” diante dos horrores da ascensão de Hitler ao poder na Alemanha, que culminaria na Segunda Guerra Mundial. Seria, portanto, no Brasil, enquanto um país que não gosta de guerra, “cuja *vontade* está dirigida unicamente para um *desenvolvimento pacífico*”, que repousaria a *esperança* de um *novo futuro*, como solução para um mundo em caos.

Como já afirmamos, Pêcheux (2015 [1983], p. 47) compreende que a memória consiste não em “uma esfera plena”, homogênea e estável, mas em um espaço de mobilidade, flexibilidade “de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização [...] Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos”. É nessa perspectiva, em que a memória comporta, simultaneamente, o mesmo e o outro, o igual e o diferente, que podemos dizer que, nos enunciados dos deputados na sessão do golpe/*impeachment*, ressoam sentidos ainda desse *futuro* projetado pelo escritor austríaco, de *esperança* e *mudança* que apontam para um futuro imaginário na contraposição de um mundo de *perturbações* do presente.

Courtine (1999) defende que há uma relação imaginária entre o ato da enunciação e o *domínio da memória*, que pode ser observado nos rituais discursivos da continuidade, que fazem com que o tempo seja rompido. Há uma ligação entre o momento presente de enunciação ao passado discursivo, e ainda ao futuro, em que há “uma anulação imaginária do processo histórico, com sua duração e suas contradições próprias, constitutivas do próprio interdiscurso”. Isso faz intervir na linearidade discursiva do sujeito, uma “continuidade linear de uma sucessão temporal passado-presente-futuro”, como aponta o autor nos exemplos do discurso comunista: “Nosso Partido Comunista, amanhã como ontem, tem a intenção de [...]”, e “E amanhã? Amanhã como hoje, nós nos esforçaremos”, “O futuro será como nós o fizemos juntos hoje” (Courtine, 1999, p. 20).

O trabalho desenvolvido por Mariani (1998) é também um bom exemplo deste movimento de memória que se produz no funcionamento do discurso jornalístico sobre os comunistas. De acordo com a autora, a projeção de uma memória do futuro se textualiza na materialidade discursiva analisada de várias maneiras:

Da escolha lexical que remete para ideias de futuro e movimento (*destino, marcha, reação*), da utilização de modalização com verbo no futuro do pretérito, formulando hipóteses, (*aventurar juízos que poderiam ser temerários*), das adjetivações (*destino de grandeza, sonho maldito*), distribuindo os campos antagonistas do bem (*brasileiros/povo brasileiro*) e do mal (*surto /polvo comunista*), até a afirmação de fatos dados como incontestáveis que, descrevendo uma situação presente, apontam para inevitáveis desdobramentos futuros (*fato e que já começa [...]; o povo brasileiro [...] prepara-se para reprimir [...]*), na enunciação jornalística vai se organizando uma representação social do comunismo como um futuro indesejável, e contraponto ao que se afirma que é e será a brasileira (Mariani, 1998, p. 168, grifos da autora).

Como podemos ver, o futuro projetado pelos jornais é aquele indesejável representado pelos comunistas, em um contraponto a um outro possível futuro, inscrito em uma formação discursiva brasileira, portanto, sem os comunistas.

Destacamos ainda o que Orlandi (2001, p. 12) nos traz em relação aos discursos fundadores. Para a autora, os enunciados, como os dos discursos fundadores, são:

aqueles que vão nos inventando um passado inequívoco e empurrando um futuro pela frente e que nos dão a sensação de estarmos dentro de uma história de um mundo conhecido: diga ao povo que eu fico, quem for brasileiro siga-me, *libertas quae sera tamen*, independência ou morte, em se plantando tudo dá etc (Orlandi, 2001, p. 12).

A autora ainda afirma que esses enunciados ecoam (Serrani, 1997) e reverberam efeitos de nossa história em gestos e discursos diários, e em nossa própria construção de uma identidade-histórica. Nas palavras de Orlandi (2001, p. 12), “não são os

enunciados empíricos, são suas imagens enunciativas que funcionam”.

A partir do que expusemos até aqui e deslocando o que Orlandi (2001) nos fala sobre o *discurso fundador*, nós propomos que o discurso produzido nessas condições específicas de votação do golpe/*impeachment* de Dilma Rousseff no interior de uma instituição legitimada socialmente, funciona enquanto um *discurso aglutinador de memória*; em que os tempos descontínuos da história se entrecruzam; e só produzem sentidos nessa relação entre passado, presente e futuro, numa ilusão imaginária de linearidade temporal e discursiva. *Aglutinador* porque produz um efeito *de encontro entre temporalidades polirrítmicas de memórias* não só de tempos distintos, mas também do próprio confronto político e simbólico que se manifesta nos enunciados dos votos inscritos em duas formações discursivas antagônicas. E, ao mesmo tempo, enquanto um discurso que *aglutina a dor*, suturando a ferida aberta... a ferida de um passado e/ou de um presente, que lança para frente, por um efeito de promessa, de desejo, uma projeção que pode vir a tamponar essa dor no acontecimento discursivo do agora.

Tenório Neto e Ericson (2020, p. 419), retomando Pêcheux (2015 [1983]), afirmam que o futuro é “um efeito de atualização na memória, investido do interdiscurso”. Para os autores, “trata-se de um futuro que constitui o sujeito a partir de uma projeção imaginária, que é projeção do desejo”.

Retomamos aqui que, na materialidade discursiva de nosso *corpus*, há, pois, um efeito de promessa. Uma promessa de algo que pode vir a ser, que vai se projetando discursivamente, na relação com *um presente* e *um passado*, no interior de cada formação discursiva regulada pelos saberes que ela comporta: *um futuro* decorrente da aprovação do *impeachment*, ou seja, colocando fim ao governo petista; ou ainda, por outro lado, *um outro futuro* que virá como consequência da não concretização do golpe contra Dilma.

Em outras palavras, são dois futuros projetados, *um futuro* de esperança e mudança, tendo em vista o estado de terror construído na narrativa do presente, que aponta ainda para um saudosismo de

um passado que se quer recuperar; e *outro*: um futuro de manutenção da democracia e de continuação do que hoje o presente governo proporciona de bom para o país, diferente de um passado, que não se quer ter novamente.

Chegamos, assim, à última seção de análises das sequências discursivas em que os sujeitos enunciam seus votos, produzindo sentidos que projetam um futuro, ou melhor, dois possíveis futuros inscritos em processos de produção de sentidos no interior da *FD antipetista* ou da *FD democrática*.

4.7.3.1 Um futuro de mudança e esperança

Para nosso gesto de análise, produzimos uma aproximação intersequencial por fios condutores, assim como fizemos nas seções anteriores, que nos permitem observar as relações intradiscursivas, intersequenciais e interdiscursivas em nossas análises.

Esperança/futuro

O primeiro fio condutor consiste no grupo de sequências recortadas que traz, nos enunciados, paráfrases discursivas nas quais observarmos a projeção de um futuro marcado no próprio elemento lexical *futuro* e, ainda, em *esperança*.

pelo futuro das minhas filhas Maria Luísa e Ana Maria (SDs78)

pelo futuro de nossos filhos (SDs79)

pensando no futuro dos meus netos (SDs94)

por um novo futuro para as novas gerações (SDs83)

'*O futuro não é o mero encontro dos astros, o futuro se constrói*', segundo Dom Ivo Lorscheiter [...] pela reconstrução do Brasil (SDs91)

para que possamos olhar para a frente (SDs80) (sublinhados nossos).

Este primeiro conjunto de sequências deixa ver que, no processo discursivo no momento presente da enunciação, irrompe um tempo outro, que projeta diretamente o futuro, que avança o tempo em *olhar para a frente* (SDs80) e ainda satura os sentidos pelas

determinações, o que delimita este futuro de que se fala: é o futuro *das minhas filhas*_(SDs78); *dos meus netos* (SDs94); *de nossos filhos* (SDs79); *para as novas gerações* (SDs83); apontando, portanto, para o futuro da família, aquela família tradicional brasileira que precisa ser defendida do governo atual no presente, retomando dizeres já ditos, e projetando para essa família burguesa, um futuro sem Dilma Rousseff no governo.

Podemos observar, em (SDs91), um enunciado que é introduzido pelo sujeito no intradiscurso pelo funcionamento do discurso direto, marcado textualmente nas aspas: “*O futuro não é o mero encontro dos astros, o futuro se constrói*”, segundo Dom Ivo Lorscheiter (SDs91). Podemos ver, neste funcionamento, uma retomada de um dizer anterior e independente, um *discurso do outro*, que vem significar no tempo presente. Chamamos atenção para o trecho *o futuro se constrói*, cujo efeito de sentido aponta para uma construção de um futuro, possibilitado pelo acontecimento do *golpe/impeachment*, direcionando os sentidos para um efeito de *reconstrução do Brasil* (SDs91), num movimento de retomadas e deslocamentos.

Em seguida, trazemos outro grupo de sequências:

acima de tudo, por mais esperança para os brasileiros (SDs61)
com a esperança de ver o País sair da crise (SDs68)
à geração dos meus filhos, à geração que clama por esperança e por dias melhores (SDs69)
acima de tudo pela esperança do povo brasileiro (SDs87)
Pelo resgate da esperança que foi roubada do povo brasileiro (SDs97)
na esperança de que os brasileiros voltem a sonhar, voltem a sorrir (SDs94)
com a esperança de que nós possamos construir, com o novo Governo, um diálogo com a política, com a economia e recuperar esta Nação (SDs96)
(sublinhados nossos).

Nestas sequências, é pela “escolha” lexical *esperança* que se projeta o futuro desejável, ou seja, enquanto um desejo de um devir, que se constrói, sobretudo, no funcionamento sintático dos complementos nominais (ou oração completiva nominal) atribuídos a essa *esperança*, como vemos a seguir:

Quadro 6 - FD antipetista- esperança

mais esperança	para os brasileiros	(SDs61)
esperança	de ver o País sair da crise	(SDs68)
esperança	de que os brasileiros voltem a sonhar, voltem a sorrir	(SDs94)
esperança	de que nós possamos construir, com o novo Governo, um diálogo com a política, com a economia e recuperar esta Nação	(SDs96)

Fonte: Arquivo da pesquisa. Elaboração da autora

Há uma construção discursiva em que se projeta um desejo de esperança de um futuro na relação com o presente, ou seja, um futuro sem *crise*, em que os brasileiros *voltem a sonhar e sorrir* e ainda na construção de um *diálogo com a política e com a economia para recuperar o país*. Destacamos ainda que estes enunciados se produzem em um sentido de recuperação, resgate da nação. Logo, se é preciso recuperar o país, e voltar a sonhar e sorrir é porque no tempo presente isso não é possível. É visível também uma relação com o passado, uma vez que os verbos *voltar* e *recuperar* constroem uma ponte direta entre o passado e o futuro, de modo a fugir do presente indesejável.

Vemos ainda, outros dois funcionamentos, em que a esperança é determinada pela oração adjetiva restritiva *que foi roubada do povo brasileiro* (SDs97), direcionando os sentidos para o governo, que teria roubado do povo sua esperança e, ainda, em (SDs69), em que o elemento lexical *esperança* aparece como objeto indireto, ao lado de outro objeto indireto, completando o sentido do verbo *clamar*: *à geração [dos meus filhos] que clama por esperança e por dias melhores*, deixando ver um efeito de sentido de um desejo da geração futura (dos seus filhos) de ter esperança e melhores dias sem o governo petista no poder.

Trazemos à análise outro grupo de sequências:

pela mudança do Estatuto do Desarmamento (SDs62)

por reformas (SDs86)

pela mudança (SDs89)

é preciso mudar (SDs68) (sublinhados nossos).

Nestes enunciados, a recorrência se marca no sentido de *mudança*, o desejo projetado para que o futuro não seja como é hoje: *é preciso mudar* (SDs68) é preciso haver *mudança* (SDs89) e *reformas* (SDs86) e ainda mudar o *Estatuto do Desarmamento* (SDs62). Nesses enunciados, há um fio discursivo em que podemos depreender os efeitos dos interesses do sistema capitalista, que regem o mercado que, com o governo atual, não consegue evoluir. É preciso mudar o governo e promover mudanças estruturais no país, a começar pelas *reformas* trabalhista, previdenciária, sindical, educacional (Novo Ensino Médio) e tributária, e ainda o desejo manifesto por uma mudança específica, do *Estatuto do Desarmamento* que, podemos dizer, também vai ao encontro dos interesses capitalistas, de consumo de armas e munição. Ainda como representação desses mesmos interesses, temos as seguintes sequências:

na expectativa e na confiança do crescimento socioeconômico do nosso País (SDs64)
em favor de melhorar a economia do nosso País (SDs69)
por um desenvolvimento socioeconômico justo para o nosso País (SDs87)
(sublinhados nossos).

Vemos que os sujeitos se posicionam nos votos a favor do *crescimento e desenvolvimento socioeconômico* e ainda de *melhorar a economia*. O funcionamento desses elementos lexicais nos enunciados produz sentidos para as questões econômicas do tempo presente, que precisam de *melhora, crescimento e desenvolvimento*. E, sem Dilma no governo, isso é colocado no plano do possível de um futuro, já que o sujeito afirma ter *confiança* de que será diferente no amanhã.

Trazemos a seguir, os enunciados em que podemos depreender uma projeção discursiva de um futuro do Brasil:

para dar uma chance ao Brasil (SDs74)
por um Brasil mais forte, um Brasil independente (SDs75)
Por um Brasil melhor e mais decente (SDs79)
para um Brasil diferente (SDs80)
por um Brasil livre do PT (SDs81)

por um País mais justo, humano, solidário e ético (SDs85)
em respeito a todos os homens e mulheres de bem que estão lutando, estão nas ruas por um Brasil melhor (SDs78)
na esperança de construirmos um País em que caiba a grandeza da felicidade, do futuro de todos os brasileiros (SDs92)
por um Brasil acima de tudo, e por Deus acima de todos (SDs100)
por melhores dias para o nosso País livre dessa quadrilha que se entranhou em nosso seio (SDs102)
E a minha bandeira nunca será vermelha! (SDs95)
para que o maior símbolo do Brasil volte a ser a bandeira verde-amarela, eu voto 'sim'! (SDs98) (sublinhados nossos).

Trata-se, nesses enunciados, de um mecanismo de significação em que se produz um jogo parafrástico de determinação que satura os sentidos de um Brasil desejável no futuro, como vemos no quadro abaixo:

Quadro 7 - FD antipetista: o Brasil do futuro

Brasil	[ter] uma chance	(SDs74)
Brasil	mais forte	(SDs75)
Brasil	independente	(SDs75)
Brasil	melhor	(SDs79) (SDs78)
Brasil	mais decente	(SDs79)
Brasil	diferente	(SDs80)
Brasil	livre do PT	(SDs81)
País	mais justo, humano, solidário e ético	(SDs85)
País	em que caiba a grandeza da felicidade, do futuro de todos os brasileiros	(SDs92)
Brasil	acima de tudo e por Deus acima de todos	(SDs100)
País	livre dessa quadrilha que se entranhou em nosso seio	(SDs102)
maior símbolo do Brasil	volte a ser a bandeira verde-amarela	(SDs98)

Fonte: Arquivo da pesquisa. Elaboração da autora

Há, nesses processos de significação, uma construção discursiva que projeta uma imagem de um *Brasil do futuro*, na instauração de diferença com o outro, governo petista, ou seja, na relação com o presente. Desse modo, a imagem que se constrói para

um *Brasil do futuro* é de um Brasil cuja *bandeira é a verde-amarela, é um Brasil forte, independente, melhor, mais decente, diferente, mais justo, humano, solidário e ético, de felicidade, de um Brasil que esteja acima de tudo, e ainda com Deus acima de todos. Mas para que tudo isso de positivo* projetado para o futuro do país aconteça, é preciso que o Brasil fique *livre do PT, livre dessa quadrilha que se entranhou em nosso seio, ou seja, depende da deposição da presidenta Dilma.*

Destacamos ainda que podemos ver a *aglutinação da memória* de um presente, passado e futuro, em um mesmo enunciado: *E a minha bandeira nunca será vermelha!* (SDs95). Entendemos que este enunciado produz sentidos que projetam um futuro para o país, que pode ser observado no funcionamento da expressão *nunca será*, em que o verbo, conjugado no futuro do presente do indicativo, direciona a ação para um por vir. Contudo, ao mesmo tempo, remete a uma memória de um passado, do qual já falamos, de um *anticomunismo*, representado simbolicamente pela *bandeira vermelha*, que também é a cor da bandeira do Partido dos Trabalhadores. Ou seja, nesse direcionamento para o futuro, do *nunca será*, se retoma, no elemento lexical *vermelha*, uma memória discursiva de um antes e de um agora, no processo de significação.

Vejamos, a seguir, três sequências que nos permitem depreender um processo discursivo que produz sentidos sobre *Constituição, legalidade e democracia.*

Para que os governantes brasileiros possam cumprir a Constituição da República do Brasil e as leis brasileiras que ao tomarem posse juraram defender e cumprir (SDs70)
separar o que é legal do que é ilegal (SDs80)
de reescrever a ética e a democracia brasileira (SDs90) (sublinhados nossos).

Em (SDs70), o sujeito enuncia seu voto favorável ao impedimento na defesa de um futuro em que haja o cumprimento da *Constituição* e das *leis* por parte dos governantes brasileiros. Essa projeção de futuro pode ser vista no funcionamento da locução verbal *possam cumprir*, em que *possam*, embora esteja no presente do subjuntivo, quando adicionado ao *cumprir* no infinitivo, produz

efeito de que amanhã, os futuros governantes cumpram as leis e a Constituição, uma vez que, no atual momento, isso não acontece, como pode ser verificado no funcionamento do pretérito do verbo *juraram*, na oração: *que ao tomarem posse juraram defender e cumprir*.

E para que se cumpra a Constituição e as leis, deve-se *separar o que é legal do que é ilegal* (SDs80), deixando para trás o *ilegal*, representado pelo tempo presente, e mantendo ou provendo o que é *legal*. Esse mesmo efeito se produz no outro enunciado (SDs90): *de reescrever a ética e a democracia brasileira*, cujo processo discursivo aponta para uma fixação de sentidos em torno da *ética* e da *democracia* determinada por *brasileira*. Podemos observar o verbo *reescrever*, que se constitui por um processo de derivação prefixal, em que se adiciona ao verbo *escrever* o prefixo latino *re*, que pode se referir a uma ação repetida ou retroativa. Neste caso, podemos dizer que o efeito que *reescrever* produz no enunciado é de retroação, em uma refeitura de uma escrita, cujo gesto visa a apagar a história escrita até o momento atual e, no futuro, produzir uma nova escrita da *ética* e da *democracia brasileira*, sem o governo petista.

Nos enunciados que seguem, podemos verificar uma projeção imaginária de um futuro de um país sem corrupção.

e pelo fim da corrupção no Brasil (SDs62)

[por] um Brasil sem corrupção (SDs75)

sonhando com um Governo sem corrupção (SDs88)

pelo País sério que todos nós sonhamos e queremos, por um País sem mensalão, sem petróleo (SDs63)

terra da Lava-Jato, avante! (SDs72) (sublinhados nossos).

Trata-se de um processo de produção de sentidos em que os sujeitos formulam seus votos “sim” ao golpe/*impeachment* na defesa de um futuro do *Brasil sem corrupção*, um *governo sem corrupção*, um *país sem mensalão, sem petróleo*. Há, portanto, um entrecruzamento da memória do presente, na retomada dos sentidos pré-construídos socialmente sobre os casos de corrupção denominados *mensalão* e *petrolão* em que o Partido dos Trabalhadores estaria envolvido,

numa antecipação de um devir que é da ordem dos *sonhos*, de um *país sério que todos nós sonhamos e queremos* (SDs63).

O sujeito, em (SDs72), enuncia: *terra da Lava-Jato, avante!*, marcando o lugar em que se deseja ver a terra da *Lava-Jato*, lá adiante, no futuro, que pela relação intradiscursiva, deixa ver também o desejo de que a operação anti-corrupção *Lava-Jato* também lá esteja.

Último recorte de sequências discursivas dos enunciados dos votos favoráveis ao golpe/*impeachment* produz sentidos para um futuro sem os governos petistas, representados por Lula e por Dilma.

por um Governo decente (SDs61)
para que a decência se sobreponha a este Governo moralmente desonesto (SDs84)
na esperança de que o próximo Presidente governe para o Brasil e não para o seu partido (SDs88)
pelo fim dos coronéis do meu Estado, sustentados pelo Governo da Presidente Dilma (SDs66)
pelo fim da facção criminosa 'lulopetista', fim da 'pelegagem' da CUT, fim da CUT e seus marginais (SDs95)
Para extirpar da vida nacional essa organização criminosa que sequestrou a Bahia e o Brasil (SDs71)
Contra a ladroeira, contra a imposição desse partido de esquerda, que quer transformar este Brasil numa ditadura de esquerda (SDs93)
pela libertação do povo brasileiro (SDs82)
para nenhum governo se levantar contra a Nação de Israel (SDs77)
(sublinhados nossos).

Os processos de significação desses enunciados buscam sedimentar sentidos para um possível futuro em que não existirá o governo petista, construído imaginariamente como inimigo, ameaça aos valores da família tradicional, da fé e da pátria, como vimos, e ainda representados como bandidos e até demonizados, quando os sentidos chegam às *Trevas*. Na manutenção desta narrativa que se produz em torno do inimigo, somam-se ainda alguns sentidos, numa projeção de um futuro *livre* desse governo.

O futuro que se projeta é aquele em que haja um *Governo decente* (SDs61) e ainda que se constitui na relação com o presente

governo ao qual se atribui um qualificador que aponta para a desonestidade moral, em (SDs84): *que a decência se sobreponha a este Governo moralmente desonesto*. E ainda a *esperança de que o próximo Presidente governe para o Brasil e não para o seu partido* (SDs88). Assim, vemos uma relação entre futuro e presente em que os sentidos recaem sobre o governo de Dilma e o partido, enquanto um gesto de governar para si mesmos e não para benefícios do país.

Além disso, podemos depreender, em outros dois enunciados, um processo de produção de sentidos em que, mais uma vez, o PT, Lula e Dilma, que se substituem parafrasticamente ao longo dos enunciados, muitas vezes, como se fossem uma só coisa, são representados imaginariamente em sentidos de criminalização, associados, em (SDs66), ao sustento do coronelismo e, em (SDs95), à criminalização atribuída à CUT (Central Única dos Trabalhadores).

Em (SDs66), o sujeito se coloca contrário aos *coronéis* de seu estado, que seriam *sustentados pelo Governo da Presidente Dilma*. Neste enunciado, há uma referência aos *coronéis*, aqueles grandes e ricos proprietários de terra, que compõem a elite do estado do Ceará, que estariam em uma posição de sustento advindo de uma política petista, ou seja, apontando para os sentidos pré-construídos negativizados sobre os programas sociais desenvolvidos por este governo que, muitas vezes, são vistos como uma manutenção da pobreza, cuja população fragilizada, permanece na dependência, que conseqüentemente, alimentaria os grandes coronéis do estado.

Já em (SDs95), projeta-se discursivamente um futuro em que não exista a *facção criminosa "lulopetista"*, remetendo mais uma vez aos discursos de criminalização do partido associada ao ex-presidente Lula, sendo colocado lado a lado ao desejo de pôr fim, com a deposição de Dilma, à *"pelegagem" da CUT*, à própria CUT e *seus marginais*.

Ainda verificamos os sentidos de criminalização atribuídos ao PT, em outras duas sequências discursivas: *Para extirpar da vida nacional essa organização criminosa que sequestrou a Bahia e o Brasil* (SDs71) e, em (SDs93), *Contra a ladroeira, contra a imposição desse*

partido de esquerda, que quer transformar este Brasil numa ditadura de esquerda. O PT é significado, em (SDs71), como uma *organização criminosa* e ainda, numa saturação de sentidos, acrescenta-se uma oração adjetiva restritiva que delimita essa *organização criminosa* como aquela que *sequestrou* a Bahia e o Brasil.

Na mesma direção, em (SDs93), vemos a manifestação do sujeito que se posiciona *contra a ladroeira* que, podemos dizer, é atribuída, no intradiscorso, ao PT representado como um *partido de esquerda* e, em um mesmo processo de produção de sentidos, traz uma determinação desse partido, delimitando os sentidos em torno do partido como aquele *que quer transformar este Brasil numa ditadura de esquerda*. Atualizam-se, assim, os sentidos pré-construídos sobre o que é ditadura, o que é um partido de esquerda, e ainda no que consistiria uma ditadura de esquerda.

Desse modo, para que este não seja o futuro do país, é preciso *extirpar* o governo petista. Chamamos atenção para essa “escolha” lexical, entre outras possíveis no interior dessa *formação discursiva antipetista*, do verbo *extirpar*, nessa sequência. Poderia ter sido dito *colocar fim, eliminar, retirar, derrotar, depor* (entre muitos outros verbos), mas não seriam suficientes para o combate que se deseja empreender: é preciso cortar o mal pela raiz, *extirpando* o governo. É deste governo que o povo precisa de *libertação* (SDs82), uma vez que só a libertação de todo esse mal possibilitará um futuro para o *povo brasileiro*.

Destacamos, por fim, deste recorte, o enunciado (SDs77), em que o sujeito projeta um futuro em que não haja possibilidade *para nenhum governo se levantar contra a Nação de Israel* (SDs77). Ou seja, é preciso retirar Dilma de um mandato de presidenta do Brasil, para que amanhã não haja mal sobre a nação mencionada, produzindo um efeito de que este governo é uma ameaça não só para o país, mas para além dele, também colocando em perigo a *Nação de Israel*.

Em suma, podemos observar que o Partido dos Trabalhadores e os governos de Lula e Dilma são uma representação de todo o mal do Brasil no presente: é um governo indecente; moralmente

desonesto; que governa para si próprio, que sustenta o coronelismo; é uma facção criminosa; uma organização criminosa que sequestrou a Bahia e o Brasil; um partido de esquerda que quer transformar o Brasil numa ditadura de esquerda e ainda que põe em perigo a Nação de Israel. Por tudo isso, e tudo mais já analisado anteriormente, é preciso *libertar* o povo brasileiro, *extirpando* o partido do poder, para que o *Brasil do futuro* seja o da família brasileira de bem, da fé, da moral e dos bons costumes colocados em risco pelo Partido dos Trabalhadores.

Embora uma projeção de um futuro geralmente recaia sobre um imaginário longínquo e até, muitas vezes, inacessível, entendemos que, neste caso, o futuro é construído por um efeito automático, instantâneo: basta tirar o PT do governo, com a deposição de Dilma, que todos os problemas e males se resolvem. Logo, a solução para um Brasil melhor, para que as crianças tenham um futuro, para que haja um futuro de esperança, de mudança, de resgate econômico, de cumprimento das leis e da Constituição, um futuro em que a ética e a democracia serão outra vez escritas, de novas maneiras, basta que Dilma Rousseff seja deposta.

Assim, o efeito da promessa desse futuro imaginário no interior da *formação discursiva antipetista* é automaticamente realizado e cumprido. Caso haja sucesso na concretização nas projeções prometidas, os nomes daqueles que votaram “sim” estarão registrados na história como os *salvadores da Pátria*. Contudo, se, por outro lado, com a saída de Dilma, essas projeções não se realizarem, a culpa não cairá sobre suas costas, uma vez que eles fizeram sua parte eliminando o mal petista do país.

4.7.3.2 Um futuro de *continuidade da luta*

Temos, em paralaxe, um outro futuro nos enunciados dos votos “não”: o futuro projetado no interior da *formação discursiva democrática* dos enunciados contrários ao impedimento de Dilma Rousseff.

O recorte aqui empreendido nos permite observar um processo de produção de sentidos que projetam um *outro futuro*, diferente do anteriormente analisado dos enunciados dos votos favoráveis ao golpe/*impeachment*. Nestes enunciados, no interior da *formação discursiva democrática* em que os sujeitos enunciam seus votos contrários ao processo, podemos verificar um futuro que percorre imaginariamente outro percurso discursivo, que só seria possível com a não deposição do governo de Dilma.

Um primeiro grupo de sequências recortadas deixa ver uma projeção imaginária de uma futuridade que aponta para os sentidos de um *futuro de esperança*, mas uma esperança que envolve *luta e resistência*.

na luta por um Brasil melhor, sem recuar, sem cair e sem temer (SDn44)
esperança de que a luta pelo Brasil melhor vai continuar (SDn45)
E a luta continua, companheiros! (SDn47)
pelas novas gerações (SDn50)
por todos aqueles e aquelas que ousam sonhar (SDn51)
para que em nosso País a esperança continue vencendo o medo (SDn51)
Em homenagem aos milhões de lutadores que hoje lutam e não se cansarão de lutar pela democracia (SDn52)
para que os filhos das famílias brasileiras não vivam o que eu vivi na ditadura (SDn54)
A luta apenas começou! (SDn54)
É necessário manter a esperança daqueles que ainda esperam ter uma casa própria com o Minha Casa, Minha Vida, de milhares de famílias na Baixada Fluminense que dependem do Bolsa Família (SDn56)
para que os meus filhos, Daniel e Sofia, só conheçam o golpe pelos livros (SDn57) (sublinhados nossos).

Em (SDn51), o sujeito enuncia na defesa de *todos aqueles e aquelas que ousam sonhar*, trazendo, assim como nos votos favoráveis, uma relação do futuro com o sonho, como um desejo de algo que todos almejam alcançar. Logo, para que a realização desse sonho seja possível, é preciso votar “não” ao golpe/*impeachment*.

Destacamos, agora, o enunciado (SDn51): *para que em nosso País a esperança continue vencendo o medo*, em que podemos ver uma projeção do futuro na relação com o passado e o presente. Este

enunciado atualiza, no acontecimento discursivo, um dizer formulado em outras condições de produção. Há uma retomada do *slogan* de campanha eleitoral de Lula que o elegeu presidente da República em 2002: *a esperança vai vencer o medo* e, junto com isso, uma rede de sentidos a ele vinculados. Podemos dizer que, naquele momento, em que o Partido dos Trabalhadores chegava ao poder, vencendo o adversário José Serra (PSDB) no segundo turno das eleições, houve um trabalho político de desmontagem do imaginário construído em torno do ‘perigo comunista’ atribuído ao PT. Assim, em SDn51, atualizam-se sentidos pré-construídos com imagens positivas em torno desse enunciado, de vitória, de esperança, mudança, entre outros, ao mesmo tempo, buscando apagar os sentidos negativizados atribuídos ao Partido dos Trabalhadores que, como vimos nas análises anteriores, retornam nos enunciados formulados por sujeitos favoráveis ao processo de deposição de Dilma. Este enunciado foi ainda formulado em discurso de posse do presidente Lula: “‘Mudança’: esta é a palavra-chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. *A esperança, finalmente, venceu o medo* e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos”, disse Lula (2003, p. 1), deixando ver o *discurso aglutinador de memória* que se produz entre presente, passado e futuro, em que o medo (do perigo comunista) ficou para trás dando lugar à esperança no presente de trilhar um novo futuro.

Desde então, esta formulação vem se desdobrando em paráfrases e sofrendo deslizamentos de sentidos, pelo efeito metafórico, sendo enunciado por sujeitos em distintas posições e circulando socialmente em diferentes lugares, produzindo sentidos em diversas condições sócio-históricas, como podemos ler na tese de doutorado de Souza (2013), em que a autora analisa diferentes materialidades discursivas que circulam na mídia:

É interessante observar, na imensa massa de discursos em que ‘a esperança venceu o medo’ é mobilizada, a frequência de certas derivações parafrásticas: ‘A esperança venceu a mídia’; ‘A esperança venceu o terror’; ‘A esperança

venceu a mentira'; 'A esperança venceu o medo, a unidade venceu a divisão'; 'Esperança e amor vencem o ódio'; 'Esperança venceu o medo, a verdade vai vencer a mentira'; 'José de Alencar: a esperança venceu o medo'; 'Maluf na cadeia: a esperança venceu o medo' etc. (Souza, 2013, p. 23).

Há, portanto, uma repetibilidade desse dizer que permite aos sentidos se moverem e se tornarem outros, em novas formulações, produzindo efeitos distintos do discurso primeiro. Destacamos ainda que, nas eleições de 2014, esse enunciado também se fez circular em campanha presidencial de Rousseff, em que seu *slogan* retoma esse dizer produzindo um deslizamento que se fez possível em função das condições de produção daquele momento: o combate ao *medo* se transformou em um combate ao *ódio* em 2014: *a esperança vai vencer o ódio*, em reação ao discurso de ódio que a presidenta vinha sofrendo naquelas condições.

Podemos, pois, verificar que, em (SDn51), essa memória que se atualiza no voto do deputado aponta para um hoje, em que a esperança *vence o medo*, com o PT no governo e, para que isso *continue* no futuro, é preciso não destituir Dilma da presidência, mas, ao contrário disso, manter as condições atuais.

Ainda vemos a presença do elemento lexical *esperança* em (SDn56). Neste caso, a esperança que se projeta para o futuro é significada como aquela que no presente já existe e que deve ser mantida para que *aqueles que ainda esperam ter uma casa própria com o Minha Casa, Minha Vida, de milhares de famílias na Baixada Fluminense que dependem do Bolsa Família* possam ter acesso a esses programas sociais promovidos pelo governo. Em outras palavras, o efeito produzido é o de que é necessário manter os programas sociais para dar esperanças às pessoas que deles precisam. Deste modo, apontam para uma defesa de continuidade do governo e suas políticas públicas.

É possível verificar que a *esperança* comparece ainda em outra sequência discursiva (SDn45), no funcionamento sintático da oração completiva nominal: *esperança de que a luta pelo Brasil melhor vai continuar*. A esperança, neste enunciado, é aquela determinada

pela continuação de uma *luta por um Brasil melhor*, ou seja, hoje essa luta existe e ela deve *continuar* e, por isso, o voto ao golpe/*impeachment* é “não”.

Este mesmo efeito de continuação de uma luta comparece em outras sequências discursivas, como podemos verificar em: *E a luta continua, companheiros!* (SDn47) e ainda em: *A luta apenas começou!* (SDn54). Nesses enunciados, essa luta é significada em uma relação discursiva da temporalidade do presente com o futuro projetado. Se a luta *apenas começou*, significa que ela já teve início e será continuada no futuro. Em (SD47), o enunciado formulado pelo deputado retoma um dizer comumente proferido em movimentos sociais e revolucionários de grupos (genericamente significados como) de esquerda, que funciona como uma palavra de ordem, de mobilização de militância política, que envolvem variados sentidos de luta política, como a luta pelos direitos dos trabalhadores, pela igualdade, justiça social, entre outros. Destacamos as revoluções de *Maió de 68* na França que tinham como um dos *slogans* “*la lutte continue*”. Essas revoluções se iniciaram com a insatisfação dos movimentos estudantis contra a rigidez do sistema educacional, em que foram ganhando força as lutas pelos direitos de liberdade sexual, liberdade e igualdade de direitos das mulheres, a pílula, o aborto, entre outras questões que envolviam a vida social e cultural na França na década de 1960.

A partir disso, soma-se a esses protestos uma greve geral dos trabalhadores que buscavam aumentos salariais e redução da jornada de trabalho, abalando o governo do general De Gaulle, que conseguiu reverter o movimento, acalmando os ânimos naquele momento. Em meios às conturbações políticas, sociais e culturais vividas à época, o *slogan* “*la lutte continue*” circulou em meio a outros³⁸ enunciados como “*Usine, Université, Union*”,

³⁸ Esses enunciados se formularam, entre outros lugares, em cartazes produzidos por estudantes, professores e artistas que ocuparam a Escola de Belas Artes naquele momento. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/a-revolta-de-maio-de-68-na-franca-atraves-dos-cartazes-feitos-na-epoca.ghtml>

“Travailleurs français immigrés unis”; “le patron a besoin de toi, tu n’as pas besoin de lui”, que deixam ver uma luta pela união dos trabalhadores e estudantes, questões que tocam a luta por direitos, enfim, uma luta de classes. Essas ondas de protestos de *Maião de 68* produziram ecos em muitos outros movimentos de protestos e lutas pelo mundo naquele momento, inclusive no Brasil, que vivia os primeiros anos de ditadura militar.

Ainda podemos dizer que o enunciado *a luta continua, companheiros* foi (e ainda é) constantemente proferido por Lula ao longo de seu percurso político, como um bordão, uma marca discursiva da figura política que representa e, podemos dizer, em que ressoam sentidos da memória desta luta dos movimentos revolucionários franceses.

Além disso, destacamos que o uso do termo *companheiros* é recorrente em movimentos sociais de militância política, em que os *companheiros* são, então, convocados à luta, chamados a ocupar o lugar de combate a favor de determinada causa.

Ressaltamos também a *luta por um Brasil melhor*, que aparece em (SDn44), projetando na ideia de *luta* um país que seja melhor do que o Brasil de hoje, mas que, para isso, é preciso não *recuar*, não *cair* e não *temer* (SDn44), é preciso seguir em frente, de pé e sem medo do que virá.

O sujeito enuncia, em (SDn52), fazendo uma *homenagem aos milhões de lutadores que hoje lutam e não se cansarão de lutar pela democracia*, em que a *luta* é atribuída àquela *luta pela democracia* que se estaria realizando hoje somada pelo conector *e* a uma *luta* futura, em que esses *milhões de lutadores não se cansarão de lutar pela democracia*, apontando mais uma vez para um movimento contínuo dessa luta.

Nessa relação com a *luta pela democracia*, vemos, por outro lado, um processo de produção de sentidos em que os sujeitos projetam um futuro numa relação direta com o passado, para que as *futuras gerações* (SDn50), *os filhos das famílias brasileiras* (SDn54) e os próprios filhos do sujeito (*os meus filhos*) (SDn57), não vivam novamente aquele passado de dor indesejável, mas que *só conheçam*

o golpe pelos livros (SDn57) e não vivam o que eu vivi na ditadura (SDn54). Vejamos, agora, as seguintes sequências:

pele desenvolvimento do Brasil (SDn40) (SDn43)
pele crescimento das nossas universidades federais, dos institutos federais (SDn41) (sublinhados nossos).

Outro processo de significação, em que podemos verificar um imaginário de um amanhã, comparece nos enunciados formulados pelos sujeitos que votam pelo *desenvolvimento do Brasil* (SDn40) (SDn43) e pelo *crescimento das nossas universidades federais, dos institutos federais* (SDn41). Há uma projeção de um *desenvolvimento* determinado como o *do Brasil*, isto é, do país como um todo, em que se engloba o desenvolvimento econômico, social, cultural, educacional, etc. Enquanto no enunciado (SDn41), o crescimento de que se fala é o das universidades e institutos federais, exclusivamente, apontando para um futuro de crescimento dessas instituições, mas também significando o tempo presente na retomada de discursividades que circunscrevem os investimentos dos governos petistas na educação de ensino superior.

Além disso, há também, em (SDn42), um enunciado em que o sujeito manifesta uma defesa de reformas, mas, nesse caso, diferente dos votos favoráveis, determina essas reformas como a *agrária* e a *urbana*:

[em defesa] da reforma agrária e da reforma urbana (SDn42) (sublinhados nossos).

Destaca-se, portanto, um desejo de um futuro em que se empreendam reformas que possibilitem o acesso a moradias e condições e estruturas sociais nos espaços urbanos das cidades, em uma democratização de acessos e direitos às pessoas de mais vulnerabilidade sócio-econômica do país.

Destacamos ainda as seguintes sequências discursivas:

para que todos os réus da Lava-Jato estejam na prisão (SDn42) por saber que o Deputado Eduardo Cunha e Michel Temer não são solução para o nosso País (SDn48) pelo fim da corrupção (SDn51) (sublinhados nossos).

Nessas sequências discursivas, comparece uma projeção de um futuro em que não haja *corrupção* no país (SDn51), representado, em (SDn42), com o desejo de que *todos os réus da Lava-Jato estejam na prisão* (SDn42), isto é, que, no futuro, os corruptos sejam presos. E ainda que apontam que o *Deputado Eduardo Cunha e Michel Temer não são solução para o nosso País* (SDn48), já que, como vimos em outros pontos das análises, são estes os que são associados à corrupção. Logo, não podem ser solução viável para o futuro do Brasil.

Por fim, podemos verificar, um último enunciado desta parte das análises:

em nome dos que ainda têm fome e sede de justiça, entendendo que o reino dividido não prospera (SDn46) (sublinhados nossos).

Há, neste enunciado, uma projeção imaginária de um futuro de *justiça* e *união*, para que se tenha prosperidade no país, que pode ser observado no marcador temporal *ainda*. Ou seja, o sujeito vota na defesa daquelas pessoas que *ainda têm fome e sede de justiça* e que, por isso, precisam ter a oportunidade de poder se beneficiar dessa justiça desejada, já que *ainda* não aconteceu. Neste mesmo enunciado, o sujeito constrói discursivamente uma projeção de um futuro que aponta para uma divisão do país, representado na enunciação como *reino dividido*, caso o *golpe/impeachment* aconteça, que pode também ser outro, de união e prosperidade, com a não aprovação da deposição de Dilma Rousseff, ou seja, na continuidade de seu mandato, visto que um *reino dividido não prospera* (SDn46).

Nestas análises dos votos “não” à deposição de Dilma, constatamos que os processos de significação produzem uma projeção imaginária de um *futuro outro*, em oposição ao que é

defendido pelos votos favoráveis. Aqui, é o funcionamento discursivo, sobretudo, marcado no verbo *continuar*, que permite apreender os efeitos de sentidos desse futuro imaginário no interior da *formação discursiva democrática*. É o futuro da continuação da esperança, dos programas sociais, continuação da luta, em especial, da luta pela democracia, de desenvolvimento do país e crescimento das universidades, de acesso a moradias e democratização de acessos, de um país unido e justo, sem corrupção e, por fim, de um não retorno a um período de sofrimentos em decorrência de uma ausência dos direitos democráticos.

V. NOS EFEITOS DA LUTA DO GOLPE CONTRA O *IMPEACHMENT*

À luz da teoria da Análise do Discurso materialista, buscamos, com nosso gesto de análise, depreender os mecanismos de produção de sentidos dos enunciados dos votos “sim” e “não” ao processo de *golpe/impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, formulados por sujeitos do lugar institucional de deputados federais. O principal objetivo desta obra consistiu em depreender *o modo como os processos de significação mobilizados pelos deputados produzem/sustentam as evidências em torno do gesto de votar “sim” ou “não”, sedimentando sentidos na construção de uma memória do tempo presente.*

Em primeiro lugar, destacamos que as análises nos permitiram observar que as práticas discursivas dos votos nas duas formações discursivas apresentavam semelhanças, mas, também, diferenças. As semelhanças podem ser observadas na regularidade do funcionamento discursivo de *por x, contra y*, em que se apresentam defesas e combates. Também podem ser observadas regularidades em relação aos temas amplos que comparecem nas duas formações discursivas, que percorrem caminhos que se tocam, falam de suas bases eleitorais, de família, de democracia, etc., sendo, em grande medida, determinados. Contudo, as regularidades com que esses elementos lexicais compareciam e o modo como eram significados em uma ou outra formação discursiva, se distanciam, ou seja, são outros mecanismos de produção de sentidos. São homogêneos em termos do funcionamento linguístico das paráfrases sintáticas, do uso de determinações que saturam os sentidos, construindo duas narrativas antagônicas e apagando tantas outras possíveis no discurso político, produzindo um efeito de dicotomização. Todavia, são heterogêneos no que concerne à produção de sentidos, em que podemos depreender os saberes inerentes às formações discursivas em que os sujeitos se inscrevem para enunciar seus votos. Há, pois, uma construção discursiva distinta

na produção de evidências, são *dois enredos* construídos, mobilizando partes da memória em seu favor. E são as condições amplas e específicas de produção e as posições assumidas pelos sujeitos enquanto *porta-vozes de diversos interesses públicos e privados* (dos partidos, das bancadas temáticas, de campanha eleitoral, etc) na votação do processo, que nos permitem depreender esses mecanismos de produção de sentidos no acontecimento do golpe/*impeachment*. Destacamos que compreendemos este acontecimento de votação nesta sessão enquanto um *acontecimento histórico, político e discursivo*: um *acontecimento histórico*, uma vez que se configura como um fato para o qual haverá luta por parte das forças políticas vencedoras por uma inscrição na história enquanto vitória do *cidadão de bem* contra a *corrupção* e o *comunismo*; um *acontecimento discursivo*, em que se possibilita o encontro de uma memória/esquecimento e uma atualidade; e, por fim, um *acontecimento político*, que se apropria do jurídico como forma de legitimação de interesses de uns, em que se manifesta um jogo de forças e luta por poder e pela estabilização de sentidos, materializando, na prática discursiva do voto, os interesses da formação ideológica capitalista, em sua versão neoliberal na formação social brasileira.

Vale retomar ainda que o lugar institucional de onde os sujeitos enunciam não deve ser tomado como transparente, uma vez que, como nos diz Mariani (1999), são os processos sócio-históricos e ideológicos que instituem a sua legitimidade, bem como a legitimidade das práticas discursivas em seu interior. Destacamos ainda que a Câmara dos Deputados, enquanto instituição do Aparelho Ideológico de Estado, institucionaliza memórias, na construção de documentos, como a ata da sessão, estabelecendo uma língua imaginária (Orlandi; Souza, 1988), idealizada, logicamente estabilizada que pode fazer parte do lugar institucional/oficial, apagando as contradições ideológicas, apagando as marcas de singularidade do sujeito, pois no interior da instituição, não há espaço para o real da língua, na sua fluidez e incompletude. Este lugar da falta, do equívoco não é controlável e se torna, como vimos

com Haroche (1992 [1984]), ameaçador às instituições. É preciso tamponar a falta, cobrir a falha, saturar a memória, não deixando lugar vazio à interpretação. Vemos, portanto, a ferida que causa transtorno, que incomoda a instituição no interior da formação ideológica capitalista, que busca apagar as diferenças no processo de dominação (Pêcheux; Fuchs, 2014 [1975]). Logo, não há espaço para o *real da língua* [...] e para o *real da história* [...].

Ressaltamos também que esta sessão de votação do processo de impedimento na Câmara dos Deputados extrapolou os limites institucionais, em termos de circulação. Para além dos lugares habituais, essas práticas discursivas circularam também na televisão aberta e na internet, podendo ser acessada dentro e fora do país, o que permitiu uma produção discursiva distinta de outras sessões plenárias. Neste dia, o que se configurou foi uma espetacularização do político-institucional, que encenou, performaticamente, a prática discursiva dos enunciados dos líderes partidários e depois dos votos dos deputados. Uma espetacularização que somava às falas os gritos e gestos empreendidos pelos deputados, as faixas, cartazes, cores, construindo um grande espetáculo político, público, midiático. Essas condições de circulação específicas da cena político-institucional que ora se produzia permitiram que o gesto de votar fosse um tipo de performance no sentido mesmo de uma ficção, em um cena digna de programas de entretenimento das telas da TV, colocando-se entre a comédia e a tragédia, e regendo a produção de sentido, juntamente a outras questões.

Em nosso gesto de análise, consideramos ainda essencial um investimento na desconstrução das evidências dos sentidos cristalizados em torno da palavra 'voto' pelo efeito ideológico ao longo dos processos sócio-históricos. Assim, buscamos reconstruir uma parte da historicidade da palavra 'voto', na relação com 'votar', 'votação', em que pudemos observar a constituição sócio-histórica na produção de sentidos, o processo de cristalização de evidências e também seu deslocamento.

Nesse estudo, constatamos que a palavra *voto*, derivada do latim, era significava recorrentemente em seu sentido religioso enquanto *promessa, desejo*, nos dicionários etimológicos. Isto porque, este era o sentido evidente para os sujeitos durante o modo de produção feudal em que a forma-sujeito religiosa era dominante. Contudo, com o declínio do feudalismo e da ordem religiosa e o conseqüente estabelecimento do sistema de produção capitalista e sua correspondente forma-sujeito de direitos, o sentido religioso do termo deu lugar, em um processo gradual e não homogêneo, a outros sentidos: o *voto*, então, se desloca do sentido religioso de promessa/desejo e passa a ser significado em seu sentido jurídico-político, tornando-se, portanto, evidente para os sujeitos na atual formação social capitalista. Assim, o sentido de *voto* migra do religioso para o jurídico-político, e assume sentidos outros: no jurídico: um direito (especialmente eleitoral, mas também civil, comercial, canônico); no político: uma heterogeneidade de sentidos que varia conforme as condições sócio-históricas em que se inscreve, destacando-se o sentido de “manifestação democrática”, como vimos em Bobbio *et al.* (1998 [1983]).

A partir disso, propusemos que o *voto se constitui como um gesto simbólico que se produz em meio às contradições sócio-históricas e ideológicas, e no qual se materializam diversas lutas políticas: por poder, por representação, por direitos. Consideramos, portanto, o voto enquanto uma manifestação política e discursiva de significação que se coloca no interior da luta de classes, entre a dominação e a resistência. Entendemos ainda que o gesto de votar pressupõe práticas discursivas anteriores, concomitantes e posteriores à manifestação do voto em quaisquer circunstâncias. Contudo, nessas condições específicas de produção, o gesto de votar só se faz possível na tomada de palavra do sujeito que, na enunciação de seu voto, se inscreve em diferenças, em divergências, faz alianças, ressignifica, (se) significa.*

É nessa tomada de palavra do sujeito, afetado pelos dois esquecimentos no momento da enunciação, para proferir o voto “sim” ou “não” ao processo de *golpe/impeachment*, que se deixa ver

uma filiação de sentidos desse sujeito a determinadas regiões de sentidos, mas que se produzem para além do “sim” e “não” do ritual institucional. Verificamos, em nosso gesto de análise, que foi pelo funcionamento discursivo de *por X, contra Y*, que se substituíam em um constante movimento parafrástico, que os sentidos se produziam, delimitando os saberes que podiam ou não pertencer a determinadas formações discursivas, direcionando os sentidos para um lado ou outro da corda, produzindo ainda a inserção de determinações discursivas e, pelo excesso, construindo as bordas (porosas e falhadas) das regiões de saber inerentes às formações discursivas às quais se filiam na enunciação de seus votos. Os *elementos lexicais* introduzidos no fio do discurso, em grande medida, se apresentavam determinados, qualificados, explicados, produzindo ainda mais, por este funcionamento, um efeito de saturação. Esses elementos, objetos paradoxais, são postos lado a lado por um efeito de substituição e deslizam, atualizando uma memória, sedimentando sentidos para o presente e projetando um futuro. Há saturação: pelo excesso de repetição, pelo excesso de determinação, pelo excesso de memória, que produzem diferenças e se ressignificam na descontinuidade do tempo presente e constroem duas narrativas em torno de duas matrizes de sentidos dominantes.

É preciso preencher esse “sim” ou “não”, eliminar a falta, a incompletude, saturar os sentidos. Assim, os sujeitos enunciam seu voto e acrescentam sentidos a ele, até o limite, produzindo excessos no dizer. Esse discurso que se faz do excesso, preenche o voto de memória, de atualidade e de futuro e produz uma *cacofonia*, em termos de Robin (2016, p. 20) “cheia de barulho, de furor, de clamores, de polêmicas e de controvérsias”. Um excesso que é efeito da forma de produção capitalista: excesso de consumo, de imagem, de informação, de memória. É também pelo excesso que se tenta apagar as diferenças dos sujeitos, as contradições, as condições materiais de existência, *excesso de dizer* e *excesso de não dizer*, silenciando sentidos.

Nessa perspectiva, é via este efeito de saturação dos sentidos que preenchem os votos “sim” e “não” de memória, de atualidade e projeção de um futuro imaginário que produzem/sustentam as evidências, delimitando, direcionando os sentidos que pertencem a uma ou outra formação discursiva. Por conseguinte, o discurso político nas condições específicas de produção desta sessão do *golpe/impeachment* construiu esta evidência de *dicotomização*, silenciando a luta política, as contradições, as nuances, a luta de classes, reduzindo-as a apenas dois lados, por um embaralhamento de cartas possibilitado pelo excesso, pelo abuso de (da) memória no processo discursivo.

Em outras palavras, a memória vai sendo despedaçada, desfigurada, estilhaçada nos enunciados dos votos e, em novas colagens, vai se construindo uma nova peça, uma nova memória regida de acordo com os interesses (públicos ou privados) representados pelos deputados no interior de uma ou outra formação discursiva. *É neste constante jogo de repetição e de recorte de nacos de memória entre o passado, o presente e a promessa de um futuro que o discurso político se produz, sedimentando as evidências de que só existem duas escolhas, apontando para dois passados, dois presentes e dois futuros. A este entrecruzamento de memórias, chamamos de memórias de temporalidades polirrítmicas. Entendemos que este funcionamento compõe o que denominamos discurso aglutinador de memória: em que os sentidos se produzem nesta aglutinação entre presente, passado e futuro, cuja linearidade temporal e discursiva são da ordem do imaginário, efeito ideológico que produz efeitos de evidências, neste caso, de que há apenas duas possibilidades de (promessa de) um futuro na relação com o ontem e o agora e, ainda, na relação de diferença com o outro, adversário. É nessa aglutinação de memória de tempos descontínuos da história que se constroem duas narrativas, estabelecendo dois lugares, entre muitos outros possíveis, de construção de uma memória que pode ou não se sedimentar na escrita da história deste acontecimento. Delimitam-se, assim, duas formações discursivas antagônicas, que as análises de nosso corpus*

nos permitiram nomear: formação discursiva antipetista (votos favoráveis ao impeachment) e formação discursiva democrática (votos contrários ao golpe).

Pudemos depreender nas análises dos votos enunciados pelos deputados inscritos nessa *formação discursiva antipetista* uma construção discursiva que sustenta a cristalização de sentidos para uma memória do presente que se delimita, na relação de diferença, pelos sentidos sempre negativizados de criminalização, crueldade, maltrato, abandono, mentira, destruição, desonestidade, indecência, doutrinação, assédio, sofrimento, desordem etc, atribuídos ao PT, ao Lula e à Dilma Rousseff. É por este imaginário sobre o partido e seus governos enquanto inimigos do povo, da pátria, da fé, da família, dos bons costumes, dos valores tradicionais cristãos, dos trabalhadores, das minorias, da democracia, da Constituição, dos movimentos sociais e das instituições públicas que se desenha a borda dos sentidos que podem ou não pertencer a esta FD. Em suma, de um lado estão os *cidadãos de bem* a serem defendidos e de outro, o *mal* no lugar do inimigo a ser combatido.

Desse modo, é na fluidez e mobilidade da tensão entre paráfrase e polissemia, que se permite aos sujeitos em seus enunciados atribuírem sentidos de defesa a inúmeros elementos lexicais nesses votos favoráveis, mas que direcionam sentidos, pelo deslizamento, para a construção de um inimigo que deve ser combatido. Para essa construção da imagem sempre criminalizada do PT, atualiza-se um jogo de sentidos pré-construídos de uma memória do passado, de brasilidade, de valores, da família, e, especificamente, de um *anticomunismo* presente em muitas condições sócio-históricas do Brasil, em especial, numa associação às discursividades em torno do golpe de 1964. Estas evidências de sentidos sustentadas nesses votos apontam para um futuro: é preciso *libertar* o povo brasileiro das ações criminosas e maldades do PT, *extirpando* o partido do poder, para que o *Brasil do futuro* seja de mudança e esperança.

Os enunciados vão se reformulando e construindo uma matriz de sentidos que, no deslizamento, reproduzem um inimigo que

ameaça as instituições. Agora, é Dilma que assume o lugar de inimigo no acontecimento atual e que permite uma ressonância de sentidos de uma rede de memória nos votos dos deputados. Retomando Mariani (2019), propusemos: *o comunista/ o esquerdista/ o petista/ Lula/ Dilma [...] inimigos nefastos*. Assim, institucionaliza-se o discurso de que Dilma deve ser deposta do governo, bem como o foi João Goulart, porque ela é inimiga, comunista, que ameaça as instituições, a Pátria, os valores da família conservadora cristã e, conseqüentemente, a democracia.

Na outra ponta da corda, temos a *formação discursiva democrática*, em que os sujeitos se inscrevem na enunciação de seus votos contrários ao processo de *golpe/impeachment*. Foi possível depreender das análises uma matriz de sentidos dominante que aponta não para a defesa do governo em si, embora esta também compareça, mas essencialmente, a defesa recai sobre sentidos em torno da democracia, nos enunciados dos votos “não”. Trata-se, neste caso, de uma defesa do Brasil e dos brasileiros, das famílias da classe operária e dos movimentos dos sem-terra, dos sem-teto, da liberdade democrática, do voto popular, dos eleitores, dos partidos, dos trabalhadores, dos aposentados, das minorias (mais pobres, mulheres, negros, quilombolas, indígenas, sem-terra, sem-teto, juventude que produz resistência) e de seus direitos, da Constituição, das instituições e bens públicos, dos programas sociais e também de Lula e Dilma, enquanto bons governantes e boas pessoas. Contudo, há também um inimigo a ser combatido, representado por aqueles que querem depor Dilma Rousseff do governo e que representam ainda a corrupção a ser eliminada. São esses *golpistas, fascistas e traidores*, representados, em grande medida, por Michel Temer e Cunha que, por estarem promovendo um processo ilegítimo, oferecem riscos à democracia. Essa delimitação da imagem democrática também se produz na atualização de sentidos pré-construídos, mas que, neste caso, retoma os movimentos de resistência ao longo do processo sócio-histórico do Brasil, em especial, as lutas contra a ditadura e pela democracia. Projeta-se um outro futuro, cujos mecanismos de

produção de sentidos apontam para um efeito de continuação da luta, dos direitos, dos acessos possibilitados pelo governo e da luta pela democracia, o que impediria o retorno de um tempo de sofrimento do período ditatorial.

Assim como nos trabalhos de Indursky (2013 [1997]), Mariani (1998), Leal (2006) e Costa (2019), foi possível observar, em nosso gesto de análise, que o discurso político analisado se construiu em torno de uma *dicotomização esvaziada e empobrecida*, que institui, de um lado, os *cidadãos de bem* e de outro, todos os demais. Há um empobrecimento do simbólico político no discurso político brasileiro que, com o efeito de dicotomização, simplifica a complexidade da sociedade, a complexidade da história, silenciando as nuances e apagando a luta de classes: resultado dos efeitos do neoliberalismo que vem globalizando um modo de dicotomizar as diferenças, o heterogêneo. Como efeito da globalização, há um esquecimento de lutas do passado, há um apagamento das contradições históricas e da luta política (Robin, 2016).

Entendemos que pudemos, aqui, desconstruir *essa evidência de dicotomização* produzidas no funcionamento discursivo dos enunciados dos votos. Este direcionamento de sentidos busca cristalizar memórias, produzindo efeitos de verdade/literalidade dos sentidos e que vai ressoar em novos acontecimentos. Não há dominação sem resistência (Pêcheux, 2014d [1978]), primado clássico da luta de classes; e que a política e o discurso político são feitos de contradições, de lutas, de movência de sentidos. *Não é um ou outro, é um e outro e mais tantos outros apagados nesse imaginário de dicotomização* construído pelo ritual lógico estabilizado produzido no interior do Aparelho Ideológico de Estado, pelo efeito do tecnicismo jurídico do processo de *impeachment*. É por este efeito da aparente lógica institucional que *o país se divide em dois*, apagando todas as outras possibilidades de produção de sentidos existentes entre uma ponta e outra desta corda. Entre o “sim” e “não”, a saturação de sentidos, a evidência de dicotomização, apagamentos, memórias aglutinadas: dois presentes, dois passados, dois futuros.

E este processo produziu e seguirá produzindo efeitos nas práticas políticas e nos discursos políticos no Brasil nos acontecimentos decorrentes da deposição da presidenta Dilma e também sendo reproduzido pelo discurso jornalístico, alimentando ainda mais a dicotomização. Tudo que se formulou em termos de práticas discursivas no interior de uma instituição por sujeitos legitimados socialmente (pelo voto) e institucionalmente (pelo lugar institucional que ocupam) implica na extrapolação do acontecimento, ressoando sentidos nas práticas discursivas decorrentes do processo.

Essas duas matrizes de sentidos, direcionam *duas narrativas* que produzem *duas memórias* deste acontecimento, registradas em documentos oficiais, arquivados institucionalmente e ainda circulando socialmente, em especial, pelo aparato midiático. Isso permitiu que houvesse uma divisão ainda mais fortemente marcada, por exemplo, nas eleições de 2018, apropriando-se desse discurso e alimentando ainda mais o discurso de ódio ao Partido dos Trabalhadores (e toda a esquerda) que levou um deputado da extrema direita à Presidência da República do Brasil. *Eliminar o mal pela raiz* significava não “só” retirar Dilma da Presidência, mas *extirpar* um partido de esquerda do poder, que representava todo o mal do país. Todavia, esse gerenciamento da memória, em que alguns sentidos se colocam como evidentes pelo efeito de saturação, enquanto outros são apagados na história, deixa vestígios, assim como o *Chapéu de Clementis* (Courtine, 1999), que possibilitam a resistência, a desestabilização. Esta saturação não é garantia de que *um* ou *outro* sentido se inscreverá ou será esquecido na memória. Há marcas da memória no esquecimento e do esquecimento na memória. Concluimos, retomando um trecho de nossa epígrafe: “A história que a história não conta/ O avesso do mesmo lugar/ Na luta é que a gente se encontra [...] Tem sangue retinto pisado/ Atrás do herói emoldurado [...] Eu quero um país que não está no retrato”.

Esperamos que, com estas páginas, tenhamos desconstruído as evidências naturalizadas no discurso político na sessão do

golpe/*impeachment*, deixando ver os *avessos do mesmo lugar*, observando as marcas do apagamento, para que não se emoldure o retrato de um herói com sangue nas mãos, para que os outros lados da história possam ter voz e possam contar sua própria história porque há luta [...] de sentidos, de sujeitos, luta de classes. *Eu quero um país que não está no retrato.*

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. [1976] *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. 3ª ed. Trad. Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Presença, 1980.
- ARISTÓTELES. A Política. In: *Coleção Livros que Mudaram o Mundo*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.
- BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2013.
- BARBOSA, W. *O atual período e conjuntura da luta de classes no Brasil*. Análise de Conjuntura: versão preliminar. Observatório do mundo do trabalho. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, março de 2015. Disponível em: http://www.ifg.edu.br/observatorio/images/downloads/estudos/analise_de_conjuntura.pdf. Acesso em: 23 jun. 2019.
- BEBIANO, R. Temas e problemas da história do presente. In: D'ENCARNAÇÃO, J. *A História Tal Qual se Faz*. Lisboa, Edições Colibri – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003, p. 225-236. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/pessoal/rbebiano/docs/estudos/hrecente.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2019.
- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37ª ed. revista, ampliada e atualizada conforme o Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.
- BENVENISTE, É. Voto. In: *O vocabulário das instituições indo-europeias*. Poder, Direito, Religião. V. 2. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.
- BICUDO, H. P.; PASCHOAL, J.; REALE JUNIOR, M. *Denúncia por Crime de Responsabilidade (DCR nº 1/2015)*, 2015. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020160318S00350000.PDF#page=>. Acesso em: 19 fev. 2019.
- BOBBIO, N. MATTEUCCI, N. PASQUINO, G. [1983] *Dicionário de Política*. 11ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, DETAQ, *Sessão 091.2.55.0 de 17 de abril de 2016*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/notas.html>. Acesso em: 10 nov. 2017.

COSTA, M. A. G da. *O funcionamento da memória discursiva na designação do evento político de 2016 como “impeachment” e como “golpe”*: uma luta na e pela palavra. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-graduação em Letras, 2020.

COURTINE, J. J. [1981] *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos, SP: EDUFSCar, 2014.

COURTINE, J. J. *Metamorfoses do discurso político: derivas da vida pública*. São Carlos: Claraluz, 2006.

COURTINE, J. J. O Chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (org.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

COURTINE, J. J. [1990] Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, M. R. (org.) *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos, SP: Claraluz, 2003.

DALTOÉ, A. A comissão nacional da verdade e suas ressonâncias nos documentários *Verdade 12.528* e *Em busca da verdade*. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, SC, v. 16, n. 1, p. 153-167, jan./abr. 2016.

DALTOÉ, A. Ideologia e filiações de sentido no Escola Sem Partido. In: *Linguagem em (Dis)curso*. vol.19, nº 1, Tubarão Jan./Apr. 2019. Epub, May 27, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-76322019000100209&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 22 dez. 2020.

DEBORD, G. [1967] *A Sociedade do Espetáculo*. Projeto Periferia, 2003. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/socespetaculo.pdf>. Acesso em: 30 out. 2016.

DE NARDI, F. Condições de Produção. In: MARIANI, B. (coord). *Enciclopédia Virtual de Análise do Discurso e áreas afins (Encidis)*. Niterói: UFF, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FrToVjnXwVk>. Acesso em: 14 jan. 2021.

DINIZ, M. H. *Dicionário Jurídico*. V. 4. 2ª ed. revisada e atualizada São Paulo: Saraiva, 2005.

FARIA, E. *Dicionário escolar latino-português*. 5ª ed. Revisão Ruth Junqueira de Faria. Rio de Janeiro, FENAME, 1975.

FONSECA, B.; MEDEIROS, É. *As bancadas da Câmara: Maiores grupos de parlamentares da Câmara são pautados por interesses corporativos, conservadores ou por ambos; mapeamos quem defende o quê*. Publicado em: 18/02/2016. Disponível em: As bancadas da Câmara - Agência Pública (apublica.org). Acesso em: 25 jul. 2019.

FONSECA, R. Historicidade. In: MARIANI, B. (coord). *Enciclopedia Virtual de Análise do Discurso e áreas afins (Encidis)*. Niterói: UFF, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fzKapXzLHbs>. Acesso em: 10 set. 2020.

FOUCALT, M. [1969] *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. *A língua inatingível*. Trad. Bethania Mariani et al. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

GAFFIOT, F. [1934] *Dictionnaire Latin-Français*. Paris: Hachete, 1979. Disponível em: <https://www.lexilogos.com/latin/gaffiot.php?q=votum>. Acesso em: 29 mai. 2020.

GLOSSÁRIO DE TERMOS LEGISLATIVOS. 1ª ed. Brasília: Grupo de Trabalho Permanente de Integração da Câmara dos Deputados com o Senado Federal, Subgrupo Glossário Legislativo, 2018. xxiv, 187 p. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario>. Acesso em: 22 mai. 2020.

GUILHAMOU, J. Orientaciones actuales sobre el análisis del discurso político contemporâneo. In: *Revista de la Universidad de México*. Trad. Marcos Kaplan. Número 2. Outubro de 1979. Disponível em: <http://www.revistadelauniversidad.unam.mx/vcompleta.php?publicacion=531>. Acesso em: 15 set. 2019.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. [1979] Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, E. *Gestos de leitura: na história do discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

GUIMARÃES, D. Torrieri. *Dicionário Técnico Jurídico*. 21ª ed. Atualização Ana Claudia Schwenck dos Santos. São Paulo: Rideel, 2018.

GUIMARÃES, E. Enunciação e acontecimento. In: GUIMARÃES, E. *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. 2ª ed. São Paulo, Campinas: Pontes, 2005.

GRIGOLETTO, E. *O discurso de divulgação científica: um espaço discursivo intervalar*. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Porto Alegre, 2005.

GRIGOLETTO, E.; MARIANI, B. Entrevista com Eni Orlandi. *Revista da Abralin*, v. 19, n. 3, p. 247-268, 2020.

GRIGOLETTO, E.; SILVA SOBRINHO, H. F. O imaginário sobre o Golpe de 2016: silenciamentos e contradições. In: GRIGOLETTO, E. et al. (orgs.). *Imaginário, Sujeito, Representações*. 1ª ed. Recife: Editora da UFPE, 2018, v.1, p. 37-58.

HAROCHE, C. [1984] *Fazer dizer, querer dizer*. Trad. Eni Orlandi. São Paulo: Hucitec, 1992.

HENRY, P. [1984] A história não existe? In: ORLANDI, E. *Gestos de leitura: da história no discurso*. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

HORTA N., J. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. *Anais do II SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso*, Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/JoseHortaNunes.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INDURSKY, F. [1997] *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

INDURSKY, F. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, F. et al. (orgs.). *Memória e história na/da análise do discurso*. São Paulo, Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

INDURSKY, F. Os (des)caminhos do discurso político brasileiro na contemporaneidade. In: Grigoletto, E.; De Nardi, F. S. (org). A

- Análise do discurso e sua história: Avanços e perspectivas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.
- INDURSKY, F. Que sujeito é este? In: GRIGOLETTO, E. et al. (orgs.) *Silêncio, memória, resistência: a política e o político no discurso*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.
- LEAL, M. S. P. Os sentidos de “povo roraimense” em textos de parlamentares (1999 e 2005). Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras. Niterói, 2006.
- LE GOFF, J. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.
- MALDIDIER, D. *A inquietação do discurso: (Re)ler Michel Pêcheux hoje*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2003.
- MANUAL DE REDAÇÃO. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.
- MARIANI, B. As formas discursivas e a ameaça comunista. In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, n. 44, p. 266-285, 2019.
- MARIANI, B.; DELA S., S. Ideias teóricas em circulação entre a França e o Brasil: a análise do discurso de M. Pêcheux e E. Orlandi. In: JOBIM, J. L. et al. (orgs.). *Diálogos França-Brasil: circulações, representações, imaginários*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Makunaima, 2019, v. 1, p. 223-242.
- MARIANI, B. Discurso e instituição: a imprensa. In: *Rua*. Campinas, n. 5, p. 47-61, 1999.
- MARIANI, B. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Revan/ Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.
- MARIANI, B. [1993] Os primórdios da Imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, E. (org.) *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2001.
- MEDEIROS, V. Da resistência na língua à resistência da língua: o caso dos glossários. In: SOARES, A. S. F.; et al. (orgs.). *Discurso, Resistência e... Cascavel*, PR: Edunioeste, 2015.

MELLO FILHO, L. F. Bandeira de. Prefácio. In: GLOSSÁRIO DE TERMOS LEGISLATIVOS. 1ª ed. Brasília: Grupo de Trabalho Permanente de Integração da Câmara dos Deputados com o Senado Federal, Subgrupo Glossário Legislativo, 2018. XXIV, 187 p. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario>. Acesso em: 22 mai. 2020.

MICHAELIS DICIONÁRIO BRASILEIRO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Voto. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>. Acesso em: 15 set. 2020.

MOREIRA CASIMIRO, S. *Funcionamento discursivo do silêncio e da negação nos depoimentos do coronel Ustra e do delegado Calandra à comissão nacional da verdade*. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, Niterói, 2018.

NASCENTES, A. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 2ª tiragem da primeira edição. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1955.

NOBRE, M. *Choque de democracia: razões da revolta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NORA, P. [1984] Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. In: *Projeto História*. n. 10, p. 7-28, São Paulo, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 15 jun. 2019.

ORLANDI, E.; SOUZA, T. C, de. A língua imaginária e a língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem. In: ORLANDI, E. (org.). *Política Linguística na América Latina*. Campinas, SP: Pontes, 1988.

ORLANDI, E. [1984] *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 6ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2011.

ORLANDI, E. *Análise de Discurso, alteridade, narratividade*. In: *Eu, Tu, Ele: discurso e real da história*. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2017.

ORLANDI, E. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. 9ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

ORLANDI, E. [1990] *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 4ª reimpressão da 6ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

ORLANDI, E. *Cidade dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

ORLANDI, E. Discurso e Argumentação: Um Observatório do Político. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, n. 1 (73/81), jul./dez. 1998.

ORLANDI, E. *Discurso em Análise: Sujeito, Sentido e Ideologia*. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012a.

ORLANDI, E. *Discurso e Texto: Formulação e Circulação dos Sentidos*. 3ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.

ORLANDI, E. Discurso, Imaginário social e conhecimento. *Em Aberto*, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994a.

ORLANDI, E. [1996] *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho do simbólico*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

ORLANDI, E. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. *In: Estudos da Língua(gem)*, Vitória da Conquista, nº 1, p. 9-13, 2005. Disponível em: <http://www.estudosdalinguagem.org/index.php/estudosdalinguagem/article/viewFile/4/3> Acesso em: 01 abr. 2019.

ORLANDI, E. Não o outro, mas o diferente. *In: Terra à vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

ORLANDI, E. O Futuro dos Recursos: um outro discurso. *In: Revista MultiCiência*, Campinas, n 1, out./ 2003, p. 1-7.

ORLANDI, E. [1996] O golpe dos militares e seu modo de dizer. *In: INDURSKY, F. A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

ORLANDI, E. O lugar das sistematicidades linguísticas na Análise do Discurso. *In: Revista DELTA*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 295-307, 1994b.

ORLANDI, E. *O que é linguística*. 4ª reimpressão da 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2009. [Coleção Primeiros Passos].

ORLANDI, E. Silêncios: presença e ausência. *In: ComCiência*, n. 101. Campinas, 2008. Disponível em: http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542008000400007&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 09 de set. de 2020.

- ORLANDI, E. O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo. In: FERREIRA, M. C.; INDURSKY, F. *Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos, SP: Claraluz, 2007.
- ORLANDI, E. Paráfrase e Polissemia - A fluidez nos limites do simbólico. *Revista Rua*, Campinas, v. 4, p. 9-18, 1998.
- ORLANDI, E. [1993] Vão surgindo sentidos. In. ORLANDI, E. (org.) *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E. Unidade e Dispersão: uma questão do texto e do sujeito. In: ORLANDI, E. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 1988.
- OTHON SIDOU, J. M. [1990] *Dicionário Jurídico*: Academia Brasileira de Letras Jurídicas. 11ª ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016.
- PÊCHEUX, M. [1969] Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso*. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014a.
- PÊCHEUX, M. [1983] A análise de discurso: três épocas. In: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso*. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014b.
- PÊCHEUX, M.; LÉON, J. [1982] Análise sintática e paráfrase discursiva. In: ORLANDI, E. (org.) *Análise de Discurso*: Michel Pêcheux. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. [1975] A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso*. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.
- PÊCHEUX, M. [1982] Delimitações, inversões, deslocamentos. Trad. José Horta Nunes. *Caderno de Estudos Linguísticos*. Campinas, nº 19: 7-27, jul./dez. 1990.
- PÊCHEUX, M. [1982] Ideologia- aprisionamento ou campo paradoxal? In: ORLANDI, E. (org.) *Análise de Discurso*: Michel Pêcheux. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

PÊCHEUX, M. [1990] *Leitura e memória: projeto de pesquisa. In: Análise de Discurso: Michel Pêcheux. Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.*

PÊCHEUX, M. [1982] *Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. Gestos de leitura: na história do discurso. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2014.*

PÊCHEUX, M. [1981] *Materialidades discursivas. In: CONEIN, B. et al. Materialidades Discursivas. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.*

PÊCHEUX, M. [1983] *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990.*

PÊCHEUX, M. [1981] *O estranho espelho da Análise do Discurso. In: COURTINE, J. J. Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos, SP: EDUFSCar, 2014b.*

PÊCHEUX, M. [1983] *Papel da Memória In: ACHARD, P. et al. Papel da Memória. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.*

PÊCHEUX, M. [1975] *Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi. 5ª ed. Campinas, SP: Unicamp, 2014c.*

PÊCHEUX, M. [1984] *Sobre os contextos epistemológicos da Análise do Discurso. In: PÊCHEUX, M. Análise de Discurso: Michel Pêcheux. Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.*

PÊCHEUX, M. [1978] *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi. 5ª ed. Campinas, SP: Unicamp, 2014d.*

PETRI, V. *História das palavras. In: MARIANI, B. (coord.). Enciclopedia Virtual de Análise do Discurso e áreas afins (Encidis). Niterói: UFF, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4sCnnwPwMKc>. Acesso em: 10 set. 2020.*

PETRI, V. *“História de palavras” na história das ideias linguísticas: para ensinar língua portuguesa e para desenvolver um projeto de pesquisa. In: Conexão Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 13, n.19, 2018. Disponível em:*

<https://seer.ufrgs.br/conexaoletras/article/view/85032>. Acesso em: 09 set. 2020.

RANCIÈRE, J. [1998] *Nas margens do político*. Trad. Vanessa Brito e João Pedro Cachopo. Lisboa: KKYM, 2014.

RANCIÈRE, J. *O Desentendimento: política e filosofia*. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.

ROBIN, R. *A memória saturada*. Trad. Cristiane Dias; Graciely Costa. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

SERRANI, S. M. *A Linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição na discursividade*. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

SILVA, A. da R. *Uma análise do discurso político na mídia televisiva: Aécio Neves e Dilma Rousseff em debates 2014*. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, Niterói, 2017.

SILVA, P. E. *Vocabulário Jurídico*. 31ª ed. Atualização Nagib Slaibi Filho; Priscila Pereira Vasques Gomes. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

SILVA, L. I. L. *Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional*. Presidência da República. Secretaria de Imprensa e Divulgação. Brasília, DF, 01 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/discursos-de-posse/discorso-de-posse-1o-mandato>. Acesso em: 20 dez. 2020.

SILVA SOBRINHO, H. F. Estado, política e farsa: o golpe de 2016 e o discurso na reprodução do capital. In: GRIGOLETTO, E. et al. (orgs.). *Silêncio, memória, resistência: a política e o político no discurso*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.

SILVA SOBRINHO, J. S. Discurso. In: MARIANI, B. (coord). *Enciclopedia Virtual de Análise do Discurso e áreas afins (Encidis)*. Niterói: UFF, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eXc0P7lhjCk>. Acesso em: 13 fev. 2020.

SOUZA, M. *A pequena frase "a esperança venceu o medo" na imprensa cotidiana brasileira: uma leitura discursiva*. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

TENÓRIO NETO, J. F.; ERICSON, S. “Uma ponte para o futuro”. Efeitos de sentidos do discurso neoliberal no Brasil. *Revista da Abralin*, v. 19, n. 3, p. 409-428, 2020.

THE WORD BANK. *Brasil: aspectos gerais*. Disponível em: <http://www.worldbank.org/pt/country/brazil/overview#1>. Acesso: 03 nov. 2016.

VOTAR. In: *DICIO*, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/votar/>. Acesso em: 10 jan. 2021

ŽIŽEK, S. *A visão em paralaxe*. Trad. Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2008.

ZOPPI FONTANA, M. A vontade do povo. In: DELA S. S.; SAVEDRA, M. (orgs.). *Estudos de linguagem e compromisso social*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

ZWEIG, S. [1941] *Brasil: país do futuro*. Trad. Odilon Gallotti. Edição Ridendo Castigat Moraes, 2001.

ANEXOS

Anexo I: Sequências Discursivas Dos Votos Favoráveis Ao Golpe/Impeachment

SDs1	<u>Por todos aqueles brasileiros que foram enganados por este Governo, por Santa Catarina, pelo meu oeste catarinense, por Xanxerê, por Chapecó, por todos aqueles que produzem e trabalham neste Brasil, pelos nossos agricultores que nos alimentam todos os dias, porque se o agricultor não planta, ninguém almoça, nem janta</u> , voto "sim", Sr. Presidente. (Valdir Colatto, PMDB)
SDs2	Sr. Presidente, <u>pelo Brasil e pelo meu querido Estado do Amapá, pela minha família, pelos meus amigos, pelos meus eleitores que votaram em mim de forma espontânea, por esse povo maravilhoso do Estado do Amapá, pela paz, pela harmonia e pela concórdia</u> , eu voto "sim". (Cabuçu Borges, PMDB)
SDs3	<u>Pela minha história, pela minha consciência, pela querida e amada população da BR-429 — é o momento também de aqui externar gratidão à Ministra Dilma Rousseff, que tirou aquela população do sofrimento —, pelo meu partido e pela unificação das famílias, dos partidos, da política, do povo de Rondônia, da juventude e das mulheres</u> , eu voto "sim", Sr. Presidente. (Marinha Raupp, PMDB)
SDs4	Sr. Presidente, demonstrada a existência de crime de responsabilidade, <u>contra a corrupção estrutural e sistêmica, que ofende a probidade da administração, contra o desgoverno, a favor dos rondonienses e dos brasileiros</u> , eu voto "sim" ao <i>impeachment</i> . (Marcos Rogério, DEM)
SDs5	<u>Contra o golpe, pelo Estado Democrático de Direito, pela Constituição, pela Pátria, pelos maravilhosos cearenses que confiam em mim</u> , eu voto "sim", Sr. Presidente! (Moroni Torgan, DEM)
SDs6	Sr. Presidente, <u>pelo Rio de Janeiro, contra este Governo, que sempre tentou destruir a família</u> . Agora, temos a oportunidade de votar pelo "sim" do Brasil. "Sim." pelo <i>impeachment</i> . (Marcos Soares, DEM)
SDs7	Sr. Presidente, V.Exa. entra para a história hoje. <u>Pela minha família, mas principalmente pelo meu pai, Cesar Maia, que quando Prefeito do Rio, foi atropelado pelo Governo do PT — o PT rasga a Constituição no Rio de Janeiro e rasga a Constituição aqui —</u> , o meu voto é "sim" (Rodrigo Maia, DEM).
SDs8	A negociata da velha política impediu um suplente do meu partido, o DEM, Marcelo Delaroli, de votar aqui hoje. <u>Por você, Marcelo; pelos evangélicos do meu Estado; pelos movimentos sociais,</u>

	<u>Movimento Brasil Livre – MBL, Vem Pra Rua, Revoltados Online e todos os outros que ocuparam as ruas deste País; por um País mais altivo, livre da corrupção de todos; por Lula e Dilma na cadeia; voto “sim” ao impeachment, Sr. Presidente (Sóstenes Cavalcante, DEM).</u>
SDs9	Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu voto aqui hoje <u>a favor das nossas crianças, da nossa juventude, das nossas famílias, da minha Paraíso, do meu sul de Minas.</u> Voto <u>a favor do agricultor e do café,</u> voto <u>a favor dos mineiros e do Brasil.</u> Mas voto <u>também a favor da Constituição.</u> Voto "sim" ao <i>impeachment</i> da Presidente Dilma Rousseff! (Carlos Melles, DEM).
SDs10	Durante 13 anos, o meu partido, <u>o Democratas, fez oposição ao projeto criminoso implantado por Luiz Inácio Lula da Silva.</u> Em 2007, ele disse que iria extirpar o Democratas da política brasileira. <u>Hoje, nós estamos extirpando Lula e Dilma, e ele vai para a cadeia. (Palmas.)</u> Eu estou votando “sim” <u>pelos crimes que Dilma cometeu e não é só por ter passado cheque sem fundo em nome do povo brasileiro.</u> Ela roubou na refinaria, roubou na PETROBRAS e roubou em Belo Monte. Ela não é honrada. Eu voto “sim” <u>pelos princípios em respeito à vida, à liberdade e à justiça.</u> Eu voto <u>pelo povo baiano,</u> voto <u>pela minha mulher Maria Luísa, pelos meus filhos e pelos meus netos.</u> Viva o Brasil! Viva a Bahia! Fora, Lula! Fora, Dilma! (José Carlos Aleluia, DEM).
SDs11	Sr. Presidente, voto <u>com a coerência de quem sempre fez oposição ao PT, apontando os seus erros, os seus equívocos e as suas mentiras, apontando os crimes de responsabilidade que causaram um rombo no Orçamento e essa farra com o dinheiro público, cuja conta quem paga é o cidadão.</u> As <u>empresas estão fechando, os pais e mães de família estão desempregados, roubaram o dinheiro dos aposentados nos fundos de pensão.</u> O remédio para um Governo irresponsável está previsto na Constituição e é o <i>impeachment</i> , realizado pelo Congresso e fiscalizado pelo Supremo Federal. Por isso, <u>pelo amor à minha Paraíba e à minha família,</u> meu voto é “sim”, Sr. Presidente. (Efraim Filho, DEM).
SDs12	<u>Pelos gaúchos que represento; para combater o projeto de poder e de corrupção do Lula e do PT; e pelos agricultores brasileiros,</u> voto “sim” <u>pelo impeachment</u> (Luis Carlos Heinze, PP).
SDs13	<u>Pelos princípios que ensinei às minhas filhas da ética, da honestidade, da moral, os quais eu quero elas ensinem aos meus netos; pelo povo de Santa Catarina, que vai às ruas protestar contra a corrupção,</u> eu voto “sim” (Jorge Boeira, PP).
SDs14	<u>Pela minha família, pela minha querida cidade de Toledo, do meu Estado do Paraná, pelos agricultores do nosso Brasil, que estão</u>

	<u>fazendo com que este País ainda possa andar</u> , o meu voto é “sim” (Dilceu Sperafico, PP).
SDs15	<u>Em nome da unidade partidária do Partido Progressista, dos milhares de pessoas que foram enganadas pela Refinaria Premium, dos milhares de pessoas que choraram a morte dos seus entes queridos na BR-75, em nome desse Estado que carrego nas costas e no coração</u> , olhando para você e para o meu querido Alto Alegre, digo ao povo maranhense e ao povo do Brasil que voto “sim”, a favor do <i>impeachment</i> (André Fufuca, PP).
SDs16	Exclusivamente <u>por orientação partidária</u> , mas <u>com um sentimento de tristeza</u> , o meu voto é “sim” (Iracema Portella, PP).
SDs17	Sr. Presidente, <u>em nome das famílias gaúchas, em nome das pessoas que, com trabalho, constroem este País</u> , eu voto “sim” (Carlos Gomes, PRB).
SDs18	Sr. Presidente, <u>pela reconstrução da unidade de uma Nação que tentaram dividir, por amor e carinho ao povo do Amazonas, pela minha família e, acima de tudo, por amor a Deus</u> , o meu voto é “sim” (Silas Câmara, PRB).
SDs19	<u>Pelo povo de Deus, em defesa da família, tão atacada por este Governo, em nome do povo do meu Estado do Ceará, tão enganado por este Governo, pelo meu partido, pelo PRB, que segue unido</u> , o meu voto é “sim” (Ronaldo Martins, PRB).
SDs20	Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, <u>em nome do Brasil, em nome da Bahia, em nome de todos os evangélicos, de todos os cristãos do nosso País, em nome do nosso partido, pela coerência do nosso partido e pelo nosso Presidente Marcos Pereira</u> , nós votamos “sim”, pelo Brasil (MÁRCIO MARINHO, PRB).
SDs21	Sr. Presidente, <u>em nome do meu querido filho, Ives Ota; em nome de todas as mulheres brasileiras; em nome de milhares de mães que perderam os seus filhos em virtude da violência, que clamam por paz, justiça e direitos humanos para todos</u> , declaro o meu voto “sim” (Keiko Ota, PSB).
SDs22	Sr. Presidente, <u>por minha família, pela minha guerreira Chapecó, pelo meu Estado de Santa Catarina e para quebrar a espinha dorsal dessa quadrilha</u> , eu voto “sim”, Sr. Presidente (João Rodrigues, PSD).
SDs23	Sr. Presidente, <u>em nome do meu filho Éder Mauro Filho, de 4 anos, e do Rogério, que, junto com a minha esposa, formamos uma família no Brasil, que tanto esses bandidos querem destruir com propostas de que criança troque de sexo e aprenda sexo nas escolas, com 6 anos de idade, em nome de todo o povo do Estado do Pará</u> , eu voto “sim” (Delegado Éder Mauro, PSD).

SDs24	<u>Pelo meu Paraná, pelo meu Estado, que foi tão maltratado por este Governo, pela minha querida Céu Azul, pela minha região Oeste do Estado do Paraná, por Cascavel</u> , o meu voto é “sim” (Evandro Roman, PSD).
SDs25	Meus colegas Deputados e Deputadas de todos os partidos, o Brasil chegou hoje ao juízo final de uma luta de quase 1 ano dizendo que o <i>impeachment</i> tinha que ocorrer. Que Deus ilumine este País! <u>Pela nossa Pátria unida, não a do Brasil de nós e eles, porque o Brasil é um só – ninguém vai nos dividir – em nome da minha família, do meu Mato Grosso, da minha cidade de Sinop, da nossa Pátria</u> , eu voto “sim”, <u>pelo Brasil</u> (Nilson Leitão, PSDB).
SDs26	Sr. Presidente, <u>em respeito aos milhões de brasileiros que foram às ruas pedir o impeachment da Presidente Dilma, representando São Paulo, representando Jundiá e região</u> , o meu voto é "sim"! (Miguel Haddad, PSDB).
SDs27	Sr. Presidente, Srs. Deputados, <u>em homenagem aos princípios da Constituição Federal, da legalidade, da impessoalidade e, sobretudo, da moralidade, da publicidade e da eficiência</u> , meu voto é “sim” (Max Filho, PSDB).
SDs28	Gente de bom coração, <u>pelo amor ao Brasil, pelo amor a esta bandeira, pelo amor à vida, pelo amor aos 115.294 eleitores, pelo fim da corrupção</u> , Sr. Presidente, eu voto “sim” (Giovani Cherini, PDT).
SDs29	Sr. Presidente, <u>em respeito ao suor e à mão calejada dos meus fumicultores e dos trabalhadores da indústria fumageira do meu Estado, Rio Grande do Sul</u> , eu voto “sim”. <u>Feliz aniversário, Ana, minha neta!</u> (Sérgio Moraes, PTB).
SDs30	Sr. Presidente, Obrigada por permitir a todo o povo brasileiro esta data que estamos vivendo hoje. Há 11 anos, meu pai perdeu seu mandato porque disse a verdade, quando muitos aqui disseram que o que ele estava falando era mentira. Portanto, hoje, <u>em homenagem ao meu pai, Roberto Jefferson, à verdade, à democracia</u> , o meu voto é "sim" (Cristiane Brasil, PTB).
SDs31	Sr. Presidente, <u>pelo combate à corrupção, que ficou cristalizada neste Governo, em nome da força do meu Maranhão, em nome da força da minha São Luís, em nome da força da minha gente nordestina</u> , eu voto “sim” ao <i>impeachment!</i> (Eliziane Gama, PPS).
SDs32	<u>Pelos moradores de rua, que dormem na rua, que nascem na rua e morrem na rua, sem programa social de governo; pela Zona Oeste; Rio da Prata; Bangu, onde morei 33 anos; Campo Grande, em que moro há 31 anos; pelos vendedores, que, quando não têm uma profissão detalhada, é uma opção de mercado</u> , voto “sim” (Luiz Carlos Ramos, PTN).

SDs33	<u>Com a ajuda de Deus, pela minha família, pelo povo brasileiro, pelos evangélicos da Nação toda, pelos meninos do MBL, pelo Vem Pra Rua Brasil — dizendo que o Olavo tem razão, Sr. Presidente, dizendo “tchau” para essa querida e para o PT, Partido das Trevas —, eu voto “sim” ao impeachment, Sr. Presidente!</u> (Marco Feliciano, PSC).
SDs34	Sras. e Srs. Deputados, os capixabas nunca legitimaram este Governo. <u>Este Governo, para aumentar a maldade, abandonou os capixabas, nossas rodovias, portos e aeroportos. Então, por tudo isso, Srs. Deputados, e pela minha família, em especial, pelo meu filho Arthur e pela minha filha Sarah, pela agricultura e pelos agricultores do meu Espírito Santo, pelo cooperativismo, pela indústria abandonada por este Governo, pela ciência e pela tecnologia, pela maioria esmagadora dos capixabas, Espírito Santo, o meu voto é “sim”!</u> (Evair de Melo, PV).
SDs35	Glória a Deus! Sr. Presidente, todos aqui ouviram eu falar “ <i>Fora, Dilma!</i> ”, “ <i>Fora, Michel Temer!</i> ”, “ <i>Fora, Eduardo Cunha!</i> ”, “ <i>Fora, Rede Globo</i> ”, mentirosa, que fica difamando pessoas. (Palmas.) Vocês podem ser grandes aos olhos do homem, mas, para Deus, vocês são pequenininhos. Em nome do Senhor Jesus, eu profetizo a queda dos senhores a partir de hoje. E venho dizer aqui, <u>pelos militares das Forças Armadas que estão sendo sucateados há anos, pelos militares da segurança pública que estão morrendo todos os dias, pelos militares que estão agora, inativos e pensionistas, sem salário, “Fora, Pezão!”</u> , “ <i>Fora, Dornelles!</i> ”. Chega de corrupção! O meu voto é “sim”. Glória a Deus! “ <i>Feliz a nação cujo Deus é o Senhor</i> ” (Cabo Daciolo, PTdoB).
SDs36	A palavra de Deus diz: “ <i>Quando um justo governa, o povo se alegra. Quando um ímpio domina, o povo sofre</i> ”. <u>Pelo fim desse Governo injusto que está fazendo o povo sofrer, pela Nação Quadrangular no Brasil, por um pai de 78 anos que me ensinou os princípios da palavra de Deus, pelo meu Estado</u> , eu voto “sim”, Sr. Presidente (Jefferson Campos, PSD).
SDs37	Sr. Presidente, <u>por acreditar que a política, a ética e a responsabilidade devem caminhar juntas; por andar por este Brasil afora e ver milhões de brasileiros nas ruas vestindo verde-amarelo, de forma pacífica, ordeira, mostrando que os seus filhos não fogem à luta — não precisam invadir casa de ninguém, não precisam quebrar ônibus nenhum —, pedindo união e pregando esperança por um Brasil melhor; por minha família, e neste momento eu me faço representar pelos meus netos, Arthur, Sofia e a mais nova, a caçula, que está chegando; eu quero dizer aos brasileiros, à minha</u>

	<u>cidade de Niterói e ao meu Estado do Rio de Janeiro que voto “sim”. <i>Impeachment</i> já!</u> (Soraya Santos, PMDB).
SDs38	Por São Paulo, <u>pelo fim dessa quadrilha que assaltou o País, pelo meu pai, que tanto sofreu na mão do PT, por mais dignidade às pessoas com deficiência, pelo meu povo brasileiro,</u> eu voto “sim” (Mara Gabrilli, PSDB).
SDs39	<u>Pelos trabalhadores do Brasil, pelos aposentados, contra os 10 milhões de pessoas que perderam emprego no Governo Dilma, do PT, pelo crescimento do Brasil, por mais emprego e contra a boquinha do PT, pelo fim da boquinha do PT e do PCdoB,</u> eu voto “sim”, Sr. Presidente (Paulo Pereira da Silva, SD).
SDs40	Sr. Presidente, <u>pela minha querida Luziânia, pelo meu Entorno de Brasília, que tanto precisa de ação governamental, pelos médicos brasileiros, tão perseguidos por este desgoverno, pelo bravo e honrado povo de Goiás, por Daianne, Mateus e Adrienne,</u> muda Brasil! “Sim” ao <i>impeachment</i> (Célio Silveira, PSDB).
SDs41	Sr. Presidente, <u>pelo povo destemido e pioneiro do Estado de Rondônia, que desbravou aquela região,</u> pelo Brasil, pela minha família e em respeito aos meus eleitores, eu voto “sim” (Lucio Mosquini, PMDB).
SDs42	Eu pedi a Deus que me desse sabedoria para votar com dignidade. Eu pedi a Deus que me iluminasse. E, neste momento, <u>em nome de um Estado cujo outro nome é liberdade, Minas Gerais;</u> em nome de milhares de mineiros que me pediram para votar a favor do <i>impeachment</i> ; eu estou aqui para declarar o meu voto, em gratidão ao povo mineiro, à família mineira e, sobretudo, aos milhões de desempregados deste País. Eu voto “sim” por Minas Gerais e pelo Brasil! (Fábio Ramalho, PMDB).
SDs43	Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, neste processo jurídico e político, a minha decisão se baseia no entendimento de uma parte considerável da comunidade jurídica brasileira, inclusive da respeitadíssima Ordem dos Advogados do Brasil. <u>Em respeito ao meu glorioso e histórico PMDB de Minas Gerais, sobretudo em razão da vontade, uma vontade manifesta, clara e sincera do povo de Minas, terra de Tiradentes e de todos os brasileiros,</u> o meu voto é “sim” (Rodrigo Pacheco, PMDB).
SDs44	Sr. Presidente, <u>pela coerência de oito mandatos aqui nesta Casa, votando pela segunda vez pelo <i>impeachment</i>;</u> pela minha mãe, que está em casa, já com 93 anos; infelizmente, na ausência do meu pai; pela minha família, esposa, filhos, netos e o primeiro bisneto, eu voto pelo <i>impeachment</i> (Roberto Balestra, PP).

SDs45	Sr. Presidente, <u>meus pais, desde cedo, ensinaram a mim, ao meu irmão e à minha irmã que ninguém nessa vida é melhor do que ninguém.</u> Em homenagem ao ordenamento jurídico brasileiro, que permite a ampla defesa; <u>em homenagem ao Estado Democrático de Direito, que nos permite estar aqui democraticamente; em homenagem à harmonia e à independência entre os Poderes, pilar fundamental do nosso sistema;</u> em homenagem ao povo do Distrito Federal, que recebe todos, sempre, de braços abertos; e à minha família, o meu voto é “sim”, Sr. Presidente (Rogério Rosso, PSD).
SDs46	<u>Pela liberdade, igualdade e fraternidade;</u> pelos meus eleitores de São Paulo, especialmente os da Zona Sul de São Paulo; pelos meus filhos, Fabinho e Rodrigo Goulart; pelo Deputado Estadual Jorge Caruso; por Vargem Bonita, Grajaú, Parelheiros, Capela do Socorro e Santo Amaro, eu voto “sim”, Sr. Presidente (Goulart, PSD).
SDs47	Em respeito à Constituição; em homenagem à minha família e aos meus eleitores; <u>em homenagem ao aniversário da minha cidade - 56 anos da Capital da República;</u> em homenagem ao povo brasileiro, voto “sim”. Fora, Dilma! <i>Impeachment</i> já! (Izalci, PSDB).
SDs48	<u>Pelos valores da família; pelos homens livres e de bons costumes;</u> em respeito ao meu povo, de Divinópolis e de toda Minas Gerais; em respeito ao povo brasileiro, que não suporta mais este desgoverno de tanta corrupção; em respeito à Constituição, não vai haver golpe! Vai haver <i>impeachment</i> ! Meu voto é “sim”, a favor do Brasil! (Domingos Sávio, PSDB).
SDs49	Sr. Presidente, <u>ao longo desses meus 6 mandatos, tenho presenciado aqui uma incoerência de um discurso humanista com uma prática inconsequente, rasteira e mentirosa.</u> Por isso tudo e também pelo crime de responsabilidade cometido, pela honra do nosso povo mineiro e de todos aqueles que eu represento, meu voto é “sim”! (Eduardo Barbosa, PSDB).
SDs50	<u>Pelas tradições libertárias das Minas de Tancredo, Itamar, JK e Tiradentes,</u> eu digo “não” à corrupção, eu digo “não” à fraude fiscal, eu digo “não” ao estelionato eleitoral, eu digo “não” à obstrução da Justiça. Cinquenta milhões de votos não é biombo que autorize o assalto do País. Com a Constituição na mão, com o Brasil no coração, eu digo “sim” ao <i>impeachment</i> (Marcus Pestana, PSDB).
SDs51	<u>Em respeito à Constituição, de cuja promulgação eu tive o privilégio de participar, assinando-a, constituinte que fui em 1988, sei que lá estão definidos os crimes de responsabilidade — a Presidente Dilma, através do parecer do Relator Jovair Arantes, muito bem definiu esses crimes.</u> Na certeza de que, sem o movimento popular das ruas do Brasil, nós não teríamos a votação que nós tivemos hoje, em

	respeito a todos que foram às ruas, aos milhares de brasileiros, em defesa da Bahia e em defesa do Brasil, eu voto “sim” (Jutahy Junior, PSDB).
SDs52	<u>Pelos fundamentos do cristianismo</u> , em defesa dos princípios da administração pública, porque ninguém está acima da lei, eu voto “sim” (Ronaldo Nogueira, PTB).
SDs53	O meu voto está fundamentado no relatório que foi aprovado na Comissão Especial, o relatório que aponta crime de responsabilidade da Presidente Dilma Rousseff. Ela feriu o art. 85 da Constituição. Ela atentou contra a Constituição e contra a Lei Orçamentária. Ela editou créditos, sem autorização, de 90 bilhões de reais. Isso é crime! Ela fez empréstimos em bancos públicos, o que é proibido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso também é crime de responsabilidade e improbidade administrativa. Ela participou da compra fraudulenta de Pasadena. Ela é ladra! O dinheiro de Pasadena foi parar na conta de João Santana! Ela responderá por esses atos! Hoje o julgamento é político — do crime de responsabilidade —, mas depois ela vai responder criminalmente. Ela vai responder, sim, à Justiça. <u>E pela Paraíba, pela tradição de luta e coragem do nosso povo</u> , pelo meu partido, o Solidariedade, que lutou incansavelmente até este dia de hoje, eu vou votar “sim”, <u>pela grandeza do nosso povo</u> e pelo Brasil. (Benjamin Maranhão, SD).
SDs54	<u>Pátria amada, Pátria amada, seu filho Delegado Waldir não foge à luta</u> . Por ti, Goiânia querida, por ti, Goiás, pelo meu País, por Deus, por minha família, pelas famílias e pelas pessoas de bem, o meu voto é “sim”. Fora Dilma! Fora Lula! Fora PT! (Delegado Waldir, PR).
SDs55	Sr. Presidente, em nome de todos os moradores de Sorocaba e da nossa querida região, em nome da minha família, em nome daquelas pessoas que estão esperando atendimento nas portas dos hospitais deste País, contra a corrupção, contra a mentira, contra o populismo, <u>a favor da volta dos empregos neste País</u> e pelo Brasil, voto “sim” pelo afastamento da Presidente Dilma (Vitor Lippi, PSDB).
SDs56	Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares brasileiros, <u>pelo reencontro deste País maravilhoso com a sua esperança, porque não aguenta mais tanta afronta à Constituição, mentiras, impunidade e corrupção</u> ; pela minha família, meus filhos e meus pais, que me ensinaram valores e princípios; pelos paulistas, em especial os da minha terra natal; e pelos brasileiros, eu voto “sim”, pelo impeachment (Duarte Nogueira, PSDB).
SDs57	Sr. Presidente, <u>pelo meu Estado de São Paulo, governado há 20 anos por políticos honestos do meu partido</u> , pela minha região, São José do Rio Pardo, minha terra natal, pelos milhões de brasileiros que

	foram às ruas clamar por decência na vida pública, por uma nova história do Brasil que vai varrer os corruptos que estão no Governo e onde vão viver os meus filhos e os meus netos. "Sim", Sr. Presidente (Silvio Torres, PSDB).
SDs58	Por um futuro melhor para a nossa gente, precisamos reconstruir o País, arrasado pela quadrilha do PT. <u>Precisamos dar novamente esperança às famílias brasileiras. Pelos exemplos e ensinamentos de meu pai, por meus filhos, por minha família, em memória de Juscelino e Tancredo, em honra à bandeira de Minas Gerais, "sim"</u> ao impedimento da Presidente da República! (Rodrigo de Castro, PSDB).
SDs59	Feliz é a nação cujo Deus é o Senhor! <u>Em defesa da vida, da família, da moral, dos bons costumes, contra a corrupção e não desistindo do Brasil,</u> meu voto é "sim" (Pastor Eurico, PHS).
SDs60	<u>Pelo fim do populismo irresponsável e corrupto, pelo fim da "vagabundização" remunerada,</u> pela valorização do trabalho, da produção, da pesquisa, tecnologia e inovação, eu voto "sim" (Alceu Moreira, PMDB).
SDs61	Pelos direitos das crianças, dos jovens, das mulheres, de todos os brasileiros; <u>por um Governo decente e, acima de tudo, por mais esperança para os brasileiros,</u> voto "sim" (Darcísio Perondi, PMDB).
SDs62	Pelo Brasil; pela cidade de Ituporanga, que me adotou; por Nova Trento, onde eu nasci; por toda Santa Catarina; <u>pela mudança do Estatuto do Desarmamento;</u> pelos nossos agricultores e <u>pelo fim da corrupção no Brasil,</u> eu voto "sim" (Rogério Peninha Mendonça, PMDB).
SDs63	Sr. Presidente, <u>pelo País sério que todos nós sonhamos e queremos, por um País sem mensalão, sem petrolão, pelo que nós queremos para o nosso querido Paraná, do Sérgio Moro, para a minha querida Umuarama,</u> eu voto "sim" (Osmar Serraglio, PMDB).
SDs64	Sr. Presidente, pela bela fundamentação jurídica do relatório do Deputado Jovair Arantes, <u>na expectativa e na confiança do crescimento socioeconômico do nosso País,</u> voto "sim", pela admissibilidade (Pedro Chaves, PMDB).
SDs65	Sr. Presidente, com toda a convicção, por conhecer os 139 Municípios do Estado do Tocantins, voto <u>por um Brasil melhor, para que todos tenham dignidade.</u> O meu voto é "sim" (Dulce Miranda, PMDB).
SDs66	Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, diante de falsas promessas, como a refinaria do Estado do Ceará, <u>pelo fim dos coronéis do meu Estado, sustentados pelo Governo da Presidente Dilma,</u> pela dignidade de todos os cearenses e também pelo povo de Sobral, eu

	sou <u>pela mudança</u> . Eu voto “sim”, Sr. Presidente! (Moses Rodrigues, PMDB).
SDs67	Respeitando o sentimento de cada brasileiro, pelos brasileiros mais humildes, que estão sofrendo, pelas nossas cidades de Itaboraí, de São Gonçalo e de Niterói, pelo desejo da maioria dos eleitores, pelo Brasil e <u>para derrubar esse muro</u> , eu voto “sim” (Altineu Côrtes, PMDB).
SDs68	Senhoras e senhores de todo o Brasil, <u>com a esperança de ver o País sair da crise, é preciso mudar</u> . Pelo meu Rio de Janeiro, pelo Brasil, eu voto “sim” (Pedro Paulo, PMDB).
SDs69	Diante da impossibilidade de novas eleições, em favor dos 10 milhões de desempregados no nosso País; <u>em favor de melhorar a economia do nosso País</u> ; em favor da minha querida cidade de Coruripe; em homenagem aos jovens do nosso País, à minha geração, <u>à geração dos meus filhos, à geração que clama por esperança e por dias melhores</u> ; pelo bem da Nação e, acima de tudo, pelo bem do meu Estado de Alagoas, eu voto “sim” pelo <i>impeachment</i> da Presidente (Marx Beltrão, PMDB).
SDs70	<u>Pelas baianas e baianos que querem um País decente</u> , em nome da minha cidade, Dias d'Ávila, que me projetou para a vida pública, digo que <u>o povo brasileiro não é refém deste momento, mas passageiro rumo ao futuro e ao seu melhor destino. Para que os governantes brasileiros possam cumprir a Constituição da República do Brasil e as leis brasileiras que ao tomarem posse juraram defender e cumprir</u> , voto “sim”, pelo <i>impeachment</i> (Claudio Cajado, DEM).
SDs71	<u>Para extirpar da vida nacional essa organização criminosa que sequestrou a Bahia e o Brasil, pelo Brasil e pelos brasileiros, pela Bahia e pelos baianos, pelo futuro das minhas Mariana e Juliana</u> , encho o peito de orgulho, e este campo-formosense vota “sim”. Viva o Brasil! (Elmar Nascimento, DEM).
SDs72	Sr. Presidente, fui eleito por paranaenses que acreditam no resgate da moralidade na política. Fui eleito pelo projeto de fé e política da renovação carismática católica no meu Estado do Paraná. Pela minha família, pela minha filha, pela minha esposa, pelo povo do Paraná, tenho orgulho em dizer: <u>terra da Lava-Jato, avante!</u> Polícia Federal! “Sim” ao <i>impeachment</i> (Diego Garcia, PHS).
SDs73	Sr. Presidente, meu querido Brasil, pela minha família; pelos que me fizeram chegar até aqui; <u>pelos médicos do Brasil, para que sejam respeitados pelo próximo governo</u> ; pelos maçons do Brasil e pelo bem do povo brasileiro, eu voto “sim”, Sr. Presidente (Hiran Gonçalves, PP).

SDs74	Para honrar a ampla maioria da vontade do povo catarinense e <u>para dar uma chance ao Brasil</u> , eu voto “sim” (Espiridião Amin, PP).
SDs75	Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em um momento este País escolheu a bandeira vermelha, mas viu que errou e quer novamente o verde-amarelo, a ordem e o progresso. Esse povo que está aí fora não veio da Venezuela, não veio da Coreia do Norte. Eu queria aqui, em nome da minha família, em nome da minha região noroeste do Estado de São Paulo, da minha cidade natal, votar “sim” e registrar que William Woo, que é suplente, se estivesse aqui, também votaria “sim”, <u>por um Brasil mais forte, um Brasil independente, um Brasil sem corrupção</u> (Fausto Pinato, PP).
SDs76	Sr. Presidente, tenho o prazer de abrir a votação do último Estado, o Estado de Alagoas. Antes do meu voto, queria parabenizar ao belíssimo trabalho do Relator, meu amigo, Deputado Jovair Arantes. Não acredito que o resultado de hoje, já consagrado por esta Casa, vá permitir que a Casa não tenha diálogo para encontrar um caminho para o desenvolvimento do Brasil. <u>Em nome desse diálogo, em nome do desenvolvimento</u> , chego a este meu segundo mandato com a certeza de que <u>o desenvolvimento e a mudança da vida das pessoas é o grande trabalho deste Congresso. O Brasil está parado. E nós temos que encontrar essa saída. Em nome dessa saída, do progresso dos alagoanos, dos meus filhos, de quem vive em Alagoas</u> , eu, encaminhando junto com meu partido, que fechou questão a favor do <i>impeachment</i> , dou meu voto “sim” ao prosseguimento (Arthur LIRA, PP).
SDs77	Sr. Presidente, pela unidade do PRB, pela família e <u>para nenhum governo se levantar contra a Nação de Israel</u> , por São Gonçalo, pelo leste fluminense, pelo Rio de Janeiro, voto “sim” (Roberto Sales, PRB).
SDs78	Pelo meu Estado do Piauí; pelo futuro do povo do Brasil, em especial, dos piauienses e da cidade de Teresina; <u>em respeito a todos os homens e mulheres de bem que estão lutando, estão nas ruas por um Brasil melhor; pelo futuro das minhas filhas Maria Luísa e Ana Maria</u> ; eu voto “sim” ao <i>impeachment</i> (Rodrigo Martins, PSB).
SDs79	<u>Por um Brasil melhor e mais decente, pelo futuro de nossos filhos, pelo fim da corrupção e dos fichas-sujas, por minha querida Rio Verde, pelo meu Estado de Goiás</u> , eu voto “sim” ao <i>impeachment</i> , Sr. Presidente (Heuler Cruvinel, PSD).
SDs80	Para corresponder, Sr. Presidente, às expectativas dos meus eleitores, dos brasileiros, <u>às expectativas de um Brasil melhor, para combater a corrupção, para possamos olhar para a frente, para um Brasil diferente e separar o que é legal do que é ilegal e pela nossa</u>

	Constituição, o meu voto só poderia ser, e será, “sim” ao <i>impeachment</i> da Presidente Dilma (Nelson Marchezan Junior, PSDB).
SDs81	Sr. Presidente, também em nome dos Deputados Edmar Arruda e Valdir Rossoni, <u>pelo povo que foi às ruas do Brasil de verde e amarelo, por um Brasil livre do PT</u> , pelo Paraná, pela República de Curitiba, eu voto “sim” (Paulo Martins, PSDB).
SDs82	Sr. Presidente, <u>pela libertação do povo brasileiro</u> , pela responsabilidade que tenho com o meu mandato, pelo Estado do Amazonas, por você, Manaus, minha razão e meu amor, o meu voto é “sim” (Arthur Virgílio Bisneto, PSDB).
SDs83	Sr. Presidente, ao contrário do que muitos querem fazer crer, uma eleição não dá o direito de saquear o Brasil. <u>Por um País melhor; por mais esperança para a nossa população; por um novo futuro para as novas gerações</u> , eu voto em favor da minha família, do meu Estado, o Acre, e do Brasil. É “sim”, pelo <i>impeachment!</i> Fora, PT! Fora, roubalheira! (Rocha, PSDB).
SDs84	Brasileiros e brasileiras, <u>para que a decência se sobreponha a este Governo moralmente desonesto</u> , o meu voto é “sim” (Carlos Sampaio, PSDB)
SDs85	Sr. Presidente, em respeito aos meus eleitores, em respeito ao povo paulista, <u>por um País mais justo, humano, solidário e ético</u> , sob a proteção do Grande Arquiteto do Universo, eu, Floriano Pesaro, e meu suplente, Mendes Thame, votamos “sim”, pelo impedimento da Presidente Dilma (Floriano Pesaro, PSDB).
SDs86	Sr. Presidente, por absoluto respeito à Constituição, <u>por reformas, pela esperança de um futuro melhor para o nosso País</u> , eu voto “sim” (Samuel Moreira, PSDB).
SDs87	Sr. Presidente, em defesa do povo cearense, em apoio aos milhares de fortalezenses que estão, neste momento, na Praça Portugal, pelo fortalecimento dos Municípios brasileiros a partir de Maranguape, Maracanaú, na região metropolitana, e <u>acima de tudo pela esperança do povo brasileiro, por um desenvolvimento socioeconômico justo para o nosso País</u> , nós votamos “sim” pelo <i>impeachment</i> (Raimundo Gomes de Matos, PSDB).
SDs88	Com a convicção de que este Governo da Presidenta Dilma, corrupto e mentiroso, cometeu crime de responsabilidade fiscal e <u>sonhando com um Governo sem corrupção, na esperança de que o próximo Presidente governe para o Brasil e não para o seu partido</u> , aproveitando para homenagear o Ministério Público, a Polícia Federal, o Juiz Sérgio Moro e <u>pedir que se prenda o resto dos corruptos</u> , homenageando Hélio Bicudo, Janaina Paschoal e Miguel Reale Júnior, pela minha querida Mata de São João, pela minha

	Bahia, pelo Brasil verde e amarelo, eu voto "sim"(João Gualberto, PSDB).
SDs89	Na exigência do respeito, que carrego por efeito da confiança em mim, voto <u>pela mudança, no compasso da esperança</u> . Vamos <u>em frente com a força</u> . Voto "sim"! (Pedro Cunha Lima, PSDB).
SDs90	Sr. Presidente, este é o momento <u>de reescrever a ética e a democracia brasileira</u> . Pela minha família, pela minha Canoas, pelos gaúchos e pelo Brasil, voto "sim"! (Luiz Carlos Busato, PTB).
SDs91	<u>"O futuro não é o mero encontro dos astros, o futuro se constrói", segundo Dom Ivo Lorscheiter</u> . Sr. Presidente, nobres pares, voto com o Relator Jovair Arantes. Voto pela reconstrução do Brasil. Voto "sim"! (Alex Canziani, PTB).
SDs92	Sr. Presidente, eu voto com a maioria do povo brasileiro. Eu voto, Sr. Presidente, <u>na esperança de construirmos um País em que caiba a grandeza da felicidade, do futuro de todos os brasileiros</u> . Pela Bahia e pelo Brasil! Meu voto é "sim" (Arthur Oliveira Maia, PPS).
SDs93	<u>Contra a ladroeira, contra a imposição desse partido de esquerda, que quer transformar este Brasil numa ditadura de esquerda, o meu voto é "sim"</u> . Pelo <i>impeachment</i> , pelo Sérgio Moro, pelos evangélicos, pelo meu Brasil, pela minha família, voto "sim" (Takayama, PSC).
SDs94	Sr. Presidente, eu, primeiro, agradeço a Deus pelo fato de estar neste momento nesta Casa. Em nome da minha família e <u>pensando no futuro dos meus netos</u> , Guilherme, Elisa e Gabriel; pensando também nos 10 milhões de brasileiros que estão desempregados; pensando nos mais de 60 milhões de pessoas que estão com seu nome no SPC; pensando ainda no povo evangélico e nos meus eleitores de São Paulo; <u>na esperança de que os brasileiros voltem a sonhar, voltem a sorrir</u> , o meu voto é "sim" ao <i>impeachment</i> . Muito obrigado (Gilberto Nascimento, PSC).
SDs95	Sr. Presidente, como Delegado da Polícia Federal, meu voto vai <u>pelo fim da facção criminosa "lulopetista", fim da "pelegagem" da CUT, fim da CUT e seus marginais</u> . Viva a Lava-Jato, a República de Curitiba! E a minha bandeira nunca será vermelha! "Sim", Presidente! (Fernando Francischini, SD).
SDs96	Sr. Presidente, <u>em nome da minha querida cidade de Colatina, de todos os filhos do solo capixaba, do noroeste capixaba, de todo o Espírito Santo; em nome da Nação brasileira; em nome dos meus filhos Sara, Estevão, Giordano e Donato; em nome do meu sobrinho, de toda a minha família e de todos os jovens deste País; em nome de todos esses e em nome do Brasil, com a esperança de que nós possamos construir, com o novo Governo, um diálogo com a política,</u>

	<u>com a economia e recuperar esta Nação</u> , eu voto “sim” (Paulo Foletto, PSB).
SDs97	<u>Pelo resgate da esperança que foi roubada do povo brasileiro, por esta geração, pelas próximas gerações, pelo meu Estado de Roraima</u> , eu voto “sim”. Eu voto <u>pelo Brasil</u> (Shéridan, PSDB).
SDs98	Sr. Presidente, <u>com toda a minha convicção, pelo Deputado Felipe Carreras, pela minha família, pelo meu Pernambuco que tanto amo e para que o maior símbolo do Brasil volte a ser a bandeira verde-amarela</u> , eu voto “sim”! (Augusto Coutinho, SD).
SDs99	<u>Pelo povo de São Paulo nas ruas, com o espírito dos revolucionários de 1932; em respeito aos 59 milhões de votos contra o Estatuto do Desarmamento, em 2005; pelos militares de 1964, hoje e sempre; pelas polícias e, em nome de Deus e da família brasileira, é “sim”</u> . E Lula e Dilma na cadeia (Eduardo Bolsonaro, PSC).
SDs100	Neste dia de glória para o povo brasileiro, um nome entrará para a história nesta data pela forma como conduziu os trabalhos desta Casa: Parabéns, Presidente Eduardo Cunha! (<i>Manifestação no plenário.</i>) O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota, Deputado? O SR. JAIR BOLSONARO (Bloco/PSC-RJ.) - <u>Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve... Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra a Folha de S. Paulo, pela memória do Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff!</u> (<i>Apupos no plenário.</i>) O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota, Deputado? O SR. JAIR BOLSONARO (Bloco/PSC-RJ.) - <u>Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo, e por Deus acima de todos</u> , o meu voto é "sim"! (Jair Bolsonaro, PSC).
SDs101	Presidente, <u>pelo resgate da esperança do povo brasileiro, pela reconstrução do nosso País, mas, sobretudo, em defesa da vida, da família e da fé</u> , voto “sim” (Erivelton Santana, PEN).
SDs102	<u>Pela coerência com os meus eleitores e respeito à minha família, aos meus pais, que me deixaram um legado, e aos meus filhos, a quem eu quero transmitir o legado de respeito ao meu País, contra um partido que aparelhou o nosso País, que se utiliza da política externa nacional para financiar ditaduras bolivarianas sanguinárias com recursos do País, contra aqueles que se utilizam da educação para doutrinar e assediar as nossas crianças, por melhores dias para o nosso País, livre dessa quadrilha que se entranhou em nosso seio</u> , com todo o coração voto “sim”. Fora, Dilma! (Rogério Marinho, PSDB).

Anexo II: Sequências Discursivas Dos Votos Contrários Ao Golpe/Impeachment

SDn1	<u>Pela democracia, em respeito à Constituição, que juramos cumprir nesta Casa, pela cidadania dos mais pobres deste País, o meu voto é “não”</u> (Assis do Couto, PDT).
SDn2	Eu tenho nojo e horror do golpismo. O poder é do povo, e o povo elegeu a Presidenta. Ela é honesta e não pode ser afastada por um processo ilegítimo, conduzido por um réu da Lava-Jato. <u>Pela democracia e pelo País, é “não”</u> (Bohn Gass, PT).
SDn3	<u>Contra a conspiração e a corrupção representadas por Eduardo Cunha e Temer; contra o golpe; em defesa da democracia e do respeito ao voto do cidadão brasileiro, eu voto com toda convicção “não” a esse golpe, “não” a esse impeachment!</u> (Henrique Fontana, PT).
SDn4	<u>Pelos trabalhadores e trabalhadoras do nosso Brasil, pela democracia e pelo respeito ao voto soberano do povo brasileiro, que elegeu a Presidenta Dilma com 54 milhões votos, o meu voto é “não” a esse golpe</u> (Marco Maia, PT).
SDn5	Eu não reconheço legitimidade de <u>Eduardo Cunha</u> para presidir este processo. Não reconheço legitimidade de o conspirador <u>Michel Temer</u> para presidir este País. Não acredito em político demagogo, que fala em combater a corrupção e se alia com corruptos — aquilo que de pior o Brasil tem. <u>Contra o golpe, contra os golpistas, eu voto “não”</u> (Paulo Pimenta, PT).
SDn6	Sr. Presidente, voto <u>com Lula, o melhor Presidente deste País; com Dilma, mulher valente e honesta; pelo Brasil e pela democracia. Não ao golpe! Fora, golpistas! O voto é “não”, pelo Brasil</u> (Pedro Uczai, PT).
SDn7	Sr. Presidente, <u>em defesa da nossa democracia, em defesa da Constituição, em defesa do povo pobre do Brasil, que teve no Governo Lula e no Governo da Presidenta Dilma esperança e investimentos, o meu voto é “não”</u> (Beto Faro, PT).
SDn8	Sr. Presidente, falar aqui em democracia para tentar aplicar um golpe de Estado no nosso Brasil é no mínimo uma hipocrisia. <u>Por aquela trabalhadora que conseguiu ter uma carteira assinada; por aquele trabalhador que conseguiu colocar seu filho numa universidade; por aquele cidadão que conseguiu colocar seu filho em Harvard ou no MIT; pelo trabalhador rural que recebeu energia elétrica na sua casa; pelo fim da hipocrisia, meu voto é “não”, Sr. Presidente</u> (Sibá Machado, PT).
SDn9	Sr. Presidente, <u>pelo Brasil e por Mato Grosso, por tudo o que Lula e Dilma fizeram por este País, pela democracia e contra o golpe, meu voto é “não”</u> (Ságuas Moraes, PT).

SDn10	<u>Contra o golpe, em defesa da democracia, em defesa dos direitos dos trabalhadores, em defesa do direito dos aposentados, em defesa do petróleo do pré-sal, em homenagem à juventude paulista, que ocupou dezenas de escolas, e aos trabalhadores que estão na rua em defesa da democracia, meu voto é “não” (Carlos Zarattini, PT).</u>
SDn11	<u>Em respeito à Constituição e à soberania popular, em defesa da democracia, da justiça e por ser impossível um <i>impeachment</i> sem crime de responsabilidade; o meu voto é “não” (José Mentor, PT).</u>
SDn12	Sr. Presidente, <u>em defesa dos direitos indígenas e dos quilombolas, em defesa da reforma agrária, em defesa da agricultura familiar, em defesa do Minha Casa, Minha Vida, em defesa da Constituição e da democracia, eu sou contra esse golpe tramado pelo Presidente desta Casa e pelo Vice-Presidente Michel Temer (Nilto Tatto, PT).</u>
SDn13	Sr. Presidente, <u>em homenagem aos milhares de advogados e juristas deste País que apontaram que esse relatório é uma farsa, é um instrumento de golpe; em homenagem ao povo trabalhador que hoje está nas ruas resistindo contra o golpe; e dando razão a V.Exa. quando pediu a Deus que tenha misericórdia deste País, e tem que ter mesmo, porque V.Exa. é o chefe da corrupção neste País, presidindo um tribunal que vai julgar uma mulher honrada — não se iluda, Sr. Presidente, com esse seu sorrisinho, V.Exa. é a bola da vez no Supremo Tribunal Federal —; meu voto é “não”(Wadiah Damous, PT).</u>
SDn14	Sr. Presidente, povo brasileiro, neste instante, quero dizer ao Brasil que não sou covarde. Quero dizer ao Brasil que voto <u>pelos filhos do povo, pelos filhos do povo da invasão, das ocupações, dos sem-terra, dos sem-teto, pelos trabalhadores de Camaçari, da Bahia, do sertão, do Nordeste, do Brasil.</u> Senhoras e senhores, olhem esta Mesa que está aí: Mesa de traidores, de conspiradores. Eu voto contra; eu voto “não”; eu voto <u>pelo Brasil; eu voto pelo povo brasileiro; eu voto “não”, contra V.Exa., Sr. Presidente; eu voto “não” contra Michel Temer; eu voto a favor do Brasil.</u> “Não”! “Não”! “Não”, <u>contra vocês (Caetano, PT).</u>
SDn15	<u>Em defesa da democracia, que aqui, hoje, está vivendo uma farsa, dirigida por um réu de processo de corrupção no STE, em defesa do povo brasileiro, em nome da Bahia, em nome da minha região sul da Bahia, em nome da minha cidade Itabuna, em defesa da CEPLAC e do pré-sal, “não” ao golpe. Não passará! (Davidson Magalhães, PCdoB).</u>
SDn16	Sr. Presidente, o meu voto é um rotundo “não”, <u>com a moral de ser de um partido, o PSOL, que faz oposição, mas oposição de esquerda,</u>

	<u>programática, socialista ao Governo, e que não é conivente com golpe à democracia</u> (Edmilson Rodrigues, PSOL).
SDn17	Em primeiro lugar, eu quero dizer que eu estou constrangido de participar dessa farsa sexista, dessa eleição indireta, conduzida por um ladrão, urdida por um traidor, conspirador, apoiada por torturadores, covardes, analfabetos políticos e vendidos. <i>(Manifestação no plenário.)</i> <u>Em nome dos direitos da população LGBT, do povo negro exterminado nas periferias, dos trabalhadores da cultura, dos sem-teto, dos sem-terra</u> , eu voto “não” ao golpe. E durmam com essa, canalhas! (Jean Wyllys, PSOL).
SDn18	Sr. Presidente, <u>em nome do meu querido Estado de Pernambuco, em nome dos 100 mil eleitores de quem eu recebi os votos, não poderia ser ingrato com a Presidente Dilma nem com o Presidente Lula</u> . Então, mais do que justo: sou contra o <i>impeachment</i> (Adalberto Cavalcanti, PTB.)
SDn19	Sr. Presidente, na adversidade é que se conhece o caráter dos homens. <u>Em respeito à minha família e à Constituição e por uma democracia plena no nosso País</u> , eu voto “não” (Macedo, PP).
SDn20	Sr. Presidente, <i>impeachment</i> sem crime é golpe, e a Presidente Dilma não cometeu crime. <u>Pela democracia e pela liberdade</u> , eu voto “não” (Vander Loubet, PT).
SDn21	Sr. Presidente e demais pares, o caminho mais curto para garantir a vontade popular e representar o povo brasileiro é respeitar o resultado das eleições. A segurança deste processo é garantida pela Constituição. Então, <u>em defesa da democracia, em defesa da Constituição, em defesa de homens e mulheres que estão nas ruas hoje e que estiveram sempre nas ruas em defesa da democracia</u> , o meu voto é “não” (Arlindo Chinaglia, PT).
SDn22	Eu não sou corrupto, não faço conchavo, não sou traidor da classe trabalhadora, nem oportunista. <u>Em nome da família da classe operária, do meu povo negro, dos quilombolas, dos trabalhadores do campo e da cidade, em nome da dignidade da Presidenta Dilma</u> , eu não aceito este conluio espúrio. Por isso, voto “não” (Vicentinho, PT).
SDn23	<u>Pelo legado de Getúlio, Jango e Brizola</u> , pela democracia e o Estado Democrático de Direito, pelo Brasil, o PDT vota “não” (Afonso Motta, PDT).
SDn24	<u>Em homenagem a um grande brasileiro, o Leonel Brizola, e à sua história de luta</u> , pela legalidade, pela democracia e pela liberdade, eu voto “não”, Sr. Presidente (Dagoberto, PDT).
SDn25	Sr. Presidente, pelos trabalhadores do campo e da cidade; <u>por todos aqueles que lutaram pela democracia e tomaram nesta luta; pelo</u>

	<u>Deputado Paulo Wright, do meu Estado, que foi assassinado pela ditadura; contra o golpe, voto “não” (Décio Lima, PT).</u>
SDn26	<u>Meu voto será uma homenagem aos jovens da década de 60, que lutaram contra a ditadura (palmas), uma homenagem aos jovens que, há muitos meses, estão nas ruas, lutando contra esse golpe, uma homenagem aos sindicalistas, aos movimentos sociais, a todos aqueles que sabem que o que está em jogo não é apenas um Governo, não é apenas a figura da Presidenta Dilma, é a democracia.</u> Meu voto é “não” (Zeca Dirceu, PT).
SDn27	Ao povo brasileiro, "não" ao golpe daqueles que querem tirar uma pessoa que teve 54 milhões de votos nas urnas. Esses que querem tirá-la, não têm votos. Contra o ataque à Constituição e à democracia que está sendo feito aqui nesta tarde em Brasília; e <u>contra a conspiração dirigida pelo réu por corrupção no Supremo Tribunal Federal, Eduardo Cunha, junto com Michel Temer e Aécio Neves, com o objetivo de tirar direitos do povo brasileiro, muitos deles conquistados nos Governos Lula e Dilma,</u> voto "não", pelo Brasil! (Paulo Teixeira, PT).
SDn28	Sr. Presidente, em respeito à Constituição brasileira; em homenagem aos jovens trabalhadores que ocuparam as ruas do Brasil, nos últimos dias, pregando a decência, contra o ódio e contra o rancor; <u>em homenagem aos trabalhadores que um dia decidiram construir a história com as suas próprias mãos e fizeram do seu instrumento de luta política o trabalho, que é o Partido dos Trabalhadores,</u> eu voto contra o <i>impeachment</i> da Presidente Dilma (Vicente Candido, PT).
SDn29	Sr. Presidente, telespectadores do Brasil, <u>eu dei a minha juventude em defesa da liberdade, da justiça, do direito e pela democracia. Em nome da democracia que conquistamos, em respeito à Constituição brasileira,</u> porque eu não vi aqui os argumentos daqueles que propagaram o voto “sim”, dizendo a causa dessa admissibilidade. Quase ninguém disse que a acusação contra a Presidente Dilma são as pedaladas fiscais. Todos nós sabemos que isso é uma grande hipocrisia porque todos os governos praticaram pedaladas fiscais. O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota, Deputado? O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO - Portanto, a Presidente Dilma não cometeu crime nenhum. Por isso, em nome da democracia, em respeito à Constituição brasileira, em nome da dignidade do povo brasileiro e em respeito à Presidente Dilma, que é uma mulher honrada, séria e comprometida com o povo brasileiro, eu voto “não” a esse golpe parlamentar (José Airton Cirilo, PT).

SDn30	<p>Pelos trabalhadores, pela população brasileira que está nas ruas se manifestando contra o golpe, <u>pelos companheiros da Bahia que estão mobilizados para não aceitar mais um golpe de estado neste País...</u> Ninguém acredita, nem vocês acreditam que é solução para o Brasil tirar a Dilma e deixar o Temer e Eduardo Cunha. Mas vocês não querem solução para o Brasil. Vocês querem solução para as situações particulares de cada um vocês. É por isto que vocês corruptos se alinharam com a Oposição e rasgaram a Constituição: para fazer um golpe de Estado neste País. Meu voto é “não” ao golpe (Jorge Solla, PT).</p>
SDn31	<p>Meu Deus! Quanta hipocrisia! Não é Dilma que tem que sair do Palácio, porque Dilma não cometeu crime algum. Quem não tinha que estar nessa cadeira é você, Cunha, você e seus cúmplices, tramando contra Dilma. Vocês não deviam estar mais nessa cadeira! Esses valentes que gritam “<i>Fora, Dilma!</i>”, não gritam “<i>Fora, Cunha!</i>”. Por que será? Querem tirar Dilma para salvar Cunha, para se salvarem.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota, Deputada? A SRA. MOEMA GRAMACHO - Tramam como Temer, no esgoto do Jaburu, tramou para dar rasteira em Dilma. Vocês são uns covardes! Covardes! (<i>Manifestação no plenário.</i>)</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota, Deputada? A SRA. MOEMA GRAMACHO - <u>Pelas trabalhadoras que elegeram a primeira mulher Presidenta da República, pelo povo na rua...</u> (<i>Manifestação no plenário.</i>)</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota, Deputada? (<i>O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.</i>)</p> <p>A SRA. MOEMA GRAMACHO (PT-BA.) - Quando os covardes pararem, eu falo. Se eles não pararem, eu vou ficar aqui.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deputada, V.Exa. já teve tempo para falar.</p> <p>A SRA. MOEMA GRAMACHO (PT-BA.) - Covardes! Covardes! Covardes!</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota, Deputada? A SRA. MOEMA GRAMACHO (PT-BA.) - Meu voto, pela democracia — fica, Dilma! —, é “não”. “Não” ao golpe! Covardes! Covardes! (Moema Gramacho, PT).</p>
SDn32	<p>Povo brasileiro, <u>no</u> dia 17 de abril de 1996, 21 sem-terra foram assassinados no Pará. Quem era Presidente do Brasil? Fernando Henrique Cardoso, do PSDB. Quem era Governador do Pará? Almir Gabriel, do PSDB. E 20 anos se passaram, ficando impunes aqueles que assassinaram nossos companheiros. <u>Por isso, Sr. Presidente, em</u></p>

	<p><u>homenagem àqueles que lutaram, deram a sua vida pela reforma agrária; em homenagem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e à população negra deste País; em homenagem a quem vive nas favelas; em homenagem àqueles e àqueles que não vão ficar com a marca de golpistas na cara, que nem óleo de peroba vai tirar; em homenagem ao Capitão Lamarca; em homenagem a Marighella, a Zumbi e a Dandara; em homenagem ao povo brasileiro, à minha Bahia, a Itamaraju, ao PT, a Lula e a Dilma; é “não” (Valmir Assunção, PT).</u></p>
SDn33	<p><u>Pelos que deram a vida pela democracia no Brasil</u> e pelo empoderamento das mulheres, meu voto é “não” (Luiza Erundina, PSOL).</p>
SDn34	<p>Contra a hipocrisia que faz corruptos se tornarem arautos da moralidade pública (<i>palmas</i>), contra o condutor ilegítimo dessa farsa, que está ali sentado à Presidência da Mesa da Câmara, por uma reforma política radical, com participação popular, que tire o poder da grana do sistema degenerado, <u>pelos direitos da população, do povo que luta por terra, trabalho e dignidade.</u></p> <p>O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota, Deputado?</p> <p>O SR. CHICO ALENCAR - Contra esse processo de farsa.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota, Deputado? Como vota, Deputado?</p> <p>O SR. CHICO ALENCAR - Quero falar!</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Não, V.Exa...</p> <p>O SR. CHICO ALENCAR - Não à demagogia, à mentira e à escalada reacionária. O nosso voto é “não” (Chico Alencar, PSOL).</p>
SDn35	<p>Eduardo Cunha, você é um gângster. O que dá sustentação à sua cadeira cheira enxofre. Eu voto <u>por aqueles que nunca escolheram o lado fácil da história. Eu voto por Marighella, eu voto por Plínio de Arruda Sampaio, eu voto por Evandro Lins e Silva, eu voto por Arraes, eu voto por Luís Carlos Prestes.</u></p> <p>O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota, Deputado?</p> <p>O SR. GLAUBER BRAGA - Eu voto <u>por Olga Benário.</u></p> <p>O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota?</p> <p>O SR. GLAUBER BRAGA - Eu voto <u>por Brizola e Darcy Ribeiro.</u> Eu voto <u>por Zumbi dos Palmares.</u></p> <p>O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota, Deputado?</p> <p>O SR. GLAUBER BRAGA - Eu voto “não”! (Glauber Braga, PSOL).</p>
SDn36	<p>Pela defesa da democracia, por considerar que a Presidente Dilma não cometeu nenhum crime, diferentemente de tantos outros</p>

	denunciados que o cometeram e que envergonham esta Casa, <u>por toda a história do Brasil</u> e pelo povo do Pará, eu digo “não” ao <i>impeachment!</i> (Simone Morgado, PMDB).
SDn37	Sr. Presidente, <u>em defesa da nossa frágil democracia, da nossa imatura democracia</u> , eu voto contra o <i>impeachment</i> . Voto “não” (João Marcelo Souza, PMDB).
SDn38	Sr. Presidente, demais Deputados e Deputadas aqui presentes, em primeiro lugar, eu oro para que Deus abençoe a nossa querida Nação, o Brasil. Em segundo lugar, pelo desenvolvimento do meu querido Estado do Piauí, pela democracia, pelo Estado Democrático de Direito e <u>em respeito aos milhares e milhares de brasileiros e brasileiras que votaram em Dilma, elegendo-a a primeira Presidenta mulher</u> , eu voto “não!” (Rejane Dias, PT)
SDn39	Por não haver saída fora da democracia; <u>em homenagem ao povo brasileiro, que carrega as marcas de ausência de democracia na pele e na alma</u> ; contra a corrupção, que está sentada na Presidência desta sessão; contra o golpe e a traição; em defesa dos direitos e em defesa da democracia, eu voto contra o golpe, eu voto “não” (Erika Kokay, PT).
SDn40	Pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, pelo PRONATEC, <u>pelo desenvolvimento do Brasil</u> , eu voto “não”, Sr. Presidente (Roberto Góes, PDT).
SDn41	Sr. Presidente, em defesa da democracia, em defesa do Estado de Direito, <u>pelo crescimento das nossas universidades federais, dos institutos federais</u> e pela população mais pobre deste País, o meu voto é “não” (Ariosto Holanda, PDT).
SDn42	Sou brasileiro e, em defesa dos pequenos, dos pobres, dos trabalhadores e em defesa dos movimentos sociais, <u>da reforma agrária e da reforma urbana</u> , pela democracia, e <u>para que todos os réus da Lava-Jato estejam na prisão</u> , voto contra o golpe. O meu voto é “não” (Marcon, PT).
SDn43	Povo brasileiro, povo do Pará, haja coração para aguentar tanta hipocrisia. Pela democracia, <u>pelo desenvolvimento do Brasil</u> , contra os fascistas, os golpistas, os oportunistas e os picaretas desta Câmara, eu sou contra este golpe moderno que querem fazer e atingir a nossa Presidenta Dilma. Covardia daqueles que votam a favor desse <i>impeachment</i> . Bando de covardes! (Zé Geraldo, PT).
SDn44	Em respeito à democracia; em respeito à soberania do voto de 54 milhões de brasileiros; em respeito à Constituição; <u>na luta por um Brasil melhor, sem recuar, sem cair e sem temer</u> , meu voto é “não” ao golpe, Sr. Presidente (Leo de Brito, PT).

SDn45	Sr. Presidente, por direitos iguais a todos os brasileiros, com a minha consciência absolutamente tranquila, diferentemente de muitos aqui, mas com o coração cheio de <u>esperança de que a luta pelo Brasil melhor vai continuar</u> . Pela democracia, contra o golpe, eu voto "não"! (Valmir Prascidelli, PT).
SDn46	Sr. Presidente, em nome da Constituição a que eu me comprometi em cumprir, em nome do respeito a ela, em nome dos pobres e necessitados deste País, em respeito aos 54 milhões de votos concedidos pelo povo brasileiro à Presidenta Dilma, <u>em nome dos que ainda têm fome e sede de justiça, entendendo que o reino dividido não prospera</u> , eu quero dizer "não" ao golpe (Benedita da Silva, PT).
SDn47	Pelo respeito ao voto popular, pela Presidenta Dilma, que não cometeu nenhum crime de responsabilidade, pelos movimentos sociais, pela agricultura familiar, pela reforma agrária, pelo povo que está nas ruas exigindo respeito à Constituição, pelo povo latino-americano, eu voto "não". <u>E a luta continua, companheiros!</u> (Padre João, PT).
SDn48	Sr. Presidente, pela democracia, pelos avanços sociais, pelas famílias brasileiras e <u>por saber que o Deputado Eduardo Cunha e Michel Temer não são solução para o nosso País</u> , eu voto "não" (Zenaide Maia, PR).
SDn49	Sr. Presidente, eu quero fazer, hoje, no meu voto, <u>uma homenagem a todos os mineiros e brasileiros que um dia lutaram pelo voto popular. Muitos deles pagaram com suas vidas</u> . E esta Casa não tem o direito, hoje, já que as ruas estão divididas — e eram eles que nós tínhamos que consultar hoje, o que realmente a população quer. Trabalhei com a Presidente Dilma, sei o quanto ela é uma mulher honrada, e sei que vou passar para a história sem manchar as minhas mãos e a minha biografia de querer tirar do poder uma mulher eleita legitimamente, e uma mulher honrada. Pela democracia, é "não"! (George Hilton, PROS).
SDn50	<u>Pela democracia, pela soberania do voto popular, pela dignidade humana, por todos os que lutaram contra a ditadura militar, pelo Deputado Rubens Paiva, cassado e morto pela ditadura, pelas novas gerações</u> , eu voto "não" a este golpe, e sim ao Brasil (Maria do Rosário, PT).
SDn51	<u>Pela juventude deste País, pelas mulheres guerreiras, pela população LGBT, pelos quilombolas, pelos trabalhadores do campo e da cidade, pelas pessoas com deficiência, por todos aqueles e aquelas que ousam sonhar, pelo fim da corrupção e para que em</u>

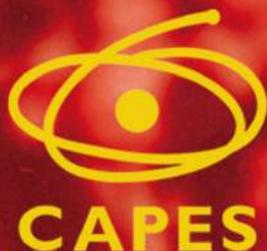
	<p>nosso País a esperança continue vencendo o medo, meu voto é “não” (Luizianne Lins, PT).</p>
SDn52	<p><u>A coragem daqueles que resistiram ao Golpe de 1964, com dor, sangue e a própria vida, foi o que devolveu à minha geração a tão sonhada liberdade. Em homenagem a esses lutadores da democracia, eu me recuso a entregar o meu País nas mãos dos golpistas, nas mãos dos traidores, nas mãos dos corruptos que armaram esta farsa e aqui a comandam!</u></p> <p>O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota, Deputado?</p> <p>O SR. GIVALDO VIEIRA - <u>Em homenagem aos milhões de lutadores que hoje lutam e não se cansarão de lutar pela democracia, por amor à Pátria, o meu voto é “não”!</u> (Givaldo Vieira, PT).</p>
SDn53	<p>Primeiro quero registrar a minha indignação, Deputado Eduardo Cunha, por ainda vê-lo sentado nessa cadeira sem reunir condições morais para isso. (<i>Manifestação no plenário.</i>)</p> <p>Segundo, registro a minha indignação de vê-lo abraçado com um traidor da democracia, que tenta usurpar a cadeira da Presidente, que é o Sr. Michel Temer, que não tem voto para tal.</p> <p>Terceiro, quero expressar aqui que ficou muito claro para a sociedade brasileira qual é a aliança pelo <i>impeachment</i> que reúne corruptos, torturadores, como Jair Bolsonaro, e traidores da Pátria. (<i>Manifestação no plenário.</i>)</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota, Deputada?</p> <p>A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ.) - <u>Em respeito aos trabalhadores que usam o vermelho da luta e a bandeira do Brasil, trabalhadores do campo e da cidade que estão nas ruas com muito sacrifício, com convicção vou dizer: a luta apenas começou! Em respeito à democracia, à Constituição, não há crime. A Presidente Dilma é honesta. Não há crime! Portanto, é golpe!E eu voto “não”. Contra o golpe!</u> (Jandira Feghali, PCdoB).</p>
SDn54	<p>Sr. Presidente, <u>em homenagem àqueles que deram a vida para que a democracia florescesse neste País, para que os filhos das famílias brasileiras não vivam o que eu vivi na ditadura, eu digo “não” a esta vergonhosa fraude jurídica e farsa política de Michel Temer e Eduardo Cunha. Lembro aqui as palavras de Tancredo Neves: “O primeiro compromisso de Minas é com a liberdade”. A luta apenas começou!</u> Eu digo “não” a esta fraude! (Jô Moraes, PCdoB).</p>
SDn55	<p>Há uma canção em Pernambuco que diz: “[...] <i>a injustiça dói. Nós somos madeira de lei que cupim não rói</i>”. Aqui, <u>o PCdoB vota por aqueles que tomaram pela democracia no nosso País. O PCdoB vota pelos brasileiros e brasileiras que estão nas ruas indignados, no dia de hoje e nos dias que se passaram, porque, além de todas as</u></p>

	<p><u>injustiças desse processo, há um réu aqui comandando o procedimento de impedimento da Presidenta Dilma, uma mulher séria. É por isso que o PCdoB diz em alto e bom som: vai ter luta! Não ao golpe!</u> (Luciana Santos, PCdoB).</p>
SDn56	<p><u>É necessário que se mantenha a coerência com aquilo que nós acreditamos e aquilo que nós defendemos por toda uma vida. É necessário manter a esperança daqueles que ainda esperam ter uma casa própria com o Minha Casa, Minha Vida, de milhares de famílias na Baixada Fluminense que dependem do Bolsa Família.</u> (Manifestação no plenário.)</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota, Deputado?</p> <p>O SR. CELSO PANSERA - <u>Em homenagem às centenas de amigos, professores, pesquisadores, que têm enviado mensagens para mim nos últimos dias, pedalada fiscal não é crime</u>, eu voto “não” (Celso Pansera, PMDB).</p>
SDn57	<p>Sr. Presidente, <u>pela minha geração, que foi às ruas enfrentar a ditadura e o golpe, para que os meus filhos, Daniel e Sofia, só conheçam o golpe pelos livros, em defesa do Sistema Único de Saúde e dos avanços que nós tivemos nos Governos Lula e Dilma, eu sou contra o impeachment sem crime de responsabilidade. “Não” ao golpe! “Não” ao impeachment!</u> (Odorico Monteiro, PROS).</p>

SOBRE A AUTORA



Ariana da Rosa Silva nasceu no dia 16 de julho de 1986 em Nova Friburgo-RJ, onde viveu a maior parte da sua vida. Apaixonada por poesia e pela língua, dedica a vida aos estudos da linguagem. É licenciada em Letras (UNESA), especialista em Leitura e Produção de Textos (UNESA), Mestra e Doutora em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (com período sanduíche na Universidade Nova de Lisboa). Ariana é também autora de textos literários como “Dura, a dita democracia”, “O movimento do silêncio e das vozes” e “Um rei, seus súditos e uma gripezinha”, além de publicações científicas na sua área de pesquisa: a Análise do Discurso político. Tem interesse por temas relacionados à política, à democracia, aos direitos humanos, à mídia, à língua e ao ensino de língua. Professora, esteve durante uma década em salas de aula de escolas públicas e privadas no Brasil e, atualmente, vive e leciona em Portugal.



“É por este efeito da aparente lógica institucional que o país se divide em dois, apagando todas as outras possibilidades de produção de sentidos existentes entre uma ponta e outra desta corda. Entre o “sim” e “não”, a saturação de sentidos, a evidência de dicotomização, apagamentos, memórias aglutinadas: dois presentes, dois passados, dois futuros”

